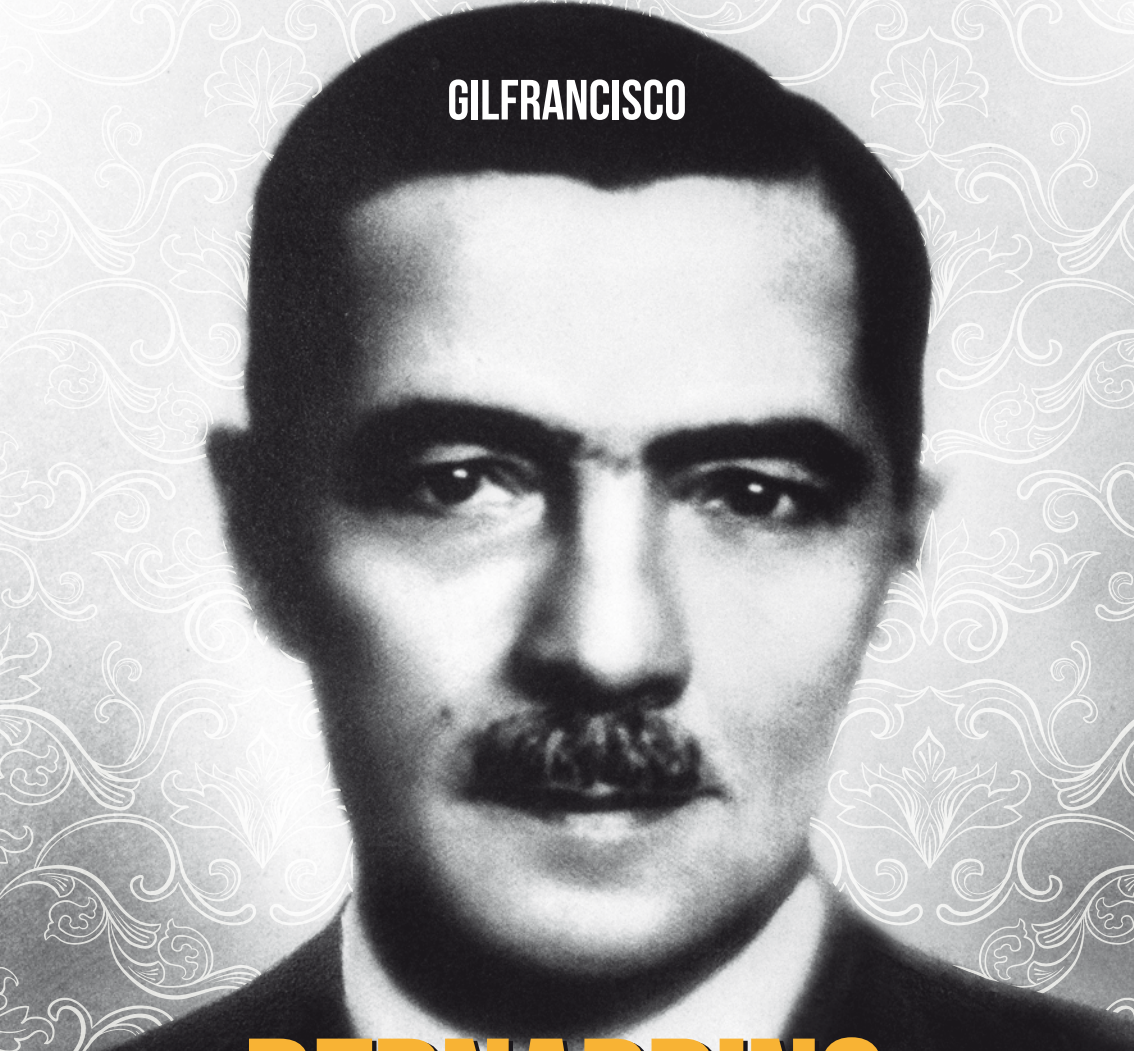
GILFRANCISCO



BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Vida & Obra

EDISE

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Vida & Obra

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador
Belivaldo Chagas Silva

Vice-Governadora
Eliane Aquino Custódio

Secretário de Estado do Governo
José Carlos Felizola Soares Filho

SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente
Ricardo José Roriz Silva Cruz

Diretora Administrativa-Financeira
Maria das Graças Souza Garcez

Diretor Industrial
Mílton Alves

EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

Gerente Editorial
Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial
Antônio Amaral Cavalcante
Cristiano de Jesus Ferronato
Ezio Christian Déda Araújo
Irineu Silva Fontes
João Augusto Gama da Silva
Jorge Carvalho do Nascimento
José Anselmo de Oliveira
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

GILFRANCISCO

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Vida & Obra

Edição do Cinquentenário do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe
1970-2020

EDISE
Aracaju
2019

COPYRIGHT©2019 BY GILFRANCISCO

Capa
Clara Macedo

Diagramação
Clara Macedo

Projeto Gráfico
Clara Macedo

Revisão
Yuri Gagarin

Pré-Impressão
Dalmo Macedo | Marcos Nascimento

S234b Santos, Gilfrancisco dos
Bernardino José de Souza : vida & obra / Gilfrancisco dos Santos. – Aracaju : Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - Edise, 2019.
522 p.: il.; 21 cm. E'book PDF.

Modo de acesso: world wide web:
https://segrase.se.gov.br/

ISBN 978-85-53178-60-5

1. Geografia. 2. História. 3. Cultura Baiana. 4. Educação. I. Gilfrancisco. II Título.

CDU: 910.4(814.2)

Elaborado por Neide M. J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Editora filiada

SNEL
Sindicato Nacional dos Editores de Livros

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE
Rua Propriá, 227 · Centro
49010-020 · Aracaju · Sergipe
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420
edise@segrase.se.gov.br

O HISTORIADOR

Veio para ressuscitar
e escalpelar os mortos, as condecorações,
as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaças, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.
Veio para contar,
o que faz jus a ser glorificado
e se deposita grânulo
no poço da memória.
É importuno.
Sabe-se importuno e insiste
rancoroso, fiel.

Carlos Drummond de Andrade
(1902-1987)

SUMÁRIO

Prefácio

A trajetória de Bernardino José de Souza 21
Carlos Pinna de Assis

Apresentações

Bernardino José de Souza: vida e obra 27
Aroldo Cedraz de Oliveira
Bernardino de Souza 30
Ulices de Andrade Filho
Bernardino José de Souza 32
Luiz Augusto Carvalho Ribeiro
Um Resgate Indispensável 36
Gildásio Penedo Filho
A amada Salvador de Bernardino de Souza 39
Plínio Carneiro da Silva Filho

Introdução

Bernardino José de Souza, um cientista social 45
GILFRANCISCO

Publicações

Livros 58
Artigos 59
Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia 59
Revista Academia de Letras da Bahia 62
Revista Faculdade de Direito da Bahia 62
Jornal de Notícias (BA) 63
A Notícia (BA) 63
Revista Filológica 64
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 64
C.H.N. 64
Revista Bahiana de Doutrina, Jurisprudência etc. 64
Bahia Ilustrada 64
Diário Oficial do Estado da Bahia (Edição Especial do Centário) 64
Revista do Brasil 65
A Manhã 65
O Campo 65

Síntese Biográfica 67

Morte de Bernardino de Souza na Imprensa Baiana, Sergipana e Carioca

Ministro Bernardino de Souza – Faleceu, ontem na capital da República, o idealizador da "Casa da Bahia" 78
A Tarde

Faleceu o professor Bernardino de Souza 85
Diário de Sergipe

Faleceu, ontem, no Rio, o prof. Bernardino de Souza 86
Correio de Aracaju

Ministro Bernardino de Souza 87
Correio de Aracaju

Bernardino José de Souza 90
Revista da Academia de Letras da Bahia

Dr. Bernardino José de Souza 92
Jornal do Brasil

Ministro Bernardino de Souza 94
Correio da Manhã

Faleceu ontem o Ministro Bernardino José de Souza 96
A Manhã

A morte de Bernardino de Souza na Imprensa 98
Autores e Livros

Necrologia – Bernardino José de Souza 100
Correio da Manhã

Vinte e três textos sobre Bernardino de Souza

Dr. Bernardino José de Souza 102
Via Láctea

À Memória Sagrada do Barão do Rio Branco 105
Teodoro Sampaio

Onomástica Geral da Geografia Brasileira 119
Carlos Chiacchio

Dr. Bernardino José de Souza 123
Revista Renovação125

O Reajustamento Econômico 125
O Jornal

A Maior data Baiana 128
Rogério Gordilho de Faria

Ministro Bernardino de Souza 149
Prof. Albérico Fraga
Ministro Bernardino de Souza 154
Luiz Menezes Monteiro
Bernardino de Souza 159
Alberto Alves da Silva
Prefácio 171
Júlio Afrânio Peixoto
Memória sobre o pau-brasil pelo Dr. Bernardino José de Souza 175
Francisco José de Oliveira Viana
Carro de Bois 181
Epifânio da Fonseca Dória e Menezes
O Carro de Boi 184
Epifânio da Fonseca Dória e Menezes
A História do Carro de Bois 186
Brasil Açucareiro
Bernardino José de Souza 191
Luiz Pereira de Melo
Bernardino de Sousa 195
José Hermenegildo da Cruz
O Carro de Bois na paisagem brasileira 201
Valdemar Cavalcanti
Bernardino José de Souza 205
Luiz Garcia
Bernardino de Souza – o Historiador 219
Waldir Freitas Oliveira
O pau-brasil na história nacional 229
Luiz Carlos Fontes de Alencar
Um sergipano desconhecido em Sergipe 233
Luiz Antonio Barreto
Bernardino de Souza, o professor 237
Consuelo Pondé de Sena
Um Ensaio de Geohistória: Ciclo do Carro de Bois no Brasil, de Bernardino José de Souza 249
Antônio Fernando de Araújo Sá

ESPARSOS - Textos Históricos
Um trato da maior Alemanha 266
Em torno da Carta Geográfica da Bahia 269

Área do Brasil e seus Estados 275
A Alemanha e a Guerra, Guilherme II: um grande Imperador e Rei 281
A História e a Geographia da Bahia na Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro 288
A sala "Castro Alves" no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia 295
A Epopéia baiana 302
O dia da Pátria no Rio 309
História do ciclo do carro de bois no Brasil 314
Evocando o ciclo do carro de boi em nossa terra 327
O carro-de-bois em grandes fatos da história nacional 334

Discursos
Discurso 364
Os Três Generais 369
Notícia biográfica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro 376
Cachoeira e a Independência 393
Museu do Instituto: relíquias do séc. XVII e XVIII 409
Breves Palavras do Dr. Bernardino de Souza, dirigidas ao Dr. Arthur Neiva 422

Depoimento
Novo Ministro do Tribunal de Contas 426

Textos Jurídicos
Os Litígios Internacionais 434
Em torno da codificação do direito público internacional 440

Editoriais da Revista da Faculdade de Direito da Bahia
Advertência 452
Continuando 454

Relatórios
Relatório 1 458
Relatório 2 475

Apêndice - Subsídios Biográficos 503
Referências Bibliográficas 517

AGRADECIMENTOS

Arquivo Público do Estado de Sergipe
Professor Milton Sobral

Biblioteca Epiphânio Dória
Professor Pedrinho dos Santos

Fundação Clemente Mariani
Bibliotecárias Iara Carmen e Graça Cantalino

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Professor Ibarê Dantas e Verônica Nunes

Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura – Pesquise
Jornalista Luiz Antonio Barreto e Cristina C. Cavalcante

Memorial do Poder Judiciário de Sergipe
Escritora Ana Maria Fonseca Medina

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Seabra
Professor Gildeci de Oliveira Leite

Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Seabra
Estagiários do curso de Letras

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Professor Edivaldo Brito

Antônio Carlos de Oliveira Barreto
Professor e cordelista

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Professor Dênio Azevedo

Monique Gomes Ramos
Professora da rede particular do Estado de Sergipe

Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Professor e escritor Thiago Martins Prado

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Historiador e Escritor Waldir Freitas Oliveira

Zeca de Magalhães
Poeta (in memoriam)

Academia Sergipana de Letras
Carlos Pinna de Assis
José Anderson Nascimento

Academia Sergipana de Letras Jurídicas
Clóvis Barbosa de Melo

Serviços Gráficos de Sergipe - SEGRASE
Ricardo José Roriz Silva Cruz - Diretor Presidente
Mílton Alves - Diretor Industrial

Aos Professores Consuelo Pondé de Sena (1934-2015) e Waldir Freitas Oliveira, estudiosos da obra bernardiana, pelo estímulo constante, com amizade e gratidão.

O autor

Falar de Bernardino de Souza é falar da Escola.

A recíproca também é verdadeira: falar da Escola é falar de Bernardino.

A ele, à sua inigualável capacidade de trabalho e de realização, devemos as instalações condignas que tem hoje a Faculdade.

Quem o visse no período da construção do prédio, julgá-lo-ia antes o mestre da obra do que o diretor da Faculdade.

Sóbrio de palavras e de gestos, modesto no trajar, austero no físico e no moral, tudo nele denunciava o homem do interior.

Professor que ensinava a matéria fazia questão que os alunos aprendessem. Com os seus antigos discípulos do Ginásio Carneiro Ribeiro, onde as aulas de Bernardino eram, por vezes, levadas a cachações, tomava, mesmo, certas liberdades especiais.

Nas suas prelações de Direito Público Internacional, recapitulava-se, ao mesmo tempo, a História e a Geografia. Como disse Capistrano de Rui pode-se dizer de Bernardino que a sua faculdade fundamental é a memória. Sabia de cor – e deve saber ainda – as datas de todos os tratados, de todas as conferências, de todos os convênios internacionais, e os nomes das respectivas comissões. Era – e é – a codificação viva do Direito Internacional.

No aspecto exterior, um ferrabrás, para adolescentes tímidos. No fundo, um sentimental. Certa vez, recebendo uma manifestação da nossa série, chorou como uma criança.

Mesmo afastado da cátedra e da Escola, Bernardino de Souza está aqui presente, na perenidade de sua obra e nas lições do seu exemplo.

José Alves Ribeiro[1]
(1909-1978)

---

1 Membro da Academia dos Rebeldes (1930), jornalista, diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia em 1935, tornou-se juiz do Tribunal Regional do Trabalho. Publicou Sonetos do Maldizer (1975) e Sonetos do Bendizer (1976). Revista da Faculdade de Direito da Bahia, Vol. XV. 1940.

Não é possível pensar na Bahia intelectual sem lembrar o nome do professor Bernardino José de Souza. E ninguém lembra o nome do ilustre sergipano sem confessar que ele é a alma dessa instituição eminente que é o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fundado em 1894.

PREFÁCIO

A TRAJETÓRIA DE BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Carlos Pinna de Assis
Conselheiro do TCE-SE, Ex-Presidente da ATRICON

A vocação primeira e fundamental de Bernardino José de Souza foi o magistério.

Estudante aplicado do Ginásio Carneiro Ribeiro, ingressou na Faculdade Livre de Direito da Bahia em 1900, onde colou grau como Bacharel em Ciências Jurídicas em 1904 e na qual começou a lecionar apenas dois anos depois de formado, regendo a cadeira de Direito Internacional Público até o ano de 1937.

Durante mais de trinta anos lecionou na Faculdade de Direito, além de exercer simultaneamente o magistério de segundo grau no Ginásio Carneiro Ribeiro e no Ginásio da Bahia, cuja cátedra de Geografia regeu por mais de duas décadas e suscitou os seus principais estudos científicos, tomando-se um dos maiores geógrafos do Século XX no Brasil.

Foi nessa condição de cientista aclamado internacionalmente que organizou, juntamente com o engenheiro-geográfo Teodoro Sampaio, o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na Bahia em 1916. O professor Bernardino José de Souza lecionava também, desde 1906, História Universal e do Brasil na prestigiada escola do Professor Carneiro Ribeiro, seu sogro, posto que casara em 1905 com Maria Olívia, filha mais velha do grande educador baiano.

Recém formado, filiou-se ao Partido Republicano da Bahia, pelo qual elegeu-se e reelegeu-se deputado estadual nas legislaturas de 1905/1906 e 1907/1908. Foi, então, liderado do Ministro Severino Vieira e destacou-se como orador talentoso.

Complementava o magistério com a produção de obras científicas, versando inclusive a organização legal das matérias que lecionava como aconteceu em 1909, com a apresentação do trabalho intitulado "A Remodelação do Ensino da Geografia é uma necessidade inadiável, tendo como base a criação de uma cadeira de Geografia Física", exposto no Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia realizado na capital federal. É também dessa época a publicação da proposta metodológica intitulada "O Ensino Primário da Geografia".

Sua riquíssima bibliografia versando a História e a Geografia está contida em obras publicadas de 1911 até 1939, sem contar a obra prima e póstuma que é de 1958 — "*O Ciclo do Carro de Bois*" — e completa o conjunto de outros dez livros, considerados por Anísio Teixeira e Guimarães Rosa como "obra monumental"[2].

Em 1917 participou da fundação da Academia de Letras da Bahia, titularizando a Cadeira nº 14 que tem como patrono o Desembargador e Ministro do Superior Tribunal de Justiça Francisco Gonçalves Martins, o Visconde de São Lourenço, que governou a Bahia em dois períodos, de 1851 a 1852, e de 1868 e 1871. O Visconde de São Lourenço exerceu também a deputação geral e a senatoria vitalícia de 1851 até o seu falecimento em 1872.

O que deve ser assinalado neste artigo é sobretudo o fato da preponderância do magistério no itinerário da rica vivência intelectual de Bernardino José de Souza. Em verdade, com o complemento de atividades simultâneas rarefeitas ao longo de sua existência, o professor foi sempre prevalente na sua atividade pública

2 Em *Bernadino de Souza e o Desenvolvimento da Geografia no Brasil*, de André Nunes de Sousa, publicado na Revista do RBHGGH, acessado no Google em 07.09.19.

e privada e representou a própria razão de viver ao grande sergipano/baiano.

É também necessário sublinhar que a maior parte de sua vida foi dedicada a atividades privadas, no Colégio Carneiro Ribeiro, na Faculdade de Direito, no Instituto Geográfico e Histórico e na Academia de Letras das Bahia, respeitabilíssimas instituições de iniciativa e manutenção particulares, nas quais esteve sempre atuante com a capacidade de agregar contribuições financeiras de que são provas a construção da sede antiga da Faculdade de Direito e da sede atual do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Excetuam-se dessa natureza as atividades mencionadas de parlamentar na Assembleia Legislativa e a cátedra do Ginásio da Bahia que exerceu durante décadas, tendo sido diretor dessa instituição em 1925 e, novamente entre 1929 e 1934.

Sem desmerecimento das elevadas e proeminentes atividades públicas que Bernardino José de Souza assumiu: como Secretário de Estado do Interior e Justiça (1930) na efêmera mas produtiva interventoria Artur de Neiva, ao qual se seguiram o exercício do cargo de Juiz e Presidente da Câmara de Reajustamento Econômico, que funcionava no Rio de Janeiro, então capital da República, para onde transferiu-se com a família em 1934 e, afinal na magistratura de contas para a qual foi nomeado em 1937, sendo Ministro Titular do Tribunal de Contas da União, que presidiu nos anos de 1946 e 1947, realçou sempre o professor e cientista.

Esta formidável atividade de Bernardino José de Souza, que Consuelo Pondé de Senna considerou múltipla[3], foi motivo de admiração e reconhecimento por seus contemporâneos e realça como exemplo para as gerações que o sucederam.

A reverência que Bernardino José de Souza prestou durante toda sua existência a seus notáveis professores nas ciências como foram o político Barão Homem de Melo (1839/1918), o médico,

3 Consuelo Pondé de Senna, "*O Múltiplo Bernardino José de Souza*" Senna, Consuelo (org.) In "*Bernardino de Souza, vida e obra*", Salvador, Quarteto.

gramático e professor Ernesto Carneiro Ribeiro, e o engenheiro-geógrafo Teodoro Sampaio (1855/1937), está certificado na fotografia da Comissão Organizadora do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado na Bahia em 1916, e nas palavras que dirigiu aos congressistas como secretário-geral da diretoria do evento, eleito em 17 de dezembro de 1915.

Em conclusão, é necessário que dele se afirme, parafraseando Robert Avé-Lallemant (1812-1884), no panegírico do mais festejado cientista europeu do século XIX, falecido em 1859:

> "Era na verdade um querido velho sábio, Alexandre von Humboldt, e grande como nenhum outro. Dele poderia ter cantado também o grande bardo inglês de modo mais simples e mais nobre:
> *His life was gentil and the elements.*
> *So mix´d him that nature might stand up,*
> *And say to all the world: This was a man*"[4]

Aracaju, Sergipe, setembro de 2019.

4 *Viagem pelo Norte do Brasil*, no ano de 1859, Avé-Lallemant -Robert, MEC – INL – Rio de Janeiro 1961, Primeiro Volume, pg. 350.

Apresentações

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA: VIDA E OBRA

Aroldo Cedraz de Oliveira
Ministro do Tribunal de Contas da União

Foi com grande satisfação que recebi a notícia sobre a publicação deste livro, resultado do encontro de três figuras ilustres, baianos de coração — mesmo que nem todos de berço — e cada qual, à sua maneira, representante da pujança e da variedade cultural do nordeste brasileiro.

De um lado, como incentivador desta e de tantas outras manifestações da arte em suas diversas formas, imortal da Academia Sergipana de Letras, o nobre Conselheiro Carlos Pinna de Assis, que trouxe para o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe a formação de excelência obtida na Universidade Federal da Bahia e a experiência bem-sucedida do exercício da advocacia em Salvador. Desde então, já se vão mais de 30 anos dedicados à garantia da boa gestão dos recursos públicos, em prol da sociedade sergipana.

De outro, Gilfrancisco Santos, jornalista e historiador soteropolitano, reconhecido pela abordagem única com que retrata a vida e a obra de grandes escritores baianos e sergipanos. A partir da reunião de textos das mais diversas origens a respeito dos autores homenageados, Gilfrancisco ressalta contradições, explicita lacunas e, sobretudo, oferece a cada um de seus leitores a oportunidade de construir suas próprias conclusões acerca das narrativas apresentadas.

Por fim, como assunto da presente obra, o sergipano Bernardino José de Souza, que assim como Carlos Pinna graduou-se em direito pela Universidade Federal da Bahia e, depois de acumular experiências profissionais e acadêmicas nessa área, passou a dedi-

car-se à nobre missão de zelar pelas contas públicas, no cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU.

Os textos colecionados por Gilfrancisco fazem jus, sem sombra de dúvida, à rica trajetória de Bernardino e de suas importantes realizações como professor, historiador e gestor público. Ainda assim, ouso acrescentar minha breve contribuição, registrando curiosa coincidência que liga eventos únicos na história centenária de nossa Corte de Contas.

Em 1937, recém-chegado ao Tribunal, o Ministro Bernardino participou do julgamento que resultou na emissão de parecer prévio pela rejeição das contas do então Presidente Getúlio Vargas, pelas irregularidades observadas no processamento de despesas no ano anterior.

Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados à época não acolheu o parecer elaborado pelo Ministro Thompson Flores e aprovado por unanimidade por seus pares. Poucos meses depois, Getúlio Vargas decretaria o Estado Novo, fecharia o parlamento e tentaria extinguir o TCU como parte das inovações impostas pela nova Carta Constitucional.

Foi justamente nesse período de intensos desafios à resiliência institucional, marcado pela tentativa de fundar um "novo tribunal", que Bernardino José de Souza exerceu o cargo de Ministro, chegando à Vice-Presidência em 1941 e assumindo a Presidência em 1946, pouco tempo após o término da era Vagas e a promulgação de uma nova Constituição.

Eis que, passados exatos 78 anos desde a recomendação para rejeição das contas de Getúlio Vargas, o Tribunal de Contas da União voltaria em 2015 a emitir parecer negativo quanto às contas do Presidente da República, momento em que eu me encontrava na Presidência da Corte de Contas.

Como sabem os que acompanharam tal momento histórico, as consequências desse segundo episódio foram bem diferentes daquelas vivenciadas por Bernardino. O Poder Legislativo exerceu de fato sua função fiscalizatória, as contribuições do TCU fo-

ram determinantes para o desfecho do procedimento de impeachment instaurado no Congresso Nacional, e o Tribunal de Contas da União teve sua importância reconhecida pela sociedade e pelos demais atores envolvidos no processo.

Diante de tal amadurecimento nas funções e relações institucionais entre órgãos e poderes, consagradas na Constituição Cidadã de 1988, é forçoso reconhecer o percurso que nos levou a tais conquistas e, nele, o papel de destaque daqueles que sustentaram o funcionamento de nossa Corte de Contas no passado, mesmo em condições de grande adversidade.

Encerro, portanto, agradecendo e parabenizando o Conselheiro Carlos Pinna de Assis e o autor Gilfrancisco pela justa homenagem que prestam a uma figura de tamanha relevância para a história do controle externo e da democracia em nosso País, o saudoso Ministro Bernardino José de Souza.

BERNARDINO DE SOUZA

Ulices de Andrade Filho
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Ao celebrar meio século de existência, o Tribunal de Contas de Sergipe insere na sua programação comemorativa este livro-homenagem dedicado a um ilustre sergipano que, ainda pouco conhecido no Estado onde nasceu, merece todas as honrarias.

Bernardino José de Souza fez história no âmbito do controle externo ao ocupar o distinto cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo, inclusive, o presidido entre 1946 a 1947.

Foi o único sergipano que integrou o colegiado da mais expressiva Corte de Contas do Brasil.

Tal feito — entre tantos outros que nesta obra serão merecidamente exaltados — o projetaram como relevante personagem nacional, com especial destaque no Estado da Bahia, já que ali residiu após seus estudos iniciais.

É chegada a hora de Sergipe também (re)conhecê-lo e exaltá-lo.

Mas é hora também de ressaltarmos o cinquentenário do órgão responsável por fiscalizar os recursos públicos em nosso Estado. Uma tarefa árdua, porém, feita com dedicação e afinco, por servidores e membros que diariamente envidam seus melhores esforços para que seja cumprida conforme espera a sociedade.

A criação do Tribunal de Contas de Sergipe remete ao dia 30 de dezembro de 1969, quando o governador Lourival Baptista assina a Emenda Constitucional nº 2, embora a posse dos seus membros e sua efetiva instalação tenha ocorrido apenas em 30 de março de 1970.

Eis, então, que as primeiras referências ao cinquentenário ocorrem justamente ao final da minha gestão como presidente desta Corte, o que muito me honra.

No curso deste biênio, buscamos estruturar o Tribunal para os anos que estão por vir, sobretudo, investindo no aperfeiçoamento do nosso corpo técnico, na digitalização dos processos e no desenvolvimento de mecanismos de fiscalização mais modernos, o que, inclusive, elevou este Tribunal nacionalmente.

Passados cinquenta anos, temos hoje uma Corte estruturada, em condições de exercer o controle externo de forma plena e efetiva, fazendo jus ao legado de grandes nomes do passado, tal como Bernardino José de Souza.

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Luiz Augusto Carvalho Ribeiro
Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

Na condição de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, eleito para o biênio de 2020-2021 é motivo de honra pessoal, institucional e acadêmica poder apresentar uma obra de caráter biográfico que integra a edição do cinquentenário do Tribunal de Contas sergipano. Pessoal, porque a obra se dispõe a retratar a trajetória funcional de um agente público que muito contribuiu para o fortalecimento do Controle Externo da Administração Pública brasileira, nordestino que desempenhou com esmero a honrosa função de Ministro do Tribunal de Contas da União. Institucional, porque a obra que integra a edição do cinquentenário traz a biografia de um magistrado de contas que se notabilizou por conduzir com honradez a função judicante. Acadêmica, porque na condição de economista de formação, sempre busquei me debruçar sobre leituras que retratassem a história de vida daqueles que se dispuseram a contribuir com o engrandecimento do Brasil, daqueles cujas ações foram relevantemente contributivas para o processo de consolidação da economia brasileira, que enxergaram as crises institucionais, políticas e econômicas como janelas de oportunidades, superando-as com efetivo trabalho, buscando usar a capacidade intelectual como instrumento de transformação social, pautando o desempenho das funções institucionais pelos trilhos da ética, da probidade, com o olhar sempre fincado no interesse público, honrando a confiança dos cidadãos mantenedores da máquina pública estatal. Conforme dados coletados em pesquisa pública feita a partir da rede internacional

de computadores, Bernardino José de Souza nasceu em 1884, no Engenho Murta, propriedade situada em Vila Cristina, atual município de Cristinápolis. Filho de senhores de engenho sergipanos e bisneto do 2º Barão de Abadia, sempre pautou a sua vida pelo trabalho. Após realizar seus estudos iniciais em Sergipe, mudou-se para Salvador, capital da Bahia, onde se matriculou no Ginásio Carneiro Ribeiro. Em seguida, ingressou no curso de Direito, em 1900, na Faculdade Livre de Direito da Bahia, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, com apenas 16 anos, tendo se formado em 1904.

Na Faculdade Livre de Direito da Bahia, entre 1906 a 1937, lecionou Direito Internacional Público. Para além disso, desempenhou funções docentes no ensino secundário da Bahia, tendo sido professor da cadeira de Geografia e História Universal e do Brasil no Ginásio Carneiro Ribeiro e, a partir de 1915, de História Universal no Ginásio Estadual da Bahia, tendo ocupado diversos cargos públicos como Diretor da Faculdade Livre de Direito da Bahia, Secretário Estadual de Justiça, durante a interventoria de Artur Neiva no Estado da Bahia, e o de Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo sido Presidente do TCU entre 1946 a 1947.

No período em que presidiu o TCU, a Constituição vigente era a de 1946, que, em seu artigo 22, preconizava que a administração financeira seria fiscalizada pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, deixando para as Constituições estaduais o disciplinamento dessa fiscalização, nos Estados e Municípios. Ainda no Título I, mas no Capítulo II, destinado ao Poder Legislativo, na Seção do orçamento, tratava do Tribunal de Contas, positivando, no §2º do artigo 76, que o Tribunal de Contas deveria exercer, no que lhe diz respeito, as atribuições do art. 97, e teria quadro próprio para o seu pessoal.

Esse artigo 97 é exatamente o que disciplinava a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário, do que se extrai que também almejava o texto constitucional que a função de Controle Exter-

no exercida pelos Tribunais de Contas se desse à semelhança da função judicial, cuja materialização depende do concurso necessário e independente de funções processuais distintas.

Projetando-se para o ordenamento constitucional vigente, vê-se que o desenho institucional dos Tribunais de Contas em muito se assemelha ao de 1946, eis que tratou no Título IV, da organização dos Poderes, em seção própria do capítulo I, destinado ao Poder Legislativo, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de todos os órgãos e poderes da República, conferindo os instrumentos para o exercício desse mister aos Tribunais de Contas, positivando expressamente, no artigo 71, as competências do órgão, impondo o dever de observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, imposição que explicitamente se extrai do artigo 96, I, alínea "a", aplicado por força do artigo 73 da CRFB/1988, donde também se extrai a necessidade de uma estruturação orgânica interna capaz de garantir a imparcialidade de atuação desses órgãos de controle externo.

Assim, estabelecido o comparativo entre a ordem constitucional de 1946, período em que o Professor Bernadino esteve à frente da presidência do TCU, e a de 1988, ordenamento constitucional que regerá o período em que estarei à frente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, registro que a trajetória de vida do Professor Bernardino é um alento e será fonte de inspiração para a nossa gestão, mormente em razão do atual contexto de crise ética, moral e econômica que o Brasil vivencia, cujos efeitos atingem inevitavelmente as instituições republicanas, exigindo de nós prudência e serenidade, para que, assim como ele, possamos enfrentar, suportar e superar as dificuldades que se apresentam, conduzindo os destinos institucionais sem se apartar dos desenhos institucionais traçados pelas Constituições de regência, criando condições para que as instituições migrem do plano da normatividade constitucional para o da efetividade institucional, o que só será possível alcançar por meio da processualização devida, justa e

adequada das competências constitucionalmente outorgadas aos Tribunais de Contas do Brasil, sem privilegiar o punitivismo estatal como via única para a resolutividade dos problemas históricos da República.

UM RESGATE INDISPENSÁVEL

Gildásio Penedo Filho
Conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA)

Completar 50 anos de atividades sempre deve ser motivo de celebração para qualquer instituição pública brasileira, mais ainda quando tal instituição o faz cumprindo com louvor a missão de zelar pela boa aplicação dos recursos financeiros dos cidadãos. Afinal, fiscalizar de forma eficiente e eficaz, de modo a fazer com que os gestores públicos apliquem o dinheiro recolhido dos impostos e taxas pagos pela sociedade em obras e serviços que beneficiem os cidadãos, sempre observando os princípios basilares da economicidade, efetividade e tempestividade, é um papel essencial não apenas para o bom desenvolvimento do País, mas para a preservação da própria democracia.

É, portanto, com muito orgulho e honra que o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) participa desta obra, que será uma das marcas da celebração do Cinquentenário deste coirmão, o Tribunal de Contas de Sergipe. Orgulho que se torna ainda maior pelo fato de esta publicação ser uma homenagem e um reconhecimento a tão importante figura para a história da Bahia, de Sergipe e do Brasil, como o foi Bernardino José de Souza.

E que, além de geógrafo, jurista e historiador, ainda criou, durante sua vida, laços indeléveis com a missão de exercer o controle externo ao integrar, durante mais de uma década, os quadros do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que chegou a presidir no biênio 1946-1947, com um desempenho que mereceu

profundos elogios dos seus pares, inclusive como relator das contas do Governo no ano de 1941.

Um sergipano que aportou na Bahia aos 12 anos de idade e que, ao longo de sua vida, contribuiu de forma decisiva para o engrandecimento dos baianos e dos brasileiros, felizmente Bernardino José de Souza teve seu valor reconhecido pelas mais altas autoridades do País e pelos críticos e intelectuais que nunca pouparam elogios às suas ações e obras literárias em favor da educação e da cultura. E este reconhecimento é que o levou a ser nomeado, em 1934, membro da Câmara de Reajustamento Econômico (no Rio de Janeiro), da qual se tornou presidente, função que exerceu até ingressar, em 1937, no TCU.

Em Salvador, onde passou a maior parte de sua vida, ainda estão presentes as marcas de suas ações em favor da dinamização da cultura e do ensino, a exemplo de dois importantes prédios-monumentos, que se tornaram referências na área central de Salvador, pela beleza e imponência mas também pela importância histórica e cultural, e que foram construídos graças ao seu esforço pessoal na arrecadação dos recursos necessários: da Faculdade de Direito (atualmente abriga a sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia), e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (ainda hoje uma das mais importantes instituições culturais do Estado).

Seus livros e publicações, a maioria dos quais escrita quando residia em Salvador, tornaram-se referência no Brasil e em vários países, com destaque maior para alguns como o "*Dicionário da terra e da Gente do Brasil*"; "*O Pau-Brasil na História Nacional*" e "*Ciclo do carro de bois no Brasil*". De uma família com origem agrária, ele foi excepcional em todas as áreas em que atuou. E, embora exercendo funções e missões como educador, historiador e jurista, ele se dizia um geógrafo por excelência. Não por acaso, as monografias descritivas elaboradas para diversos municípios, apresentadas por Bernardino e outros autores, foram um dos destaques do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador no ano de 1916.

Porém, apesar de toda a riqueza de sua história de vida e de ter sido tão influente pensador da geografia baiana e brasileira no começo do século XX, com ações que muito contribuíram para o desenvolvimento de várias gerações, este grande sergipano que tanto honra também a história do lado de preocupação com o incremento das atividades culturais e o fortalecimento das instituições da área, Bernardino José de Souza teve sua produção, notadamente acerca da geografia urbana, esquecida pelas últimas gerações, tanto em terras baianas quanto em Sergipe e também no restante do Brasil.

O resgate da sua memória, por meio desta produção do brilhante escritor Gilfrancisco dos Santos, um soteropolitano que transita nas áreas culturais da Bahia e de Sergipe, é uma contribuição grandiosa, e indispensável, da Corte de Contas de Sergipe por trazer ao conhecimento da sociedade de hoje a obra de quem honrou suas origens e elevou aos mais altos patamares o nome de sua terra de nascimento, Sergipe (na pequena Vila Cristina, hoje Cristinápolis), e aquela que adotou, Salvador, na qual desenvolveu a maior parte de sua produção intelectual.

Na razão direta da importância do homenageado, e também pelas suas vinculações com a essencial função de zelar pela boa aplicação dos recursos públicos, eis uma publicação que está, sem dúvida, à altura da importância das comemorações do Cinquentenário da Corte de Contas de Sergipe. Além de parabenizar pela justa comemoração, o TCE/BA faz toda questão de juntar-se ao TCE/SE pela iniciativa de trazer a lume, para o enriquecimento das novas gerações, tão bela história de uma vida dedicada ao fortalecimento da educação e da cultura.

A história de um homem que, comprovadamente e para a felicidade de sergipanos e baianos, sempre esteve à frente do seu tempo.

A AMADA SALVADOR DE BERNARDINO DE SOUZA

Plínio Carneiro da Silva Filho
Conselheiro-presidente do Tribunal de
Contas dos Municípios do Estado da Bahia

Uma singela, bela e velha urbe colonial era a Cidade do Salvador da Bahia de todos os santos que Bernardino José de Souza conheceu quando aqui chegou, aos 10 anos de idade, após uma longa e cansativa viagem de mais de 200 quilômetros — de carro de boi ou no lombo de cavalo — desde o engenho Murta, situado na antiga Vila Cristina, em Sergipe, na divisa então com o município de Barracão, na Bahia, onde nasceu, em 1884. E é certo que por ela se encantou. Só a deixou 40 anos depois, em 1934, quando assumiu o cargo de juiz da Câmara de Reajustamento Econômico, no Rio de Janeiro, então capital da República.

Que nos perdoem os sergipanos, mas foi aqui onde ele se instruiu, disseminou cultura e construiu sua história. Bernardino de Souza nasceu em terras sergipanas, mas foi registrado como filho da Bahia e assim se apresentava na maturidade. Era de família abastada, da aristocracia rural do Império, cujos antepassados estão entre os portugueses pioneiros no Brasil, os desbravadores, os empreendedores que fizeram fortuna com a produção de açúcar.

Por isso, ao se instalar em Salvador, passou a estudar na mais tradicional escola da cidade, o Ginásio Carneiro Ribeiro, então situado num belíssimo solar - demolido pela incúria de governantes nos anos 1970 -, na Ladeira da Soledade. Por seus bancos escolares passaram figuras como Ruy Barbosa, Euclides da Cunha, Rodrigues Lima, J.J. Seabra, enfim, toda uma geração que dominou a cultura, as letras na Bahia do final do século XIX a meados do século XX.

Bernardino de Souza homenageou o mestre Carneiro Ribeiro, tido como o "decano dos educadores da Bahia", um ano após a sua morte, aos 81 anos de idade, com um belo artigo publicado em 1921 na revista Bahia Ilustrada. Médico, linguista e educador, Carneiro Ribeiro ficou conhecido nacionalmente pela polêmica que travou com Ruy Barbosa sobre o Projeto de Código Civil, que ele revisou e deu forma num prazo de quatro dias, a pedido de J.J. Seabra, seu aliado político que depois governou o estado.

A Salvador que Bernardino de Souza conheceu, ao chegar de Sergipe, era uma cidade ainda colonial de seus 200 mil habitantes, com ruas calmas e frescas, iluminadas pela lua e pelas estrelas, a despeito dos lampiões de gás. E cheia de casarões que seriam demolidos poucas décadas depois. Mas as mudanças já se insinuavam. A cidade já contava, na passagem de um século para outro, segundo o antropólogo Antônio Risério, com meios de transporte coletivo e individual que devem ter impressionado o jovem estudante de origem rural: bondes elétricos, ônibus, os primeiros automóveis. Por volta de 1900, a energia elétrica — que tinha chegado três anos antes para movimentar os bondes — começou a iluminar ruas, repartições públicas e casas particulares.

Foi quando Bernardino de Souza concluiu os estudos preparatórios com Carneiro Ribeiro e ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, onde se diplomou após quatro anos de estudos. Mas a paixão, a dedicação à Geografia ele revelou ainda nas salas de aula do colégio, onde passou a lecionar a disciplina e a criar uma legião de admiradores. Uma das jovens que ficavam embevecidas com a sua inteligência, Maria Olívia, filha do velho professor Carneiro Ribeiro, por ele se apaixonou, e os dois se casaram em 1905.

Naquele ano, ele fez uma primeira incursão na política e foi eleito deputado estadual em duas legislaturas, de dois anos cada. O sucesso veio com o estímulo e os votos angariados pelos amigos Severino Vieira, que exercia o cargo de governador da Bahia, e J.J. Seabra, à época político já com notoriedade nacional, que anos depois assumiu o governo e se tornou um dos maiores chefes políticos

baianos. Bernardino ingressou na política sem descuidar da carreira no magistério, que se consolidou quando passou a dar aulas na Escola de Direito da Bahia sobre a História Universal, História do Brasil e em cursos sobre Direito Internacional Público.

O ápice como preceptor, no entanto, só foi alcançado quase uma década depois, quando submeteu-se a concurso e foi nomeado "professor catedrático" do Ginásio da Bahia – posição que o tornava uma celebridade na vida cultural de Salvador e merecedor de todas as deferências. Posição mais importante, à época, até mesmo do que de muitos professores de cursos superiores. Em duas oportunidades, assumiu o comando do ginásio, que dirigiu por seis anos, no total. O Ginásio da Bahia, hoje Colégio Central, até a década de 1960 foi responsável pela formação de gerações e gerações de intelectuais baianos. Nas últimas dignas de registro, estavam o cineasta Glauber Rocha, os poetas Florisvaldo Mattos, Fernando Peres, João Carlos Teixeira Gomes, artistas plásticos como Calazans Neto, entre outros. Até hoje, em uma de suas salas de aula, há uma placa nomeando-a "Sala Bernardino José de Souza", mas poucos dos atuais alunos conhecem a trajetória intelectual do homenageado. Uns poucos sabem que foi um "antigo diretor da escola".

No final da década de 1920, Bernardino de Souza rompeu relações com o Partido Republicano da Bahia e com os chefes políticos do estado, como J.J. Seabra, Octávio Mangabeira, Ernesto Simões Filho, entre outros, que dominavam a Bahia e se revezavam no poder. Ele passou a comungar os ideais liberais dos jovens tenentes que se uniram para derrubar a República Velha e o presidente Washington Luís no episódio que passou à História como Revolução de 30, levando ao poder o caudilho gaúcho Getúlio Vargas.

Na Bahia, o ano de 1931, primeiro da nova ordem, foi marcado pela agitação política e a queda sucessiva dos interventores estaduais nomeados por Vargas, que não resistiam à pressão política comandada por J.J. Seabra — que havia apoiado o líder gaú-

cho, mas foi alijado do poder. O primeiro interventor foi Leopoldo Amaral, que ficou no cargo por três meses. Nomeado em seu lugar, Artur Neiva — médico, cientista e etnógrafo de 50 anos – era um nome respeitado no meio intelectual baiano. Ele foi indicado a Getúlio Vargas para ser o governante da Bahia pelo amigo tenente João Alberto, então interventor no estado de São Paulo. Era também um grande amigo de Bernardino José de Souza.

E para compor o seu governo, Artur Neiva convidou Bernardino para ocupar a mais importante secretaria, a do Interior e Justiça da Bahia. Bernardino assumiu cheio de planos, mas evidentemente nada pode realizar, pois Neiva foi afastado do posto em quatro meses e só entrou para a história administrativa do estado porque teve a ideia de fazer o Instituto do Cacau. Ele foi sucedido por Raimundo Barbosa, que durou cinco meses, até a chegada do tenente cearense Juracy Magalhães, de 26 anos, que enfrentou e derrotou os velhos coronéis da política baiana e ficou no poder até 1937. Isto porque não se constrangeu em utilizar toda a sua força na briga com os velhos políticos: Simões Filho, dono do, à época, poderoso jornal A Tarde — que fazia campanha contra o 'forasteiro' Juracy —, por exemplo, levou uma surra que entrou para os anais da história.

A amizade de Bernardino José de Souza com Artur Neiva e – por seu intermédio – com o interventor paulista, tenente João Alberto, e outros 'revolucionários', no entanto, continuou a render frutos. E em 1934 Bernardino deixou a sua amada Salvador e se estabeleceu na capital da República, o Rio de Janeiro, nomeado por Getúlio Vargas para o cargo de juiz da Câmara de Reajustamento Econômico.

E logo foi guindado à presidência do órgão. Passou a conviver no Rio com pessoas poderosas na República e assim fez amigos personalidades influentes no Palácio do Catete. Com o advento do Estado Novo, foi então indicado ao ditador Getúlio Vargas e nomeado para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

Chegou até a assumir a presidência do TCU, mas seus olhos sempre estiveram voltados para o estudo da Geografia e para a elaboração de trabalhos científicos. Em 1938, concluiu um dos seus principais livros, *O Pau Brasil na História Nacional*, cuja tese apresentou em um congresso realizado em 1938. E muitos outros se seguiram, ampliando ainda mais sua vasta obra intelectual e científica, até a sua morte, em 1949.

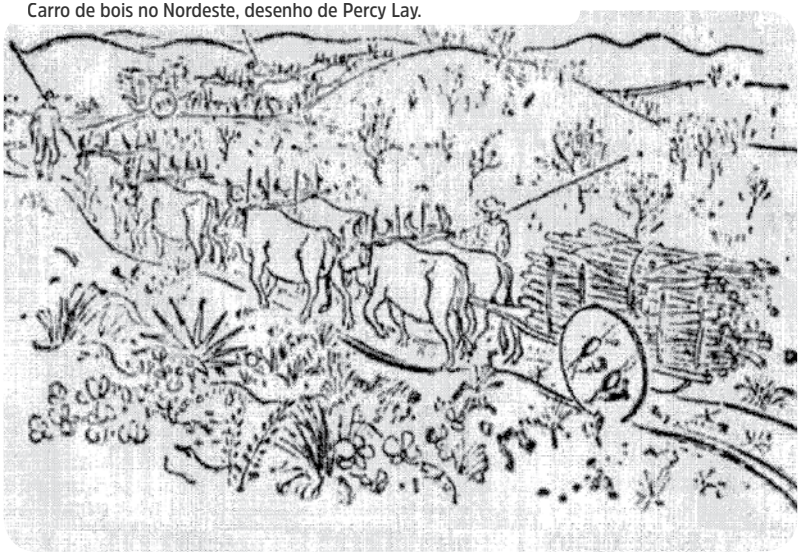
Não é preciso aqui destacar a importância de Bernardino José de Souza no estudo da Geografia no país e sua vasta produção científica a respeito. Nem lembrar o aspecto inovador da sua iniciativa no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador, presidido pelo cientista e engenheiro Theodoro Sampaio, de pedir aos prefeitos baianos que providenciassem monografias descritivas sobre seus municípios (23 deles atenderam) e que serviram para orientar o planejamento das ações governamentais, a partir do entendimento sobre a influência do meio ambiente no desenvolvimento econômico e social das diversas regiões do estado, e dos desafios que precisavam ser enfrentados. Autor de *Ciclo do Carro de Bois no Brasil*, Bernardino José de Souza, que em erudição superou mestres europeus que trabalharam em temas semelhantes, realizou um "trabalho de gigante", no dizer do historiador Waldir de Oliveira.

Em Salvador, que o recebeu no ano de 1894, após longa viagem desde Sergipe — certamente num carro de boi, que tanto o encantou —, Bernardino José de Souza será sempre lembrado. Não pelos que veem uma placa na porta de uma sala de aula no Colégio Central da Bahia, que ele dirigiu. Mas por todos que pousam os olhos no imponente prédio, projetado pelo engenheiro Theodoro Sampaio, na Praça da Piedade, no Centro da cidade, que é sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ele foi idealizado por Bernardino de Souza, que percorreu o Brasil em busca de recursos para a sua construção. Centro de estudos e pesquisas em Geografia importante até o final dos anos de 1940, o IGHB tem hoje, entre seus sócios, a nata da intelectualidade da Bahia.

INTRODUÇÃO

O Ciclo do Carro de Bois no Brasil é interessantíssimo trabalho, obra profunda sobre o modesto veículo que primeiro levou o progresso aos quatro cantos do Brasil. Seu autor de indomável energia faz a história acompanhar o carro primitivo, passo a passo.

Carro de bois no Nordeste, desenho de Percy Lay.



BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA, UM CIENTISTA SOCIAL

GILFRANCISCO

Professor de geografia, historiador e etnógrafo sergipano, Bernardino José de Souza (1884-1949), autor de muitas contribuições preciosas sobre a nossa terra e o nosso povo (*Dicionário da terra e da Gente do Brasil*; *O Pau-Brasil na História Nacional*; *Ciclo do carro de bois no Brasil*, dentre outros), continua ignorado por seus conterrâneos, apesar de ser referência importante no acervo bibliográfico em língua portuguesa. Na década de 1930, alcançara um merecido voo para o Rio de Janeiro, onde assumiu alguns cargos públicos: membro da Câmara de Reajustamento Econômico do Distrito Federal, pela qual foi eleito Presidente e Ministro do Tribunal de Contas da União. A obra de Bernardino de Souza, publicada em opúsculos e livros é constituída de discursos, proferidos em eventos memoráveis ou efemérides gloriosas, conferências, comunicações, memórias históricas, relatórios e artigos publicados nos jornais e revistas. Este ensaio procura organizar a "Fortuna Crítica" de Bernardino de Souza, com informações biobibliográficas e novas fontes de pesquisas, fundamental para estudiosos que se debruçarem sobre a obra desse sergipano radicado na Bahia e por isso desconhecido no seu próprio Estado. O ensaio tem enfoque sobre abordagem crítica de três dos seus livros mais importantes.

Bernardino José de Souza é uma das mais destacadas individualidades da Bahia. Catedrático do Ginásio do Estado e da Faculdade de Direito, professor do Ginásio Carneiro Ribeiro, é profundo conhecedor de história, de geografia, de literatura e de Direito Internacional. Deve-lhe a Bahia, além de muitos outros ensinamentos cívicos, a construção e a vida fulgurante de dois grandes mo-

numentos, que são ao mesmo tempo casas gloriosas, cobertas de loiros imarcescíveis, onde se aprendem, numa, a amar a Pátria e venerar as suas tradições, e noutra, a cultuar o Direito e querer a Liberdade: o Instituto Histórico e a Faculdade de Direito.

PRIMEIROS PASSOS

Nascido no Engenho Murta[5], Vila Cristina, hoje Cristinápolis, no Estado de Sergipe, nos limites da Bahia, a 8 de fevereiro de 1884, Bernardino José de Souza, filho do coronel Otávio de Souza Leite, tipo representante da aristocracia rural do Império e Filomena Maciel de Faria, aprendeu as primeiras letras na fazenda com a professora Maria Sá Cristina de Gouvêa[6]. O jovem Bernardino chega à capital baiana juntamente com o pai, em 1897, aos doze anos, para internálo no Colégio Carneiro Ribeiro, criado em 1884, situado no velho casarão da ladeira da Soledade, dirigido pelo grande filólogo. Feito os preparatórios matriculou-se em março de 1900, na Faculdade Livre de Direito da Bahia (hoje incorporada à Universidade Federal da Bahia), bacharelando-se a 6 de dezembro de 1904, sem ter atingido a maioridade, foi, entretanto, o orador da turma de bacharelados escolhido pelos colegas. Bernardino de Souza não seria advogado ou juiz. O que ele era, era um educador de alma e coração.

Após a sua formatura, nesse mesmo ano em 8 de julho se casa com d. Maria Olívia Carneiro de Souza, filha de Ernesto Carneiro Ribeiro e logo se entrega ao magistério, sendo nomeado pro-

5 Murta: Arbusto que atinge 3m de altura, de folhas opostas, coriáceas, folhas brancas e frutos que são bagas carnosas, preto-azuladas, usados para fazer compota. As folhas contém óleo essencial de sabor amargo, utilizado como medicamento e são consideradas adstringentes e sudoríferas.

6 Segundo Waldemar Mattos, no artigo Bernardino José de Souza (1884-1984) In: Sena, Consuelo Pondé de (org.) *Bernardino de Souza, vida e obra*. Salvador, Editora Quarteto, 2013, afirma que Bernardino José de Souza fora registrado em Rio Real, antigo município de Barracão, na Bahia.

fessor de matérias de sua predileção: Geografia (1905); História Universal e do Brasil em 1906, do conceituado Colégio Carneiro Ribeiro. Nesse último ano foi convidado para reger uma das cadeiras do Instituto de Ciências e Letras.

Inscreveu-se na Faculdade de Direito para concurso de lente substituto da 2ª seção e logrando aprovação, veio a ser nomeado pela congregação, por acesso, em 5 de abril de 1915, professor catedrático de Direito Internacional Público; Diplomacia e Direito Internacional Privado e Direito Público e Constitucional. Em virtude da Lei orgânica do Ensino de 1911, passou a ser lente extraordinário da 1ª seção, compreendendo aquelas duas cadeiras e mais a de Enciclopédia Jurídica.

Como político, deputado estadual em duas legislaturas, a 8ª, de 1905 a 1906 e a 9ª, de 1907 a 1908. Na qualidade de professor do Educandário dos Perdões, Escola Normal, e equiparada em 1911, foi nomeado para lecionar Geografia e História. Bernardino de Souza ensinou em diversos estabelecimentos particulares de ensino. Foi Catedrático de História Universal no Ginásio da Bahia, do qual foi diretor em 1925.

Bernardino dirigiu a Faculdade de Direito da Bahia de 1929 a 1934, ano em que foi nomeado, por decreto de 9 de março, membro da Câmara de Reajustamento Econômico, no Rio de Janeiro, onde fixou residência. De 18 de fevereiro a 15 de agosto de 1931 foi secretário do Interior e Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública, durante a interventoria de Artur Neiva (1880-1943).

Nomeado ministro do Tribunal de Contas da União, do qual foi presidente, nele permaneceu até falecer em 1949, na capital federal, vivendo seus últimos quinze anos.

Bernardino foi um objetivo, um homem da ciência e administração. Só a reconstrução da Faculdade de Direito da Bahia, que dirigiu por muitos anos, e a criação da Casa da Bahia, obra que para empreender e inaugurar teve de lutar contra tudo, até contra a ironia e o ridículo, vencendo-os sem um instante de desânimo, bastaria para consagrar-lhe o nome.

O HOMEM

Oriundo da aristocracia agrária, de família tradicionalmente ligada a terra, não perdeu nunca o seu sentido da vida rural, a paixão pelos seus encantos, que constituíram estímulo e inspiração de numerosos estudos seus. A terra e a gente do Brasil era sua paixão, aquilo que constituiu sua razão de ser. Severo e honesto em todas as suas atividades, conhecia profundamente tudo o que ensinava. Graças a Bernardino de Souza, os estudos brasileiros tiveram uma contribuição rara. Prático, era dotado de energia e vontade para execução dos seus ideais. Ou como bem definiu o educador baiano Anísio Teixeira (1900-1971):

> "Bernardino José de Souza foi um homem bem representativo do nordeste, da zona semi-árida onde nasceu na fronteira entre Bahia e Sergipe. Não tinha aquela 'maciez' dos baianos, ou dos nortistas 'amaciados' pela Bahia, da observação penetrante de Gilberto Freyre. Bernardino, como Rodrigues Dória, foi um sergipano cheio de ímpetos, e de até violências, postos a serviço de grandes causas. Renovou, material e intelectualmente, duas instituições culturais de grande porte: a Faculdade de Direito (onde é atualmente a sede da Ordem dos Advogados, depois de ter sido o prédio ocupado pela Escola de Administração da UFBA e pelo Fórum Federal) e o Instituto Histórico da Bahia. Sozinho, construiu palácios para ambos, abrindo-lhes novos rumos".

Apaixonado, desde cedo, pela geografia, Bernardino José de Souza participou com brilho excepcional de todos os congressos nacionais da especialidade. Foi realmente, antes de tudo, um geógrafo. Portanto, não foi somente um homem de ideias, mas, sobretudo, de ideais.

No longo prefácio de 21 páginas, escritas por Teodoro Sampaio para o livro Por Mares e Terras (leituras geográficas), de 1913, o experiente geógrafo e historiador baiano comenta o seguinte:

> "As Leituras Geográficas do Dr. Bernardino de Souza, construídas por uma série de artigos, aparentemente desconexos, lançados nos moldes superiores da boa doutrina, da linguagem castigada e vibrante de juvenil entusiasmo e de patriotismo, vêm assim, atalho, agita questões que mais de perto se prendem ao desenvolvimento nacional, no que ele reclama do melhor conhecimento do nosso próprio território, pelo estudo mais acurado da Geografia Pátria, pelos problemas científicos de que cogitam, pelas sugestões de caráter político-administrativo que elas lembram, pela novidade de certas investigações que manifestam".

E encerra a apresentação desta coletânea geográfica, de Bernardino de Souza dizendo que é

> "fruto de vocação e de entusiasmo de um cultor sincero da geografia, encontre no meio culto da nossa terra àquela boa acolhida a que faz jus toda a boa ação desinteressada e patriótica, qual a de estudar e divulgar a ciência, despertar energias e preparar o futuro, são os meus votos".

Essa edição de 1913 trata-se de um grosso volume de 304 páginas, impresso com impecável correção, nitidez e elegância. Este trabalho de Bernardino José de Souza é uma coletânea de vários estudos geográficos de uma lavra de artigos publicados na imprensa baiana, porém, corrigidos e melhorados pelo seu autor; de diversos trabalhos inéditos; artigos vibrantes, escritos em lingua-

gem elegante sobre as fronteiras do Brasil, o Canon do Rio São Francisco, a geografia militante no Brasil, avisos bibliográficos, o primeiro congresso brasileiro de geografia, o exemplo de São Paulo (estudo sobre o Estado de São Paulo), a natureza pretegida, a geografia das cidades, a cintura brasileira, as transcontinentais americanas, o geógrafo nubiense, o extremo oriente, a Tripolitânia, uma página de oceanografia e outros.

Nesses estudos, nessa coletânea delicada e profícua predomina a suave e sugestiva simplicidade da prosa de Bernardino de Souza. O livro representa em resumo, observações flagrantes, marcadas de análises profundas e polvilhadas de palavras sensatas, meditadas e criteriosas.

Morto em 11 de janeiro de 1949 no Rio de janeiro, o féretro saiu à tarde do dia seguinte de sua residência, à Rua Cândido Gaffrée, 196, para o Cemitério São João Batista. Bernardino de Souza deixou viúva, Maria Olívia Carneiro de Souza e os filhos Maria Berenice Carneiro de Souza (funcionária da ONU, nos Estados Unidos da América), Selene Maria de Souza Medeiros (poeta, casada com José Cruz Medeiros) e Sindoro Carneiro de Souza (engenheiro civil do Conselho de Águas e Energia Elétrica). O professor deixou ainda dez irmãos residentes entre os Estados da Bahia, Rio de Janeiro e Sergipe.

O INSTITUTO GEOGRÁFICO

Após incêndio ocorrido em 14 de setembro de 1913 no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, à época localizado na Praça Quinze de Novembro, distrito da Sé, que teve início às 11 horas da noite, provocado por indivíduos criminosos, penetraram no seu recinto, onde se conservavam preciosas relíquias de nossas tradições e de nossa História. Durante as diligências pelo Delegado Aurélio Velloso, ficou evidentemente provado tratar-se de um crime, tendo o perverso criminoso penetrado no estabelecimento

por uma janela do fundo do sótão, que dá para o telhado de um prédio vizinho, a qual se achava aberta.

Incalculáveis foram os prejuízos causados ao Instituto Geográfico, com o lamentável sinistro. A sua biblioteca sofreu consideráveis danos, sendo que, além do desaparecimento de volumes, os que foram salvos se acharam danificados pela água do serviço de extinção.

Segundo a imprensa local da época, os esforços empregados pelo Dr. Bernardino José de Souza, em prol do soerguimento do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia são de dignos louvores:

> "E todos os belos espíritos devem auxiliar esse distinto moço, nesta campanha cívica. A sua dedicação tem sido estoica e não pode ser olvidada.
> O Dr. Bernardino de Souza, sem ruído nem matinadas, está prestando um importante serviço ao Estado e revelando-se um verdadeiro patriota. Para falar do seu nome bem poder-se-á, parafraseando um antigo vate dizia:
>
> Baiano sincero e forte.
> Coração singelo e nu.
> O Brasil muito precisa
> De cidadãos como tu!..."[7]

OBRAS-PRIMAS

O pau-brasil na história nacional: leguminosa que teve a honra de associar seu nome a um dos maiores impérios da terra: o pau-brasil. Nos anais do mundo vegetal não consta que tamanha honra coubesse a qualquer outra espécie. Quando aqui aportaram as caravelas de Pedro Álvares Cabral, notaram logo os des-

7 **Gazeta de Notícias**. Salvador, 8 de maio, 1914.

cobridores da nova terra que nela existia o pau-de-tinta, a ibirapitanga do indígena, coisa semelhante ao brezil, brecilis, bracire, brasyll, espécie asiática que conheciam. E tanto isso é verdade que, já de retorno a Portugal, uma das naves levava a notícia do descobrimento e toras do famoso pau-de-tinta nas novas terras de além-mar.

Delineou-se desde então o papel histórico do pau-brasil, pois demarcou ao longo do litoral os pontos em que mais convinha ficar o homem para explorar tal riqueza, e tão intensa e importante se tornou a exploração e o consequente comércio que a região passou a ser indicada por terra do pau-brasil, terra do Brasil e, finalmente, Brasil. Esse nome prevaleceu sobre o de Vera-Cruz, primeiro nome dado pelos descobridores portugueses ao Novo Mundo e Santa-Cruz, nome dado ao Brasil pelos portugueses no ano seguinte ao seu descbrimento pelos europeus. Foi assim denominado como objetivo de refletir o sentido da propagação da fé. Isso com desgosto dos homens de então, chegando mesmo o cronista João de Barros (1496-1570) chamado o Grande ou o Tito Lívio português, considerado o primeiro grande historiador de Portugal, em suas Décadas da Ásia, publicadas em vários volumes (1552, 1553, 1563 e 1615), a lamentar azedamente que nomes tão cristãos se mudassem por influência do diabo dum pau que tinge panos.

O pau-brasil, hoje árvore rara, era intensamente procurado nos tempos coloniais para a extração do corante vermelho brasilina, que, depois de extraído, oxida-se, dando a brasileina; usava-se esse corante para tingir tecidos e fabricar tinta de escrever. Hoje em dia, a madeira é empregada apenas na fabricação de arcos para violino, motivo pelo qual é exportada em pequena escala.

O livro é resultado da tese apresentada por incumbência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o III Congresso de História Nacional (1938). Publicado no ano seguinte a esse estudo valioso, específico, que abarca o problema em sua totalidade, foi acrescida de um capítulo do cientista Artur Neiva e de

um parecer de Oliveira Viana. O historiador e professor Américo Jacobina Lacombe (1909-1993), diretor da coleção "Brasiliana", responsável pela edição do livro, disse que ele "representou para os estudiosos da primeira fase de nossa história econômica, sabem-no todos os estudiosos do país".

O Pau-Brasil na História Nacional é um admirável estudo de Geografia Humana, com toda a influência econômica e social do espécime da nossa flora que batizou o país. É um rigoroso trabalho de pesquisa, inficiente para modificar o conceito até então firmado, de que o ciclo econômico do pau-brasil esteve circunscrito ao século XVI. A documentação revelada demonstra que tal ciclo veio até o último quartel do século XIX. Na verdade o pau-brasil teve significado na história, refletindo-se em vários aspectos, pois fez muito mais do que contribuir para o nome do país.

Com a publicação deste livro estava Bernardino de Souza, um folclorista dos mais curiosos e eruditos. Segundo o jornalista e poeta Astério Campos, como ele educador, traçou-lhe, neste particular, um belo perfil:

> "Enquadram-no na gleria onde se acham Silvio Romero, José Veríssimo, João Ribeiro, Afonso Arinos, Couto de Magalhães, Pereira da Costa, Teodoro Sampaio, Melo Morais Filhos (...)".

O ciclo do carro de bois no Brasil: o carro de bois foi o primeiro veículo que rodou em terras brasileiras, introduzido pelos portugueses. Seu surgimento e seu emprego estiveram estreitamente ligados à indústria canavieira. Nos séculos XVII e XVIII monopolizou quase todo o transporte por terra no Brasil. No século XIX, ainda era o principal veículo de transportes pesados por terra. Apesar do desenvolvimento dos transportes mecanizados e do surgimento e expansão das ferrovias, o carro de bois no século XX continuou largamente utilizado, sobretudo no interior. O Ciclo do Carro de Bois estava dentro da lógica da especialidade do au-

tor, tão seguro e tão consciente dos conhecimentos da História e da Geografia do Brasil.

O projeto para a realização desse livro exigiu de Bernardino todas as reservas de homem de ação e as qualidades do sociólogo, do historiador, do geógrafo, do folclorista. Foi à saudade do Engenho Murta que deu a Bernardino forças necessárias para elaboração do livro. *Ciclo do carro de bois no Brasil* é na verdade um reencontro com as coisas do seu passado. Disse Bernardino de Souza:

> "Este livro foi elaborado com o pensamento nas duras e generosas lidas dos agricultores do Brasil, em cujas fileiras se inscrevem ao meu alcance, todos os meus antepassados. Por isso mesmo o esforço e consagro a todos os lavradores do país, ricos e pobres, proprietários e jornaleiros: quero apenas significar-lhes a veneração que tributo a quantos, poder a poder, desde os albores da Pátria, tem desbravado, semeado e regado de suor, permitindo-lhe o crescimento modesto e sóbrio, mas seguro e honesto, através de quatrocentos anos de jornada ao sol da civilização".

Sobre o livro afirma Anísio Teixeira em uma de suas obras:

> "Apresenta muitos pontos de contato com as obras materiais que realizou. É uma pesquisa em profundidade, com material planejado e reunido pelo autor, material este que normalmente exigiria uma equipe distribuída pelos quatro cantos do país.
> A indomável energia de Bernardino de Souza conseguiu emoldurar um vasto painel, cheio de variantes no tempo e no espaço, e transformá-lo em obra monumental de arte e de pensamento a um só tempo: inspiração para o artista e instrumento de trabalho para o cientista social".

Portanto, *Ciclo do carro de bois no Brasil*, escrito com o mais completo rigor científico, continua até hoje sendo o de maior utilidade para a compreensão da vida econômica do país em todos os tempos. Concluída a longa pesquisa, vieram as desilusões quanto à publicação imediata. Apesar de ter recorrido a várias editoras, instituições, órgãos de cultura, Bernardino de Souza não viu o seu maior projeto publicado.

IDEIAS/IDEAIS

Bernardino promoveu a construção, no bairro da Lapinha, de um pavilhão onde hoje se conserva ainda a figura lendária das páginas da Independência da Bahia (1823). Os carros alegóricos do caboclo e da cabocla são conduzidos pelo povo ao Campo Grande, em 2 de julho. Entre as grandes realizações do grande estudioso está a construção do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e da Faculdade de Direito da Bahia, que realizou com esforço inaudito, empreendendo-se excursões pelo interior da Bahia a fim de angariar donativos, fazendo conferências e promovendo espetáculos até vê-los instalados em prédios condignos.

Em virtude dos considerados ou relevantes serviços prestados à terra de Rui Barbosa (1849-1923), a congregação da Faculdade de Direito, por resolução de 27 de outubro de 1937, conferiu-lhe os títulos de Professor Emérito e Benemérito da Faculdade. Seus trabalhos refletem todo o gosto e o amor pela terra baiana, onde fez toda a sua formação intelectual. De modo que suas obras, revestidas de exaltação incontida, eram, ao mesmo tempo, de precisão heurística intocável.

Bernardino de Souza especializou-se em nomenclatura geográfica, produzindo várias monografias na matéria e, a final, um livro clássico*: Onomástica geral da geografia brasileira* (1927) e republicada em 1939 com o título de *Dicionário da terra e da Gente do Brasil*, prefaciado por Afrânio Peixoto. O pesquisador sergi-

pano foi sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco; do Instituto Histórico de São Paulo; do Instituto de Minas Gerais e membro correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e outras sociedades nacionais e estrangeiras. Colaborou em vários periódicos baianos: Diário de Notícias; Jornal de Notícias; Via-Láctea; Revista da Academia de Letras da Bahia; Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Revista da Faculdade de Direito da Bahia, Revista Bahiana de Doutrina, Jurisprudência, dentre outros.

Publicações

LIVROS

- *Discurso* – pronunciado por ocasião da solenidade da Colação do Grau dos Bacharelandos de 1904. Salvador, oficina dos Dois Mundos, 1904;
- *Ensino da Geografia* – memória apresentada ao I Congresso Brasileiro de Geografia, reunido no Rio de Janeiro a 7 de setembro de 1909;
- *Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil*, memória apresentada ao I Congresso Brasileiro de Geografia. Rio, Litho-Typ. e Encadernação Reis, 1910, 18 p. 2ª ed., 1917. Idem, 5ª ed. com o título de *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. Cia Editora Nacional, Brasiliana, Vol. 19. Of. Da Emp. Gráfica da "Rev. dos Tribunais S/A, São Paulo, 1961, 346 p. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2003;
- *Leituras Geográficas* – memória apresentada ao I Congresso Brasileiro de Geografia, reunido no Rio de Janeiro a 7 de setembro de 1909 (série de artigos publicados no Jornal de Notícias da Bahia, a partir de 14 de novembro de 1910);
- *Limites do Brasil*. Salvador, 1911;
- *Barão do Rio Branco* – Elogio Histórico pronunciado na seção solene do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 3 de maio de 1912;
- *Por Mares e Terras (Leituras Geográficas)*. Com prefácio de Teodoro Sampaio. Salvador, Livraria Catilina, 1913, p. 304;
- *A Ciência Geográfica* – seu conceito e suas divisões. Salvador, 1913;
- *Cronografia do Piauí*. Paraíba, 1913;
- *A Bahia* – Conferência realizada no Recife em homenagem ao IV Congresso Brasileiro de Geografia. Salvador, 1916;

- *Joana Angélica* – A primeira heroína da Independência do Brasil. Salvador, 1922;
- *O Município de Abadia*. Salvador, 1922;
- *A Margem da Dactilografia*, discurso proferido na colação do grau dos diplomados da "Escola Remington Oficial" da Bahia, em 1929. Salvador, 1929;
- *A Faculdade de Direito da Bahia em 1932*. Salvador, 1932;
- *Heroínas Baianas*. Joana Angélica. Maria Quitéria. Ana Néri. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936, 150 p. Idem, 2ª ed. Editora Paralelo Ltda, em convênio com o INL, Rio, 1972, p. 162;
- *O Pau-Brasil na História Nacional* – com capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Viana. São Paulo, Cia. Editora Nacional, col. "Brasiliana", Vol. 62, 1939, 267 p. Idem, 2ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional, col. "Brasiliana", Vol. 162/MEC, 1978, 155 p. Idem, edição fac-similar, Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, 1999;
- *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, Vol. 15, (série grande formato) 1958, 557 p. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2003.

ARTIGOS

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

- Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil. Salvador, v. 37-39, p. 137-146; Vol. 35, p. 27-40. 1911-13; 1909;
- Relatório. Salvador, Ano XVI; nº 35, p. 3-25,1909;
- Funcionários do ano social 1913-1914. Salvador, v. 37-39, p. 231-232. 1911-13;

- O nome do Estado da Bahia. Salvador, Vol. 37-39, p. 193-196. 1911-13;
- Em torno da Carta Geográfica da Bahia. Salvador, Vol. 40, p. 25-29. 1914;
- Ensino Primário de Geografia. Salvador, Vol. 40, p. 43-47, 1914.
- Estatutos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, Vol. 40, p 3-23. 1914;
- Em torno da Carta Geográfica da Bahia. Salvador, Vol. 40, p. 25-29. 1914;
- Área do Brasil e seus Estados. Salvador, Vol. 40, p. 31-35. 1914;
- A Ciência geográfica. Salvador, Vol. 40, p. 9-24. 1914;
- Relatório. Salvador, Ano XXII, nº 41, p. 105-129; 1915;
- A Bahia. Salvador, Vol. 42, p. 5-26. 1916;
- Relatório. Salvador, Vol. 41, p. 181-190. 1916;
- O coronel Cândido Mariano da Silva Rondon e os seus descobrimentos em Mato Grosso. Salvador, Vol.. 43, p. 198-208. 1917;
- Relatório das principais ocorrências da vida do Instituto de 3 de maio de 1916 a 3 de maio de 1917. Salvador, Vol. 43, p. 209-224. 1917;
- Museu do Instituto Histórico. Urna funerária dos caboclos. Salvador, Vol. 43, p. 227-230. 1917;
- A História e a Geografia da Bahia na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Salvador, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Vol. 43, p. 57-85; Vol. 59, p. 57-64. 1917; 1933;
- Relatórios. Salvador, Vol. 44, p. 297-312. 1918;
- O Pavilhão 2 de Julho. Salvador, Vol. 44, p. 313-322. 1918;

- Relatório. Salvador, Vol. 45, p. 103-210. 1919;
- Relatório. Salvador, Vol. 46, p. 237-258. 1919;
- Dois de Julho. Uma heroína da epopeia; Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Salvador, Vol. 46, p. 289-299. 1919;
- Notícia biográfica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Salvador Vol. 47, p. 1-16. 1921-22;
- Acta da solenidade do assentamento da primeira pedra do futuro edifício do IGHB, comemorativo do centenário da Independência. Salvador, Vol. 48, p. 296-320. 1923;
- Cachoeira e a Independência. Salvador, Vol. 48, p. 61-75. 1923;
- Joana Angélica. Salvador, Vol. 48, p. 419-453. 1923;
- A geografia da alimentação. Salvador, Vol. 49, p. 283-286. 1924;
- Centenário da Confederação do Equador. Salvador, Vol. 49, p. 381-437. 1924;
- Discurso de encerramento das conferências. Salvador, Vol. 50, p. 217-221. 1925;
- Onomástica Geral da Geografia Brasileira. Salvador, Vol. 53, p. 1-319. 1927;
- Museu do Instituto. Salvador, Vol. 54, p. 221-234. 1928;
- Em torno da demolição da Igreja da Sé. Salvador, Vol. 54, p. 399-408. 1928;
- Breves palavras, dirigidas ao Dr. Arthur Neiva. Salvador, Vol. 55, p. 243-245. 1929;
- Apresentação e discussão de teses de História da Bahia; rápida justificação. Salvador, Vol. 57, p. 665-676. 1931;
- O dia da Pátria no Rio. Salvador, Vol. 60, p. 553-557. 1934;

- A sala de "Castro Alves" no IGHB. Salvador, Vol. 60, p. 241-247. 1934;
- A Epopéia Baiana. Salvador, Vol. 60, p. 525-531. 1934;
- A Maior Data Baiana. Salvador, Vol. 66, p.541-560. 1940;
- Discurso. Salvador, Vol. 66, p. 561-565. 1940;
- Luiz Barbalho. Salvador, Vol. 67, p. 209-239. 1941.

REVISTA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

- Educação política. Salvador, Vol. I, nº1, p. 31-50, ago, 1930;
- Brasil-Itália: discurso pronunciado no Consulado Italiano, em 21 de abril, data da Fundação de Roma. Salvador, Vol. 3, nº4/5, p. 191-193, jun/dez, 1932;
- Saudação ao 2 de Julho; pronunciada no Rotary Club da Bahia a 1º de julho de 1933. Salvador, Vol. 4. nº6/7, p. 35-39. jun/dez. 1933;
- Notas biográficas do Prof. Ernesto Carneiro Ribeiro. Salvador, Vol. 8, nº16, p. 55-66. 1942.

REVISTA FACULDADE DE DIREITO DA BAHIA

- Teoria das Fronteiras Naturais. Salvador, Vol. V, Ano de 1915;
- Advertência. Salvador, Vol. VII, ano de 1932;
- As Guerras Civis e o Direito Internacional. Salvador, Vol.VIII, Ano de 1932;
- Continuando... Salvador, Vol. VIII, Ano de 1933;
- Relatório. Salvador, Vol. VIII, Ano de 1933;
- Os Litígios Internacionais. Salvador, Vol. VIII, Ano de 1933;

- Em Torno da Codificação do Direito Público Internacional. Salvador, Vol. IX, Ano de 1934;
- Relatório. Salvador, Vol. IX, Ano de 1934.

JORNAL DE NOTÍCIAS (BA)

- A Carta geográfica da Bahia. Um serviço inadiável. Apelo a Assembléia Legislativa do estado. 20, 22, 25, 26, 28 de abril, 4 e 20 de maio e 22 de junho de 1911;
- Problemas Internacionais. Salvador, 13 de julho de 1911;
- Barão do Rio Branco: conferência realizada no Instituto Histórico, em 1912. Salvador, 9 de maio de 1912;
- Pescarias baianas. Salvador, 26 e 30 de julho de 1912;
- Leituras geográficas: memória apresentada no I Congresso Brasileiro de Geografia em setembro de 1909. Série de artigos: Salvador, 14 de novembro, 1910; e nos dias 3,4,9,12 e 18 de outubro de 1912;
- A Expansão Germânica: série de artigos: Salvador, 30,31 de julho e 1º de agosto de 1915;
- Nas terras do Ceará. Conferência realizada no Ginásio Ipiranga. Salvador, 10 a 12 de agosto de 1915;
- Discurso proferido na sessão da abertura do IV Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Recife. Salvador, 16 e 17 de setembro de 1915.

A NOTÍCIA (BA)

- Um trato da maior Alemanha. Salvador, nº 17, 8 de outubro, 1914;
- Discuso. Salvador, nº 301, 24 de setembro, 1915.

REVISTA FILOLÓGICA

- Achegas para o dicionário da terra e da gente do Brasil. Rio de Janeiro, 1940.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

- O carro-de-boi em grandes fatos da história nacional. Rio de Janeiro, nº184. jul/set. p. 93-118, 1944.

C.H.N.

- Joana Angélica: a primeira heroína da Independência do Brasil. Rio de Janeiro, Vol. 9, p.9-41, 1922;
- O pau-brasil na história nacional. Rio de Janeiro, nº3, Vol. 10. p.216, 1938.

REVISTA BAHIANA DE DOUTRINA, JURISPRUDÊNCIA ETC.

- O Barão do Rio Branco na Diplomacia Brasileira. Salvador, Vol. 1, Fasc. 1º de abril, 1912.

BAHIA ILUSTRADA

- Dr. Ernestro Carneiro Ribeiro;
- Discurso (Os três Generais). Salvador, nº 2, 1918.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA (EDIÇÃO ESPECIAL DO CENTÁRIO)

- Notulas Chorographicas da Bahia. Salvador, 1923.

REVISTA DO BRASIL

- Rio de Janeiro, nº 15, setembro, 1939.

A MANHÃ

- Evocando o ciclo do carro de bois em nossa terra. Rio de Janeiro, (Parte I), 1942;
- Evocando o ciclo do carro de bois em nossa terra. Rio de Janeiro, (Parte Final) 2 de dezembro, 1942.

O CAMPO

- História do ciclo do carro de bois no Brasil. Rio de Janeiro, 1945.

Síntese Biográfica

1854 - Nascimento, 4 de Maio de Otávio de Souza Leite.

1878 - Casamento em 12 de Outubro de D. Filomena Maciel de Faria (neta do Barão de Abadia) e o Coronel Otávio de Souza Leite, no engenho Canabrava de Baixo, em Cristinápolis.

1884 - Nasceu no engenho Marta, Vila Cristina, hoje Cristinápolis (SE), nos limites da Bahia, a 8 de Fevereiro, Bernardino José de Souza, filho do coronel Otávio de Souza Leite e Filomena Maciel de Faria. O quarto filho do casal recebeu o nome do avô paterno, Tenente de Cavalaria de Milícias, marchara, ao lado de seu parente capitão-mor João d'Antas, na luta pela submissão da província de Sergipe à causa da independência. Com o nascimento primogênio dos homens, D. Filomena viaja à Salvador para cumprir promessa ao Senhor do Bomfim, iria assistir uma missa pela graça alcançada.

1888–1896 - Fez os estudos iniciais em sua terra natal, orientado pela professora Maria Secundina de Gouveia.

1890 - Inaugurou um curso livre de direito, que se propunha preparar alunos para os exames na Faculdade de Direito do Recife.

1891 - A 15 de Abril realizaram-se a instalação do primeiro prédio de ensino do Direito na Bahia, cuja sala do edifício na Rua Visconde do Rio Branco nº 19, na qual se havia outrora, por inspiração de Silva Lisboa, Visconde de Caíru, assinado o decreto de abertura dos Portos do Brasil.

1897 - Chega Bernardino de Souza aos 13 anos à capital baiana, juntamente com o pai, para matriculá-lo no colégio Carneiro Ribeiro, onde cursou Humandades

1900 - Em Março, matricula-se na Faculdade de Direito da Bahia.

1904 - A 8 de Dezembro, alcança o bacharelado em ciência jurídica e sociais, aos 20 anos, sendo escolhido orador da turma pela Faculdade de Direito da Bahia.

1905 - Iniciou em 4 de Fevereiro a vida publica no magistério como professor de geografia, no Colégio Carneiro Ribeiro.

1905/1906 - Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado em 1901 por Severino Vieira, ex-governador da Bahia (1900-1904).

1906 - Professor no Instituto de Ciências e Letras

1907/1908 - Reeleito deputado estadual pelo mesmo partido. Na câmara dos deputados, Bernardino de Souza, demonstrou ser um bom orador, sem dúvida uma brilhante carreira política lhe aguardava. Inesperadamente seu partido caira das posições em 1907, e Bernardino acompanharam seu chefe político, na queda gloriosa, num gesto de fidelidade, a Severino Vieira.

1908 - Professor-substituto na Faculdade de Direito da Bahia.

1909 - Durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, realizada no Rio de Janeiro, de 7 a 16 de setembro representou o Ginásio Carneiro Ribeiro, e o instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com dois trabalhos: Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil (publicou no ano seguinte) e Ensino de Geografia.

1912 - Pronuncia Elogio Histórico, na Sessão Solene do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 3 de maio.

1913 - Publica Por Mares e Terras, prefaciado por Teodoro Sampaio, seu amigo incondicional.

1914 - Publica na Revista nº 40 do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o artigo Ensino Primário de Geografia

1915 - Nomeado professor catedrático de Historia Universal, do Ginásio da Bahia, a 17 de setembro. Participa do 4° Congresso Brasileiro de Geografia, realizada no Recife, em setembro, representou o Governo do Estado da Bahia e o Museu de Arte e Ofício da Bahia. Apresentou o estudo *A Bahia*.

1916 - No 5° Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador, de 7 a 16 de setembro, apresentou três trabalhos: Em Torno da Carta Geográfica da Bahia; O Problema das Fontes do Amazonas e o Município de Bom Conselho (Bahia), em colaboração com João Mendes da Silva.

1917 - Publica em 2° edição sob o título de Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil, é nomeado Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

1919 - Professor no Colégio Pedro II e no Colégio Figueiredo.

1921 - Morte do Coronel Otavio de Souza Leite aos 67 anos. Bernardino participa do Primeiro Congresso de Intendentes da Bahia, em março, apresentou o trabalho, o *Município de Abadia – Esboço Coreográfico*.

1922 - Publica a monografia Joana Angélica, ilustrada com seis fotografias de T. Dias.

1925 - Nomeado diretor do Ginásio da Bahia, em 30 de maio, pedindo demissão a 18 de outubro.

1927 - Saiu em 3º edição o livro *O Monástico Geral da Geografia Brasileira*, prefaciado por Afrânio Peixoto.

1928 - Bernardino de Souza apresenta na 2ª Conferência Nacional de Educação, realizada em novembro na cidade de Belo Horizonte, a tese Educação Política. Em dezembro encontra-se em São Paulo, onde realiza uma conferência em 10 de dezembro, as 20:30h, no Instituto Histórico sobre "O Estado da Bahia em 1928"

1929 - É nomeado Diretor da Faculdade de Direito da Bahia, exerceu do cargo até 1934, além de professor no Instituto Baiano de Ensino.

1931 - Quarenta anos depois a 15 de abril, Bernardino José de Souza, inaugura o palácio-sede da Faculdade de Direito da Bahia, construída por subscrição popular, em memorável campanha, que organizou e chefiou no mesmo local da Rua Teixeira de Frutas (antiga Rua do Portão da Piedade), onde a Faculdade funcionou de 1896 a 1928 no solar do Dr. Jerônimo Sodré Pereira. Bernardino ocupa o cargo de Secretario do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Publica, de 18 de fevereiro a 15 de agosto, acompanhando a renúncia do interventor Arthur Neiva.

Em 9 de setembro toma posse como sócio correspondente do Instituto Histórico, no Rio de Janeiro.

1934 - Transfere sua residência para o Rio de Janeiro. Nomeado a 9 de março pelo governo provisório, juiz da Câmara de Reajustamento Econômico, com sede no Rio de Janeiro, de onde foi presidente, de 27 de junho a 31 de março de 1937.

1937 - O Senado realiza em 30 de março uma sessão secreta em seguida a sessão ordinária para apreciar o ato do governo federal que nomeou o Sr. Bernardino José de Souza para o corpo de ministro do Tribunal de Contas. A nomeação foi aprovada, e toma posse em 1º de abril, cargo em que se revelou um magistrado íntegro, sendo eleito sem presidente. Por resolução de 27 de outubro, conferiu-lhe os títulos de Professor Emérito e Benemérito da Faculdade de Direito da Bahia.

1938 - Em julho foi empossado no cargo de 2º vice-presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. No III Congresso de História Nacional, reunido no Rio de Janeiro, de 19 a 28 de outubro, figura com a tese o *Pau Brasil na História Nacional* (publicado no ano seguinte).

1938/1948 - Ministro do Tribunal de Contas da União.

1939- Em setembro Bernardino de Souza realiza conferência na Federeção das Academias de Letras, sobre Carneio Ribeiro, comemorativa do centenário do grande educador.

1940 - Participa como presidente da comissão organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis, de 7 a 16 de setembro. Publica Luis Barbalho (1601-1644), biografia do imortal guerreiro luso-brasileiro, natural de Pernambuco.

1941 - A convite do DIP (Departamento de Imprensa e Propa-

ganda), Bernardino José de Souza realiza uma conferência sobre "As perspectivas internacionais da Amazonas no quarto século do descobrimento do Rio Mar". Bernardino concluiu a conferência apelando para o Peru e o Equador, afim de que solucionem a secular e grave questão das fronteiras entre os dois países, atendendo a que estamos em vésperas de dois acontecimentos memoráveis: a celebração do quarto centenário do Amazonas e a reunião da "Conferência da Amazonas". Terminada a conferência, o ministro do Equador, Sr. Homero Lafronte, declarou da tribuna que recebia o apelo comovido. Apoiava as palavras e tinha certeza que o pensamento do seu governo não era diferente. Em outubro realizou-se no Rio de Janeiro na sede da Sociedade de Geografia, uma reunião da Comissão Organizadora Central do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia, a fim de tratar de vários assuntos de ordem administrativa.

1943/1944 - Eleito para o biênio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, como 1º vice-Presidente. Em fevereiro de 1943 participa no Instituto Hitórico do Rio de Janeiro das Comemorações do 1º Centenário do Nascimento do Visconde de Taunay. A convite da Academia Carioca de Letras, o ministro Bernardino de Souza, membro eleito dessa instituição, fez leitura em 21 do mês de abril de um estudo "Nos setores da panteonimia", ensaios de classificação dos nomes dos carros de bois que faz parte do livro em preparação.

1946/1947 - Presidente do TCU.

1948 - Em novembro na Associação Brasileira de Imprensa, o escritor Bernardino José de Souza, por iniciativa da Comissão Nacional de Folclore, fez leitura de seu livro inédito — *O Ciclo do Carro de Bois no Brasil*. A leitura pausada seduziu o nu-

meroso auditório. Causou impressão o extraordinário esforço, a paciência e amor das coisas da nossa terra, nas remotas e acuradas pesquisas pelo sertão a dentro e pelo Brasil afora, em tudo o que se relaciona com os bois, quadrúpesdes ruminantes que servem para a lavoura, para a carga, para a alimentação, e que têm inspirado formosas trovas, romances advinhas e ditos folcóricos. Toma posse em 20 de abril como membro da Liga de Defesa Nacional, juntamente com outros, eleitos na última Assembleia Geral.

1949 - Vítima de grave enfermidade, morre Bernardino José de Souza, em 11 de janeiro, na capital federal, deixando viúva e três filhos. O Diário Oficial do Estado da Bahia dedicoulhe um Suplemento Especial. Após seu falecimento, o Tribunal de Contas da União rendeu homenagem à memória do jurista falecido dia 11. O Ministro Rubem Rosa falou, expressando o profundo pezar do Tribunal, ressaltando que os círculos jurídicos do país estão cobertos de luto, pois que desapareceu um das figuras mais destacadas do Direito do Brasil. A sessão foi exclusivamente dedicada ao ilustre morto. Falaram os ministros Oliveira Lima, Cesário Alvim Filho, auditores Bueno Brandão Rogério Freitas, Ernesto Claudio Vidal da Fontoura e o procurador Cunha Melo.

1958 - Foi editado finalmente a obra à qual dedicou o seu maior esforço, *Ciclo do Carro de Bois no Brasil*, edição comemorativa do 30° aniversário de fundação da Companhia Editora Nacional. Em 27 de novembro falece aos 81 anos no Hospital dos Servidores do Estado, a viúva, Maria Olivia Carneiro de Sousa.

1959 - Em outubro foi revelado os vencedores dos prêmios do Instituto Nacional do Livro (INL), editado em 1958. Entre os

vencedores, Bernardino José de Souza contemplado na categoria "ensaio e erudição", Prêmio Edgar Cavalheiro, pela obra *O ciclo do carro de bois no Brasil*.

A Morte de Bernardino de Souza na Imprensa Baiana, Sergipana e Carioca

MINISTRO BERNARDINO DE SOUZA: FALECEU, ONTEM NA CAPITAL DA REPÚBLICA, O IDEALIZADOR DA "CASA DA BAHIA"

A Tarde

A Bahia perdeu ontem uma de suas figuras mais representativas.

Bernardino de Souza, nascido fora dos limites deste Estado, embora bem próximo dele, aqui viveu a maior parte da vida. Aqui, pelas extraordinárias qualidades de inteligência e de ação, prontas ao serviço da Bahia, tornou-se um homem raro, dos de maior acervo de realizações, em benefício da nossa cultura e da nossa tradição.

Sem ter sido político, no sentido partidário, ninguém o excedeu no interesse e na dedicação pela causa pública.

Professor e erudito, dentro de suas atividades culturais, em duas campanhas memoráveis, que encheram de admiração e entusiasmo toda a Bahia, transformou duas das nossas instituições de maior valia.

Todos se recordam o que foram os movimentos pela edificação do Instituto Histórico e da Faculdade de Direito. Instalados em prédios modestos, que mal permitiam suas atividades, resolveu Bernardino de Souza, empreender ele só, um após outro, a construção desses dois esplêndidos edifícios a significarem para ambos os institutos, a ressurreição e o esplendor com que tanto honram a cultura baiana. O que foram as duas campanhas cívicas de Bernardino de Souza não se pode dizer nos limites deste registro.

Um homem que dedicava-se de corpo e alma, anos a fio, a obter recursos para obra de grande vulto, sem um minuto de des-

falecimento, quando minguavam os donativos, ele saía pelo interior, com a mulher e os filhos, improvisando pequenos espetáculos. Os baianos residentes fora do Estado, e até no estrangeiro, eram convocados, numa correspondência gigantesca, imaginada, redigida e expedida pelo mesmo homem.

Todo esse esforço não era em favor de um partido político que levasse seu autor a posições de mando. Apenas o interesse de um homem de estudos pelas instituições culturais o que servia. Grande e nobre exemplo, desse que atravessam os tempos.

Os últimos quinze anos de vida fora da Bahia não poderiam determinar o esquecimento daquele homem prodigioso e a emoção com que foi recebida ontem a notícia de sua morte bem demonstra quanto é duradouro o agradecimento desta terra aos que a bem serviram.

É que Bernardino de Souza não era só o homem de ação a que nos referimos. Pesquisador infatigável, professor dos mais exatos, seu labor intelectual foi durante cerca de trinta anos, dos mais eficientes na formação de muitas das nossas gerações. Raro será o estudante baiano entre 1905 e 1935 que não tenha recebido lições de Bernardino de Souza. De história, de geografia ou de direito, todos os que naquela época fizeram estudos aqui, guardam bem vivos os exemplos daquele mestre admirável que não só transmitia saber profundo e variado como constituía para os seus alunos modelos de cumprimento de dever.

Ninguém mais assíduo na cátedra, mais eficiente na disciplina didática. A essas qualidades havia de corresponder, a exigência do mestre. E todos sabiam que Bernardino de Souza não transigia com a desídia dos estudantes. Foi assim um mestre ao mesmo tempo querido e temido.

Bernardino de Souza deixou um conjunto de trabalhos escritos que representam valiosíssima contribuição aos estudos brasileiros.

O seu *Dicionário da terra e da Gente do Brasil* é obra clássica na bibliografia histórica e geográfica.

Notáveis são igualmente os livros *Heroínas Bahianas* e *O Pau-Brasil*, tendo deixado inédito o estudo sobre o *Carro de Bois*, pesquisa sociológica a que se dedicou nos últimos tempos.

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O dr. Bernardino José de Souza, nasceu no engenho "Murta", no Estado de Sergipe, filho do Cel. Otávio de Souza Leite e dona Filomena Maciel de Faria, aos 8 de fevereiro de 1884.

Menino ainda veio para esta capital estudar no Colégio Carneiro Ribeiro, dirigido pelo consagrado filólogo, a quem havia de se ligar por laços mais íntimos, vindo a casar com uma de suas filhas.

Matriculou-se em 1900 na Faculdade de Direito da Bahia, onde se diplomou a 8 de dezembro de 1904, sendo o orador da turma.

Desde estudante ensinava geografia e história e, poucos anos depois de formado voltava à Faculdade de Direito como professor, depois de memorável concurso.

Entre 1905 e 1908 foi deputado estadual, único período em que exerceu funções políticas.

Representou a Bahia no 1º congresso de Geografia reunido no Rio de Janeiro em 1909. Foi um dos realizadores do 3º desses Congressos, reunido nesta capital em 1914, presidido pelo Barão Homem de Melo.

Em 1915 foi nomeado catedrático de História Universal, do então Ginásio da Bahia, onde ocupou o cargo de Diretor em 1925.

Em 1928, representou a Bahia na II Conferência Nacional de Educação reunida em Belo Horizonte.

Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, organizou de 1920 a 1922 a campanha pela construção da "Casa da Bahia", instalada em 2 de Julho de 1923, quando das comemorações do 1º Centenário da grande data.

Em 1929 foi eleito diretor da Faculdade de Direito, tendo remodelado inteiramente a nossa antiga Escola. Em 1931 inaugurava o novo edifício, tendo permanecido na diretoria até 1934. Durante a interventoria Artur Neiva, em 1931, ocupou o cargo de Secretário do Interior e Justiça.

Em 1934 o governo da república nomeou o professor Bernardino de Souza, Juiz da Câmara de Reajustamento Econômico, com sede no Rio de Janeiro para onde se transferiu. No mesmo ano foi eleito presidente da dita Câmara, cargo que ocupou até 1937 quando ascendeu ao posto de ministro do Tribunal de Contas da União. Foi presidente do mesmo Tribunal de 1945 a 1947.

O X Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Florianópolis, teve Bernardino de Souza como presidente da Comissão Organizadora.

São os seguintes os seus principais trabalhos: *Leituras Geográficas*, 1909; *Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil*, 1910; *Limites do Brasil*, 1911; *Barão do Rio Branco*, 1912; *Coreografia do Estado do Piauí*, 1913; *Por Mares e Terra*, 1913; *A Ciência Geográfica*, seu conceito e divisão, 1913; *A Bahia*, 1916; *O Problema das fontes do Amazonas*, 1917; *O município de abadia*, 1922; *Joana Angélica*, 1922; *Onomástica geral da Geografia Brasileira*, 1927; *Heroínas Bahianas*, 1936; *O Pau-Brasil na História Nacional*, 1939; *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, 1939; *Luiz Barbalho*, 1941.

A FAMÍLIA DO EXTINTO

O Ministro Bernardino de Souza era casado com d. Maria Olívia Carneiro de Souza, de cujo consórcio deixa os seguintes filhos: engenheiro Sindouro Carneiro de Souza, do Conselho Nacional de Energia Elétrica; dona Selene Souza Medeiros, casada com o Sr. José Medeiros, funcionário da Cia. Sul América, e a se-

nhorita Maria Berenice, atualmente servindo na Organização das nações Unidas, em Nova York.

SERÁ SEPULTADO HOJE

O óbito verificou-se ontem às 20 horas e 30 minutos, na residência do extinto à Rua Cândido Gaffré, 196, na Capital da República. O sepultamento será hoje às 16 horas no Cemitério de S. João Batista.

HOMENAGEM DO GOVERNO DO ESTADO

O Sr. Otávio Mangabeira, ao ter conhecimento da morte do dr. Bernardino de Souza mandou depor sobre seu féretro uma coroa, com a inscrição — "Homenagem do Governo da Bahia" —, e dirigiu à sua Exma. Viúva o seguinte telegrama: "Aos meus sentimentos de pesar pelo trespasse de Bernardino de Souza, meu velho e prezado amigo, reúno o de toda a Bahia, de quem foi ele um servidor benemérito".

A PREFEITURA CUSTEARÁ OS FUNERAIS

Ao ter conhecimento do falecimento do Ministro Bernardino de Souza, o prefeito da capital, Sr. Wanderley Pinho, comunicou-se com os membros da família do extinto, no Rio de Janeiro, pedindo licença para Prefeitura custear os funerais.

A Prefeitura providenciou também a colocação, sobre o féretro, de uma capela, em nome da cidade.

A CASA DA BAHIA AO SEU REALIZADOR

A diretoria do Instituto Geográfico e Histórico, logo que teve conhecimento do falecimento do prof. Bernardino de Souza, realizou uma sessão, deliberando o seguinte: telegrafar à sua família, enviando-lhe condolências; mandar depositar uma coroa sobre a sepultura; pedir ao confrade, prof. Pedro Calmon para falar no enterramento, em seu nome; hastear a bandeira em funeral, em sua sede; tomar luto por oito dias.

Por esses dias será efetuada outra reunião, a fim de se deliberar sobre as homenagens que, em sessão especial, serão prestadas à memória do extinto.

O professor Bernardino de Souza era grande benemérito daquele Instituto, cujo salão nobre tem o seu nome.

A HOMENAGEM DA SECRETARIA DO INTERIOR

Na Secretaria do Interior e Justiça, de que o Dr. Bernardino de Souza foi titular, não haverá expediente hoje. Também por determinação do sr. Albérico Fraga, será depositada uma coroa sobre a sepultura do extinto, em nome da referida Secretaria.

A FACULDADE DE DIREITO TOMA LUTO

A Faculdade de Direito, de onde o prof. Bernardino de Souza era lente catedrático e de que fora por longos anos diretor, tendo realizado a campanha para a construção do seu prédio atual, deliberou prestar várias homenagens ao extinto. Durante três dias, a partir de hoje, fará hastear a bandeira, com crepe, em sinal de luto, encerrando, outrossim, o seu expediente regular. A diretoria da Faculdade comunicou-se por telegrama, com o prof. Pedro

Calmon, a quem solicitou que a representasse nos funerais do prof. Bernardino de Souza.

O PESAR DA ACADEMIA DE LETRAS

A Academia de Letras da Bahia associou-se às homenagens ao seu confrade, ministro Bernardino de Souza, hasteou a sua bandeira em funeral e fez-se representar em todas as homenagens, no Rio de Janeiro, pelos seus companheiros Heitor Froes e Leopoldo Braga. Além disso, fará realizar, em data que será previamente anunciada, uma sessão solene, em memória do extinto.

NO COLÉGIO DA BAHIA

O diretor do Colégio Estadual da Bahia, em virtude do falecimento do ministro Bernardino de Souza, determinou luto por três dias e suspendeu o expediente de hoje. Incumbiu o Dr. Oscar Hilário de Castro, Inspetor Federal junto ao Colégio, de representá-lo nos funerais e colocar uma coroa no túmulo. A diretoria do Colégio mandará celebrar missa de 30º dia.

O Grêmio "Colégio da Bahia" declarou-se solidário as medidas e enviou pêsames à família do extinto.[8]

8 **A Tarde**. Salvador, 12 de janeiro de 1949.

FALECEU O PROFESSOR BERNARDINO DE SOUZA

Diário de Sergipe

Seu passamento, ontem, às primeiras horas da noite, na Capital Federal. Notícias procedentes da Capital da República nos trazem o doloroso passamento do Dr. Bernardino de Souza, professor da Faculdade de Direito da Bahia e Ministro do Tribunal de Contas.

O extinto era natural do município de Vila Cristina e membro da tradicional família Souza Leite, deixando entre outros parentes neste Estado, o seu irmão dez. Otávio Leite, inúmeros sobrinhos e primos.

Era casado com d. Maria Luzia Carneiro de Souza, filha do grande professor baiano Carneiro Ribeiro e os seguintes filhos: Maria Berenice carneiro de Souza, funcionária da ONU, nos Estados Unidos; Celene Maria de Souza Medeiros, poetisa, casada com o Sr. José Cruz Medeiros e Sindoro Carneiro de Souza, engenheiro do Conselho de Águas e Energia Elétrica.

Sobre seu cultor de direito dos mais brilhantes do país, o Ministro Bernardino de Souza era membro de várias instituições culturais, pois deixa inúmeros trabalhos sobre biografia e história pátria.

Deixou um livro inédito — "*O ciclo do carro de bois no Brasil*".

Pêsames à família.[9]

9 **Diário de Sergipe**. Aracaju, 12 de janeiro de 1949.

FALECEU, ONTEM, NO RIO, O PROF. BERNARDINO DE SOUZA

Correio de Aracaju

Rio, 12 – Ocorreu ontem, nesta capital, o falecimento do notável jurista sergipano, Prof. Bernardino José de Souza, membro ilustre do Tribunal de Contas.

Catedrático de Direito Internacional da Faculdade de Direito da Bahia, cujo magestoso prédio foi construído quando ele a dirigia, e de História da Civilização do Colégio Estadual da Bahia, o Prof. Bernardino de Souza era secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da terra de Ruy.

O enterramento verificar-se-á, hoje, à tarde, saindo o féretro de sua residência, à Rua Cândido Gaffrée, 196, para o Cemitério S. João Batista.[10]

10 **Correio de Aracaju**. Aracaju, 12 de janeiro de 1949.

MINISTRO BERNARDINO DE SOUZA

Correio de Aracaju

Pesar em nossos meios sociais pelo desaparecimento do grande homem público

Como havíamos noticiado em breve nota, o falecimento, na capital da República, do grande sergipano Ministro Bernardino de Souza, esse acontecimento repercutiu, dolorosamente, em nossos meios sociais, em cujo seio o ilustre morto gozava de geral estima, respeito e consideração.

Ao completarmos a nossa notícia, reconhecemos que não é só o seu estado natal, nem a vizinha Bahia que pranteiam o seu passamento, mas o país todo, pois no panorama da inteligência e cultura brasileira, do caráter e da correção nacional, o cidadão ora desaparecido era expressão da maior grandeza e relevo.

Em todos os setores da pública administração a que fora convocado para prestar o concurso de sua primorosa inteligência, deixou traços inde e magníficos de sua operosidade, de seu patriotismo, tudo sob a máxima de que melhor servindo é que eleva e prestigia o conjunto de nossas instituições no conceito da opinião pública.

O Ministro Bernardino de Souza nasceu na fazenda da Murta, no município de Vila Cristina, hoje Cristinápolis, neste Estado, em 1885. Eram seus genitores o Cel. Otavio de Souza Leite e Dona Filomena Maciel de Faria, ambos falecidos, esta recentemente. Deixou viúva Dona Maria Luiza Carneiro de Souza, fi-

lha do grande professor brasileiro dr. Ernesto Carneiro Ribeiro — considerado a flor da gramática nacional — e os seguintes filhos: Sindoro Carneiro de Souza, engenheiro civil e de minas do Conselho de Águas e Energia Elétrica, dona Seleneh Carneiro de Souza, alta expressão da poesia feminina no Brasil, é casada com o sr. José Cruz Medeiros e a gentilíssima senhorita Maria Berenice Carneiro de Souza presentemente, nos Estados Unidos, exercendo o alto cargo de secretária da ONU.

O professor Bernardino de Souza deixa ainda os seguintes irmãos, domiciliados em Bahia, no Rio e em nosso Estado: dez. Otavio de Souza Leite, do nosso Tribunal de Justiça; dona Stael Souza Dantas de Carvalho, casada com o bel. Bento Aleino Dantas de Carvalho; dona Cremilde de Souza Amor, viúva do Cel. Temístocles Amor; Zeuxis Maciel; Eteocles de Souza Maciel, eng.º civil da Estrada de Ferro Central do Brasil; dona Filomena Maciel de Cavalcanti, viúva do Cel. Alfeu Cavalcanti; dona Felicidade Souza Fontes, esposa do Sr. Francisco Dantas Fontes; dona Deogracia de Souza Azevedo, casada com o Sr. Ladislau Barbosa de Azevedo e as senhoritas Edit de Souza Maciel e Éster de Souza Maciel. Entre numerosos sobrinhos se destacam o dr. Benjamin Alves de Carvalho, ilustre médico em nosso meio e brilhante deputado à Câmara estadual, pela União Democrática Nacional e ainda, o dr. Benjamin de Souza Leite, também médico conceituado e membro do serviço de saúde da Caixa Econômica Federal.

O Ministro Bernardino de Souza iniciou os seus estudos secundários em Salvador, no ginásio Carneiro Ribeiro. Ingressando na Faculdade de Direito da Bahia, não só se tornou em todo o curso aluno distinto, como foi eleito orador de sua turma. Nesse Estado exerceu inúmeros cargos, como o professor do ginásio Carneiro Ribeiro e de catedrático de História Universal, no ginásio oficial e, na Faculdade de Direito da Bahia, professor de direito internacional público. Exerceu ainda as seguintes funções: deputado estadual cerca de duas legislaturas, diretor do

ginásio oficial, da Faculdade de Direito e, na interventoria Artur Neiva, secretário do Interior e Justiça e Instrução, Saúde e Assistência Pública.

Transferindo sua residência para o Rio de Janeiro, em 1934, foi nomeado membro da Câmara de Reajustamento Econômico, bem como no mesmo ano, ocupou a sua presidência. Em 1937, foi conduzido para o Egrégio Tribunal de Contas, ocupando, por sua vez a presidência.

O Ministro Bernardino de Souza foi membro de inúmeras instituições culturais em nosso país e deixa uma vasta bibliografia, notadamente, sobre biografia, sendo que em uma primou sobre a individualidade do grande filólogo Carneiro Ribeiro, obra de grande estilo, carinho e dedicação ao grande mestre brasileiro, e, ainda, sobre história e matéria de direito.

Deixou o Ministro Bernardino de Souza uma obra inédita — *Ciclo do carro de bois no Brasil* — obra em que esgota a contribuição do carro de bois na formação e desenvolvimento de nossa Pátria, volume alentado em mais de oitocentas páginas, todo ilustrado de desenhos, mapas e paisagens daquele período colonial.

Ao fazer este registro, "Correio de Aracaju", sentindo com a terra mater desaparecimento do grande vulto de nossas letras e do nosso magistério, significa à família ilustre, o seu profundo pesar.[11]

11 **Correio de Aracaju**. Aracaju, 15 de janeiro de 1949.

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Revista da Academia de Letras da Bahia

Faleceu nesta cidade, no dia 11 de janeiro último, o dr. Bernardino José de Souza, eminente figura da sociologia e da história brasileira.

Nasceu ele no engenho Murta, em Sergipe, a 8 de fevereiro de 1885, e era filho de Otávio de Souza Leite e d. Filomena Maciel de Faria. Estudou as primeiras letras na Fazenda Murta, Município de Vila Cristina, as humanidades na Bahia, no Colégio Carneiro Ribeiro. Formou-se em Direito em 1904, pela Faculdade do Salvador.

Casando-se em 1905 com d. Maria Olívia, filha de Carneiro Ribeiro, fez-se professor do respeitado educandário, que esse grande vulto do magistério brasileiro mantinha na Bahia. Foi depois catedrático de História do ginásio Baiano, catedrático de Direito Internacional Privado da faculdade de Direito da Bahia. Foi deputado estadual na Bahia (2 legislaturas); secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado; secretário do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública na interventoria Aristeu Neiva (1931). Em 1934, foi nomeado membro da Câmara de Reajustamento Econômico; em 1937, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas. Exerceu a presidência dessas duas entidades.

Era pai da poetisa Celene Maria de Souza Medeiros.

Redigiu "O Acadêmico" (Bahia, 1901) e colaborou no Diário da Bahia, na Via Láctea e no Jornal de Notícias, na Revista da Faculdade de Direito da Bahia, etc.

Escreveu: *Nomenclatura Geográfica peculiar ao Brasil* – Lito-Tipografia Reis e C. Bahia, 1910.

O *Almanaque Brasileiro Garnier* para 1912 deu sobre este livro a seguinte nota: "É pena não ser mais desenvolvido este opúsculo interessante e muito bem ordenado. A Academia Brasileira no seu vocabulário deverá aproveitar essa contribuição valiosa, onde aliás, deveriam ser indicadas com maior precisão as fontes informativas (Rohan, e outros) para facilitar a pesquisa ou dissipar qualquer dúvida do leitor. Foi lido no Congresso Brasileiro de Geografia (Rio. 1909), na sua primeira reunião".

Educação Política — em torno do seu aspecto mais urgente — Memória apresentada à 2ª Conferência Nacional de Educação pelo Delegado da Bahia.[12]

12 **Revista da Academia de Letras da Bahia**. Salvador, nº1. – A Faculdade de Direito da Bahia em 1932.

DR. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

O FALECIMENTO ONTEM DESSE ILUSTRE MEMBRO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Jornal do Brasil

Em sua residência, à rua Candido Gaffrée nº196 na Urca, faleceu ontem, às 20 horas e vinte minutos, o Dr. Bernardino José de Souza, Ministro do Tribunal de Contas, do qual era um dos seus expoentes.

Seu sepultamento verificar-se é hoje no Cemitério de São João Batista, saindo o féretro da residência da família enlutada, às 16 horas.

O Ministro Bernardino José de Souza é filho do Sr. Otavio de Souza Leite e da Sra. Filomena Maciel de Faria, tendo nascido no Engenho Murta, no Estado de Sergipe, no dia 8 de fevereiro de 1885.

Estudou as primeiras letras na Fazenda Murta, Município de Vila Cristina, com a Professora D. Maria Sá Cristina de Gouvêa; fez o curso de humanidades no Colégio Carneiro Ribeiro, sob a orientação do grande educador Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro e de Direito na Faculdade da Bahia, formando-se em 8-12-1904, sendo aluno distinto.

Casou-se com d. Maria Olívia Carneiro de Souza, filha do educador Carneiro Ribeiro, em 8-7-1905, de cujo consórcio deixa os seguintes filhos: Maria Berenice Carneiro de Souza, funcionária da ONU nos Estados Unidos da América do Norte, Selene Maria de Souza Medeiros, poetisa e o Engenheiro Syndoro Carneiro de Souza, do Conselho de Águas e Energia Elétrica.

Iniciou o magistério na Bahia no Colégio Carneiro Ribeiro, tendo lecionado em vários Institutos de Ensino, notadamente no Ginásio da Bahia, onde foi catedrático de História Universal e na Faculdade de Direito como catedrático de Direito Internacional Privado. Foi figura rara no cenário educacional e intelectual da Bahia, tendo sido Diretor da Faculdade de Direito, que teve ao seu trabalho o majestoso prédio e as instalações completas em que hoje funciona. Nesse Estado foi Deputado estadual em duas legislaturas; Secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico cujo prédio construiu, ditando-o de instituições: nobres e confortáveis; Secretário do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública na Interventoria Artur Neiva, em 1931, a quem acompanhou ao cargo em agosto do mesmo ano. Em 1934 foi nomeado membro da Câmara de Reajustamento Econômico, para cuja presidência foi eleito. Em 1937, março, foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas, tendo também, ocupado a sua presidência.

Membro proeminente de várias sociedades científico-culturais, deixou várias obras publicadas de Geografia, História e Direito, tendo inédito um profundo trabalho sobre o Carro de Bois.

Perde o Brasil, assim, uma de suas raras reservas imorais e mentais.[13]

13 **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1949.

MINISTRO BERNARDINO DE SOUZA

SEU FALECIMENTO, ONTEM, NESTA CAPITAL

Correio da Manhã

Para os colegas e amigos mais íntimos do ministro Bernardino de Souza, não deve ter sido uma surpresa a sua morte, ontem à noite, nesta cidade. Já de algum tempo ele tinha enfartado e o seu estado de saúde aos seus médicos e à sua família inspirava sérios cuidados. Com o seu desaparecimento, perde-se uma figura de professor e jurista nitidamente representativa da cultura do país. Não era só um homem de inteligência, de estudos e de saber especializado; era também um cavalheiro de acentuada distinção pessoal e no desempenho das várias funções que exerceu, no magistério público superior e na administração, ele sempre se revelou um trabalhador a que não faltava zelo à correção de atitudes. Casou-se com a filha do grande filólogo e educador Carneiro Ribeiro, seu mestre, de quem foi um amigo de todos os momentos e a quem sempre consagrou uma devoção filial. À vida e a obra desse mestre baiano, que o foi igualmente de Ruy Barbosa, Bernardino de Souza dedicou um longo e enternecido estudo, através do que se pode recompor a biografia do contendor de Ruy Barbosa no polimento e no aperfeiçoamento da redação do projeto do Código Civil.

O ministro Bernardino de Souza, filho de Otavio de Souza e Filomena Maciel de Faria, nasceu a 8 de fevereiro de 1885, em Engenho Murta, Município de Vila Cristina em Sergipe. Tirou o curso de humanidades na Bahia no Colégio Carneiro Ribeiro, sob a orientação do grande mestre. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pe-

la Faculdade de Direito da Bahia em 6 de dezembro de 1904, tendo sido aluno distinto e orador da turma. Casou com d. Maria Olívia Carneiro de Souza, filha do dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, que deixa viúva. Possui três filhos: Maria Berenice Carneiro de Souza, funcionária da ONU nos Estados Unidos, Selene Maria de Souza Medeiros, poetisa, casada com o sr. José Cruz Medeiros, Syndoro Carneiro de Souza, engenheiro do Conselho de Águas e Energia Elétrica.

Iniciou e fez grande parte de sua vida pública na Bahia, como professor do Ginásio Carneiro Ribeiro e de vários outros Institutos de ensino, tendo sido professor catedrático de História Universal no Ginásio da Bahia e de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da Bahia. Exerceu ainda na Bahia as seguintes funções: Deputado Estadual em duas legislaturas, diretor do Ginásio da Bahia, diretor da Faculdade de Direito da Bahia, Secretário do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública na interventoria do Sr. Arthur Neiva, a quem acompanhou na renúncia.

Na direção da Faculdade construiu um prédio que é um dos monumentos da Bahia e promoveu a renovação dos quadros do magistério. Como secretário do Instituto Geográfico e Histórico, construiu a sede da Casa da Bahia e o Pavilhão 2 de Julho, onde são guardados os símbolos da Independência da Bahia. Em virtude disto foi considerado secretário perpétuo do Instituto.

Em 1934 foi nomeado membro da Câmara de Reajustamento Econômico do Distrito Federal, pela qual foi eleito presidente em 17 de junho do mesmo ano. Em 10 de março de 1937, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas recebendo ao sair da Câmara de Reajustamento o título de seu presidente honorário. Foi presidente do Tribunal de Contas. Recebeu várias delegações e comendas oficiais. Foi membro de várias sociedades liter-científicas, deixando uma vasta bibliografia, notadamente sobre biografia, história e direito. Deixou um livro inédito — *O ciclo do carro de boi no Brasil* — um volume de mais de oitocentas páginas, com fotografias, desenhos e mapas.

O féretro sairá de sua residência, na rua Cândido Gaffrée, nº 196, às 16 horas, para o cemitério de São João Batista.[14]

14 **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1949.

FALECEU ONTEM O MINISTRO BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

MARCADO PARA ÀS 18 HORAS DE HOJE O SEU ENTERRAMENTO

A Manhã

Às 20 horas de ontem, em sua residência, à Rua Cândido Gafrée, 196, faleceu o Dr. Bernardino José de Souza, presidente do Tribunal de Contas. Figura de longa projeção no cenário político e intelectual do país, o desaparecimento do ministro Bernardino de Souza deixa, entre nós, um grande clamor. Dono de uma vida inteiramente devotada ao bem público, seu nome acha-se ligado a longa série de bons serviços, inclusive apreciável bagagem didática e literária.

Filho de Sergipe, ali nasceu em 8 de fevereiro de 1885, em Engenho Murta, município de Vila Cristina. Fez as primeiras letras em seu Estado natal, com a Secundina de Gouvêa. Na Bahia fez o curso de humanidades no Colégio Carneiro Ribeiro, sob a orientação do grande médico e educador Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais também na Bahia, em 8 de dezembro de 1904. Foi Bernardino de Souza o orador da turma e aluno tido como o mais brilhante. Mais tarde, ainda na Bahia, veio a se casar com a srª Ana Maria Olinda Carneiro de Souza, filha de seu antigo mestre.

O Dr. Bernardino de Souza iniciou sua vida como professor de geografia no Ginásio Carneiro de Souza, onde regeu também as cadeiras de História Universal e História do Brasil. Lecionou também noutras escolas da capital baiana. Inclusive veio a se tor-

nar catedrático e depois diretor. Foi igualmente catedrático da Faculdade de Direito da Bahia, lecionando Direito Internacional e regendo outras disciplinas. Na Bahia, onde, aliás, passou a maior parte de sua vida, exerceu ainda várias funções de destaque, bastando citar: deputado estadual em duas legislaturas, diretor da Faculdade de Direito e Ginásio Estadual, secretário do Interior, Instrução, Saúde e Assistência na Intervendoria do dr. Arthur Neiva, a quem acompanhou em sua renúncia em agosto de 1931. Membro perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado conseguiu Bernardino de Souza eleger dois verdadeiros monumentos: o prédio onde funciona esse Instituto e o em que funciona a Faculdade de Direito.

Chegou ao Rio em 1934, como membro da Câmara de Reajustamento Econômico, para o que foi nomeado em março de 1934 e eleito seu presidente em junho do mesmo ano. Em março de 1937 foi nomeado ministro do Tribunal de Contas em cujo cargo veio a falecer, na qualidade de presidente. Exerceu várias delegações de importância, fazendo, em vida, parte de inúmeras sociedades litero-científicas. Deixa vários volumes publicados, notadamente sobre Geografia, História do Brasil, Direito e um, que se acha no prelo, inédito, por conseguinte — *Ciclo do carro de bois no Brasil* — um volume de mais de 800 páginas, fartamente documentado e com grandes números de fotografias.

Como dissemos, deixa o ministro Bernardino de Souza viúva, a Sr.ª Ana Maria Olinda Carneiro de Souza e três filhos: sr.ª Maria Berenice Carneiro de Souza, funcionária das Nações Unidas, atualmente nos Estados Unidos; sr.ª Celina Maria de Souza Medeiros e Syndoro Carneiro de Souza.

Seu enterrramento se dará às 16 horas, no Cemitério de São João Batista, saindo o féretro da sua residência.[15]

15 **A Manhã**. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1949.

A MORTE DE BERNARDINO DE SOUZA NA IMPRENSA

Autores e Livros

Faleceu nesta cidade no dia 11 de janeiro último o Dr. Bernardino José de Souza, eminente figura da Sociologia e da História Brasileira.

Nasceu ele no Engenho Murta, em Sergipe, a 8 de fevereiro de 1885, era filho de Otávio de Souza Leite e d. Filomena Maciel de Faria. Estudou as primeiras letras na Fazenda Murta, município de Vila Cristina, as humanidades na Bahia, no Colégio Careiro Ribeiro. Formou-se em Direito em 1904, pela Faculdade do Salvador.

Casando-se em 1905 com d. Maria Olivia, filha de Carneiro Ribeiro, fez-se professor do respeitado educandário, que esse grande vulto do magistério brasileiro mantinha a Bahia. Foi depois catedrático de História do Ginásio Baiano, catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Bahia (2 legislaturas); secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do Estado; secretário do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública na interventoria Aristeu Neiva (1931). Em 1934 foi nomeado membro da Câmara de Reajustamento Econômico; em 1937, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas. Exerceu a presidência dessas duas entidades.

Era pai da poetisa Celina Maria de Souza Medeiros.

Redigiu O Acadêmico (Bahia, 1901) e colaborou, no Via Lactea e no jornal da Faculdade de Direito da Bahia, etc.

Escreveu:

– *Nomenclatura Geográfica peculiar ao Brasil* – Lito – Tipografia Reis e C. – Bahia, 1910.

O *Almanaque Brasileiro Garnier*, para 1912, deu sobre este livro a seguinte nota: "É pena não ser mais desenvolvido este opúsculo interessante e muito bem ordenado. A Academia Brasileira no seu vocabulário deverá aproveitar essa contribuição valiosa, onde, aliás, deviam ser indicados com maior precisão as fontes informáticas (Rohan, e outros) para facilitar a pesquisa ou dissipar qualquer dúvida do leitor". Foi lido no Congresso Brasileiro de Geografia (Rio, 1909), na sua primeira reunião.

– *Em torno do seu aspecto mais urgente* – Memória apresentada à 2ª Conferência Nacional de Educação pelo Delegado da Bahia...

– Revista da Academia de Letras da Bahia, nº1

– A Faculdade de Direito da Bahia em 1932. – Relatório do professor, Bahia, 1932.

– Heroínas Baianas – Livraria José Olímpio, Rio, 1936.

– *Dicionário da Terra e a Gente do Brasil* – Brasiliana, Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1939.

– *O Ciclo do carro de Bois no Brasil*. Ficou inédito. É um volume de mais de oitocentas páginas, com fotografias, desenhos e mapas.

Velhos Sobrinho (Dicionário,Vol. 2º, p. 298-299) traz minuciosa bibliografia do autor, na qual relacionou os títulos de números trabalhos por ele publicados em jornais e revistas.[16]

16 **Autores e Livros**. Rio de Janeiro – Vol. X, nº3, 1º de fevereiro, 1949. Pg. 33.

NECROLOGIA – BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Correio da Manhã

Nascido na Bahia em 1884, falecido no Rio de Janeiro a 11 de janeiro de 1949. Escritor especializado em estudos de Geografia e História. Professor de Direito Internacional Público, ministro do Tribunal de Contas, desde 1937. Publicou as seguintes obras:

Nomenclatura geográfica e peculiar ao Brasil, memória apresentada ao I Congresso Brasileiro de Geografia no Rio de Janeiro em 1909; *Limites do Brasil* (1911); *Barão do Rio Branco* (1912); *Corografia do Estado do Piauí* (1912); *Por mares e terras, leituras Geográficas* (1913); *A Ciência Geográfica, seu conceito e suas divisões* (1920); *A Bahia* (1916); *Nomenclatura Geográfica, peculiar ao Brasil* (segunda edição, 1917); *O Município de Abadia* (1922); *Joana Angélica a primeira heroína da Independência do Brasil* (1922); *Onomástica Geral da Geografia Brasileira* (1927); *Heroínas Baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria, Ana Nery* (1936); *O Pau-brasil na História Nacional* (1939); *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. Além dessas obras, e de muitos outros trabalhos, publicados na imprensa periódica do país, tinha pronto um livro de grande alcance histórico e sociológico intitulado *O Carro de Bois*, no qual se ocupa do desenvolvimento da vida rural do país através desse veículo.[17]

17 **Almanaque do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 1949.

Vinte e três textos sobre Bernardino de Souza

DR. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Revista Via Láctea

Quiséramos ter finíssimas penas que caem das águias lá das alturas, para escrevermos com verdadeira expressão, o íntimo prazer que sentimos estampada a efígie do nosso prezado mestre e amigo Dr. Bernardino José de Souza.

Foi o município da Vila Cristina, em Sergipe, o berço deste jovem e acatado Bacharel em ciências Jurídicas Sociais, nascido em 8 de fevereiro de 1885.

No conceituado ginásio Carneiro Ribeiro estudou o Dr. Bernardino os seus preparatórios e matriculando-se na Faculdade de Direito em 1900, formou-se em 1905, sendo escolhido pelos seus colegas que o tinham como um dos alunos mais estudiosos e de preparo mais sólido, o orador da turma dos bacharelados, missão que desempenhou, com talentoso orador que é, com os mais entusiásticos aplausos do numeroso e seleto auditório.

Logo após a sua formatura entregou-se ao Magistério e foi nomeado Professor de geografia do Ginásio Carneiro Ribeiro em 1906 e em 1907 de História Geral; nesse mesmo ano o Instituto de Ciências e Letras, hoje extinto, o convidou para assumir uma das cadeiras daquele Instituto.

Saindo da Faculdade de Direito o Dr. Bernardino foi eleito Deputado à Assembleia do Estado, sendo reeleito em 1907.

Em 1906 fez concurso na Faculdade para substituto da 2ª Seção de Direito Internacional Público, Diplomacia e Direito Internacional Privado e Direito Público e Constitucional e em virtude da Lei Orgânica ou Reforma do Ensino,

do ano passado, passou a ser Lente Extraordinário da 1ª Seção, compreendendo aquelas duas cadeiras e mais Enciclopédia Jurídica.

No concurso foi unanimente aprovado e não tem competidor.

Como delegado do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao 1º Congresso Brasileiro de Geografia que se reuniu em S. Paulo em 1909, o Dr. Bernardino foi um dos que mais provaram competência, mostrando com a sua palavra vibrante o seu estudo profundo.

Ao Congresso apresentou duas memórias que foram aceitas e favoravelmente comentadas, elogiando-se muito e muito o jovem Dr. Bernardino, que, com o seu exemplar comportamento, soube conquistar a amizade e admiração no seio daquela douta assembleia.

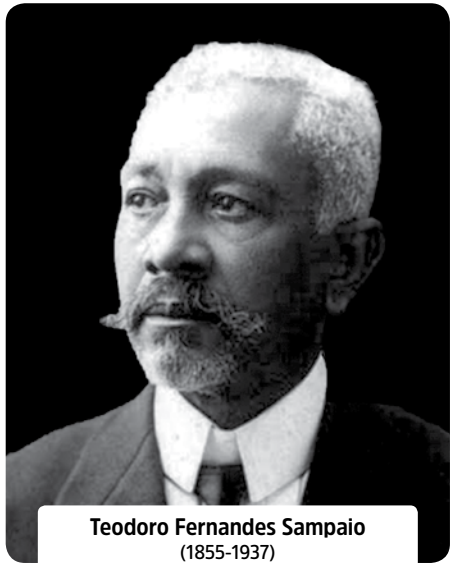
Como professor do Educandário dos Perdões, Escola Normal equiparada em 1911, foi o nosso ilustre mestre nomeado para lecionar geografia e história.

O Sr. Bernardino, além de vários folhetos que tem publicado, é colaborador do Diário da Bahia e Jornal de Notícias e tem no prelo uma monografia sobre o Estado do Piauí.

É membro correspondente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e de outras sociedades nacionais e estrangeiras.

Terminada a nossa modesta, porém sincera homenagem ao nosso prezado mestre Dr. Bernardino José de Souza, damos os nossos votos de felicitações ao vizinho do Estado de Sergipe, por contar com este ilustre filho que há de erguer o seu nome cheio de louros radiante de luz.[18]

18 Salvador. **Via-Láctea** (Revista Lítero-Científica), Ano I, n° 10, abril de 1912.



Teodoro Fernandes Sampaio
(1855-1937)

Nasceu no Engenho Canabrava em Santo Amaro-BA, no dia 7 de janeiro de 1855, filho natural de Domingas da Paixão, escrava do Visconde de Aranaré. Não se sabe ao certo se o pai foi o Padre Manoel Fernandes Sampaio ou Francisco Antônio da Costa Pinto, irmão do referido titular. Diplomado em engenharia em 1877, com conhecimentos em geologia e cartografia e vasta erudição geográfica e histórica. Funcionário público, professor, político, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e membro fundador da Academia de Letras da Bahia, Cadeira nº 32. Teodoro Sampaio contribuiu para os estudos de vários rios brasileiros, de pinturas rupestres em sítios arqueológicos brasileiros, do Tupi na geografia brasileira e da geologia do País. Participou da expedição Orville Derby ao vale do rio São Francisco e de Comissões específicas e auxiliou o seu amigo Euclides da Cunha, com os seus conhecimentos do sertão baiano na elaboração de *Os Sertões*. Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1937. Obras: *Campo do Jordão na Serra da Mantiqueira* (1893); *São Paulo no Tempo de Anchieta* (1897); *O rio São Francisco e Chapada Diamantina* (1938); *História da fundação da cidade do Salvador* (1949); *São Paulo no século XX e outros ciclos históricos* (1978).

À MEMÓRIA SAGRADA DO BARÃO DO RIO BRANCO

Teodoro Sampaio

PREFÁCIO

Nos países novos e principalmente naqueles que nem sequer se conhecem ainda por inteiro, como o Brasil e a maior parte da América do Sul, a ciência do geógrafo, a prática da geografia, devia ser o objeto da predileção de governantes e governadores.

Bens ignorados são riquezas ilusórias.

Não é uma posse real e verdadeira que nem sequer pelo conhecimento se justifica. Cada povo, como cada indivíduo, só se habilita para a fruição do seu patrimônio territorial com o perfeito conhecimento deste, pela simples razão de que ninguém pode gozar daquilo que ignora.

Conhecer a terra de sua propriedade, estudá-la, inventariar-lhe as possibilidades nos domínios da economia, importa tanto como enriquecer-se, valorizar-se, subir na confiança de si mesmo, animar-se para as conquistas incruentas do progresso humano.

O Brasil, pesa-me dizô-lo, é quase que no seu todo uma grande incógnita na ciência do geógrafo. O país ainda não está conhecido por inteiro. Largos trechos, no vasto âmbito das suas fronteiras demarcadas, são ainda hoje, no século XX, grandes hiatos na Phisiogeografia.

Pasmosa é a ignorância do país geograficamente falando, e não estranhem a proposição os que aqui me lerem, porque isso antes de ofender aos nossos brios patrióticos se nos impõe como verdade incontestável que os fatos sancionam.

No continente americano, o maior trato de terra desconhecida, inexplorada, desafiando a coragem e audácia dos geógrafos

militantes, se encerra certamente no Brasil central, e se conhecer bem a fundo como se constituiu o cabedal geográfico de que é a expressão mais ou menos fiel os nossos mapas hodiernos, a inópia, que do exame ressalta, atinge até a proporções assombrosas.

A geografia do continente negro já vai mais adiantada do que a nossa, e isso não exigiu de ingleses, alemães, franceses, portugueses, belgas e italianos mais do que um quarto de século. Foi o tempo bastante para nos desvendarem os mistérios dos sertões africanos.

No Brasil, porém, essas coisas da ciência marcham muito lentamente. O grande todo jaz inexplorado. Na zona povoada, o que das explorações geográficas se tem colhido é tão insignificante e inspira tão pouca confiança que até para o simples traçado das estradas e caminhos não oferece segurança, e muito menos garantia de exatidão no demarcar as fronteiras entre estados limítrofes.

O estudo das nossas estradas de ferro, das grandes linhas de penetração como das de simples alcance municipal, não se baseia em dados colhidos em mapas fieis preexistentes; ao contrário disso, são desse estudo, feito no campo, que se colhem os dados para se corrigirem os nossos mapas ilusórios.

Se a cata de uma exatidão relativa, tal como a ciência requer, fôssemos joeirar na aluvião dos dados geográficos que entram na composição dos nossos mapas, para só fixar em cartas o que tivesse o cunho técnico, arriscar-nos-iamos muito a ter, num âmbito imenso, delimitado pelo traço do litoral marítimo estudado por hidrógrafos estrangeiros e pela linha das fronteiras internacionais que os nossos patrícios demarcaram com zelo patriótico, um grande *claro,* um imenso *nada*, com alguns raros pontos matematicamente determinados no interior, e com pequenas manchas assinalando, nessa carta, as diversas tentativas de explorações geográficas, às mais das vezes malogradas.

Estudos esparsos, dados desconexos, tentativas que feneceram quase no nascedouro, salvo uma ou outra exceção como a da Carta Cadastral do Rio de Janeiro, a da Comissão de Longitude, da Carta Marítima, a da exploração dos Telégrafos Nacionais, a da

Comissão Geográfica e Geológica de S. Paulo, raros, raríssimos trabalhos sistematizados do geólogo e do geógrafo se nos deparam, com vistas à representação cartográfica do largo trecho do continente que nos coube em sorte, e eis tudo o que se apura, neste campo de investigações, no transcurso de cerca de quatro séculos de regime colonial e de autonomia nacional.

Na parte que propriamente chamamos sertão, reina o mistério quase absoluto e com ele ou por causa dele a ansiosa expectativa para quando chegar a hora da desvenda que já tarda.

Dentro desse imenso território que, das margens do São Francisco, a caminho de Oeste, vai as do Javary, na extrema amazônica e, desde as lesirias do grande Rio-Mar, vai para o sul até as águas doces espraiadas do mar temporário dos Xaraes, no Paraguai, quantos mistérios nos não revelará um dia o geógrafo militante, quando para ai lançar as suas vistas perquiridoras! Que mistérios no campo da Geologia, da Botânica, da Orografia, da Climatologia, das Ciências Naturais, da Etnologia, não cerra essa imensa reserva do Desconhecido que até parece uma verdadeira obstinação dos fados à espera do despertar da ciência brasileira.

As *Leituras Geográficas* do Dr. Bernardino de Souza, constituídas por uma série de artigos, aparentemente desconexos, lançados nos moldes superiores da boa doutrina, da linguagem castigada e vibrante de juvenil entusiasmo e de patriotismo, vêm assim, a talho, agitar questões que mais de perto se prendem ao desenvolvimento nacional, no que ele reclama do melhor conhecimento do nosso próprio território, pelo estudo mais acurado da Geografia Pátria, pelos problemas científicos de que cogitam, pelas sugestões de caráter político-administrativo que elas lembram, pela novidade de certas investigações que manifestam.

Citar pelos seus títulos esses artigos da coletânea geográfica já é de si suficiente para fazer sentir a importância das questões ventiladas: *As fronteiras do Brasil; o Cânon do S. Francisco; a Geografia Militante no Brasil; Dois Avisos Bibliográficos; o Primeiro Congresso Brasileiro de geografia; o exemplo de S. Paulo; A natureza protegida;*

A Geografia das Cidades; A cintura Britânica; As transcontinentais americanas; o geógrafo Nubiense; O Extremo Oriente; A tripolitana; Uma página de Oceanografia; A ourela dos rios; As mais elevadas alturas da terra; O Círculo de fogo do Oceano Pacifíco, etc., são assuntos todos muito sugestivos, todos de atualidade, todos revelando no seu autor um incansável investigador, e um sólido preparo na ciência do geógrafo, um espírito ardente de patriotismo.

Nas *Fronteiras do Brasil*, descrevendo com minúcias as nossas divisas internacionais, bem se percebe que o autor foi um biógrafo do nosso pranteado Barão do Rio Branco, que ele admira como um dos maiores dos nossos homens de Estado, e ao relembrar artigos dos tratados com que esse grande espírito de concórdia e de justiça firmara o nosso direito, dir-se-ia que o autor está deliberadamente a assentar as pedras de um monumento ideal e esse *deus terminus*, como à da moda antiga, já o apelidara o grande Ruy Barbosa.

Termina ao autor esse primeiro artigo da coletânea, com agitar a questão da área territorial, oscilantes entre 8.061.260 e 8.525.054 quilômetros quadrados, e com lembrar diante de tanta vastidão do Brasil o epíteto de *intermino,* com que o mimoseara um escritor americano; eu, porém, não trepidaria, diante da geografia desprezada, em substituir o epíteto por este outro mais significativo e verdadeiro — *o desconhecido.*

No *Cânon do S. Francisco*, o segundo dos seus artigos, o nosso distinto geógrafo recorda-nos, com a descrição do que ele muito propriamente chama *rios moços e trabalhadores,* o antigo e histórico *sumidouro*, que é esse mesmo profundo e extenso *talhado* em que se engolfa o grande rio da costa oriental, ao despenhar-se na famosa e até agora desaproveitada Cachoeira de Paulo Afonso. O grande caudal que já uma vez percorri em 1878, em mais de três quartas partes do seu curso de 3.164 quilômetros, tem, com efeito, nesse *sumidouro* de outrora, talhado ou cânon de hoje de 144 quilômetros de comprimento e 18 metros de mínima largura, uma das uma das características, mais notáveis dos rios moços,

rios que ainda trabalham pelo equilíbrio do seu regime definitivo, e o S. Francisco é um desses rios de planalto que ainda estão a rasgar o seu leito no mássico do continente, e, por feitura, tem mais de excessivamente largo do que de profundo.

Os *talhados, boqueirões, quebradas, brechões, ou funis*, como muitas vezes se diz na nossa terminologia geográfica, são, com pouca diferença, os equivalentes do cânon, usado por espanhóis e americanos do Norte, e como tais não são raros no país. No território baiano são ate frequentes. No *Paranapanema*, que explorei em 1886, e cujo nome indígena (paraná panema) significa rio imprestável, pelos inúmeros obstáculos naturais que se lhe opõem a corrente, os *funis*, os *talhados* (cânon), rasgados no grês argiloso do período carbonífero, largamente desenvolvido nos sertões paulistas, contam-se numerosos na metade superior do vale desse afluente do Paraná. No Brasil, é esse rio um dos mais belos espécimes de rio moço, que ainda não escavou o seu leito definitivo e equilibrado. O próprio rio Paraná, com seus dois notáveis funis ou talhados do Urubupunga e de Guayra ou sete Quedas, rio também de planalto, como o S. Francisco, prova que ainda está na categoria dos rios novos e trabalhadores. Na zona das suas cabeceiras, isto é, no rio grande da região sul-mineira, os sumidouros, funis ou talhados se apresentam a miúdo no leito da corrente, desde que ela se desprende das alturas do Ayuruóca. No rio Doce, no Parahyba, no jiquitinhonha, no rio das Velhas e em tantos outros do Brasil central os talhados ou cânons se contam numerosos.

O Paraguassú é incontestável, em terras baianas, o mais belo exemplar dos rios de talhados e cânons.

Ao deixar os gerais da alta-planura em que tem as suas fontes e onde corre por largo trecho, quase a rumo de Norte, esse rio de diamantes inflecte de súbito para Leste, e penetra convulso e oprimido na funda quebrada da serra do Sincora, no boqueirão do Comércio de Fora, vizinho de S. João do Paraguassu, e dali então, em sucessivas quedas, é que se engolfa no profundo cânon ou talhado de cerca de 25 quilômetros de extenção, através das lapas,

grunas diamantíferas, sumidouros extensos, como esse que vizinha a povoação da Passagem, no distrito do Andaraí. Esse cânon do Paraguassu, a par das riquezas que encerra, é dos mais belos efeitos na paisagem montuosa da Chapada Diamantina.

Na cachoeira de Timborá, rio abaixo, começa outro cânon, mais extenso, se bem que menos caracterizado do que esse da Chapada, que a corrente transpõe, em quedas sucessivas, algumas delas já aproveitadas para as indústrias, até alcançar o porto da Cachoeira, que é o ponto em que a primeira onda da maré assinala a extrema do estuário no seu saco mais profundo.

O rio Cochó que é o mesmo S. Antonio, afluente da esquerda do Paraguassu, reproduz, mais além ao Norte da cidade dos Lençóis, os mesmos talhados e sumidouros, rasgados nos quartzitos e conglomerados do Devoniano, ou nos bancos calcáreos intercalados, trabalhando como rio moço, na feitura de um dos tratos mais pitorescos da nossa terra.

A região clássica dos rios operosos, trabalhadores, alguns deles até temporários, mas incansáveis no perpétuo remodelar das feições da terra, é incontestavelmente, no território baiano, essa mesma Chapada Diamantina, tão rica nos seus placers ou jazidas de pedras preciosas, tão variadas nos seus pitorescos aspectos, tão misteriosas ainda nos seus recursos ignorados.

Quando a Bahia despertar do longo letargo, que no domínio da economia a entorpece, há de ser pelo estudo acurado do seu território e das riquezas naturais escondidas no seu subsolo, que ela há de encontrar os elementos básicos da sua grandeza e da sua fortuna e será com a Geografia Militante de cujos feitos, no Brasil de outrora, o autor nos faz uma sugestiva, ainda que breve descrição, que esse despertar para a vida intensa das indústrias nos há de abrir a ampla estrada da prosperidade. O autor das *Leituras Geográficas* pondera com acerto, quando nos diz que a Geografia Militante, a geografia em ação, pelo braço dos exploradores e dos viajantes destemidos, "é justo motivo de orgulho para uma nacionalidade" e, para nós brasileiros, "revela-nos uma epopeia magní-

fica de feitos preexcelentes, que são saudades para o passado, forças para o presente, glórias imorredouras para o futuro".

Não temos ainda uma geografia verdadeira, dos bons moldes científicos que com dados matemáticos se recomende. Sobram-nos, contudo, informes de créditos inseguro e desigual, dados de procedência incerta, indicações que mais não valem do que simples estimativas e ao par disso, muito pouca coisa positiva, aliás insuficiente para com ela se arquitetar o monumento da Geografia Nacional.

Os nossos mapas antigos e modernos ressentem-se todos desta falta; não reproduzem senão por esse aspecto perfunctório, incompleto e inseguro, as feições geográficas da nossa terra.

Nos *Dois avisos Bibliográficos* e o título, diga-se a verdade, tem aqui todo o cabimento, da-nos o autor o seu juízo sobre os dois Atlas da Geografia Pátria, mais recente, um por mim organizado e editado nesta cidade pela firma Reis & C.ª e outro do Sr. Barão Homem de Mello, editado no Rio de Janeiro por Briguiet & C.ª. São duas contribuições do mesmo gênero, haurindo nas mesmas fontes e, portanto, reproduzindo essa geografia do país, incompleta e insegura, tal como o permite os dados existentes que uma exploração regular e sistemática do território inteiro ainda não confirmou ou corrigiu.

O autor das leituras assinala, todavia, nos dois atlas, os méritos de cada um, e o faz com judicioso critério, dando-os como dois avisos, que realmente o são, duas novas sugestões para se alcançar a trilha dos verdadeiros estudos geográficos entre nós.

Na coordenação dos diversos, que são de fato, outros tantos capítulos das *Leituras Geográficas*, a colocação daquele que se refere ao "Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia", logo após os dos *Dois Avisos Bibliográficos*, se tão somente obedeceu a uma razão de ordem cronológica é caso para dizer-se que o fortuito também tem os seus caprichosos acertos.

A geografia, no Brasil, como diz o autor, não faz progresso e o seu ensino nos estabelecimentos de instrução primárias e se-

cundária jaz num estado de lastimável atraso e deslustre que todos reconhecem. O sopro de renovação de que se beneficiou, nos últimos tempos, esse ramo dos conhecimentos humanos, "com tendências invasoras e o pendor enciclopedista", ainda não se fez sentir entre nós, no ensino oficial.

As admiráveis e revolucionárias teorias de W. Morris Davis, as maravilhosas concepções de Elias de Beaumont, Supan, Suess, Lapparent, Hobbs, Tarr, Krummel, Lallemand, Penk, Oberhumer, Mackinder, Vidal de la Blache e outros que tanto realce trouxeram ao estudo da terra, transformando a geografia, a que os subsídios das Ciências Naturais, em mais acelerado desenvolvimento e o emprego de instrumentos mais aperfeiçoados tanto favorecem agora, ainda não se fizeram sentir no nosso meio, di-lo desassombradamente o autor das *Leituras Geográficas*. A geografia, "como síntese racional e lógica das relações da terra e do homem" é cada vez mais a própria geologia. "*Geography is modern Geology*" disse-o mui sabiamente Morris Davis e o autor das *Leituras*, aceitando a proposição e repetindo o conceito de um ilustre professor de Bordeaux que afirma que "o fundamento de todo estudo verdadeiramente geográfico é o estudo da terra, isto é, um estudo físico", apoia-se nestas verdades para pedir, em sessão do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia Física, oferecendo ao mesmo tempo o programa respectivo que, em verdade, é a suma bem feita dessa ciência renovada.

As *Leituras Geográficas*, antes de tudo, são uma exposição sugestiva de boas ideias e de utilíssimos conceitos e medidas com alcance na ciência e na administração, e assim é que o autor, com o *Exemplo de S. Paulo*, agita a ideia das comissões de profissionais para o levantamento da carta geográfica e geológica de cada estado e põe em relevo os benefícios que já colhe o povo paulista da sua persistência e tenacidade na realização dos estudos no seu território, trabalhos que já vem de 1886, desde o governo do notável estadista do Império, o Sr. Cons.º João Alfredo Correa de Oliveira, então Presidente da província, e ainda perduram, intangíveis

aos assomos da politicagem, como um belo exemplo a imitar-se numa administração pública bem orientada.

Foi com provas como esta do seu tino prático e progressista, no seio da comunhão nacional, que o paulista se colocou na dianteira do Brasil, e assim é que, inventariando os seus recursos naturais, as possibilidades econômicas do seu solo o deixarão de ser, como bem disse o autor, "estrangeiro na própria terra, peregrino no país em que nasceu e se formou...".

O *Exemplo de São Paulo* é tão sugestivo como o é aquele que nos dá o povo americano com a criação dos seus grandes parques nacional de que o autor nos fez uma interessante descrição no seu artigo intitulado *A Natureza Protegida*. As reservas de território *in natura*, livre das ações agressivas das indústrias guardadas com zelo e carinho, como se vê nos extensos parques do Yellowstone; no Estado Wyoming, com uma superfície de 9.240 quilômetros quadrados, onde se encerra o que de mais caprichoso e estupendo a natureza mostra aos olhares humanos; do Yosemile Valley, da Big Tree Grove no condado de Mariposa, no estado da Califórnia, parques que são instituições nacionais, destinados ao gozo do povo americano, e, como diz o autor, verdadeiras "reservas naturais preservadas contra a intromissão da civilização", são os testemunhos inconfundíveis da paisagem intacta e originaria da terra. Dentro em breve, diante da expansão avassaladora da atividade do homem não existirá mais um canto do mundo que a sua mão não tenha tocado, modificado, ou alterado por processos mais ou menos radicais. Diante dessa ameaça do utilitarismo insaciável, estremecem as naturezas contemplativas, clamam os representantes das ciências, e os mais previdentes na missão de governar já vão adotando medidas de resguardo para a natureza nas suas manifestações mais características, mais belas e mais sinceramente expressivas; e assim é que os governos na própria Europa, e nas outras partes do mundo menos devastadas, vão se criando as reservas de território, voltadas à natureza protegida.

A esse respeito a sugestão das *Leituras Geográficas* nos encontra, senão desaparelhados, no descaso mais lamentável; e todavia, nenhum país no mundo exibe feições tão várias, tão pitorescas e características na natureza virgem, dignas de uma conservação perpétua e da mais zelosa proteção, do que o nosso.

No vale do Amazonas; nos sertões adustos das caatingas; nos campos frios invadidos pelos bosques de araucária; na terra da Sinfonia Elástica; nas matas do pau-brasil e do jacarandá; e nos terrenos onde cresce a erva mate, há muito o que escolher e preservar contra a intromissão da civilização, guardando *ad perpetuum* esse aspecto primitivo com que entre nós se apresentou a natureza.

Na Bahia não temos sequer ainda um museu! E, todavia é nos estados brasileiros o que tem os dons naturais mais variados!

Se a sugestão dos bons exemplos nos atingisse, não nos faltariam certamente, no território baiano, localidades com as características necessárias a definir os aspectos vários da nossa natureza primitiva. No cânon do S. Francisco, com a formidável cachoeira de Paulo Afonso, teríamos com muita verdade um quadro expressivo da natureza seca, num largo trato da caatinga, à ourela do grande rio, no trecho mais extraordinário, rude e pitoresco do seu curso. No rio de S. Antonio, afluente do Paraguassu, vizinho de Lençóis, entre a lagoa Encantada e o misterioso Cocho, entre as matas vigorosas do Mundo Novo, e os gerais frios da Chapada Velha, através de serranias ásperas, teríamos, em solo diamantino, um trato de território do sertão dos mais pitorescos, dos mais característicos, nos seus sumidouros e cavernas, nas suas grunas riquíssimas e temerosas, nas suas cascatas e cachoeiras, nos seus talhados, quebradas e alcantis pedregosos. Mais ao sul, na zona litorânea, que foi de outrora Capitania do Porto Seguro, um largo trato de território como seria, por exemplo, o vale do Buranhem ou rio da Cachoeira, tão celebrado pelas suas belezas naturais, com o seu lago do Gravatá e a espraiar-se entre as alturas do Monte Pascoal e os contrafortes da serra dos Aymorés, seria a reserva da mata tropical, primitiva, robusta, variadíssima nas suas

essências vegetais, impenetrável no tecido emaranhado dos seus troncos seculares.

A fauna, como a flora, como os quadros da natureza brasileira ainda virgem, teria assim o seu resguardo, na caatinga, nos gerais, na mata virgem. Com isso ganhavam a ciência, as artes e ganhávamos nós, perante o mundo, obedecendo aos ditames de uma sábia previdência.

Que direi da 'Geografia das Cidades' que é o oitavo dos artigos destas *Leituras Geográficas* em que o autor, trata do problema da distribuição dos grandes agrupamentos humanos? Que direi da 'Cintura Britânica' em que ele nos depara o cenário do imenso império inglês cingindo o mundo, através dos oceanos, por continentes e ilhas, nos pólos gelados, como nas terras adustas da África, enorme todo, uno e potente, mantido pela "tolerância meditada, a perseverança fria e eloquente, o espírito sensatamente prático" que são a tríplice face do caráter anglo-saxônico? Que direi das 'Transcontinentais americanas' que ele nos descreve como das mais assinaladas audácias do gênio do homem, avassalando os dois maiores oceanos do mundo, com as cintas de aço das nove estradas de ferro através do continente americano, encurtando as comunicações dos povos mais distantes e das raças apartadas e preparando para a breve hegemonia da América sobre a terra inteira?

No seu entranhado amor pela geografia, o autor, lançando um olhar retrospectivo, evoca o passado, no *Geógrafo Nubiense*, a figura simpática do nunca celebrado Edrisi, o mais hábil, o mais sábio observador na plêiade numerosa dos geógrafos do período árabe. No Extremo Oriente estuda a lenta transformação do império chinês, aos influxos, à pressão mesmo das ideias europeias; mostra-nos a japonisação da China para maior verdade do prolóquio novo — "a Ásia para os asiáticos" — e para maior desprestígio da lendária ameaça significa no "perigo amarelo".

Na *Tripolotana* descreve-nos, pinta-nos com cores vivas essa Líbia dolente, a cabeça a banhar-se nas águas do Mediterrâneo, e o corpo torturado, envolto no imenso sudário das areias movedi-

ças do deserto, *pays de la poudre et de la peur*, terra em que "só o deserto vive e marcha e vai triunfando...".

Numa página de oceanografia, o autor põe-nos diante dos olhos todo um mundo novo, maior do que todos os continentes reunidos, cujos arcanos ora se desvendam para a ciência, aos esforços incansáveis dos sábios e pela munificência e dedicação de um príncipe ilustre, Alberto de Mônaco, mais sábio do que político, mais cioso dos segredos do mar do que do fausto da realeza.

Na *Ourela dos rios*, nas *Mais elevadas alturas da Terra*, no *Círculo do fogo do Oceano Pacífico*, etc. etc., o autor como que torna aos assuntos de sua predoleção, os da Physiogeografia, como que a completá-los, e então, na *Ourelas dos rios,* estuda o elemento mais vivo, o agente mais ativo da geofísica, que são eles próprios como grandes agentes remodeladores que são da crosta terrestre, visto "que as formas do relevo resultam principalmente da escultura do solo pela erosão fluvial", estuda também o ciclo vital deles, pois que se equiparam todos a verdadeiros organismos com um complexo de funções, diz o autor, bem delimitadas, tendo os ardores da juventude, depois a vida ponderada da virilidade depois o cansaço da senilidade que se avizinha da morte. Nas *Mais elevadas alturas da terra* ventila o autor a questão do valor relativo das diferentes categorias do relevo do planeta pela medida das altitudes, e então nos explica a dualidade duvidosa ou a identidade do monte Everest com o Guarisanka na cadeia do Himalaia, problema afinal resolvido pelo reconhecimento mais recente das duas montanhas distintas, aquela com 8.840 metros de altitude que lhe dá a realeza das alturas e está com 7.143 metros, ainda assim mais alta do que os culminantes das outras partes do mundo.

No *Círculo do fogo do Oceano Pacífico* apresenta-nos o autor esse imenso cenário em que mais de 300 cones vulcânicos bordam as praias do maior oceano do mundo; estuda os problemas da geodinâmica, o vulcanismo que transforma os caracteres morfológicos da superfície do planeta e nos dá testemunho das condições internas da terra.

As *Leituras Geográficas* são assim um estudo sério de questões científicas muitas das quais nos tocam muito de perto e, por isso mesmo, nos devem interessar sobremaneira. O autor, com o seu estilo castigado, copioso, expressivo, possuindo uma vasta erudição neste ramo de conhecimento, cheio de entusiasmo pela ciência que professa, apresenta-se aqui com requisitos essenciais do escritor que convence, persuade e ensina.

A sua maneira de exposição é abundante sem ser prolixa; não se repete a si mesmo; não divaga. Recorre às citações o *quantum satis*, apoiando-se de preferência nos escritos de primeira mão, pois é do seu ânimo beber a boa doutrina nas fontes mais puras e de mais autoridade.

A cópia de conhecimentos, que nestas *Leituras Geográficas* revela o autor, não é comum e até admira que, sendo um legista de profissão, e sem aquela cultura especial que dos técnicos é própria, tenha ele assimilado tão largo cabedal da ciência do geógrafo, mas do geógrafo moderno, com as suas atuais "tendências invasoras e pendor enciclopedista".

Que esta coletânea geográfica, fruto da vocação e do entusiasmo de um cultor sincero da geografia, encontre no meio culto da nossa terra aquela boa acolhida a que faz jus toda a boa ação desinteressada e patriótica, qual a de estudar e divulgar a ciência, despertar energias e preparar o futuro, são os meus votos.

Bahia, janeiro de 1913.[19]

19 **Por Mares e Terras** (*Leituras Geográficas*), Bernardino José de Sousa. Prefácio de Teodoro Sampaio. Salvador, Livraria Catilina, 1913, 304 p.

Carlos Chiacchio
(1885-1947)

Carlos Chiachio ensaísta, poeta e crítico de arte, nasceu em Januária (MG). Transferiu-se, ainda cedo para a capital baiana onde se formou pela Faculdade de Medicina (1910). Como intelectual, fundou duas agremiações literárias (Ala das Letras e das Artes e Arco & Flexa). Liderou o movimento de renovação intelectual da Bahia, promoveu o salão de Belas Artes (várias edições), publicou livros e revistas, fez crítica literária, lutou contra o analfabetismo e se comportou como verdadeiro animador da vida artística e cultural do Estado da Bahia.

ONOMÁSTICA GERAL DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Carlos Chiacchio

Livro excelente, a "Onomástica", de Bernardino de Souza. Excelente a vários títulos. Pelo copioso da substância manando, viva e clara, em páginas e páginas do alentado volume. Pelo escorreito da linguagem, aferida no quilate puro dos dizeres genuinamente clássicos. Pela intensão subidamente patriótica de colaborar no conhecimento das nossas coisas toponímicas ainda mal desenhadas e definidas nos esquemas e visadas perquiridoras. O esforço magnifica do reputado historiógrafo, que tem vivido toda a sua mocidade no estudo do Brasil, nomeadamente do ponto de vista histórico e geográfico, com aquela força comunicativa de simpatia pelas nossas ações e pelos nossos heróis de que ressaltam os trabalhos vitoriosos de "Por Mares e Terras" e "Joana Angélica", além de outras contribuições prestimosas, culmina neste "Onomástico Geral", já em terceira edição, e possivelmente a continuar-se em outras e mais enriquecidas edições, tamanho é o gosto comprovado do seu autor por pesquisas que tais, e tão grande, tão profundo, tão largo, e ainda quase inexplorado, o campo especial dessas pesquisas. O valor do vocabulário de Bernardino de Souza não se cinge apenas a uma catalogação paciente e tenaz de termos usados e correntes nesta ou naquela localidade do nosso vastíssimo país. Há, de par com o registo de nomes geográficos, o comentário adequado, não raro acrescido dos exemplos ilustrativos, em que se patenteiam como notas flagrantes dos usos regionais. A esses respeitos pode-se afirmar que a sua "Onomástica, sobre ser um puro trabalho de ciência, é uma verdadeira sistematização de crítica, infor-

mativa e comparativa, a um tempo necessária e útil a quantos queiram julgar das modificações locais da língua portuguesa na América e, vamos dizer, da língua brasileira no próprio Brasil. O filólogo, o literato, o poeta, o romancista, o geografo, o etnógrafo, enfim, todo aquele curioso da evolução e diversificação do fenômeno brasileiro, em suas relações de nacionalidade e linguagem, encontrará estímulos de prazer erudito na leitura deste tratado, que honra sobremodo a cultura baiana, de que é Bernardino de Souza, sem favor, um dos mais poderosos expoentes. O núcleo incentivador do "Instituto Histórico", obra exclusiva de sua vontade realizadora, mercê da capacidade baiana, que só necessita desses exemplos, para frutificar em beleza, aí está, no monumental aprumo de suas linhas arquitetônica, para atestar o vigor dos empreendimentos do moço, que alia a coragem do pulso à vibração da inteligência. "Onomástica" é um derivativo mental dessas tentativas do bem fazer. Amanhã terá sido também um monumento literário a seu modo especializado em assuntos de toponímia nacional. De subsidio a subsidio é que se fazem os grandes livros da espécie. E se o autor lhe quisesse dar, ao em vez do cunho científico palmar, o amplo caráter de literatura regionalista, elementos lhe não faltariam da mais autorizada fonte. Era só coligir, imensamente, o cabedal já realizado de estilo pitoresco local, que se multiplica, dia a dia, no acervo incalculável de livros do gênero. E isso de norte a sul. Do sul, por exemplo, numa simples página de Luiz Murat. "O Fogão do Gaucho", pode colher nada menos que os termos, que porei em aspas, na estrofe que se vai ler:

> "Repechámos, a custo, o íngreme "arrampadouro", ...
> Pleno luar, plena paz... Infindos "seivos", "baixas"
> "Sangas", "barbeitos", "vãos", tudo como um tesouro
> Ou larario esquecido. Ao fundo, arroios, "faixas"
> Líquidas, serpenteando, enroscando-se aos velhos
> Troncos, onde ainda se ouve o segredo dos avós.

Negros monesteirais curvados sobre os joelhos
Rezam, a, avós, alteando aos "chapadões", longevos
O rugoso perfil, o amplo espaço interrogam.
Chegam, trauteando, "os reis das cochilas". Tranaram
Rios, "bridões", sem Deus, com o "pampeiro" dialogam,
E, loucos, de roldão, os "itaimbés" galgaram.

Dos termos que aí se respigam, apenas "repecho", de onde "repéchamos", "arrampadouro", "seivos", "baixas", "sangas", "vãos" (aliás "váos") "chapadões", "coxilas" ("rei" ou "monarca da coxila" e o gaúcho), "pampeiro" e "itaimbés", constam da "Onomástica". Mas são unicamente os da primeira estrofe, onde escaparam ainda ao pesquisador aquele "barbeitos", aquele "faixas", que se poderiam juntar aos demais do resto da mesma página, como aqueles: "chiripa", "socairo", "balsões", "adueiro", "engas", "campeador", "enfesios", "fosso", "entaladas", "gentio", "missões", "esplanada". Do Norte, não menos rico é o manancial. Bem que ao lado daquele "macumba", registado na "Onomástica", poderia figurar o "maracatu", o "mandinga" e outros, que livros recente, como o "Catimbó" (outro termo a registrar) lhe podem fornecer, como "frevo", e tantos mais. A propósito de "tangerino", já registrado, acode-me esta canção, atualíssima, de Ascenso Ferreira, sobre aspectos do Norte:

Lento, um "comboio" move-se na estrada
cantam os "tangerinos" a toada
guerreira do Tigre do sertão:

"É lamp... é lamp... é lamp....
É Virgulino Lampeão...

Para o centro do país, nas zonas franciscanas, há o termo "catrumano", que o folquelore acusa em versos estropeados, como estes, da riquíssima coleção Manuel Ambrósio, ainda inédita:

Chegou Benedicta "catrumana"...
Fais café, sacode a cama,
Cond'eu passa, ocú me chama.

Ou, então, nestes, em que o tipo ressalta, nítido, das chufas ribeirinhas:

A baiêta do negro é o fogo
A doença do pinto é o gôgo.
A gravata do boi é a canga.
E o relojo "catrumano" é a capanga.

A literatura chamada regionalista é, pelo visto, um tesouro inesgotável para verbetes novos da "Onomástica". Enverede o autor por essas estradas e terá tirado talvez o melhor partido desse regionalismo, absolutamente verbal, que nos inunda as letras. Só do ponto de vista erudito, e, em particular, geográfico, tem ao que parece válido o esforço de muitos dos nossos celebrados escritores localistas. Bernardino de Souza, com a "Onomástica Geral", vem provar o asserto. E em boa hora, quando as nossas letras tomam direção melhor, no sentido dinâmico superior de modernização do tipo brasileiro, como síntese, em todas as formas, do homem do sertão e do homem das costas. Livro precioso, pois, a "Onomástica Geral da Geografia Brasileira", de Bernardino de Souza. Um excelente livro.[20]

20 **A Tarde**. Salvador, 1º de maio, 1928.

DR. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Revista Renovação

Juarez Távora, na sua última excursão ao Norte, onde, além de outras incumbências trouxera a de resolver a crise na direção da Bahia, teve oportunidade de estar envolvido nas malhas do mais difícil labirinto que se possa imaginar. Realmente o caso da Bahia parecia insolúvel. Não é que falte, a grande terra de Ruy, homens capazes de tomarem as rédeas de sua administração. Os baianos podem, com justas razões, se orgulhar de sua mentalidade. Mas são tão tais as dissenções políticas, são tão diversos os interesses em jogo, os da Nação, os do Estado e o de cada partido, que só uma grande habilidade poderia resolver com felicidade para a Nação e para o Estado, o caso de nossos vizinhos.

Felizmente que ao grande soldado não faltou essa hailidade. Foi buscar fora da Bahia um baiano que muito a honrasse, por sua vida tradicional de dignidade e trabalho e que vivesse completamente alheio às intriguinhas da política. E Arthur Neiva se deslocou de S. Paulo para a Bahia onde só conta admiradores e não tem protetores nem protegidos. Em seguida procurou conhecer ali os mais capazes, os mais dignos, os homens de ação e trabalho. Esqueceu as cores políticas. Ele não fora organizar partido. A sua missão era organizar a administração para reconstruir o Estado que, sendo um dos mais ricos do país tem sido dos mais infelizes nesse particular. E não só com política que ele esqueceu: desprezou, *in totum* os políticos. Olhou a Bahia, viu as suas mais soberbas obras e indagou qual o seu realizador: A Casa da Bahia e a Casa do Direito gritaram o seu nome com entusiasmo a mocidade que se instrui, a mocidade que se eleva pelo trabalho, pelo trabalhador, os amantes das ciências, os mestres do direito, os

que desejam na Bahia uma atmosfera de atividade, dignidade e progresso apontaram o homem dínamo que lhes dera o soberbo abrigo onde cultivam as ciências e professam, o Diretor Bernardino José de Sousa foi apresentado a Juarez Távora por suas grandiosas realizações. E o General conhecendo-o admirou-o: admirando-o, requisitou os seus serviços para o Estado. Confiou-lhe a Secretaria do Interior — a de maior responsabilidade, de mais trabalho, de cujo andamento depende toda a vida do Estado. E o Dr. Bernardino de Sousa já ali está, demonstrando para quanto podem o seu talento robusto, a sua invejável capacidade de trabalho, aliados ao seu desprendido amor patriótico. Feliz Bernardino a quem Sergipe não aprendeu as lições, não tomou os conselhos, não emendou os erros, as faltas, as ilegalidades que lhe condenara, com tanta sinceridade e amor filial, na sua administração, deixando ir ao descrédito, por falta de direção, o seu Instituto Superior de Ensino.[21]

21 **Renovação**. Aracaju, Ano I, nº 6, 15 de março, 1931.

O REAJUSTAMENTO ECONÔMICO

O Jornal

O Sr. Bernardino José de Souza, novo presidente da respectiva Câmara, em entrevista a O Jornal, declara que a entidade que preside vai entrar em sua fase definitiva.

A Câmara do Reajustamento Econômico já se acha definitivamente instalada no edifício que lhe foi destinado, sito à Rua General Câmara nº 8.

Instalada nos andares superiores do referido prédio, num ambiente de modéstia, porém, com requisitos de conforto, o órgão executivo do Reajustamento está à altura da missão que lhe cumpre realizar.

As medidas iniciais julgadas necessárias para seu funcionamento, como sejam: a elaboração de seu regimento interno, localização, instalações e demais detalhes, acabam de ser completadas com o contrato recém-firmado entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil para execução da medida governamental de benefício à lavoura.

Apenas uma única providência falta ser tomada para que o reajustamento econômico tenha aplicação imediata: a constituição de sua secretaria e do seu corpo de funcionários, o que já é objeto de cogitações da direção daquele estabelecimento.

A DEMISSÃO DO SR. RUBEM ROSA

O pedido de demissão do Sr. Rubem Rosa do cargo de Juiz daquele tribunal e seu primeiro presidente, veio determinar um

hiato nos trabalhos preparatórios, visto como, conquanto o houvesse feito em caráter definitivo, o chefe do Governo Provisório e o Sr. Oswaldo Aranha procuraram demover o encarregado do expediente do Ministério da Fazenda de sua atitude, somente lhe sendo concedida a exoneração solicitada quase um mês depois.

O substituto do presidente demissionário foi o Sr. J. G. Pereira Lima, nomeado por despacho de 26 do corrente, na pasta da Fazenda.

No ato de posse do novo juiz, a Câmara de Reajustamento elegeu seu novo presidente, cuja escolha recaiu no nome do Sr. Bernardino de Sousa, sobejamente conhecido nos centros culturais do país.

Baiano de nascimento, o Sr. Bernardino de Sousa é lente da Faculdade de Direito da Bahia, tendo sido um dos seus fundadores, membro do Instituto Histórico da Bahia e advogado de renome na capital do grande Estado do Norte. O Dr. Bernardino de Sousa tem publicado vários trabalhos históricos, de cujo estudo é um apaixonado.

EM VISITA Á CÂMARA

O novo presidente do órgão do reajustamento econômico, no momento em que ali chegamos, havia saído para o Banco do Brasil, onde ia conferenciar com o presidente Arthur Costa sobre a possibilidade daquele estabelecimento de crédito colocar à disposição da Câmara, imediatamente, os funcionários julgados indispensáveis para seu funcionamento, e que vão ser fornecidos, em comissão, por aquele banco.

Enquanto aguardávamos a sua chegada, palestramos com o seu secretário. Mas alguns momentos, e o presidente regressava apressado, fazendo-nos ingressar incontinente, em seu gabinete de trabalho.

O professor Bernardino de Sousa dispensou-nos uma acolhida fidalga, recebendo com sensibilidade os cumprimentos d'O

Jornal pela sua investidura no elevado cargo de presidente. S. S passou a manter conosco cordial palestra, em que focalizou, em traços gerais, o que tem feito a Câmara de Reajustamento, até então, e o seu otimismo de vê-la funcionando, regularmente, dentro de poucos dias.

O Reajustamento Econômico, a seu ver, representa o cumprimento de uma dívida do governo federal para com as classes produtoras da Nação, tão debilitadas pelos constantes sacrifícios que lhe tem sido impostos pelos governos. O que o Governo Provisório vai fazer é, apenas, um ato de reconhecida justiça e cujos resultados benéficos reverterão aos cofres públicos pelo impulso que a medida representa para a lavoura, reanimando as suas forças vitais e oferecendo-lhe a única e melhor oportunidade de um maior desenvolvimento em prol da riqueza nacional.

O presidente do Reajustamento teve palavras de simpatia para com O Jornal, cuja orientação firme e segura, que vem imprimindo às suas informações sobre a lei do reajustamento, tem merecido os aplausos dos diversos diretores daquele estabelecimento.

Concluindo a breve palestra que manteve com o nosso representante acreditado junto à Câmara, o professor Bernardino de Sousa disse-nos:

— Pode noticiar que o reajustamento econômico será uma realidade dentro de mais alguns dias, visto que vai entrar em sua fase definitiva: a da aplicação.

A Câmara já apresentava um aspecto de movimentação, motivo por que demos por encerrada a palestra. Várias pessoas esperavam o momento para se avistarem com o presidente.[22]

22 **O Jornal**. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1934.

A MAIOR DATA BAIANA

HOMENAGEM ESPECIAL DO INSTITUTO AO SEU BENEMÉRITO SECRETÁRIO PERPÉTUO, MINISTRO BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Rogério Gordilho de Faria

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia comemorou com todo o brilho, este ano, o transcurso de nossa mais gloriosa efeméride, franqueando á visita pública, o "Pavilhão 2 de Julho", à Lapinha, para a romaria Cívica aos tradicionais "Carros Emblemáticos" e se fazendo representar, através da palavra de seu confrade Dr. Alberto Silva, nas festividades da manhã, à mesma praça.

Às 20 ½, em sessão solene, realizada em sua sede, à Avenida 7, foi prestada justa, merecida e especial homenagem ao seu benemérito secretário perpétuo, Ministro Bernardino José de Souza com a inauguração de uma placa de bronze no "Salão Nobre" da "Casa da Bahia" o qual se passou a denominar "Salão Bernardino de Souza", para que aos vindouros relembre quanto lhe deve o Instituto em extrema dedicação e devotado serviço.

Seletíssimo e numeroso auditório do qual fizeram parte altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, membros da família do homenageado, representantes dos corpos docentes e discentes de estabelecimentos de ensino e de associações, muitos confrades e Exmas. Famílias abrilhantou a solenidade que, presidida pelo Dr. Epaminondas dos Santos Torres, presidente do Instituto, obedeceu ao seguinte:

PROGRAMA

1ª. PARTE

Discurso oficial pelo Prof. Dr. Rogério Gordilho de Faria

2ª PARTE

Hora de Arte
I – *Beethoven* – Sonata op. n. 2 (2: tempo), piano – *Menina Margarida Audiface de Britto.*
II – *Castro Alves* – Ode ao 2 de Julho (Declaração) – *Snria. Zoraide Aranha*.
III – *Alberto Costa* – Canto da Saudade, canto – *Snria. Olga Piana*.
IV – *Dróla* – Dansa hungara violino – *Snr. Salomão Fidelmann*
V – *Cassiano Ricardo* – Exhortação (Declamação) – *Snria. Zoraide Aranha*.
VI – *Puccini* – Vissi d'arte (Tosca) canto – *Snria. Olga Piana*.
VII – *Wieniawsky* – Kuiawiak, violino – *Snr. Salomão Fidelmann*.

Ao piano a Profa. Dedé Fonseca

FOI ESTE O DISCURSO OFICIAL DO DR. ROGÉRIO GORDILHO DE FARIA

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia destacou-me, na fileira de seus menores, para falar em seu nome, de tanta tradição, neste aniversário comemorativo de 2 de julho de 1823.

Certo não farei um discurso. Com vera autoridade já disseram antes de mim Teodoro Sampaio, Pedro Calmon, Deraldo Dias, Wanderley Pinho, Aloisio de Carvalho, Borges de Barros e outros e outros. Lerei uma simples nota comemorativa; um voto de saudade, uma prece de gratidão pelos que morreram e pelos que viveram a trajédia daqueles dias ominosos, para nos legarem a liberdade. Não vos farei um panegírico. Da história colherei dados, conhecidos de toda gente pra reviver a história. Não vos servirei nada de

novo. Tudo que vos direi aqui já estará inscripto em vossa memória e incorporado ao patrimônio do civismo bahiano. O dia memorável que o Instituto, fielmente, evoca todos os anos, é mais do que data bahiana, porque constitue verdadeiro fato nacional.

Foi a Bahia que consolidou a Independência e destruiu os últimos redutos da resistência lusitana.

O brado famoso de Pedro 1º. às margens do Ypiranga, teatral e pomposo, deslumbrou pela audácia e propagou-se pelo sentimento.

No sul do País, a 7 de Setembro de 1822, venceu numa jornada de flores e de palmas, de vivas e aplausos em que tremia o ardor da brasilidade.

Enquanto isso, a resistência portuguesa consolidava-se ao norte, a flor do Brasil naquela época, e recalcitrava em abrir mão da presa colonisada.

Portugal não queria crer que a divisa de "Independência ou Morte" se incrustara patrioticamente na consciência brasileira. Manteve suas armas no território libertado. Pretendeu refundir pela força os grilhões da dominação, que a vontade nativista decretara rompidos. E assim, cimentou os alicerces da epopeia.

Surgiram os conciliábulos patrióticos, medraram os lances de audácia, feriram-se batalhas sangrentas, naquela jornada épica, que culminou no 2 de Julho de 1823.

Os festões e as flores que juncaram de galhardia os roteiros do sul ao norte, centralisados na Bahia invicta, transformaram-se no sangue de seus heróis. Ali, as comemorações cívicas cantavam e glosavam a frase histórica. Aqui o peito bahiano erguia uma muralha de resistência ante as pontas das boionelas. Os cânticos da liberdade eram soprados no clarim das avançadas guerreiras e quanta vez... balbuciados nos esteriores da agonia. A alma da Bahia não se rendia às imposições da violência. Enquanto o concelho interino do governo da Província, localizado em Cachoeira, se correspondia com o poder central e apostrofava:

"Não vencereis, monstros. Primeiro acabará o último bahiano."

Os fatos justificavam a apóstrofe.

Era Joanna Angelica, Sóror Patriotismo, a deter a onda invasora às portas do Convento da Lapa, agonisando amortalhada em sangue, pisoteada, esmagada pela soldadesca sem peias que lhe varara o coração com as sete lâminas de Nossa Senhora das Dores.

Era Maria Quitéria de Jesus Medeiros, a enformar o corpo adolescente na farda áspera de companhia do soldado brasileiro porque o espírito, este não tinha medida no ardor cívico, na coragem militar, no desprendimento e na renúncia para a morte, em nome da liberdade.

Era Pedro Jacome, de espada alçada, num ímpeto irresistível a destacar-se, só, do seu pelotão e a penetrar como um aríete no coração da massa inimiga, acutilando aqui e aquém, à direita, à esquerda, em frente, em molinêtes de destruição, até que sucumbiu, crivado de ferimentos, esmagado pelo número.

Era José Constâncio Coelho, mal egresso da puberdade, à cingir as insígnias militares e a jogar a sua vida de criança em feitos másculos de audácia, de dignidade e de civismo.

Era João de Oliveira Bottas, embriagado de glória, a conquistar em campo raso, ao fumo dos mosquêtes e aos embates de arma branca, promoções sobre promoções.

Era Felix Mendes, com o crânio fendido, insistindo em comandar o troço de homens de sua militança.

Era esse humilde corneteiro Luiz Lopes, português de origem, bahiano de realização, a inverter o toque de comando de Barros Falcão, que ordenara a retirada para o Engenho Novo e a soprar as notas de pavor:

AVANÇAR A CAVALARIA E DEGOLAR

– Que consolidaram as fundações da vitória –

Era fundida nesse bronze a tempera bahiana naquele século – 2 de julho de 1823, marca a era real da libertação.

Não bastaria o 7 de Setembro de 1822 se não fora a atuação da Bahia para fazê-lo cumprir. A velha Provincia foi a executo-

ra da vontade do povo brasileiro. Não bastaria o aresto decidido em terras bandeirantes. Era necessário seu cumprimento. Coube a Bahia pôr-lhe o: Cumpra-se...

Fê-lo como um compromisso sagrado. Àquela tarefa deu o melhor de suas energias. Empenhou a vida de seus filhos.

Esparziu todos os dons de sua cornucópia. Não popou ardôres nem sacrifícios. Entregou-se à luta pela luta. Imbuiu-se da fórmula inicial: A vida com independência ou sem independência, a morte. Forjou, à custa de todos os sacrifícios o patrimônio da liberdade nacional. Sem ela, que destino outro teria seguido o Brasil? Fez-se depositara da vontade da Nação e administrou esse depósito a exigir em brasão a honra de sua gente. Ingressou no Panteão do reconhecimento nacional.

Cachoeira, S. Francisco, Jacobina, a Ilha de Itaparica, Maragogipe, Valença, e outros jogos e outros lares não faltaram com seu concurso denodado. Todo recôncavo fez-se uma chama de crepitante de civismo e de fé.

Calmon, Dêndê Bus, Rebouças, Montesuma heráldica de Santo Amaro, Siqueira Bulcão, Souza Lima, Barros Galvão, uma dúzia de praieiros, na passagem do Funil, imersos do mangue até a alma impedindo a marcha de Taborda, Pirajá, Labatut, S. Braz de Plataforma, a pitoresca colina de Escada, Faria Dutra, Argôllo Ferrão Pires e Albuquerque, as gentes da Casa da Torre. Garcia d'Avila, o pelotão de Bateflolhas, Senna e Silva, Antonio Tóta, os barcos, as escunas, as bombardeiras, as balleiras, os lanchões, os canhões de 12, Maré, Passe, Bocca do Rio, que sei eu?

Um rol de energias que se congregam aladas ao mesmo laço de bravura patrícia. Um punhado de cidadãos pacíficos, que se improvisaram generais da vitória, ao toque telúrico de sua gleba. Objetos, de préstimo comum que se afirzeram ao uso da guerra contra os batalhões organizados, equipados, abastecidos e afeitos do general Madeira I.

Calmon, futuro Márquez de Abrontes, escreveu que tudo era feito por paisanos inermes e milicianos sem armas nem disciplina ou com armas desconcertadas.

Foi à primeira hora da tarde que entrou na cidade o exercício libertado. Primeiramente as tropas regulares. à sua testa, em seguida ao corpo de exploradores, marchava Lima e Silva com o estado-maior. Logo depois Barros Falcão, comandante da tropa pernambucana, e imediatamente o batalhão do imperador.

Na cauda desta coluna vinha o exército bahiano, maltrapilho, descalço andrajoso, atestado vivo de sacrifício e de glória. Empós formava o batalhão dos negros que, assinala Tobias Monteiro, pela primeira vez, figurava na retaguarda. Toda a população estendeu-se no caminho dos heróis. Todas as galas refloriam na praça pública para galardoar a audácia d'aqueles bravos. Até as monjas do Convento da Soledade romperam a clausura e vieram à rua levantar um arco triunfo e coroas de flores aos seguidores do exemplo de Joana Angelica.

Verificara-se o fenômeno que Keiserling assinala: a vida creadora só existe sobre a base das tensões sempre crescentes. O universalismo recompensa interiormente pelo mais extremo nacionalismo. E dentro das grandes estruturas privadas, a comunidade se manifesta sob a forma de uma tensão extrema.

A tensão patriótica do povo bahiano afinou-se pelo máximo de tensão produtiva. À luta que se travava no reconcâvo, não faltou o sertão com seu contingente.

A voz do povo endireitava-se para o tema único.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE

Era preciso que o eco daquele lema não se perdesse na quebrada gigantesca das montanhas, nem se escoasse na torrente veloz dos rios brasileiros. Impunha-se a correlação entre a teoria e a realidade histórica. Era uma questão de *rythmo*. Naquele caso a evidência não era simples função da verdade abstrata, mas uma realidade concreta correspondente aos imperativos da alva colectiva.

O historiador que se plante no ponto de vista do "nexo total *psychico*" e empreenda o exame dos fatos e das ideias, há de chegar

ao resultado da preponderância da Bahia, na campanha da Independência, por mais representativas que se afigurem as realidades históricas. E se é verdade que "em todo futuro continua a viver o passado" (Keyserling), cultuar o passado é um dever do presente.

A amálgama de tipos raciais depura-se cada vez mais no cadinho do tempo e forja a têmpera cada vez mais lídima do caráter nacional. A audácia dos conquistadores lusitanos, o ímpeto da natureza bravia que indígena herdou às gerações provindouras, a resistência formidável do preto, gerado nos rincões adustos da África, constituem o passado da raça que se funde no molde hereditário e que não se abastardará nos cruzamentos através das gerações. Essa é a reminiscência do passado brasileiro, que o filosófo faz viver nos cenários do futuro. No Brasil o ambiente é grande. A natureza *cyclopica* atrai o homem na razão direta da sua força. O calor do reservatório aumenta e *plethora* de vida e impede a degeneração. O homem traz no seu íntimo a pujança do sol, em cujo signo veio a luz. Não é curial que a natureza exuberante produza frutos raquíticos. A flora formidável e gigantesca surge solo, na espontaneidade dadivosa de uma floração inesgotável. A fauna enriquece e opulenta todos os departamentos da zoologia conhecida. O reino mineral desborda-se em espécies e requintes de riqueza multifária. O homem é filho desse meio, onde tudo é grande. As instituições da natureza aprisionam a maior soma de energia. Essa é força de coesão que governa a matéria donde surgiu o homem. Aqui o entrecho — que das tendências raciais sofre a simbiose correspondente ao impulso inicial que lhe imprime o ambiente. A força do meio age sobre a tendência individual com a potência bastante forte para depurar-lhe as folhas e ascender-lhe o voo no rumo da vida.

Já era assim naquela era de imprecisão em que as primeiras reações se revelavam na retorta biológica. A epopeia culminada em 2 de Julho constitue exemplo. Com o andar do tempo as linhas se precisam no sentida da concepção definitiva.

E no Brasil, nesta vasta gleba querida que o brasileiro venera à todas as luzes de sua lâmpada votiva, a Bahia é joia de eleição.

Aqui tudo é grande, desde a extensão territorial que poderia conter vários países, até o traço definitivo de virtude de seus homens. Urbana ou rural, litorânea ou sertanista, ela é pletórica e perdulária em messes e em riqueza. Seus rios, suas serras, suas lapas, os relevos ortográficos, a abundância e torrente de suas águas, o labirinto caprichoso das grunas preciosas, os cursos diamantíferos, as entranhas da terra grávidas de metal de todos os matizes, a geologia nabalesca em utilidades, a uberdade de seus vales, a medicina de suas *thermas*, as excelências de seus climas, a grandeza de suas florestas, a uberdade de seu solo, a índole de seu povo, as páginas redivivas de sua história, os feitos de seus homens, tudo isso indica que "em todo futuro continua a viver o passado".

Cultivar o passado é, pois, preparar o futuro.

Praza a Deus que a Bahia seja sempre a mesma — reservatório de energia, de valor, de civismo que inspirou a Thoma Lindley a profecia de independência em 1805 e que gerou a data de eterna comemoração, 2 de Julho de 1823.

Que ela não desmereça jamais daquela audácia generosa que elegeu José Bonifácio, exilado, como um protesto e uma realização contra as demandas do poder. Que ela mantenha imaculdo o pendão de suas conquistas, em todos os campos da atividade humana — nas letras, nas artes, no saber, no valor, no trabalho, na dignidade, na honra.

Que ela continue a trilhar a senda magestosa dos seus homens, luzeiros na história pátria, onde quer que conduzissem o brazão de sua atividade. Que ela continue a honrar os forais de sua tradição, onde quer que apresente o escudo de sua origem. Bandeirante de todas as eras, em todos os campos, a Bahia será sempre a Bahia.

Revivamos as horas que se foram, a reviver os dias que se seguem.

Aos que tombaram na refrega, aos que viveram dias de tanto sacrifício e de tanta glória, aos generais da campanha, aos hu-

mildes soldados libertadores da Pátria, aos cidadãos de 1823, aos heróis bahianos da Independência, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia manda os louros reconhecimentos, da reverência, da gratidão das gerações que os sucederam.

AVE I

A homenagem que o Instituto Geografico e Historico da Bahia rende hoje ao seu Maior – Bernardino José de Souza nada acresce a glória dos homenageados.

O HOMEM

Se o bronze vale na estimativa dos povos como simbólica de perpetuação dos valores, há homens que não carecem do símbolo para se eternizarem na devoção de seus coevos.

E, de sua época transitam à posteridade.

Plutarco, de Queroneia, fundiu na palavra escrita o monumento de homens ilustres. O bronze é o monumento que o civismo contemporâneo erige ao culto das gerações porvindouras.

Temístocles e Péricles, Coriolano e Alcebíades, Furius Camilus e Fabiu Maximus eram e são grandes vultos da história da humanidade, antes da consagração de varões de Plutarco.

O secretário perpétuo desta Casa de tradição brasileira cimentou a heráldica de seu título em realizações que a placa de agora apenas registra, nos fustes da homenagem.

Bernardino foi, acima de tudo, um grande realizador. Trazia na organização a influência telúrica do nordeste que lhe ambientou a luz da vida. Nordestino até a alma. Imbuído de todas as influições da terra adusta e todas as energias do sertanejo batalhador e pertinaz.

Uma ideia que se lhe implantasse no cérebro vigoroso era mais tarde, ao sopro indomável da obstinação, uma construção realizada, a despeito de quais fossem os óbices e as dificuldades.

Sua vontade, tendente àquela finalidade, não cedia ao mais possante influxo. Foi o homem das linhas retas. Habituara-se à observação do drama de sua gleba. E haurira a têmpera de sua formação ao contato do lavrador heróico, pela dominação da terra hostil e castigada pelas inclemências da natureza. Lavrara sua seara, com a mesma tenacidade e pugnacidade com que assistira na casa paterna à luta do homem contra o meio. O ambiente de sua infância forjou-lhe a têmpera e caldeou-a na rijeza de caráter indomável. Foi sempre assim.

Dos sertões onde nasceu, trouxe a mesma "expressão de força, de energia, de poder a que se não resiste, a mesma visão da imensidade, a mesma sensação do infinito, a mesma impregnação do eterno", como diria Ruy.

Toda sua vida foi de trabalho — mais em benefício da humanidade do que seu próprio. A dedicação era a linha mestra de sua atividade. Descuidado dos figurinos e rebelde aos mandamentos da cortesia social vivia integrado na prática de suas finalidades, com a abstração dos gênios, no trato de seus empenhos.

Nele, o meio cósmico quase justifica, com sua aplicação ao indivíduo, a teoria geográfica de Ratzel, hoje relembrada pelo "possibilista" Lucien Fabyre, quando sustenta que o homem por mais que intente libertar-se daquelas intuições nunca o conseguirá inteiramente.

Refletia a força da natureza donde viera.

Enquanto sua vida pública era traçada no limite de tais coordenadas, a vida particular decorria no culto integral da família que elegeu, e que constitui o relicário de suas emoções.

Aqui fora era o mandamento, o imperativo da vontade forte ao serviço de uma realização. Ali era o mandamento, o imperativo da vontade forte ao serviço de uma realização. Alí era o sentimento, o coração dissolvido nos encantamentos do lar, que ele quer e adora como a construção maior de sua energia creadora.

Sua esposa é sua conselheira. É um espírito de eleição, pela cultura e pelo amor. Descendente de varão ilustre, o prof. Carneiro Ribeiro, êmulo e par de Ruy, na celebrada polêmica sobre a redação do Código Civil, D. Maria Olivia Carneiro de Souza, herdou-lhe as virtudes e os valores, a cultura e a meiguice, para erigir em torno de seu eleito e o altar votivo de sua adoração.

Bernardino de Souza, na intimidade daquele recesso evangélico, adotava todas as suas qualidades mestras, ao toque da virtude e do amor familiar.

Era outro homem — o homem de coração.

À sua companheira ele deve o amparo de suas energias. Ela é a colaboradora inteligente de sua grande obra, em todos os setores.

O homem rude, primaz no limão do comando, com todas as qualidades necessárias ao posto, chorava de emoção ao toque festivo das comemorações do lar. Vi-lhe as lágrimas mais de uma vez. Vimo-los todos os que privamos de sua intimidade.

Era assim o homem — fero nos seus desígnios, brando no seu amor. Cumpridor de deveres até a renúncia. Fanático pelos filhos até a medida. Deu-lhes educação aprimorada e moldou-os à inflexibilidade de seu caráter.

O ESTUDANTE

Educado no Ginásio Carneiro, trouxe daquela Casa tradicional de ensino a riqueza cultural, a erudição beneditina, a orientação pedagógica e o amor ao trabalho. Foi discípulo querido do velho educador. Jamais deslustrou os bancos escolares. Antes honrou-os pela perseverança e pela aplicação. Tomou ao mesmo as qualidades virtuais. Aprendeu a estudar com seriedade e com amor e a fazer do estudo patrimônio de seu futuro. Despertou-lhe ali, naquele tempo, o amor pela geografia e a paixão pela história pátria e, daí, o senso do civismo e do patriotismo são e honesto.

Suas peregrinações mentais pelo mundo geográfico e histórico, eram ainda flor e fruto de sua vida de infância, nos carrascais do nordeste empobrecido.

Tendências que se sublimaram e aprimoraram no professor do futuro.

O estudo da terra era sua paixão. Os fastos da nacionalidade seu grande encantamento.

Mais tarde, ingressou na Faculdade de Direito da Bahia com os hábitos escolares de estudo e de aproveitamento, que o conduziram à distinção do curso. Foi estudante na época em que se estudava. Levou a sério sua tarefa e foi escolhido para orador da turma de formatura. Sua oração, proferida em 1905, já demonstrava a trajetória de sua vida — uma linha reta de dedicação ao trabalho.

Sem descurar a lira dos hinos da juventude, ele versou problemas sérios com os laivos de maduração admiráveis em espírito tão jovem.

O PROFESSOR

Graduado em direito, seu amor ao estudo não fenenceu. Antes cresceu de anseios e da curiosidade.

A habilitação profunda que logrou em humanidade e a convicção despertada pelo estudo do direito acentuaram em sua vocação para o ensino, que já praticava em vários estabelecimentos particulares e públicos, sem esquecer o Ginásio Carneiro.

Assim caracterizou a primeira fase da vida pública.

Fez-se o professor Bernardino de Souza.

De vários Colégios, entre os quais o Instituto de Ciências e Letras, o Educandário dos Perdões, a Escola Normal e o Ginásio da Bahia, a Faculdade de Direito, palmilhou uma trajetória ascendente e produtiva.

Geografia, História Geral, Direito Internacional Público, Diplomacia, Direito Internacional Privado, Direito Público e Constitucional; Enciclopedia Jurídica, foram as disciplinas de sua predileção.

Foi professor como poucos. Inflexível no cumprimento de seus deveres escolares ganhou a fama de terror dos estudantes. Depurou no cadinho da instrução mais de uma geração de estudantes.

O estudo para ele era cousa séria e o saber a única virtude para lograr aprovação. Aluno ignorante era estudante reprovado.

Recomendações e proteções constituiam para seu caráter e sua mentalidade professoral injuria à sua dignidade e ao ensino. Quem foi aprovado em exames de sua responsabilidade pode gabar-se de conhecer a disciplina. Chegava a ser rude, mas era sincero. Não abria mão de prerrogativa, nem celebrava cambalachos. Praticava o ensino, como o sacerdote celebra os ritos da religião. Ante os poderosos era como o feixe de varas dos litores. Poderia atingir o limite da descortezia, mas não cedia uma linha na diretriz de sua moral.

Didata, por exelência, explicava com minúcia e honestidade.

Assunto de sua explanação só não aprendia quem não queria. Para esses era impiedoso, porque era justo.

Fiat justitia, pereat mundus, era o seu lema.

Impôs-se ao meio e ao carinho de seus contemporâneos. Labutava de sol a sol. Manhã mal desperta, já professava aqui e acolá em todas as horas do dia. Movimentava-se, sempre às pressas, sob o jugo escravo do dever a cumprir e assim alcançava o crepúsculo com um alivío de tantas horas de aulas diárias. Repousava a carregar pedras nesse Instituto, de seu amor e sua dedicação. À noite dava-lhe a vigília em torno aos livros, aos mapas, aos convênios, aos tratados, aos textos, aos compêndios e ainda lograva o tempo para guiar os filhos na senda dos teoremas e dos deveres, dos temas e das pesquisas.

Creou a auréola de educador, à custo de labor, a cingir os cílios de atividade sem par. Sublimou-se na missão do ensino. Che-

gou ao mais alto posto de mestre da cruzada secundária como diretor do Ginásio do Estado.

Ele não era, apenas, instrutor, mas acima disso, educador e de raça. Imbuiu-se do que havia de moderno naquele setor e desdobrou as energias em prol da nova missão.

Na Faculdade de Direito, não desmereceu a traça de seu nome. Reuniu em torno à sua bandeira a flor da docência na época e, em breve, era o primeiro. Foi diretor em período delicado da vida escolar. Governou com autoridade e energia, que lhe assegurava a congregação e retificou o rumo daquela cincoentenária e tradicional Casa de Ensino Superior. Levantou-a e ergueu-a mais alto ainda. Implantou, rijamente, disciplina absoluta nos roteiros da administração e do ensino. Creou casos e aflorou incidentes que logo depois eram apoiados unanimemente porque a evidência de suas atitudes se impunha a gregos e troianos. E assim reuniu em um só bloco docentes e discentes todos empenhados na obra comum, sob a batuta experimentada do Bayard — cavaleiro sem medo e sem mácula — que ali assentara sua tenda.

O PUBLICISTA

Parece incrível, e só os trabalhadores indefesos podem explicar, que o professor Bernardino José de Souza ainda conseguisse lazer para produzir na imprensa e publicar livros.

"Diário da Bahia", "Jornal de Notícias", "Via Lactea", "Revista Lítero-Científica" e outros periódicos e publicações encerram trabalhos seus.

Representou a Bahia em certamens de ordem científica e jamais ali compareceu sem as credenciais da contribuição, no mínimo, uma Memória Histórica. Ao 1º Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Rio de Janeiro, a 7 de Setembro de 1909, levou "Ensino da Geografia" e já em 8 do mesmo mês e

ano, recitava discurso no Palácio Monroe, pela 1º Sessão de Assembleia Geral.

De regresso em 3 de Outubro do mesmo ano lia seu Relatório, sob as arcadas desta Casa.

"*Nomenclatura Geográfica*", "*Leituras Geográficas*", "*A Carta Geográfica da Bahia*", "*Problemas Internacionais*", "*Barão do Rio Branco*", "*Pescarias Bahianas*", "*O Nome do Estado da Bahia*", "*Mares e Terras*" com prefácio do eminente Teodoro Sampaio, "*Corográfia do Estado do Piahuy*", "*A Ciencia Geográfica*", "*Nas Terras do Ceará*", discursos, achegas, conferências, "*Onomástica Geral da Geografia Brasileira*" reeditada e completada sob o título "*Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*", publicado sob a égide da nativista coleção "Brasiliana", além de relatórios da suas atividades em vários departamentos do saber, constituem esforço soberano de dedicação ao Brasil.

O CIDADÃO

Bernardino de Souza tinha como romano, orgulho de sua cidadania. Praticava o civismo, como religião. Não faltava seu nome em todas as manifestações da alma cívica brasileira. Desde a colaboração nos torneios da intelectualidade até ao comando das formações escolares, nas ruas da Cidade.

Era de vê-lo, suarento e febril de animação e entusiasmo, a enfileirar a juventude e alinhar-lhe os pelotões, cabeça ao sol ou à chuva, na prática da verdadeira disciplina militar, a marchar pelos declives da urbe, com as forças físicas do mais jovem dos seus legionários e à frente deles, insensível a tudo que não fosse o brilho de sua gente e a colaboração de seu esforço para o exílio da solenidade. Encarnava a estirpe do condutor de homens. Era todo, naqueles momentos, a tarefa a que se entregava. Tinha alegrias de creança, assomos de vaidade infantil, quando à frente de sua legião — a dos estudantes — volvia o pensamento para a grandeza

do seu Brasil. Sacrificava seu repouso e abusava de suas energias, com o desprendimento fanático de um defensor da Pátria, na defesa de sua gleba, em campo de batalha. O semblante contraído e os gestos perdulários animavam-lhe a ação. Havia quem sorrisse, em fase daquela azáfama. Não escapava à facécia dos levianos. Pouco lhe importava as farpas de comentadores fáceis. Sua missão era aquela e ele a cumpria custasse o que custasse. Assim era o cidadão. Era como a terra nordestina feita homem, a desafiar as inclemências, pelo braço e pela vontade de seus filhos.

Transfigurava-se no amor á instituição. Deixava de ser o Bernardino de Souza, para transformar-se numa força ao serviço de um ideal. Tinha o idealismo construtor.

O HOMEM DE AÇÃO

Dos traços ligeiros de sua vida que, como testemunha de vista, mandatário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e admirador incondicional de seus valores, venho aqui esboçando, não falei ainda de sua dinâmica realizadora, no campo dos monumentos imperecíveis que vou apontar.

Secretário perpétuo desta Instituição e Diretor da Escola de Direito, encontrou o primeiro em casa de empréstimo e a segunda em prédio impróprio.

O acicate de sua vontade, de logo, imaginou dar instalações condignas ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e à Faculdade de Direito da Bahia.

Da imaginação à realização, percorreu uma via-crucis. Mas ambos aí estão, devidos, exclusivamente, ao seu esforço.

Não havia o principal — dinheiro.

Mas que era isso para aquela energia limpa-trilhos?

Montou a locomotiva do seu esforço e percorreu a linha toda. Pediu dinheiro a indígenas e alienígenas. Passou as fronteiras de seu

petitório. Foi até ao Rei da Bélgica. Organizou Bandeiras de estudantes, presididas por professores. Distribuiu listas. Fez do nada, moeda corrente. Improvisou apelos. Movimentou toda gente. Tornou-se agreste e impertinente. Revidou inconveniências. Solicitou, suplicou, impôs. Comunicou a força de seu querer, mesmo aos mais rebeldes. Plantou, semeiou e colheu. Arrostou situações, fez cálculos, perdeu noites e tomou-se de verdadeira febre pela realização.

E realizou, a vencer a apatia e a descrença dos meios.

Praticou milagre que aí está ao ver de toda gente. Construiu este palácio e ergueu para a Faculdade o prédio de seu funcionamento.

Mas não foi só.

Mobilou-os e aparelhou-os. Organizou-os e aprestou-os para a finalidade de cada um.

A soma de trabalho que tudo isso custou, só Deus sabe. Toda a escrita, toda correspondência, toda iniciativa, era feita por ele, nas vinte e quatro horas, que o dia dava, porque o ciclo do tempo, para ele, passou a não ter horas.

A mão de obra foi fiscalizada pessoalmente e Bernardino de Souza não hesitava em perder relações de amizade em benefício da perfeição de seus empreendimentos.

São esses os dois monumentos de pedra e cal que o geógrafo e o jurista, o historiador e o cidadão plantou na Cidade do Salvador pelo cultivo das tradições brasileiras e estudo do Direito.

SUA CARREIRA

Até aí Bernardino José de Souza era o professor. Exauria-se, de hora a hora, a semear, na leira do ensino, a boa semente, para a colheita futura. Sua atividade e seu valimento falhavam-no para outros setores.

E foi deputado na Câmara do Estado, a enriquecer os Anais do Congresso.

Do Legislativo passou ao Executivo, no cargo de Secretário do Interior e Justiça, no governo de Arthur Neiva.

Para ali levou o mesmo programa de ação e de moralização. Resolveu os arquivos e iniciou empreendimentos. Enfrentou as alicantinas da politica. Projetou reformas e adotou a ferula como padrão de governo.

Assim, era do seu feitio.

Mais tarde foi buscado dos setores provincianos para a Câmara do Reajustamento e dentro em pouco era seu Presidente.

Seu papel ali foi o de sentinela à margem dos dinheiros públicos.

Estabeleceu um crivo de furos capilares, onde cessava todas as pretenções.

Não respeitava categorias, nem chachás, poderios nem bancadas. Foi um juiz inflexível que só enxergava a justiça das pretenções, fossem quais fossem as influências das partes. Deu novos moldes à creação econômica do Governo da República. E ali construiu pela sua severidade, o degrau para o Tribunal de Contas do País, onde honra com a tradição do passado e a ativação no presente, o posto de Ministro.

Sua apresentação aos devotos desta instituição foi celebrada em Sessão de 23 de Maio de 1909, sob os auspicios do Cons. Antonio Carneiro de Rocha, então presidente, que explicou a magnitude da aquisição e profetizou as benesses de sua atuação.

Colaboraram naquele ato o Cons. João Nepomuceno Torres e o Cel. Gonçalo de Atayde Pereira.

Em 3 de Maio de 1912, já Bernardino José de Sousa substituía o orador da casa, e deleitava o auditório, com o elogio do Barão do Rio Branco, que estudou sob os aspectos de sua vida política e diplomática.

Em 2 de Junho, foi eleito Membro da Comissão de Geografia e Etnografia e em 14 de Julho do mesmo ano já o designavam para, em comissão com o Cons. João Torres e o prof. Torquato Bahia, elaborar o Regulamento dos Estatutos do Instituto.

No ano seguinte, em 11 de Maio, deram-lhe seus pares o posto de 1º Secretario e a comissão de Estatutos e de Revista.

À essa altura seus serviços se impunham de tal jeito que o prof. Oscar Freire, membro da Comissão de Estatutos, relatou verbalmente um parecer para que se conferisse ao sócio Bernardino José de Souza o título de Secretário Perpétuo, ao que o Dr. Reis Magalhães acresce o de sócio honorário.

Em 7 de Abril de 1918, foi escalado para o Comitê da Bahia ao Congresso de Americanistas.

Em 13 de Agosto de 1918 Bernardino, pela comemoração do jubileu literário de Ruy Barbosa, propôs-lhe a conferência do título de Presidente Honorário do Instituto.

Sua atividade, dinâmica por excelência, já não se continha no ambiente de sua alçada.

Faltava-lhe espaço vital.

E em 16 de Novembro de 1919 lançou sua grande ideia — a construção da atual "Casa da Bahia" — monumento comemorativo do Centenário da redenção Política da Bahia (Ver. Inst. nº 48, pág. 293). Esta é a fé de ofício do sócio, Cuja benemerência hoje se recorda.

Esses são os louros de sua campanha, os troféus de sua panóplia.

Em terra distante, a Casa da Bahia é o templo cívico de seu amor.

Ele a levantou do nada, a golpes de tenacidade e de braveza.

Em cada partícula desta argamassa, mistura-se uma gota de seu suor. Em cada recanto desta construção, palpita uma emanação de sua energia creadora.

CONCLUSÃO

A Faculdade de Direito da Bahia erigiu-lhe, no atrito de seu templo, o busto em bronze.

É chegada a vez do Instituto Geográfico e Histórico. Não é ao Ministro Bernardino José de Souza que se festeja com esta home-

nagem. A resolução que hoje se consolida, de inaugurar na Casa da Bahia a placa em bronze, objetivo desta solenidade, visa Bernardino, cidadão e patriota, significa o apreço da Bahia ao seu grande servidor, gratidão da geração presente para instrução das gerações futuras.

De par com este cunho, simboliza também a saudade doméstica dos familiares do Instituto ao seu Maior. Representa o orgulho do parentesco espiritual pelo mais nobre. Traduz a recordação das palestras de todos os dias, aos caires de tardes até as noites entrantes, na sala modesta da Secretaria, onde ele bateiava tempo para, entre as revisões de provas tipográficas e os afazeres assoberbantes de sua odisseia, veramente homérica, pontilhar de fé o ânimo dos comparsas.

Ali íamos, todas as tardes, em busca de bálsamo, para as vergastadas do dia. Ali, um pouco abaixo deste piso, eram discutidos e conservados todos os problemas da ocasião. A tudo ele acudia, com os imperativos de sua mentalidade poderosa e de seu coração humano.

Ali aprendemos a querê-lo e amá-lo. Ali nós fizemos admiradores de seu valor e auxiliares distanciados de seu programa. Ali, acima de tudo, nos banhávamos de sua fé, eterna como este bronze, nos destinos do Brasil.[23]

23 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº66, 1940.

Albérico Pereira Fraga
(1904-1989)

Professor da Faculdade de Direito da Bahia, constituinte estadual em 1934 e constituinte nacional em 1945, Secretário de Justiça do governo de Otávio Mangabeira de 1947 a 1950. Reitor da Universidade Federal da Bahia entre 1961 a 1964 nomeado por Jânio Quadros em substituição do professor Edgard Santos. Sua nomeação foi recebida como uma afronta a liderança do governador Juracy Magalhães, que havia disputado com Jânio na Convenção do Partido. Seu reitorado foi prejudicado, por dificuldades financeiras e pelas perturbações políticas nacionais. Obras: *Do Poder Legislativo* (1928); *Recurso Extraordinário* (1936); *A Imprensa. Bahia* (1936).

MINISTRO BERNARDINO DE SOUSA

Albérico Fraga

Publicamos a seguir os discursos proferidos pelo Prof. Dr. Albérico Fraga, catedrático de D. Judiciário Civil, em nome do corpo docente, e pelo Acadêmico Luiz Menezes Monteiro, em nome do corpo discente, no ato da inauguração, na Faculdade, em 14 de novembro de 1939, do busto do Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Bernardino José de Sousa, Professor Emérito da Faculdade, seu Professor Efetivo de 1906 a 1934, e seu benemérito Diretor, de Março de 1929 a Março de 1934.

Meus Senhores,

A Congregação da Faculdade de Direito da Bahia aprovou, em 27 de outubro, por unanimidade de votos, a seguir INDICAÇÃO: Considerando que o Professor Bernardino José de Souza em virtude da sua posse no alto cargo de ministro do tribunal de Contas da República, deixou a cátedra de Direito Público Internacional, que honrou por mais de 30 anos, prestando os mais relevantes serviços, seja pela sua excepcional dedicação à causa do ensino, seja pela solicitude e carinho com que, na Diretoria desta Faculdade, realizou a obra memorável da construção de sua nova sede, numa campanha cívica sem precedentes, resolve a Congregação considerar PROFESSOR EMÉRITO, nos termos do art. 65 do decreto federal nº 19.851, de 11 de Abril de 1931 e BENEMÉRITO DA FACULDADE, na forma do disposto no

art. 128 do Regimento Interno, o antigo Catedrático de Direito Público Internacional, Dr. Bernardino José de Sousa, cujo busto em bronze será colocado no alto da escadaria, à entrada do edifício desta Faculdade, em solene testemunho de sincero reconhecimento ao insigne educador e grande patriota.

Cumprimos, agora, aquela deliberação. Retardamos esta festa, no empenho de que o nosso querido homenageado dela participasse pessoalmente. Infelizmente não logramos essa alegria. Nem por isso arrefece o nosso entusiasmo, ao perpetuarmos no bronze, o Mestre insigne, o administrador devotado, a quem esta Faculdade deve o melhor das suas vitórias e a fase atual, de progresso e de engrandecimento, moral e material, que se iniciou com a sua administração, em Março de 1929.

Foram de tal monta os serviços do eminente Diretor, que a Congregação o reconduziu, seguidamente, de 1930 a 1934, votando, para isso, estas indicações: Os infra-firmados, Professores da Faculdade de Direito da Bahia — considerando que o prof. Bernardino José de Souza, em 31 do corrente, completa o segundo ano de sua brilhante e eficiente gestão na Diretoria da Faculdade de Direito, e o artigo 107, de seu Regimento, dispõe que não é permitida uma segunda reeleição;

Mas, considerando que é imprescindível a permanência do professor Bernardino José de Sousa na Diretoria desta Faculdade, para a terminação da obra empreendida pelo seu espírito de batalhador infatigável, e executada com aquela dedicação de todos nós conhecida, levada, até ao sacrifício;

Ainda, considerando que a reconstrução material desta Faculdade não se acha terminada, e no momento presente é que vai ser iniciada a sua reconstrução disciplinar, mais importante e mais delicada do que a primeira;

E, considerando que, no professor Bernardino José de Sousa, é que está a força motriz necessária a esse tão grande empreendimento;

Entretanto, considerando que a Congregação da Faculdade de Direito, reelegendo o professor Bernardino José de Sousa seu

Diretor, por mais um ano, não revoga o art.107 de seu Regimento, pratica, sim, mesmo tempo, a mais expressiva homenagem aos méritos e serviços extraordinários de um administrador justo, íntegro e incansável;

Finalmente, considerando que, na Administração atual da Faculdade, exerce o cargo de Vice-Diretor, o ilustre Professor Salvador de Matos Souza, indicam o prof. Bernardino de José de Sousa para Diretor e o prof. Salvador de Matos de Sousa para Vice-Diretor da Faculdade, no exercício que vai de 1º de Abril de 1931 a 31 de Março de 1932. Bahia, 1° de Março de 1931.

Os infra-firmados, Professores Catedráticos e Docente-Livre da Faculdade de Direito da Bahia; Considerando que o professor Bernardino José de Sousa completa hoje o terceiro ano de sua gestão na Diretoria da Faculdade de Direito da Bahia; Considerando que há um ano lhe fora mais uma vez renovado esse mandato, pela Congregação da Faculdade, que assim atendia, com a ressalva de não revogação do artigo 107 do seu Regimento, que não permite segunda reeleição, aos próprios interesses supremos da Escola, de que o Professor Bernardino José de Sousa se tornou singular servidor; Considerando que os mesmos motivos ponderosos que presidiram a essa exceção, o ano passado, ainda agora persistem, necessitando Faculdade como incontestavelmente necessita da direção e orientação dinâmicas de quem, em exercícios de trabalho e probidade exemplares, tanto fez pela sua grandeza, e tanto lhe soube manter o prestigio moral; Considerando, por fim, que na administração atual da Faculdade exerce o cargo de Vice-Diretor o ilustre Professor Salvador de Matos Sousa, *Indicam* o Professor Bernardino José de Sousa para Diretor e o Professor Salvador de Matos de Sousa para Vice-Diretor da Faculdade, no exercício que vai de 1° de Abril de 1932 a 31 de Março de 1933. Bahia, 1° de Março de 1932.

Com a primeira eleição de Bernardino José de Sousa, agitara-se, no seio da generosa mocidade acadêmica, a ideia da construção de um novo edifício para a Faculdade. E a campanha pela

"Casa do Diretor" foi por ele chefiada e dirigida, para dentro de dois anos inaugurarmos este prédio, concretizando aquela ideia magnífica. "Só a tenacidade de um homem superior seria capaz de tal empreendimento. Que a sua ação fique como um exemplo vivo de quanto pode a vontade" disse Demetrio Tourinho.

O patrimônio da Faculdade ao assumir Bernardino de Sousa a sua direção montava, apenas, a 258 contos, inclusive o velho edifício-sede. No relatório apresentado à Congregação, em Março de 1932, já o Diretor acentuava que esse patrimônio atingira a 2.534 contos de réis. Havíamos, então, inaugurado este "Belo e mássico bloco de cimento e pedra" que "bahianos devotados, brasileiros generosos e homens de boa vontade levantaram, para honra da cultura nacional e renome da Bahia".

Bernardino de Sousa não mediu sacrifícios, não poupou esforços, para levar o termo a tarefa ingente: conseguiu mais de 500 contos de réis de donativos! O edifício e suas instalações custavam 784 contos.

Destacando a ajuda dos nossos corpos docente e discente e o apoio da Bahia, o grande realizador desta obra mandou gravar naquela lápide comemorativa, as seguintes palavras:

> "Exemplo edificante dos valores da cooperação, esta 'Escola' é um monumento que atestará pelos anos afora os brios da geração que o construiu, numa esplêndida dedicação à ciência e à grandeza do Brasil e da Bahia. As gerações vindouras terão aqui magnífica e permanente lição de civismo e aprenderão ao lado do 'Direito' o mais belo dos mandamentos de uma democracia — o de servir desinteressadamente à Pátria".

Com a inauguração deste busto completo, aquela inscrição, apontando aos pósteros a figura invulgar do batalhador infatigável, que soube dar àquela peleja cívica uma colaboração eficiente, que a conduziu para a vitória esplêndida!

A 15 de Abril de 1931, comemorando o quadragésimo aniversário da sua fundação, inauguramos a nova sede da Faculdade, "que tiramos do nada e levantamos com o coração da Bahia, não raro incompreendida, mas sempre generosa". E Bernardino de Sousa, "num grito d'alma sinceríssimo e oportuno, de quem está entre os encantamentos da vitória", exclamou na solenidade memorável, que podia ali dizer a frase mais confortadora de um patriota: "Cumpri o meu dever!".

Nós outros, seus discípulos e seus companheiros, inaugurando-lhe, agora, o busto em bronze nesta 'Casa do Direito', que ele construiu, com tanto entusiasmo e devotamento, podemos repetir ufanos, as suas palavras: cumprimos o nosso dever!

Este bronze espelha a nossa gratidão e o nosso reconhecimento ao educador provecto, ao administrador inimitável, ao patriota devotado e sincero, que, não raro, tudo tem esquecido pelos serviços da Pátria!

Senhores, em nome da Congregação da Faculdade de Direito, entrego a veneração da Bahia e do Brasil, este bronze, que recordará a obra imperecível de um grande cidadão.[24]

24 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. XV, Tipografia Naval, 1940.

MINISTRO BERNARDINO DE SOUSA

Luiz Menezes Monteiro

Já é uma praxe tradicional, em todas as solenidades, a declaração empática, por parte do orador designado, de que é um incompetente, um incapaz, um humilde e outras babosices, cuja finalidade precípua é tão somente obter o clássico "não apoiado" do auditório delicado e ainda atento, porque esperançoso de um discurso curto...

Fugirei a essa praxe, ridícula porque hipócrita, sem com isto pretender afirmar o contrário e, *ipso facto*, obter o "apoiado", não menos insincero porque esmolado.

Pela primeira vez me é concedida a honra insigne de assomar à tribuna desta Casa, por delegação do "Centro Acadêmico Ruy Barbosa", para dizer da satisfação da mocidade pela inauguração do busto do mestre, amigo e benfeitor — Dr. Bernardino José de Sousa.

Mestre, sim, dos mais competentes entre os ilustres. Conheci-o no Ginásio da Bahia, corria o ano de 1933, agitado pelas discussões políticas, as quais o diretor Dr. Constantino — um bom homem, vergado ao peso de muitos janeiros — tentava em vão proibir.

A 3ª série, à qual pertencia, tivera a infelicidade de possuir por professores os "carrascos" — a linguagem é da juventude daquela época — Bernardino de Souza e Pedro Leal, este de saudosa memória. ("Carrasco", era termo pelo qual nós, de então, designávamos os professores que não aprovavam, sistematicamente, os alunos).

Entretanto, meus senhores, Bernardino de Sousa — de andar firme e resoluto, olhar incisivo e penetrante, que refletiam sinceridade de convicções e forca de vontade indomável — foi para mim uma revelação. O ensino da História da Civilização era,

como hoje, infelizmente, ainda é, o ministrado sem coordenação metódica e científica. Conhecer os nomes dos generais, as suas batalhas, os soldados que pereceram, as datas precisas, é para os faltos de visão científica saber História, como se esta fosse simplesmente — e a lição é de João Ribeiro — a narrativa de sucessos causa, desordenados e incomparáveis.

Professores houve e há — ontem e hoje, em todos os ginásios — míopes intelectuais, gongos ricos pretensiosos — que afirmavam como afirmam, cheios de impáfia, saber História e, logo a seguir, desfiam de antes de nós — alunos ou ouvintes caridosos — um rosário infindo e desconexo de nomes de grandes vultos; as suas ações, as suas batalhas, as suas obras, as suas crises domésticas, e até — e aqui o ridículo é patente — o traje que usava Napoleão, digamos, quando pela primeira vez foi apresentado à linda e volúvel Josefina!

Bernardino de Sousa jamais orientou o seu curso nesse sentido; metódico e seguro nas dissertações, era, é bem verdade, amigo da minúcia histórica; em dizendo-as, porém, só o objetivo de melhor esclarecer a explanação — clara e interessante — era visado.

Jamais explicou a História pela ação dos grandes homens, o que seria — diz um grande historiador — "grave erro de ordem psicológica", quiçá de visão intelectual. As grandes individualidades devem ser vistas como "produtos da elaboração de determinada época", e não — diz ainda o referido historiador — "julgar-se a época uma obra de grandes homens. Assim é que se atribui à influência de Luiz XIV o grande movimento literário do seu reinado, quando de uma geração antes. Já vinham os nomes de Moliere, Racine, Bossuet, Fenelon. Scipião foi quem destruiu Cartago, Napoleão foi quem conquistou o mundo; Cristo quem fundou o Cristianismo. Não se pode e nem cabe diminuir a ação dos deuses e grandes indivíduos; o melhor é achar a natural explicação das cousas. A análise revela, quanto aos reis e legisladores, que os seus atos grandiosos se resumem na pressão da opinião, ou não são efetivos, quando não se conformam com ela. O exército

francês foi quem venceu por Napoleão, exército nascido de uma população aguerrida, familiarizada com todas as violências e vinda da maior e mais terrível das revoluções; o que não apaga o gênio militar incomparável de Bonaparte. Roma, diz Polybio, em 50 anos conquistou quase todo mundo. E por que Roma não teve para essa conquista universal o nome de um Alexandre? A razão é que tinha ela cônsules anuais e os cônsules eram os generais da guerra; fosse ela monarquia, e o rei desse período de 50 anos de energia guerreira abocanharia o título do maior dos conquistadores. Assim é que a energia da multidão é, por vezes, monopolizada pelos indivíduos.

Bernardino de Sousa vivia a própria história; nas arguições, nos exames, nas provas, era de um rigor e exigências tais que se justificava o terror que infundia a série. Todavia daquela época inolvidável recordações, as mais caras, povoam-me a mente. As evocações históricas de Bernardino de Sousa, nos seus momentos de exaltação, meus senhores, compensavam, plenamente, o medo que nos incutia. Quão agradável era ouvir ribombar pelos quatro cantos do Ginásio da Bahia, naquelas tardes que esmaecia, a palavra do Mestre — a encarnação da História dos Povos; revivia épocas, ressuscitava heróis, armava cavalheiros, maquinava revoluções, derrotava exércitos, execrava a tirania, proclamava a Virtude, impunha o Direito! De certa feita, à passagem do Graf Zeppelin pelos céus da Bahia, ordenou que de pé homenageássemos o Progresso que passava a Civilização que marchava.

Ao reviver épocas, Bernardino de Sousa alcançava o sublime.

A evocação histórica da Grande Revolução — síntese memorável —, o amoralismo do Renascimento; a irreverência da Reforma; o exemplo glorioso da América; o escepticismo filosófico de Voltaire; o enciclopedismo de Diderot; as *bacchanaes magnificentes* dos Luizes coroados; a bancarrota fatal de Law; da covardia do infeliz Bourbon à belicosidade do general corso; da eloquência fogosa e mercenária de Mirabeau à frieza calculada de Robespierre; da voz atroadora de Danton ao gemido da Rainha Martyr; dos

instintos sanguinários de Marat à candidez angelical de Carlota Corday; da lyra toda pureza de estilo de Chenier à pasquinada deletéria de Hebert; do cinismo de Felipe Egalité à inteireza moral de Hoche. A Bastilha — fortaleza do despotismo; a República, símbolo fala da Liberdade!

O policial Fouché: o renegado Sieyes; o incrível Talleyrand! A Trindade utópica: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Esta, senhores, é a festa da Gratidão... Ao seu querido benfeitor, a Faculdade, em sinal de reconhecimento, inaugura o busto. Assim tinha que ser. A Humanidade é objetivista: só no bronze é que se perpetuam feitos ilustres. É a documentação para o futuro... Exultemos, colegas, com o fato auspicioso, sigamos a lição de energia e perseverança do mestre; aprendamos ao lado do Direito, "o mais belo mandamento de uma democracia — servir desinteressadamente à Pátria". Prometamos nesta hora augusta, jamais recuarmos na defesa dos sagrados postulados do Direito, mesmo quando, contra eles, açularem a cólera dos loucos e a ignorância dos tolos — Cesares redivivos, dilapidadores de consciências.

E quando, no ano que vem e nos que lhe sucederem os calouros curiosos nos perguntarem: Quem é esse? Responderemos orgulhosos! Esse é o Professor Bernardino Sousa — Um exemplo e um símbolo: Símbolo da perseverança e patriotismo; exemplo perene de Virtudes imarcescíveis!

Apóstolo do Direito. Sacerdote da Justiça!
Salve![25]

25 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. XV, Tipografia Naval, 1940.

Alberto Alves da Silva
(1900-1957)

Nasceu em Salvador a 9 de janeiro de 1900 e faleceu em Salvador a 9 de dezembro de 1957. Médico, formado em 1924 pela Faculdade de Medicina da Bahia, apesar de professor, foi acima de tudo pesquisador do nosso passado se distinguindo também no cenário cultural da Bahia como cientista, historiador e literato. As suas andanças pela Europa deram-lhe a oportunidade de pesquisar nos arquivos mais importantes de Portugal, como o da Torre do Tombo e outros. Ingressou na Academia de Letras da Bahia em 18 de novembro de 1949, sendo saudado por Alberto Francisco de Assis. Obras: *A cidade do Salvador*; *A primeira cidade do Brasil*; *A cidade D'el Rey*; *A primeira capital do Brasil* (edição póstuma). Foi eleito em 25 de maio de 1949 na cadeiro nº 14 da Academia de Letras da Bahia.

BERNARDINO DE SOUZA

Alberto Alves da Silva

Bernardino José de Souza nasceu a 8 de fevereiro de 1884 no engenho Murta, Município de Cristina, na então província de Sergipe, sendo seus pais o agricultor Octavio de Sousa Leite e D. Filomena Maciel de Faria. Embora de origem sergipana, Bernardino de Souza recebe aqui na Bahia a sua formação moral, intelectual e cultural. No Engenho Murta vive, apenas, a sua travessa puerícia, aprendendo, nessa quadra, as primeiras letras na escola da Professora Maria Secundina Gouveia. E o curso de humanidades, ele o inicia nesta capital, no Colégio Carneiro Ribeiro, para onde veio, por ditosa resolução do pai afetivo e cuidadoso. Conta-se que ao recomendar o garoto inexperto ao venerado mestre itaparicano, o velho sertanejo ouve, então, esta resposta, pausada, reflexiva e profética: "Fique tranquilo coronel Octavio que eu farei do Bernardino um homem de bem".

L' ENFANT TERRIBLE

E fez.

Fez, mas... depois de muitos conselhos amigueiros, de muitas advertências prudentes e até de muitas correções severas, pois o irrequieto menino nordestino, negligencia da idade verde ou saudade do aconchego doméstico, não queria, de princípio, levar a sério as obrigações estudantis. Exaltemos, pois, o admirável trabalho de persuasão, realizado nessa delicada conjuntura, pelo Mestre provecto e habilidoso, quando já todos sentiam e lastimavam o deliberado intento do colegial irrefletido de abandonar os

estudos e tornar, pressuroso, à tranquilidade da fazenda distante. E também a energia paterna. Visitando novamente o Colégio Carneiro, sabe o Coronel Octavio das contínuas vadices do filho petimetre. Manda então chamá-lo, de prestes, à Secretaria, e em presença do Diretor diz-lhe, sisudo e resoluto, estas palavras advertidoras que decidiram profundamente do seu futuro: "Ou Você estuda ou eu o levarei para o Engenho conduzir carro de bois".

A GRANDE OBSESSÃO

Ora, desde esse instante, instante decisivo, o carro de bois passou a constituir, a princípio veladamente, ao depois abertamente, uma permanente obsessão na vida agitada e agitadora de Bernardino de Souza. E esse rústico carro de bois, expressiva ameaça na sua infância, representaria na velhice, a sua ocupação melhor e a sua preocupação maior. Quem poderia pensar que semelhante alusão paterna levaria no espírito cândido do filho repreendido o fermento de uma magnífica realização? Quem poderia imaginar, ainda, que a advertência do fazendeiro sergipano lançaria no entendimento dessa criança buliçosa a semente do "*Ciclo do Carro de Bois no Brasil*", trabalho magistral de pesquisa histórica, concluída, afinal, na quadra derradeira da sua existência?

Destino!

No paço de Almeirim um garoto escreveu, certa vez, para o Mestre, que desejava mostrar a sua caligrafia, esta frase inesperada: "quando for grande irei conquistar a África!". Chamou-se este menino D. Sebastião, foi Rei de Portugal e morreu em Alcácer-Quibir, no continente africano.

Outra criança rascunhou, descuidosamente num papel, estas palavras proféticas: "Santa Helena, pequena ilha do Oceano Atlântico". Chamou-se este colegial Napolião Bonaparte e faleceu em S. Helena, "pequena ilha do Oceano Atlântico".

O ACADÊMICO

Mas a reprimida paterna, dizíamos, de muda, de pronto, a opinião do menino traquina do Engenho Murta. Esquecidas, desta sorte, as demasiadas travessuras infantis, torna-se, então, Bernardino de Souza, um estudante exemplar, cumpridor de deveres, assíduo, aplicado, caprichoso.

Transformação completa, radical, surpreendente!

E vai, agora, o rapazêlho envaidecido nos seus alegrosos dezesseis anos, quando ingressa na Faculdade de Direito deste Estado.

Março de 1900!

Nessa conjuntura feliz, aluno de uma Academia, Bernardino de Souza logra destacar-se dos colegas pela sua inteligência e pela sua diligência, percebendo-se-lhe, desde logo, aquela sisudeza pessoal que se tornaria para o adiante a pinta evidente do seu caráter.

Volvidos quatro anos, orador da turma, profere Bernardino de Souza um discurso substancioso, fora mesmo da rotina, em que focaliza com erudição sérios problemas da sua carreira.

O MESTRE

Ao Bacharel, porém, precedera já o Mestre, pois desde os tempos acadêmicos Bernardino de Souza vinha lecionando Geografia, a sua Geografia, no Colégio Carneiro Ribeiro.

Formado em Direito alargam-se-lhe, de pronto, os horizontes docenciais, porque além da Geografia, em que se torna, ao depois, mestre consumado e dos maiores rege, ele, ainda, as cadeiras de História Geral, de História do Brasil, de Inglês e de Cosmografia não só no Colégio Carneiro senão também nos seguintes estabelecimentos congêneres desta capital: Instituto de Ciências e Letras, Escola Comercial, Ginásio da Bahia, Colégio Alemão, Ginásio Ipiranga, Educandário dos Perdões, Colégio Pedro 2º, Co-

légio Figueiredo, Escola Remington, Instituto Bahiano de Ensino e Liceu de Artes Ofício.

ALUNO DE ONTEM – MESTRE DE HOJE

Numa carta íntima dirigida ali por 1911 ao nosso saudoso genitor escreveu o pranteado Mestre estas palavras bondosas a respeito do seu aluno de ontem, hoje seu substituto nesta Academia: "quanto ao Alberto já se revela aluno aplicado e bem comportado que espero dará gosto futuramente ao seu coração de pai".

Nessa ocasião conheceremos, realmente, Bernardino de Sousa, ensinando Geografia, História Geral, História do Brasil e Inglês no Colégio Carneiro. E fomos seu aluno de Geografia e de História, dessa mesma História, em cuja regência acabamos por substitui-lo no Educandário dos Perdões, na Escola Comercial, hoje Faculdade de Ciências Econômicas no Instituto Baiano de Ensino e no próprio Colégio Carneiro Ribeiro.

Ao aluno temeroso e encolhido da primeira série ginasial, causou, porém, profunda impressão esse Mestre furibundo "de aspecto agressivo de cactus", de sobrecenho carregado, vozeando, aos quantos, com sequidão e desabrimento as mais duras ameaças; faiscando em relâmpagos vez por outra, numa cólera explosiva; reprimindo, malsofrido e repelenado, o pecadilho mais mínimo cometido por acaso em sua aula. Atemorizou-nos, assim, a princípio, o Mestre severo e impetuoso. Mas, ao depois, demudou-se esse temor em respeito, e esse respeito, por sua vez, em afeto sincero. Porque, bom é que digamos, esse Mestre calunduzeiro, de falar rijo, sem inflexão alguma na voz tonitroante; esse Mestre de caráter afleimado, de expressão severa, "espirrando vida por todos os poros", agindo sempre aos impulsos do gênio resoluto e irremível, esse Mestre enfim, rabugento e ameaçador era no intimo um bom, um justo, um pai.

Conservou ele, não negamos, opiniões próprias, princípios pessoais, propósitos íntimos adormecidos, embora, nas suas frias certezas, quando "não encasulados nas cascas de nozes dos seus sistemas". Contudo, possuiu, em contrapartida, a virtude rara de estimulador de vocações, de modelador de caracteres, de bateador de inteligências que o transformou naquele mestre ideal, símbolo a um tempo de energia e de persuasão, saudado sempre pela juventude de seu tempo com respeito, amizade e prazimento.

De nossa parte, aluno dos que se sentaram no "banco de honra" das suas aulas no Colégio Carneiro, confessamos, debruçados, agora, sobre a sua recordação, que lhe devemos o entusiasmo pela cultura e pela docência da História. E até hoje, passado tanto tempo, as suas lições admiráveis, estímulo das que no presente repetimos, continuam a ressoar aos nossos ouvidos, saudosos e evocativos "como a voz do mar que mesmo à distância perpetuamente fica no coração das conchas".

MESTRE DE DIREITO

Bernardino de Souza, mestre disciplinado e disciplinador, amplia, porém, desde 1906, o âmbito de sua caprichosa tarefa magistral, lecionando Direito Internacional Público na Faculdade de Direito deste Estado, e ainda, em circunstâncias outras, as disciplinas de Direito Constitucional, de Direito Privado Constitucional, de Direito Civil e de Direito Administrativo e Ciências de Administração. Tal, por conseguinte, Senhores Acadêmicos, o Mestre prestigioso que em matéria de honra e de dever nunca o surpreendemos à desamão. Mestre dedicado que ensinou durante trinta anos longos e eficientes, "com arte no coração e fé na alma", a mocidade que o aplaudia "honrando assim a cátedra com a retidão do seu caráter e as fulgurações do seu saber".

HOMEM-AÇÃO

Não esqueçamos, todavia, este registro: Bernardino de Souza colocou sempre o intento por obra em tudo que projetava, tornando-se, desta guisa, o homem-ação admirado e respeitado por todos.

"Amava ao trabalho. Escreveu Adalício Nogueira, como se ele fosse um elemento substancial da sua natureza". De feito, como Balzac, esquecia, também, no labor cotidiano os seus sofrimentos. Decidido entusiasta daquele primoroso conceito de Amiel de que "tudo está em tudo" mourejou dia e noite, como um galeriano, levando a brio seus cometimentos, enchendo-se sempre, de paixões salutares nas sublimes arrancadas do seu espírito a um tempo idealizador e realizador. E "dinâmico, planejador e executor de programas, onde o palavrório cede lugar a expressões reais que tracem rumos objetivos" entendeu bem, compreendeu bem, sentiu bem, o Mestre erudito com o velho Freud, que "não existe estância alguma acima da razão". Mui sabido em artes de vencer e convencer "a sua vocação, o seu temperamento, o seu destino, enfim, de trabalhador audaz foi sempre o de se empenhar em quantas lutas hajam sido tratadas em prol da cultura humana" (A. Nogueira). E era nessas conjunturas que ele se mostrava o pelejador intrépido à altura das suas grandes responsabilidades. Era nessas ocasiões, que ele "organização predestinada à atividade de um labor incessante e construtivo" (Adalício Nogueira) se agigantava aos nossos olhos, incontível, sobranceiro, eficiente. Porque Bernardino de Souza nunca fez pé atrás em suas grandiosas iniciativas. Nunca retrocedeu em suas empresas. Nunca esmoreceu em seus projetos, ainda quando fosse o alvo de destes injustos ou o negro de zombarias ridículas. Ao contrário, no auge de refrega, costumava trazer o sol no coração, sorrindo, confiante, para si mesmo, enquanto zargunchavam em sua roda, as flechas do ódio e rastejavam a seus pés "a inveja sandia e viloa, achaque velho na espécie humana". Ora semelhante tranquilidade de espírito demonstrada pelo Mestre no ardor da peleja, reflexo, aliás, da firmeza dos seus propósitos, levantava energia sus-

tentava crenças, arrastava vontades. E, assim, todos confiavam em Bernardino de Souza, todos sentiam, nas suas campanhas benéficas, que ele sabia valer sempre, no instante de perigo, com a sua eficiência, com o seu prestígio, com o seu encorajamento: todos reconheciam finalmente que em símiles transes, ele costumava colocar "a serviço de suas atividades todos os nervos do seu corpo e todos os pensamentos do seu cérebro", razão por que vencia sempre.

Homem-ação, tudo em Bernardino de Souza se resumia a uma coisa muito simples: querer. Sim, o querer da sua vontade foi sempre o poder da sua decisão. Nunca soube distribuir o querer do poder ou o poder do querer, tanto para o seu capricho o ideal se confundia com o real ou o real completava o ideal. Acreditou sempre no que dizia, transformando desta sorte, numa grande virtude o que Mirabeau enxergou defeito em Robespierre, Aliás, ele acreditava frequentemente no que dizia, por uma razão muito lógica de só dizer o que acreditava. Porque, para Bernardino de Souza, o pensar já era realizar. "Mobilizador de energia, espírito empreendedor e tenaz, entusiasta das boas causas da inteligência" sempre colocou ele o seu largo prestígio e a sua pena de escritor em prol das principais campanhas surgidas em benefício da nossa cultura. E temos o exemplo nesses dois monumentos magníficos, nessas duas sedes soberbas a do Instituto Geográfico e Histórico e a da Faculdade de Direito da Bahia, frutos exclusivos da sua vontade e mais ainda da sua pertinácia. Hoje, volvidos tempos, é que conhecemos desapaixonadamente, o quanto ele padeceu nesses dois instantes supremos de sua vida. Hoje é que avaliamos o quanto ainda reagiu o seu ânimo forte, salteado pela malícia soez de certos instintos bolorentos. Acreditando, felizmente, com Henrique IV de França de que "*invia virtuti nulla est*", isto é de que "não há obstáculos para a virtude", Bernardino de Souza sabia confundir, e descoroçoar com a elegância e a sobranceria de um cavaleiro medieval, os ululadores de protérvias, os roncadores de falsidades, os grunhidores de injúrias, e os gritadores de misérias contra o seu nome e os seus cometimentos. E venceu, deste jeito, todas as demandas e querelas que se antepunham às suas realizações, venceu-

-as "emulando sobretudo resistências, fulminando doestos, superando incompreensões", convencido e satisfeito de que "é preferível mil vezes padecer com as lágrimas dos bons a triunfar com os aplausos dos maus". Faz-lhe, hoje, a História, e a Deus graças, a devida justiça, reconhecendo-lhe, aplaudindo-lhe, louvando-lhe os desbalizados méritos de homem culto, probo, operoso a quem deve a Bahia reconhecida, serviços e prestâncias inigualáveis.

É que Bernardino de Souza foi em todas conjunturas de sua vida o idealizador, o estimulador, o realizador, fosse o Deputado Estadual ou o Secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fosse o Auditor de Guerra ou o Secretário da Comissão Censitária Municipal, fosse o Representante do primeiro Congresso Brasileiro de geografia ou o Presidente da Comissão Central do nosso Congresso Brasileiro de Geografia; fosse o Diretor do Ginásio da Bahia ou o Diretor da sua Faculdade de Direito: fosse o Secretário do Interior da Interventoria Arthur Neiva ou o Presidente da Câmara de Reajustamento, fosse enfim o Ministro do Tribunal de Contas Federal.

Em todas essas funções, foi sempre o mesmo cérebro a exaurir-se no labor cotidiano, sempre o mesmo coração a pelejar, noite e dia, em prol do justo, sem pensar nos regalos da vida; sempre o mesmo caráter a tomar fecundas iniciativas em favor da coletividade, sagrado vez a vez, pela gratidão de seus contemporâneos com títulos expressivos de Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de Professor Emérito da Faculdade de Direito deste mesmo Estado, de Presidente Honorário da Câmara de Reajustamento e de Cavalheiro Andante da Cultura Geográfica.

HOMEM-CÉREBRO

Ora, Bernardino de Souza, distinguido assim em caráter, e mais em cultura, pertenceu, mercê da sua inteligência e da sua sapiência,

a várias instituições culturais da Bahia e do Brasil, nomeadamente aos Institutos Históricos da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Piauí, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, de S. Paulo, do Pará e de Minas Gerais: à esta Academia de Letras da Bahia, ao Instituto Arqueológico de Pernambuco, ao Liceu de Artes e Ofício da Bahia, ao Arquivo Público de Maranhão, à sociedade Brasileira de Direito Internacional etc.

Realizou ele, ainda, em nosso meio cultural uma obra a todos os títulos, admirável, fecunda, magnífica. Admirável pela sua realidade, fecunda pelos seus proventos, magnífica pela sua idealidade.

Nos domínios da Geografia, e "*consensus omnium*", ele foi mais geógrafo que historiador, nos domínios da Geografia escreveu teses, conferências, livros, discursos, artigos focalizando assuntos diversos e importantes. Citamos entre outros, *Por Mares e Terra*, *Limites do Brasil*, *Corografia do Estado do Piauí*, *Ciência Geográfica e conceito e Divisão*, *Nome do Estado da Bahia*, *Município de Abadia*, *Bahia – Onomástico Geral da Geografia Brasileira* ao depois *Diário da terra e da Gente do Brasil*, *Carta Geográfica da Bahia*, *Ensino Primário de Geografia*, *Nas Terras do Ceará*, *Nótulas Corográficas da Bahia*. No campo da História produziu principalmente *Heroínas Baianas*, *O pau-brasil na História Nacional*, *Luiz Barbalho*, *Elogio do Barão do Rio Branco*, *Centenário da Confederação do Equador*, *A Cachoeira e a Independência*, *Os Encourados de Pedrão*, *padre Brayner*, e finalmente o *Ciclo do Carro de Bois no Brasil*, sua obra-prima, ainda que inédita.

Noutros terrenos destacamos também as produções seguintes de sua autoria: *Perspectivas Internacionais do Amazonas*, *Discurso de Posse da diretoria do Ginásio da Bahia*, *A Margem da Dactilografia*, *Pescarias Baianas* e *Problemas Internacionais*.

Tais e tantos e tamanhos, pois, os trabalhos do Mestre insigne, desdobrados pela geografia, pela história, pela sociologia, pela etnografia, pelo direito e pela pedagogia. Trabalhos, aliás, que merecem reconhecidos apreciadores e exaltados, pois Bernardino de Souza, "dono de um estilo fluente, esclareceu Adalício No-

gueira, soube apresentar sempre as suas ideias e o resultado de suas pacientes pesquisas com rigorosa propriedade vocabular".

O seu *Por Mares e Terras*, "fruto da vocação e do entusiasmo de um cultor sincero da geografia", oferece-nos "uma linguagem castigada e vibrante", no dito de Teodoro Sampaio. O Onomástico Geral do Brasil, "obra de inestimável valor" que, segundo João Ribeiro, "nenhuma biblioteca brasileira deve dispensar", exibe, acrescenta Afrânio Peixoto, "uma linguagem culta, estudada, pura, elegante, possuidora assim de um ativismo peculiar aos clássicos". O *Pau-brasil na História Nacional* mereceu também, estas palavras justas de Oliveira Viana; "enorme material reunido, buscado nas melhores fontes, utilizado com rigoroso método e exposto com perfeita elegância, constituindo assim um trabalho modelar, um estudo completo e definitivo que honra sobremaneira o talento e a cultura de seu ilustre autor e ainda mais as nossas letras históricas". E no *Elogio do Barão do Rio Branco*, cometimento de fecundo entusiasmo cívico, Bernardino de Souza traça com justeza a fulgente carreira "dessa figura a mais representativa, a seu ver, da nossa história e da nossa raça". Finalmente, para não delongarmos demasiado este lanço lembremos o *Ciclo do Carro de Bois no Brasil*, modesto pensamento do autor, na quadra derradeira de sua existência, trabalho inédito, mas por certo valioso graças ao carinho requerido e às pesquisas realizadas.

HOMEM-CORAÇÃO

Bernardino de Souza, espécie, digamos de um "teorema em marcha", possuía um caráter de prismas surpreendentes que precisam ser demonstrados para necessariamente compreendidos.

No seu coração estava realmente "a totalidade do homem moral".

Sim, essa criatura, sequiosa e encaderroada, escumando de raiva vez por outra, com a voz irada e rouca; essa pessoa assomadiça, estouvinhada e estourinhada, solta de palavras e de maneiras, impulsiva, às vezes, até à rebentina; esse homem afleimado e

esbofado, era entretanto, na intimidade, uma alma grande, lhana, folgaz, agasalhando a todos com franqueza e prestimosidade. Era um coração oiro e arminho, um coração ternura e bondade, um coração enfim, todo cera que se amolgava e amolengava ao influxo da família estremecida. De fato "no seio do lar, esclarece ainda Adalício Nogueira, ao contato da fonte cristalina dos afetos mais puros, o seu gênio assomado e impetuoso encontrava o mais doce dos refrigérios, tornando-se, assim, o Bernardino na intimidade da família, no convívio dos seus ou em colóquios com os amigos, a antítese do Bernardino agitado que todos conheceriam".

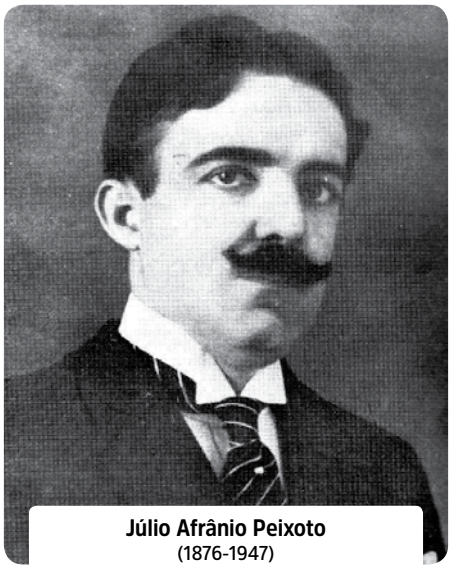
"Servo dos mais prestimosos, acrescentou-nos Helvécio Carneiro Ribeiro, bastava adoecer qualquer pessoa em casa para ele se desdobrar em vigílias e cuidados sem querer deixar, vezes muitas, a cabeceira do leito do paciente". Causava-lhe a dor alheia profunda comiseração! E se um filho cala doente, sofria, ainda mais, o pai, comovendo de logo, a parentes e amigos.

O FIM

Bernardino de Souza foi, assim, até ao termo da sua existência atribulada de labores e de cansaços. E a sua morte constituiu um reflexo nítido da sua vida. "*Talis vita, finis vita*".

Desejou, ele, certamente, com o Visconde de Taunay, "acabar bem". E acabou. Acabou bem porque legou aos pósteros um belo exemplo de trabalho, de dignidade, de altiveza; porque cerrou ainda os olhos como um justo, o pensamento lavado de ódios, o coração expurgado de malquerenças, a alma limpa "daqueles farrapos de nuvens batidas pelos ventos da memória, a que chamamos remorso", porque, enfim, ensinou, instruiu, corrigiu até ao instante prostumeiro, num remate de vida digno do seu caráter e do seu sacerdócio.[26]

26 **Discurso de Posse**. Academia de Letras da Bahia. Salvador, Vol. 12, p. 97-118, 1951.



Júlio Afrânio Peixoto
(1876-1947)

Nasceu em Lençóis-BA no dia 17 de dezembro de 1876 e faleceu em 12 de janeiro de 1947. Filho de Francisco Afrânio Peixoto e Virginia Moraes Peixoto, Afrânio Peixoto foi polígrafo, médico, educador e político, concluiu o curso de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, com 21 anos, sendo tese de doutoramento Epilepsia e Crime, elogiada no Brasil e nos centros científicos da Europa. Como escritor produziu mais de 140 títulos. No período de 1910 a 1940 foi o escritor mais lido da língua portuguesa, tanto no Brasil quanto em Portugal. Obra: *Epilepsia e Crime* (1897); *Rosa Mística* (1911); *Poesia de Estrada* (1918); *Trovas Brasileiras* (1919); *Parábolas* (1920); *Castro Alves, o poeta e o poema* (1922), entre outros.

PREFÁCIO

Júlio Afrânio Peixoto

Depois de consagrado por três edições anteriores, algumas cem vezes aumentado ao primitivo número de averbações, podendo dar-se ao luxo de um novo nome, como os heróis que os títulos nobiliárquicos transfiguram, este livro, ontem "*Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil*", há pouco "*Onomástica Geral da Geografia Brasileira*", agora, como deve ser pelo seu grande conteúdo de ciência e informação, "*Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*", bem dispensa uma apresentação. O livro cresceu e se aperfeiçoou, como da larva modesta vem a borboleta maravilhosa de hoje: também de 63 chega a 1916 verbetes, e quanto acerto, reparo, perfeição, aqui e ali, não lhe deu a sabedoria e a experiência do autor! Portanto, é um livro mestre que se impõe sem apresentações. O autor, que esta desejou, e, portanto, a exigiu da amizade, tem consciência disso. Não lhe cabe, pois, aquela pecha de Santo Ambrósio, a certa espécie de modéstia que maliciosamente, chamou "de anzol" porque, se não era vaidosa, seria hábil, pescava louvores, como os ingleses dizem agora, numa expressão corrente: "*fishing compliments*". Nada disso. Ao contrário. Esta apresentação condecora o apresentador, é uma indulgência do apresentado. Não há sendo inclinar-se e obedecer.

Não corre, por isso, o livro o risco dos prólogos, "acha que antecipado", que lhes achava o bom Frei Heitor Pinto, porque mui-

ta força terá aquilo, de outro grande autor, o delicioso Bernardim Ribeiro, quando diz que "o livro há de ser o que vai escrito nele".

Neste, de geografia, vai uma grande história. A aparência modesta, a quem o abre e lê umas páginas, obrigado pelo interesse e amavios, dissuade logo que não é apenas, como diz um rol de nomes. De geografia sim, com efeito, mas no seu mais amplo sentido, desde a expressão física até a aplicação humana. Compendia amavelmente, com a brevidade informativa do bom-gosto, erudito, exato, sóbrio, toda uma livraria, senão uma literatura. Com efeito, nessas notas discretas que dele fazem raro livro, dicionário precioso que se lê, página a página, com prazer de conhecimento e desenfado de variedade, passam todos os nomes, grandes e pequenos, todas as obras, de ciência e de arte, todas as lições de mestres, informações de viajantes, historiadores, geógrafos, antropologistas, sociólogos, políticos, poetas, que têm falado ou escrito do Brasil. É uma revista de "brasilidade", um compêndio de estudos brasileiros.

Escreve-o autor numa língua culta, estudadas, pura, elegante. É isso talvez que me sugere aqui lembranças clássicas. Há um livro substancial, do santo Manoel Bernardes, de título convidativo: *Pão partido em pequeninos*. Pois é isso, também aqui. Pequeninos os artigos, que se leem depressa e, ainda o gosto não se satisfaz, já foi tudo, e já acabou. Tanto, que se passa a outro, e mais outro. Mas, pão, substância de trabalho, pesquisa, erudição, comentário, com que se têm, em pouco espaço, muitas noções, as melhores, as mais sisudas e acabadas. E, de página a página, se vê de um cronista colonial que romanceia a história, a um romancista atual, historiador de costumes, que todos anotam coisa da terra e da gente; e se vai do litoral ao sertão, da praia à chapada, do debrum costeiro às matas, pantanais e coxilhas fronteiriças... por esses Brasis a fora, e adentro no tempo e no espaço... "Bra-

sis" que não são apenas os antigos brasileiros, os aborígines, como lhes chamavam os Padres das Catequeses, mas serão também os brasileiros de hoje e será a mesma terra tão grande que o plural lhe será cabido, se não é ela descabida a qualquer termo.

E as trezentas páginas se ajuntam, lidas, agradáveis, distraindo e informando, corrigindo e ensinando, até volver-se a última, sem pressa nem fadiga. É, então, que sobrevém o melhor. Traço a traço, linha de contorno, delimitante, esfumado de sobra para perspectiva, ressalto ou depressão, membros que se desprendem e alongam feições que avultam e tomam expressão, tudo isto, palavras, frases, notas, verbetes, sinonímias regionais, abonações de autores, discussões filológicas, reparo geográficos, observações de costumes, vocábulos que riscam desenhos, páginas que evocam figura... tudo isto somado, fechado o livro, nos aparece com uma grande imagem, um retrato mesmo do Brasil...

Foi o que quis o autor? Foi o que fez, além do que quis. E se não o viu, na sua modéstia, pensando ter apenas feito um sábio dicionário de brasileirismos geográficos, dou-me por feliz em lhe mostrar, e aos que nos lerem. Não é pouco, nem vulgar, um retrato, parecido, do Brasil. E que belo retrato![27]

27 **Dicionário da Terra e da Gente**, Bernardino José de Sousa. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Col. Brasiliana, Vol. 10, 5ª edição, 1961. Afrânio Peixoto (1876-1947) médico, educador e escritor baiano, membro da Academia Brasileira de Letras. Empenhou-se no aperfeiçoamento da formação de educadores, dando especial atenção à do professor primário e no seu contexto, à Escola de Aplicação. Afrânio publicou mais de duas dezenas de livros.

Francisco José de Oliveira Viana
(1883-1951)

Foi um professor, jurista, historiador, sociólogo e membro da Academia Brasileira de Letras. Foi um dos ideólogos da eugenia racial no Brasil. Combateu a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil e, ao integrar o Estado Novo, participou ativamente para que fossem negados vistos a judeus que fugiam do holocausto. Era membro ainda do Instituto Histórico e Geográfico e de outros congêneres estaduais.

MEMÓRIA SOBRE O PAU-BRASIL PELO DR. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Francisco José de Oliveira Viana

Parecer

Na elaboração da tese, que lhe foi distribuída, sobre o pau-brasil e o seu papel em nossa história econômica, o Dr. Bernardino de Souza, notável historiador e etnógrafo patrício, autor de tantas contribuições preciosas sobre a nossa terra e o nosso povo, confirmou integralmente a expectativa, que em todos nós se formou ante a incumbência que lhe foi confiada.

Na verdade, o seu trabalho deve ser considerado com um perfeito modelo no gênero. Não se podia versar o assunto, aliás, extremamente especializado e aparentemente árido, com maior largueza de visão histórica, nem mais profundeza e riqueza de erudição. Considerado em conjunto, os vinte e dois capítulos de que se compõem a monografia referida, denso de fatos e documentos, e acrescido de uma substanciosa e erudita introdução sobre os aspectos botânicos da famosa *Caesalpinia echinata*, da lavra do não menos notável cientista Dr. Artur Neiva, constituem mais exaustiva monografia até agora escrita entre nós sobre a história econômica do pau-brasil — o arabutan de Jean de Léry, o verzino de Américo Vespúcio, o ibirapitanga dos nossos indígenas.

Sob a luz das considerações do eminente pesquisador e dos elementos comprovantes por ele coligidos e exibidos, o

ciclo do pau-brasil — cuja duração parecia a quase toda gente ter sido muito rápida, abrindo-se por assim dizer no primeiro dia da descoberta e encerrando-se logo cedo com o advento do ciclo do açúcar — dilatam-se, ao contrário, desmedidamente, com todo seu interesse, sua importância, suas múltiplas repercussões geográficas, econômicas e administrativas, cobrindo um período de nada menos de três séculos e meio, para encerrar-se na segunda metade do século XIX, precisamente em 1875.

É impossível resumir neste breve relatório todo o vasto plano da obra ora analisada, como dizer da riqueza dos elementos informativos, colhidos pelo autor nas suas laboriosas pesquisas, e da copiosa documentação exibida. Cumpre-me apenas reconhecer, que o enorme material reunido, buscado nas melhores fontes, utilizado com rigoroso método e exposto com perfeita elegância de forma, nos permite acompanhar, durante o longo espaço histórico de quase quatro séculos, o papel exercido por esta precisa espécie das matas brasileiras na nossa economia de colônia e, mesmo, na nossa economia de nação independente.

Com efeito, desde 1500, vemos o pau-brasil aparecer em nossa história, logo ao primeiro contato das naves descobridoras com a nossa terra. Se dermos crédito ao depoimento de Gaspar Correia, a nau de Lemos, ao lavar, de retorno a Portugal, a nova da descoberta, já carregava alguns toros deste valioso pau de tinta.

Daí por diante, a começar com o trato de Fernando de Noronha e durante todo o primeiro século — mostra-nos a bela monografia, cujo relatório faço — essa espécie vegetal se torna o objeto de uma atividade exploradora das mais extensas e também das mais fecundas em consequências históricas. Realmente é ela que determina os primeiros pontos de fixação humana em nosso litoral; que dá causa aos primeiros conflitos com os corsários e contrabandistas franceses; que motiva as primei-

ras medidas de reação e defesa da colônia por parte do governo português, medidas que, não só asseguram a nossa integridade territorial, como lançam os primeiros lineamentos da nossa organização administrativa. Tão preponderante se torna por esta época o comércio do pau-brasil, que acaba mesmo operando a substituição do nome de Província de Santa Cruz, que passa a chamar-se Terra do Pau-brasil, ou do Brasil, ou Brasil.

Esta importância do pau-brasil, da sua exploração e comércio assim revelada no primeiro século, não diminuiu nos dois séculos seguintes, apesar de já estarmos em pleno período da colonização agrícola, já na era dos engenhos e da exploração da cana-de-açúcar. Esta nova exploração não produziu o abandono da exploração do pau-brasil, nem se substituiu a ela, como geralmente se pensa, ao contrário, durante todo o período colonial, essas duas atividades exploradoras, uma agrícola, outra extrativa se processou com igual intensidade. O ilustre autor da memória deixa claro este ponto através da abundantíssima documentação, que enriquece e valoriza a sua esplêndida monografia, relativa ao período das capitanias hereditárias, ao período dos governos gerais, ao período do Brasil holandês, ao período do Brasil-Reino e mesmo do Brasil-Império.

Do seu trabalho chega-se à conclusão de que não houve apenas coexistência no espaço e no tempo, dos dois ciclos econômicos — o do pau-brasil e o do açúcar — mas, mesmo interferência de um e outro. Na verdade, desde o século XVI até o século XIX, os dois sistemas de exploração da terra entram frequentemente em conflito, provocando queixas dos proprietários rurais, por um lado e, por outro lado, determinando uma série de providências regulamentares e administrativas, que só se ultimam com a abolição do monopólio da Coroa, em 1859, monopólio este, seja dito de passagem, defendido pelo governo do Brasil com zelos extremos de fiscalismo e um rigoroso regime de repressão penal.

De fato, logo no primeiro século, vemos os lavradores – como se depreende da carta de Duarte Coelho, em 1546 – exprimirem o seu desagrado pelos incômodos que lhes traziam os cortadores e traficantes do pau-brasil, perturbando-lhes, com a concorrência dos braços trabalhadores, anormalidade das explorações agrícolas. Esta interferência dos dois ciclos econômicos não para no século primeiro; continua, ao invés disso, por todo o período colonial. Chega mesmo à época da Independência, queixando-se — como se vê do relatório de Alves Branco, em 1846 — os fazendeiros das dificuldades que tinham de explorar as suas terras, pois, cheias de florestas de pau-brasil, eram constantemente invadidas pelos que obtinham a concessão real para cortá-las. Prova ainda desta excepcional importância do pau-brasil em nossa história econômica e administrativa, é o fato de que, já depois da Independência, eram com as rendas auferidas com a sua exportação para Londres, que ocorríamos ao pagamento das despesas feitas com o serviço da nossa dívida externa e com os nossos agentes no estrangeiro.

Em conclusão, depois das eruditas investigações do Dr. Bernardino de Souza, não é mais lícito falar-se de um ciclo do pau-brasil que, marcando a primeira fase da nossa história econômica, fosse sucedido logo depois pelo ciclo do açúcar. Os dois ciclos coexistem, como se patenteia dos dados da memória em exame, durante toda a nossa história colonial, não obstante desenvolverem-se ambos quase dentro da mesma área geográfica — a extensa região de costas, que vai do litoral de Cabo Frio ao do Rio Grande do Norte, tendo como centro Pernambuco.

Outros interessantes aspectos mereciam também análise; mas seria impossível fazê-lo no espaço de um simples relatório. Isto não impede, entretanto, de concluir proclamando o trabalho do eminente historiador como uma monografia modelar,

um estudo completo e definitivo, que honra sobremaneira os talentos e a cultura do seu ilustre autor e, ainda mais, as nossas letras históricas.[28]

Rio, 25 de outro de 1938.

Rodrigo Otávio Filho - Presidente
Oliveira Viana - Relator
Afonso Taunay
Alfredo Ferreira Lage
José Luis Batista
Marcos Carneiro de Mendonça
Oscar G. Sant'Ana
Roberto Simonse

28 **O Pau Brasil na História Nacional**, Bernardino José de Sousa. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Col. Brasiliana, Vol. 62, 1939. (Parecer lido na Sessão Plenária de 26 de outubro e aprovado com gerais aplausos).

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes
(1884-1976)

Nasceu em Campos do Rio Real (hoje Tobias Barreto) em 7 de abril de 1884 e faleceu em Aracaju em 8 de junho de 1976. Jornalista, historiador e funcionário do Governo do Estado, colaborou em diversos jornais, publicando, principalmente, as *Efemérides Sergipanas*, série de artigos sobre fatos e vultos da história de Sergipe. Epifânio organizou o arquivo da Secretaria de Governo, passando em seguida para a Biblioteca Pública, onde por três décadas se dedicou a organizar seu acervo e ampliá-lo. Foi diretor do Arquivo Público e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Obras: *Efemérides Sergipanas* (2 volumes), org. Ana Maria Fonseca Medina (2009); *Relicário poético de Epifânio Dória*, org. José Francisco Menezes, Gizelda de Morais e Naná Garcez de Castro Doria (2012).

CARRO DE BOIS

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes

Sergipe não deu ainda toda a sua contribuição, que é vasta, para o estudo que o grande pesquisador dos filões auríferos de nossa história, o ministro Bernardino de Souza, está empreendendo sobre o humilde carro de bois, que tantos benefícios vêm prestando a grandeza econômica do Brasil.

O transporte é um dos instrumentos do progresso, na órbita econômica.

Sem ele estiolam-se as indústrias, morre o comércio e a riqueza se torna infecunda. A produção em larga escala sem o transporte correspondente é grave isso nas esferas e meios mais rápidos de transporte foi o carro de boi que nos remediou. Quando se concluir esse original inquérito é que poderemos ver quanto devemos ao antigo veículo que marchava cantando, glorioso de sua missão, cheio de orgulho pela carga que conduzia, quando levava à cidade as matronas respeitáveis e as meninas faceiras.

Quando menestrel entusiasta não sentiria inveja da sorte do carro humilde, conduzindo à cidade as musas inspiradoras de seus estros!

Deixemos as divagações.

Vamos tratar do carro de boi.

Hoje nos ocuparemos das notas que nos vieram de 4 municípios!

Campos, Jaboatão, Boquim e Riachão.

Em Campos, a terra de Tobias e Muniz de Sousa, entregue à atividade moça e honesta de José Joviniano Santos, de quem esperam os conterrâneos daqueles notáveis sergipanos um governo patriótico, inspirado nos benefícios da paz e nos frutos, sadios a pro-

gresso, existem, calculadamente entre 40 carros de boi. Ali, como em geral, cada junta se compõe de 6 bois, salvo raras exceções que não contrariam a regra geral. Os nomes mais usuais na denominação dos bois são: Lindo moço, Moço lindo, Cravo roxo, Cravo branco, Prateado, Cadeado, Namorado, Desejada, Cobiçado, Aparecido, Bem amado, Moderado, Cabuquinha, Jasmim, Cravinho, Peça linda, Linda peça, Amor dengoso e Bem montado.

Colheu o operoso Prefeito José Joviniano uns expressivos populares versos na terra do nosso maior poeta. Infelizmente eles não têm nenhuma ligação com o carro de boi, circunstância que nos força a omiti-los neste comentário.

Em Jaboatão, a terra do tesouro misterioso, da qual lá nos ocupamos em crônica anterior, sendo ocioso repisar o assunto, existe 74 carros de boi, número que não foi possível consignar quando nos o ocupamos desse próspero município. Ali também as juntas se compõem de 6 bois. Os nomes mais usados para os bois são: Novo brinco, Novo estado, Reformado, Criança, Fortaleza, Cinto preto, Terno branco, Ouro preto, Anel de brinco, Ramalhete, Cobiçado, Novo Mundo, Boa Fé, Deputado, Marechal, Presidente, Rio Grande.

No Boquim, próspero município onde passamos a melhor quadra da nossa vida, a terra feiticeira da Fonte da Mata, o berço querido de Hermes Fontes, o maior poeta sergipano de sua época, próspero, município em boa hora confiado ao zelo administrativo do Prefeito Pedro Simão Freire, de quem, muito esperam os conterrâneos de Hermes Fontes, existem, aproximadamente, 80 carros de boi. As juntas são compostas de 6 bois.

Os nomes mais usados, no batismo dos pacientes puxadores de carro são: Cravo lindo, Marechal, Delicado, Amor lindo, Caboclinho, Rapazinho, Menina, Amor dos outros, Rouxinol, Só do mimo, Ouro só, Mimoso, Sol de ouro, Moça lindo, Mimosinho, Meus Anéis, Cravo branco, Resedá, Flor do Rasto, Tem que dá, Desejado, Sempre tive, Boa morte, Faz namoro, Namorado e Desempenho.

Entrelaçando estes nomes os carreiros de Boquim fazem interessantes versos que cantam entoando com o canto rústico, mas evocativo do próprio carro.

Damos aqui, algumas amostras:

Rapaz solteiro
tem que dá
Fita bonita
Pra namorá
Faz desejo desejado
Faz cobiça cobiçado
Faz namoro namorado
Sempre tive boa sorte
Comprei carro não se importe
Deus me deu o Flô do Norte

No Riachão, a terra do grande político do sul do Estado, o comendador Dantas, onde tiveram berço ditoso os drs. J. Dantas Martins dos Reis, íntegro juiz da Capital e dr. Lauro Hora, ilustre Diretor do Centro de Saúde, também da Capital, seu município que se acha entregue ao espírito esclarecido à mocidade entusiasta de Horácio Dantas de Góis, existem 90 carros de boi.

Deixemos a descrição do carro, magistralmente feita pelo digno Prefeito de vez que ela não traz características novas, é semelhante às que temos publicado, porque o carro é quase o mesmo em todo o Estado.

Os nomes dados aos bois, no Riachão em geral, são: Só me ama, Bem amado, Cobiçado, Delicado, Meus cuidados, Meus carinhos, Lindozinho, Bonitinho, Cravinho, Sempre é.

Pode o ilustre Prefeito surpreender na boca dos carreiros do Riachão uma quadrinha, que ele cantam em única típica, repetindo monotamente por toda...[29]

29 **Correio de Aracaju**. Aracaju, 20 de julho de 1942.

O CARRO DE BOI

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes

Voltemos a ferir o assunto de que nos ocupamos em crônicas que esta conceituada folha, publicou. Ocupar-nos-emos hoje das respostas que nos vieram dos municípios do Arauá, Riachuelo e Canhoba, dos quais são zelosos prefeitos, respectivamente, os dignos conterrâneos, Abelardo Nabuco Freire, Tasso Garcez Sobral e João Alves de Rezende.

No Arauá existem 91 carros, em Riachuelo cerca de 186 e em Canhoba, o mais novo dos nossos municípios, apenas 13. Canhoba e zona San-franciscana têm ao pé de si o grande rio, justamente chamado de Nilo brasileiro, e conta com estrada de rodagem.

Há, pois, nos três municípios 200 carros. Em todos a regra geral é o emprego de 6 bois em cada veículo. Em nenhuma das referidas comunas foi possível colher-se qualquer manifestação da alma popular pelo folclore.

É que para se fazer mister a descoberta de um mineiro especializado. A riqueza existe. A questão é de se saber descobri-la, é de encontrar-se faiscador que saiba perquiris e joeirar. Em Riachuelo os nomes mais usados para o batismo dos bois são: Flor de Lis, Mal me quer, Pisa no Ponto, Beija-Flor, Flor da Roda, Boa Letra, Malvadinho, Canjerê, Sem rival e Pisa Macio.

O digno prefeito de Canhoba conseguiu organizar, em colaboração com os proprietários de carros, uma cachimoniosa relação de nomes que não pode ser publicada nesta crônica pela etiguidade do espaço que nos pode conceder o Correio.

Será, entretanto, encaminhado ao Ministro Bernardino de Souza, que saberá apreciá-la devidamente.

Um evento auspicioso nos foi dado registrar hoje: de Campos, a terra de Antônio Muniz de Souza e Tobias Barreto nos foi mandado um carro de boi, em miniatura, confeccionado em papelão, trazendo todas as suas peças com os respeitáveis nomes. Foi confeccionado por um primo carnal do grande Tobias, o prestimoso e digno conterrâneo Francisco Sales de Menezes.

O interessante carro vai seguir de avião, a fim de figurar no museu do Ministro Bernardino. O exemplo de Campos vai ser seguido por Boquim à boa terra onde passamos a fase mais feliz de nossa mocidade. O prefeito Pedro Simões Freire vai fornecer um carro, em miniatura, executado em madeira.

Estamos aguardando ainda resposta de outros municípios que nos não atenderam ainda, quanto aos informes referentes ao carro de boi.

Confiamos em que todos acudam ao nosso apelo.[30]

30 **Correio de Aracaju**. Aracaju, 18 de setembro de 1942.

A HISTÓRIA DO CARRO DE BOIS

Brasil Açucareiro

O Sr. Bernardino José de Sousa, historiador e economista, como sabem os leitores de "Brasil Açucareiro", está escrevendo um livro sobre a história do carro de bois. Não havendo no Brasil organizações ou seminários de pesquisas especializadas, será fácil formar uma ideia da paciência e tenacidade do autor, uma vez que, na maior parte das vezes, teve ele próprio de procurar os dados, arregimentar toda uma bibliografia dispersa e muitas vezes nem sequer impressa, escrever a amigos ou a pessoas do interior, à busca de informes nem sempre claros, quando não deixados sem resposta, e, finalmente realizar a síntese do material coletado, sua interpretação e possíveis sugestões tudo isso sobre assunto até hoje motivo de divagações poéticas e jamais de estudo sistematizado.

Fato auspicioso é esse da obra do Sr. Bernardino de Sousa, que entre outras contribuições à história e a cultura brasileira conta na sua bagagem literária com o "*Dicionário de Terra e da Gente do Brasil*" e "*O pau Brasil na história nacional*". Porque com muitos outros trabalhos dessa ordem, baseados na pesquisa calma e minuciosa — confinada que é a um setor restrito do passado — torna-se possível proceder a um levantamento da história do país, ou melhor, da verdadeira história.

Com a história do carro de bois — velho conhecido da maior parte dos brasileiros, que sempre se limitaram a apreciá-lo e cantá-lo em versos — inicia-se uma tentativa séria da história dos transportes no Brasil.

Damos, a seguir, o plano da obra do Sr. Bernardino de Sousa. O autor, muito acertadamente, fugiu ao ângulo estreito de mui-

tos colecionadores de fatos do passado, rotulados de historiadores. Tanto quanto foi possível, mergulhou nas mais fundas raízes do assunto e assim vemo-lo na Antiguidade Oriental, na Grécia, em Roma; o estudo do carreiro, figura muitas vezes singularmente jungida ao destino dos seus animais (técnica, salários, etc.), posição do carro de bois nos tempos atuais; folklore, literatura gerada pelo carro de bois. Nesse rápido apanhado do trabalho, aparentemente tão despretensioso, mas na verdade tão merecedor de bons adjetivos, é evidente que, pelo menos, quatro campos do conhecimento humano foram percorridos pelo livro: a história, a economia, a sociologia e a literatura.

É o seguinte o índice do livro do Sr. Bernardino José de Sousa:

Advertência: a) Razões deste livro; b) Colaboradores e auxiliares; c) Dedicatória.

Primeira Parte – Escorço histórico do carro de bois – Capítulo I: A invenção da roda e do carro. A domesticação dos animais e o seu emprego na tração de veículos. Origens do carro de bois. Capítulo II: O carro de bois nas civilizações da Antiguidade oriental e na Grécia. Capítulo III: O carro de bois em Roma e sua disseminação pelo Império. Capitulo IV: O carro de bois na Península Ibérica, especialmente em Portugal.

Segunda Parte – O carro de bois no Brasil – Capítulo I: Introdução do carro de bois no Brasil e as suas primeiras utilidades. Capítulo II: O carro de bois e os seus serviços ao longo dos séculos XVI, VII, XVIII e XIX. Capítulo III: O carro de bois e os seus serviços no século atual: estatísticas. Capítulo IV: Os concorrentes do carro de bois. Áreas em que estes veículos não usados. Capítulo V: Retrospecto do seu papel no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Capítulo VI: O carro de bois em grandes fatos da nossa História.

Terceira Parte – O veículo: seus acessórios e o seu tipo – Capítulo I: Veículos tirados por bois no Brasil: ensaio de classifi-

cação. Capítulo II: Descrição dos diferentes tipos de veículos tirados por bois no Brasil: peças componentes e serventias. Madeiras empregadas na sua construção. Dimensões, peso e preço. Os caros de quatro rodas. Capítulo III: Equipamento dos carros de bois: aparelhos de madeira, de couro ou fibra e de ferro. Capítulo IV: Composição do tiro. As juntas de tração: número e nomenclatura. Capítulo V: Como se jungem os bois no Brasil: o jugo e a canga. Capítulo VI: Atrelamento das juntas entre si e da "boiada" ou "fieira" ao carro. Capítulo VII: O canto do carro de bois: suas variedades. Os "untos" ou lubrificantes.

Quarta Parte – O boi de carro – Capítulo I: Introdução. O gado bovino no Brasil, especialmente o de trabalho. Capítulo II: Qualidades e característicos exigidos no boi de carro. Preços da boiada. Capítulo III: Doma ou amansamento dos bois de carro: Processos em uso nas várias regiões do país. Capítulo IV: Nos setores da Panteonímia. Os nomes dos bois de carro: sua imposição e ensaio de classificação.

Quinta Parte – Trabalhadores do carro de bois – Capítulo I: Os condutores do carro de bois e os seus auxiliares: carreiros ou carreteiros e guias. Capítulo II: Regime de trabalho: salários. Capítulo III: Técnicas da profissão de carreiro: a) Do carro em marcha; b) Preventivas de acidentes; c) Carregamento e descarregamento.[31] Capítulo IV: Vozes empregadas pelos carreiros e guias nas diferentes manobras da condução dos carros de bois. Indumentária de uso. Capítulo V: Uma página regional do Nordeste.

Sexta Parte – Transportes – Capítulo I: Carro de bois como veículo de transporte essencialmente rural: vantagens e desvantagens. Capítulo II: Cargas transportadas pelo carro de

31 Estas técnicas se desdobrarão nos seguintes parágrafos: a) Tanger os bois; Parar o carro; Subir e descer ladeira; Recuar o carro; Atravessar pontes ou estivas. b) Evitar viradas ou tombos; Evitar batidas nas cancelas ou porteiras; Desatolar o carro; Transpor um rio que não dá vau; c) Como se carrega e descarrega um carro.

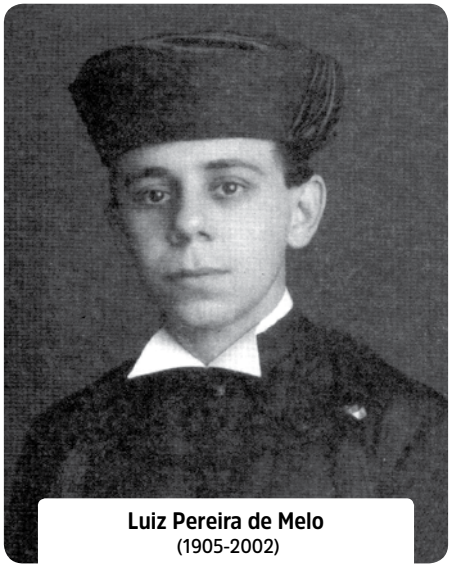
bois: comuns e acidentais. Peso. Percurso diário. Capítulo III: O carro de bois e as modernas estradas: campanha contra o seu uso e modificações propostas. Capítulo IV: O carro de bois como veículo empregado no transporte de pessoas: tipos próprios e adaptados. Costumes regionais.

Sétima Parte – Folclore do carro de bois - Introdução – Capítulo I: Lendas de carro de bois. Capítulo II: Crendices e feitiçarias. Capítulo III: "Casos" de carros de bois – Anedotário. Capítulo IV: Adágios e provérbios referentes ao carro de bois. Capítulo V: Adivinhas do carro de bois. Capítulo VI: Cantigas e toadas de carreiros. Capítulo VII: Quadras relativas ao carro de bois.

Oitava Parte – Florilégio do carro de bois – Capítulo I: Prosa: trechos de escritores nacionais referentes ao carro de bois. Contos, narrativas e crônicas. Capítulo II: Poesia: poemas, sonetos e canções de poetas brasileiros. Poesia regional. Capítulo III: O carro de bois visto pelos viajantes estrangeiros. Capítulo IV: Iconografia do caro de bois: desenhos e pinturas.

Nona Parte – Toponímia e vocabulário – Capítulo I: Toponímia brasileira derivada do carro de bois. Capítulo II: Vocabulário do carro de bois.[32]

32 **Brasil Açucareiro**. Rio de Janeiro, novembro, 1943.



Luiz Pereira de Melo
(1905-2002)

Nasceu em Aracaju-SE em 15 de maio de 1905, filho de D. Adélia e Ernesto França de Melo, funcionário público do Departamento dos Correios e Telégrafos. O jovem Luiz aprendeu as primeiras letras com a mãe e aos seis anos é matriculado na Escola da professora Quitéria Rollenberg Silva, concluindo o curso primário no Instituto Cruz, do advogado Antenor Vieira Passos, em Maruim, onde viviam os Pereira de Melo.

Em Salvador, onde concluiu o curso secundário, influenciado pelo pai faz concurso para os Correios em 1924, permanecendo até 1937, para seguir a sua carreira jurídica, quando é nomeado Promotor de Vila Nova, hoje Neópolis. Em 1931 ingressa na Faculdade de Direito da Bahia, diplomando-se em 1935. Sete anos depois, Luiz é nomeado Juiz de Direito para a cidade de São Cristóvão e em 1955, alcança o cargo de Desembargador. Luiz Pereira de Melo colaborou assiduamente na imprensa sergipana, faleceu aos 97 anos em Aracaju, no dia 28 de junho de 2002.

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Luiz Pereira de Melo

O desaparecimento na Capital da República do professor Bernardino José de Souza, ocorrido a um mês, proporcionou grande pesar no país.

Historiador culto e sincero, sua existência foi uma trajetória brilhante de assinaláveis empreendimentos, quer como homem de letra, quer como cidadão.

Radicou-se na Bahia, onde sempre viveu cercado da estima pública.

Há quase quinze anos que residia no Rio de Janeiro, no desempenho de funções nobilitantes como: membro e presidente da Câmara de Reajustamento e Ministro do Tribunal de Contas. Em ambas as funções, o seu critério fora ressaltada no brilho de seus preciosos Pareceres. Diplomou-se aos dezenove anos. Atingindo os vinte e um anos já ocupava a Cátedra de Direito Público Internacional da Faculdade de Direito da Bahia.

Em comentários que escrevemos há meses em torno de sua personalidade, longe de nós estava a ideia de que em breve não mais existiria o eminente mestre e prezado amigo.

O seu invulgar devotamento ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, do qual era Secretário Perpétuo, cristalizou-se na arrojada empreitada da construção de seu suntuoso edifício.

Hei-lo afirmando que: "O Instituto é o melhor abrigo de nossas glórias e deve ser o expoente da nossa cultura; ampará-lo é espalhar a sementeira do amor da Pátria". Foi um dos seus fundadores.

Sua última obra – o moderno, confortável e elegante edifício da Faculdade de Direito — é outro marco glorioso de sua rara capacidade de trabalho em prol da Bahia. Construiu-o como Di-

retor, em sua fecunda administração. Exatamente no transcurso do trigésimo dia de seu desaparecimento da face da terra, quando mais não pode nos cumular de favores, é que mais exaltamos o ilustre morto.

Merecedor do nosso testemunho de saudade, que por ser sincera vivifica os nossos corações, sentimo-nos muito bem em exteriorizar o pungir que nos vai à alma.

Suas Cartas — fruto de uma correspondência sadia — não tinha o azinhavre da maldade ou da insinceridade de certos homens.

Franco quão sincero, Bernardino José de Souza, desde os dias de professorado que infundia uma atmosfera de simpatia e confiança.

Simpatia pela rigidez de sua justiça uma e indivisível. Confiança no espargir o ouro de seu saber profundo na cátedra de Direito.

Detentor de uma memória privilegiada, Bernardino José de Souza surpreendia seus discípulos. Se ambição revelou em sua existência positivamente foi nobre e ilustrado. Só teve como objeto a sabedoria como a virtude.

Reconhecendo na coragem um fator de utilidade para o homem, o ilustre filho de Sergipe foi sempre vitorioso em seus empreendimentos.

Foi no tumulto da agitação da vida humana que Bernardino José de Souza purificou o seu caráter, educado nas grandezas do coração. Sua energia era unilateral. Não era detentor de duas medidas. Firme em suas decisões não postergava, contudo o sentimento da bondade.

Sóbrio e sem exageros, o venerado Mestre não era indiferente as injustiças humanas. Aquele que estudá-lo através de suas diversas facetas, sentirá certamente os esplendores de seu coração.

Deixou uma obra inédita: "*O Ciclo do Carro de Boi no Brasil*" um alentado volume de mais de oitocentas páginas, repleta de retratos, mapas e desenhos.

Viver nos corações que deixamos atrás de nós, não é morrer, proclamou Campbell. O nosso homenageado é daqueles que embora desaparecido, ainda refulge no nosso pensamento como

uma certeza de que viverá na posteridade. De Bernardino José de Souza, poderíamos dizer o que afirmara Confúcio: "aprende o bem viver e bem saberás morrer".

O mundo é dos contrastes. Enquanto uns morrem muito tarde, outros, ao contrário, muito cedo desaparecem.

E hoje que Bernardino José de Souza não mais vive, senão num sono que não tem sonhos, certificamo-nos, por fim, como a morte, é no dizer do poeta sergipano Hermes Fontes, "o ponto final do humano calendário".

O mistério da morte tem como sabemos, para o segredo da vida, um traço que fica – a saudade![33]

Aracaju, fevereiro de 1949.

33 **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju, nº14, abril de 1949.

José Hermenegildo da Cruz
(?-1985)

Filho de Eliezer Cruz e de Isaura de Souza Cruz (não sabendo o local nem a data do seu nascimento), faleceu em Aracaju, a 29 de janeiro de 1985. O fato é que desde o final de 1984 encontrava-se internado em uma das clínicas da capital aracajuana, com graves problemas de doença, sendo sepultado no Cemitério Santa Isabel, onde um pequeno mais expressivo número de antigos discípulos, amigos, conhecidos e familiares o levaram à última morada.

Técnico de Estatística, respondeu pelos expedientes dos seguintes órgãos: Departamento Estadual de Estatísticas de Sergipe e Serviço de Estatística Educacional, do Dept^{o} de Educação de Sergipe, da Sociedade Brasileira de Estatística, professor de Estatística Educacional no curso de Aperfeiçoamento do Dept^{o} de Educação de Sergipe, membro do IHGSE e prof. da Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe. Publicou vários livros, alguns como: *Possibilidades de desenvolvimento econômico no nordeste* (1959), *O coco na economia de Aracaju* (1943), *Iniciação Estatística* (1944), *Conceito de Povoado Brasileiro* (1949), *Sergipe Econômico e Financeiro* (1953) e *Aspectos Estatísticos do Ensino Primário Sergipano* (1947). Único registro da sua morte foi feito por Luiz Antonio Barreto num editorial da Gazeta de Sergipe, em 02 de fevereiro de 1985: "O brilho em vida foi tão intenso que em muitos lugares fora de Sergipe, no gabinete dos planejadores, se falou com respeito no nome do professor José Cruz, estatístico sergipano que morreu no começo da semana e não mereceu, ainda, qualquer registro". José Cruz teve participação destacada na vida do Estado e da gente sergipana, pela singularidade da sua contribuição.

BERNARDINO DE SOUZA

José Hermenegildo da Cruz

Discurso pronunciado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, no dia 8 de julho de 1949, por delegação da IX Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, na homenagem prestada à memória do Ministro Bernardino José de Sousa, pela IX Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia e pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Sempre ouvi dizer nunca serem demais as homenagens prestadas aos Grandes Vultos da nacionalidade, àqueles que realmente trabalharam pelo bem, pelo progresso e pela felicidade do Brasil.

Hoje, Senhores, é um grande dia para a Bahia — ninho de águias deste nosso Grande País — porque nesta Casa, que é a Casa da Bahia, se está reverenciando a memória de Bernardino José de Sousa, um brasileiro de comprovados méritos intelectuais. Pelos inestimáveis serviços que prestou à Pátria, o conquistou, com excepcional brilhantismo, os píncaros da Glória, onde nunca se morre.

Bernardino de Sousa — esse ídolo do povo culto da Bahia, esse ilustrado sergipano — continua, por assim dizer, bem vivo na memória de todos nós, pelo que realizou em prol da cultura baiana, da Grande e Iluminada Bahia, cérebro e coração do Brasil.

Senhores,

Os Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, ora reunidos em Salvador, nesta encantadora, tradicional e pitoresca cidade — o mais belo escrínio das tradições do Brasil — em homenagem ao IV Centenário da sua fundação, cujo evento teve lugar a 29 de março último, nesta cidade do Salvador, onde cada lugar

constitui um lindo mosaico de belezas raras, promoveu, juntamente com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a expressiva homenagem ora tributada à memória desse grande baiano de coração, desse Cidadão da Bahia, que é Bernardino de Sousa.

A presente solenidade toca de perto a Sergipe, terra de nascimento de Bernardino de Sousa.

Coube a mim, representante do pequeno Sergipe, ao menor, portanto, sob todos os títulos, dos delegados junto à IX Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, a honrosa incumbência de expressar a solidariedade do referido Conselho a esta festa de justiça e de saudade.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa modelar instituição que já tem a seu crédito grande acervo de positivos serviços prestados com o maior patriotismo à Nação, durante mais de treze anos de constantes vitórias, dispõe de credenciais idôneas para falar em nome do Brasil.

Portanto, Senhores, falando-vos em nome da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, à qual têm assento representante de todas as unidades federativas, é o mesmo que praticamente vos falar em nome de todos os brasileiros para homenagear a memória de Bernardino de Sousa.

Interpreto a escolha da minha modesta pessoa, mais como uma significativa homenagem da IX Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística à minha terra natal, ao meu querido Sergipe.

Senhores,

No pacato município sergipano de Vila Cristina, hoje Cristinápolis, lá longe, ao Norte, na terra de Aperipê, veio ao mundo, no dia 8 de fevereiro de 1884, Bernardino José de Souza, vaticinado de logo a ser uma das Glórias do Brasil, a serviço da sua cultura, na acepção exata do vocábulo.

Apesar de sergipano de nascimento, Bernardino de Sousa era baiano de coração e de formação. Não obstante, costumava ele

dizer sempre aos seus amigos íntimos: "Eu tenho o coração ligado à Bahia; porém o meu espírito está sempre voltado para Sergipe". Belas e significativas palavras, que bem definem o seu amor e o seu apreço à terra natal!

Aqui na Bahia, aonde chegou, em 1900, procedente de Sergipe, com 16 anos de idade, muito jovem, por conseguinte, começou a revelar, em seguida, a pujança do seu talento de escol, da sua inteligência ensolarada.

Entre os grandes homens de Sergipe úteis ao Brasil, disse alguém, "Bernardino de Sousa era um dos mais notáveis, exatamente porque unia os primores da cultura, que ensinava, às nobres qualidades de ação e energia, que o distinguiam. Poucos intelectuais neste país fizeram como ele o sacerdócio do bem comum, construindo, entre o modesto professorado e o alto civismo, a ponte áurea de uma vida integral".

"Mestre das letras e das ciências, um grande humanista da escola filológica de Carneiro Ribeiro", Bernardino de Sousa era professor, geógrafo, etnólogo, sociólogo, historiador, biógrafo e jornalista, pontificando com a luminosidade da sua inteligência facetada em cada um desses setores.

Quando em vida, escreveu 23 excelentes obras, no período de 1904 a 1941, destacando-se, entre elas, o seu magistral *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, já em quarta edição, um trabalho da mais alta erudição e que honra qualquer biblioteca.

Ao falecer deixou por publicar um magnífico estudo sociológico, histórico e geográfico sobre o carro de boi, talvez a sua maior obra.

Foi enorme e das mais destacadas, a sua primorosa atuação em várias instituições geográficas e culturais do país, notadamente no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, como secretário perpétuo.

Mas, Senhores, Bernardino de Sousa, ao lado do talento privilegiado que possuía, era de igual modo dotado de enorme capacidade de trabalho realizador.

Uma prova do que afirmei é consubstanciada em dois monumentos que honram, sobremodo, sua personalidade marcante e dinâmica: este Instituto Geográfico e Histórico e a Faculdade de Direito da Bahia, levantados "com a sua força de vontade tranqüila e prodigiosa", dois monumentos que representam a prova inconteste e eloqüente do seu grande devotamente à Bahia — a sua pátria do coração, e ao Brasil, às suas grandes e legítimas tradições.

"Homem-força, empreendedor, perseverante, sabendo vencer óbices, anular resistências, fulminar maldades e superar incompreensões", Bernardino de Sousa foi também brilhante professor de história universal, geografia, história do Brasil, gramática histórica da língua portuguesa, literatura e pedagogia, onde mestrou com a maior sapiência.

Para a construção do edifício da Faculdade de Direito da Bahia, um monumento expressivo de arte pelo equilíbrio harmônico das suas linhas arquitetônicas, "pediu dinheiro a indígenas e alienígenas. Passou as fronteiras seu peditório, foi até ao rei da Bélgica. Organizou "bandeiras" de estudantes. Distribuiu listas. Fez do nada moeda corrente. Improvisou apelos. Movimentou toda gente. Tornou-se agreste e impertinente. Revidou inconveniências. Solicitou, suplicou, impôs. Comunicou a força de seu querer mesmo aos mais rebeldes. Plantou, semeou e colheu. Arrostou situações. Faz cálculos, perdeu os dissabores e iniciou a campanha".

E o edifício da Faculdade de Direito da Bahia aí está com toda a sua imponência, para gáudio de todos os baianos e como resultado da sua tenacidade, da sua capacidade empreendedora.

Revestiu-se de tamanha monta a sua colaboração em prol da construção do edifício da Faculdade de Direito da Bahia, que a sua Douta Congregação conferiu-lhe, em 1937, o título de Professor Emérito dessa Casa de Saber, da qual foi também Diretor.

Foi ainda deputado estadual em duas legislaturas e Secretário do Interior, Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública. Embora em caráter precário, ocupou a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e a da Viação e Obras Públicas.

Exerceu a Presidência da Câmara de Reajustamento Econômico, até o ano de 1937, em que foi distinguido pelo Presidente da República para o alto cargo de Ministro do Tribunal de Contas, tendo chegado à Presidência.

Bernardino de Sousa, Senhores, foi também, além de Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia, Presidente da Comissão Nacional nomeada para fixar o sítio do descobrimento do Brasil, devido aos seus altos e comprovados conhecimentos da História Pátria.

A 11 de janeiro do ano corrente de 1949 chegava da capital Federal a dolorosa notícia do falecimento ali, desse grande sergipano, desse baiano de coração e mais do que sergipano ou baiano, desse eminente brasileiro de incontestáveis virtudes intelectuais, cívicas e morais, um verdadeiro e lídimo Apóstolo do Saber.

Perdia desse modo a cultura brasileira uma das suas figuras mais representativas e proeminentes.

Senhor Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia:

Eu me permito, com imensa satisfação, juntar a esta expressiva solidariedade da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, a homenagem respeitosa e efusiva do Governo sergipano e a do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ao qual tenho a honra de pertencer.

Pelo que foi pelo muito que fez pela Bahia e pelo Brasil, Bernardino José de Sousa, meus Senhores, soube honrar e dignificar, mais do que ninguém,as elevadas tradições culturais e cívicas da Gloriosa Terra do Iluminado e Genial Rui Barbosa, bem como as da sua terra natal, que Serigi moldou, esse pequeno rincão do Brasil, "celeiro de homens privilegiados pelo talento e pela audácia, que, fora das suas lindes, constroem a grandeza de outros Estados".[34]

Salvador, em 8 de julho de 1949.

34 Bernardino de Souza, José Cruz. Aracaju, 1949.

Valdemar Cavalcanti
(1912-1982)

Foi jornalista alagoano, crítico literário e funcionário do IBGE, fez parte do grupo de estudiosos que exerceu grande influência no Nordeste. A ligação de Waldemar com o jornalismo começou cedo, ao dezesseis anos quando ocupou o cargo de relator do jornal de Alagoas, mesmo sendo nomeado secretário da prefeitura de Maceió aos vinte anos, não deixou o jornalismo de lado.

O CARRO DE BOIS NA PAISAGEM BRASILEIRA

Valdemar Cavalcanti

Pouco antes de morrer, o Ministro Bernardino José de Sousa, pesquisador infatigável, que vivia em arquivos e bibliotecas atrás de documentos e livros de interesse para os seus estudos sobre aspectos da vida brasileira, concluiu a revisão completa dos originais de uma vasta monografia que, afinal, iria deixar inédita, por vários anos: foi um trabalho de valor inestimável, intitulado "*Ciclo do Carro-de-Bois no Brasil*", o mais completo que sobre o assunto já se escreveu, sem dúvida alguma.

Essa obra, que ficou tanto tempo esquecida, sem editor e sem chance, haveria de ser escolhida pela Companhia Editora Nacional a fim de integrada na sua Brasiliana (Grande Formato), assinalar de maneira expressiva o 30º aniversário de sua fundação. Iniciativa, diga-se logo, do mais alto alcance, digna de todos os louvores.

Logo se vê, ao primeiro relance, que a obra representa o resultado de anos e anos de buscas e investigações cuidadosas. Mais do que isso: o testemunho de um esforço consciencioso e tenaz de toda uma vida dedicada ao exame de problemas e temas do passado brasileiro.

O objetivo do autor foi fixar, com base em profusa documentação de toda natureza, o papel desempenhado em nosso país pelo carrro-de-bois como veículo de transporte e agente de contatos sociais. E o fez nas suas 560 páginas, de modo magistral, pela originalidade, extensão e profundidade com que tratou a matéria, sem que nada lhe escapasse aos olhos sagazes e ao espírito alerta.

Abre o volume um breve estudo do Sr. Péricles Madureira de Pinho, sobre a personalidade e a obra do pesquisador sergipano, com indicações precisas de ordem biobibliográficas.

E seguida, o autor explica os motivos por que se decidiu a empreender a elaboração da monografia, revelando aí uma faceta do seu espírito bem formado. E logo depois relaciona todos quantos lhe asseguraram colaboração no preparo do estudo, sem esquecer o concurso de órgãos e instituições culturais.

A primeira parte do livro, dividida em cinco capítulos, é um trabalho completo sobre a origem e evolução do carro-de-bois no mundo inteiro — trabalho de erudição, que revela a seriedade com que o autor se empenhou em suas investigações.

É dedicada a segunda parte à introdução do carro-de-bois em nosso país e a função por ele exercida, ontem como hoje ainda, no desenvolvimento econômico e social do interior. Nem só de documentos históricos se serviu o autor para levar a bom termo esse estudo: também de estatísticas. E aí então o geógrafo e o sociólogo completam o trabalho do historiador.

Sete capítulos compõem a terceira parte, referente ao carro, suas características, seus acessórios e seu tipo. É de impressionar o espírito de minúcia com que se houve o autor na descrição e classificação do veículo, sendo de destacar a riqueza informativa das páginas que escreveu acerca do canto dos carros-de-bois nas estradas e caminhos.

Seguem-se quatro capítulos sobre os animais: espécies, qualidades especiais, processos de doma ou amansamento em várias áreas, nomes usuais, etc.

A quinta parte é o estudo do tipo humano que lida com os carros-de-bois: os carreiros e os guias, com uma análise do seu regime de trabalho, técnicas profissionais, vozes empregadas nas diversas manobras em diferentes regiões, indumentárias e objetos característicos, etc.

Por último, um trabalho igualmente minucioso a respeito do carro-de-bois como veículo de transporte essencialmente rural, enumerada as suas vantagens e desvantagens.

Em apêndice, uma série de desenhos, plantas e mapas.

É de salientar a riqueza de ilustração — desenhos e fotografias — com que se apresenta o livro, impresso com requintes de arte

gráfica, o que, afinal de contas, representa a melhor homenagem que poderia ser prestada à memória do autor. A documentação iconográfica enriqueceu sensivelmente a obra, assegurando maior projeção ao texto.

Justa é, assim, por tudo isso, a expressão do Prof. Anísio Teixeira sobre tão importante livro: É uma pesquisa em profundidade, com material planejado e reunido pelo autor, material este que normalmente exigiria uma equipe distribuída pelos quatro cantos do país. A indomável energia de Bernardino de Sousa conseguiu emoldurar um vasto painel, cheio de variantes no tempo e no espaço, e transformá-lo em obra monumental de arte e de pensamento a um só tempo; inspiração para o artista e instrumento de trabalho para o cientista social".[35]

35 **O Observador**. Rio de Janeiro, Ano XXIII, nº 272, outubro de 1958.

Luiz Garcia
(1910-2001)

Nasceu em Rosário de Catete-SE em 14 de outubro de 1910 e faleceu em Aracaju em 11 de agosto de 2001, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Promotor Público, Deputado Estadual (1934-1937), Deputado Federal (1951-1955, 1955-1959, 1967-1971, 1971-1975) e Governador do Estado (1959-1962 renunciou em maio de 1962 para ser candidato ao Senado). No Governo criou o Banco do Estado, construiu o Hotel Palace de Aracaju, a Estação Rodoviária, criou o IPES, a Faculdade de Medicina de Sergipe e o Museu Histórico, em São Cristóvão.

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Luiz Garcia

Sergipe e Bahia sempre se integraram no mundo físico e intelectual.

Sergipanos que foram buscar a vida no sul do litoral baiano e lá fizeram a prosperidade de uma região fértil: filhos da Bahia que aqui vieram participar de atividades ou da magistratura.

Ainda hoje, os exemplos aí estão.

O Rio Real não separava como separa os dois Estados. Antes os une. Os limites são apenas geográficos.

Os municípios do sul tinham maior aproximação com Salvador do que mesmo com Aracaju. Filhos dos senhores de engenho ou fazendeiros abastados iam estudar nos colégios "Carneiro Ribeiro" ou "Maristas", as moças, no "Colégio das Mercês".

Não havia entre nós escolas superiores. A Bahia era o centro que recebia quase todos que desejavam fazer o curso superior. Uns poucos preferiam Recife.

Aracaju havia saído dos "bondes a burro", para os ecléticos, poucas ruas calçadas, a Praça Fausto Cardoso era onde as retretas reuniam afinidade para os "*flirts*" e "bate-papos".

Havia construída apenas a rodovia Aracaju-São Cristóvão no Governo Graccho Cardoso. A comunicação com o interior era feita pela ferrovia Leste Brasileiro (Salvador-Propriá) e pelos saveiros e as lanchas de José Alcides entre a capital e Maruim e Riachuelo.

Foi nessa época, fim da terceira década deste século, que cheguei a Salvador para tentar o vestibular na Faculdade de Direito.

A Bahia era o grande Estado, com porto de mar aberto, centenas de igrejas, prédios altos, o estudo da cultura africana enchen-

do as tertúlias literárias, comércio exportador, as mansões da Graça, Barra Avenida e Avenida Sete dominando o ambiente próspero da cidade; a Rua Chile, a Cidade Baixa, a Baixa do Sapateiro, regurgitando de gente.

Eu me revi, depois, como o personagem de Eça de Queirós chegando a Lisboa pela primeira vez, em "A Capital"... "o ar parecia-lhe cheio de uma vida mais intensa, todo penetrado da respiração larga da cidade que ainda dormia na manhã úmida... "ia olhando avidamente as fachadas das casas... a prolongação das ruas... os arcos do Ferreiro do Paço, mastreações de esquadras! Quem viveria naquelas altas casas, cerradas ainda? Àquela hora, decerto, os jornalistas, as duquesas, dormiam, depois das agitações intelectuais e amorosas da noite..."

Lá iriam sergipanizar um pouco mais o meio acadêmico, Nelson Rocha, Carlos Firpo, José Machado de Sousa, Lourival Bonfim, Garcia Moreno, Lauro Porto, Fausto Oliveira, Clóvis Conceição, Gileno Costa, Heráclito Dinis Gonçalves, Jorge Oliveira Neto, Luís Pereira de Melo, José Oliveira de Lima Neto.

Nós levávamos o orgulho do estado pequeno, o nome de Tobias Barreto para contrabalançar o de Castro Alves e de Gumercindo Bessa que se batera com o grande Rui na célebre questão do Acre.

Na Faculdade, mostraram-me dois professores sergipanos: Bernardino de Sousa e Rogério de Faria. Novo motivo de júbilo. Dois grandes mestres, cujas presenças me faziam sentir menos isolado e até orgulhoso no meio acadêmico, em que o único sergipano matriculado na tradicional casa de ensino.

Bernardino José de Sousa era simples, roupa de brim, modesto, sisudo, fechado mesmo, e indicava, no andar e nos olhos, a disciplina exigente. Explicaram-me, porém: é um grande professor, culto, inteligente, justo. A Bahia muito lhe devia como educador e realizador. Construíra o Instituto Geográfico e Histórico, a Casa da Bahia, importante edifício para sua época. Esse feito haver-se-ia de repetir mais tarde com a construção da Faculda-

de de Direito, no Portão da Piedade, em substituição ao antigo e velho prédio: ambos em campanha memorável na capital e no interior, engajando a sua família e estudante um vilegiaturas cívicas, recitais, visitas, solicitações de donativos, que a Sociedade em geral apoiou.

Foi assim que conheci o Professor Bernardino José de Sousa, nascido a 8 de fevereiro de 1884, no engenho Murta, município hoje de Cristinápolis, às margens do Rio Real. Filho de Otávio de Sousa Leite e de Filomena Fontes Faria, herdara do pai, representante da aristocracia rural do império, a austeridade de vida e o sentimento do cumprimento do dever.

Aos doze anos leva-o o pai ao Ginásio Carneiro Ribeiro e o confia ao grande educador e filólogo Ernesto Carneiro Ribeiro, a quem mais tarde se liga familiarmente, casando-se com a sua filha, d. Maria Olivia Carneiro Ribeiro de Sousa, de cujo consórcio nasceram os três filhos Maria Berenice, Sindoro e Selene Maria, esta última poetisa consagrada.

Bacharelou-se em Direito e escolheu a Bahia como seu segundo berço, dedicando-lhe toda a atividade e estudos. Ensinou Geografia e História, Direito Constitucional, Internacional Público e Administrativo. Escreveu *Heroínas Baianas*, *Luiz Barbalho*, *Onomástico Geral da Geografia Brasileira*, mais tarde evoluindo para *Dicionário da terra e da Gente do Brasil*, o *Pau Brasil na História Nacional*, este último considerado por Oliveira Viana como um perfeito modelo no gênero e que desfizera a crença geral de que o ciclo do pau-brasil se encerrara no primeiro período da nossa história colonial, sendo substituído pelo do açúcar, antes coexistindo com este, eis que projetara-se até o fim do terceiro quartel do século XIX. É trazendo-nos esta referência que Adalício Nogueira, professor e magistrado, dizia em homenagem à memória do também seu Mestre, que ele fora entre nós um precursor do ensino da geografia moderna capaz de antecipar os problemas palpitantes do futuro. Embora da

Academia de Letras da Bahia, Historiador e Geógrafo, professor emérito, Bernardino de Sousa faleceu a 11 de janeiro de 1949 no Rio de Janeiro, onde residia como Ministro do Tribunal de Contas da União.

Tinha sido antes membro da Câmara de Reajustamento Econômico e Secretário do Interior da Interventoria Artur Neiva, logo após a revolução de 30.

Depois da sua morte, foi publicado "*O ciclo do Carro de Bois no Brasil*", onde ele revive no canto do carro, no carreiro e no pequeno chamador de bois, as lendas e os tempos de sua infância. Trabalho paciente, cuidadoso, a preservar o meio de transporte primitivo, hoje pouco usado na zona rural.

Indaga-se por que esse estudo minucioso de assunto aparentemente vulgar. Leio carta de sua filha Maria Berenice, endereçada a antigo aluno, ele próprio transcreve no texto: "O meu mestre ainda atarefado com o livro a respeito do carro de bois. Dias há em que mal o vejo. Absorvido nos seus capítulos, pesquisando quanta cousa interessante existe, escrevendo ou respondendo cartas, esboçando novos trechos, vive na tarefa abnegada de buscar, na passada dos séculos, o humilde carro de bois e com ele percorrer as etapas porque atravessou o Brasil. Acompanha-o, passo a passo, revivendo lendas, usos, costumes, descrevendo-lhe os contornos, elevando-o do nível das nossas lembranças mais queridas. Nada mais, nada menos do que a vontade de voltar. O meu velho engana desse modo, a sua nostalgia, a saudade de sua meninice, transportando para o papel, hora por hora, instante por instante, o velho carro típico do seu sertão longínquo. E ao descrevê-lo, através do tempo, erguem-se no seu coração recordações inapagáveis indissoluvelmente ligadas à paisagem sertaneja. Nelas se refugia numa ânsia incontida de tudo anular, num esforço sobre-humano de fazer ressurgir novamente, com intensidade, nessa quadra da vida, a sua infância, agora tão reduzida e distante".

Sim por que esse interesse pelo simples carro de bois?

O mestre via nesse transporte primitivo o elemento principal da comunicação pelas estradas sertanejas, um fator inegável do desenvolvimento da época.

A paisagem alegre ou a nostalgia da infância que a memória retém...

Quem sabe se não fora o carro de bois que lhe dera a determinação de voltar aos estudos? E que, nas primeiras férias, não se dispondo a voltar ao colégio em Salvador, o Pai mandou acordá-lo pelo velho carreiro da fazenda: "Ioiô Bernardino, o coronel Otávio manda dizer que vosmicê é que vai tanger hoje os bois do carro". Foi alegre, mas a caminhada longa e o trabalho cansativo. Almoçou na lata do carreiro, carregou cana, fez tudo que qualquer chamador de bois. Os pés inchados, já sem alegria, resolveu voltar ao internato e continuar os estudos.

Péricles Madureira de Pinho, que o acompanhou vários anos, refere: "O episódio gravou-se na memória, e, ao narrá-lo, tantos anos depois, era de vê-lo com os olhos rasos de água, evocando a rígida inteireza do pai, os afagos compensadores da mãe, a fidelidade do carreiro, compenetrado de estar, também ele, dando ensino ao senhor moço". "As emoções daquele diz — alegres no começo, sombrias no meio, dramáticas no fim da jornada — fixadas numa saudade imorredoura, constituíra o germe do estudo de profundidade a que se atirou o menino do engenho Murta, meio século depois".

A gente volta à infância na velhice. As recordações, as paisagens, a praça, o sino da Matriz. Talvez um apelo inconsciente à renovação impossível. "A vida acaba um pouco todo dia..." Dolores Duran, tão cedo desaparecida, disse certa vez "A vida acaba um pouco todo dia".

Aquela que queria as flores mais lindas que houvesse para enfeitar as noites do seu bem fustigava a solidão (Ah, a solidão vai acabar comigo...) nos versos que compôs para um tema melódico de Antônio Carlos Jobim:

Ah, você está vendo só
Do jeito que eu fiquei
E que tudo ficou...
Uma tristeza tão grande
Nas coisas mais simples
Que você tocou...
A nossa casa, querido,
Já estava acostumada
Guardando você
As flores na janela,
Sorriam, cantavam,

Por causa de você
Olhe, meu bem, nunca mais
Nos deixe, por favor!
Somos a vida e o sonho,
Nós somos o amor...
Entre, meu bem, por favor
Não deixe o mundo mau
Lhe levar outra vez
Me abrace simplesmente,
Não fale, não lembre,
Não chore, meu bem...

Como diriam Vinícius, Drumond, Manoel Bandeira...

Eveline Moine, num trabalho sobre Marcel Proust publicado na revista Europa, número especial comemorativo do centenário do nascimento do escritor francês, contido depois no volume *Marcel Proust: O Homem o Escritor a Obra* diz que: "Desde o século XIX, particularmente desde Baudelaire, uma questão se coloca frequentemente, como alcançar a verdadeira vida. Como, uma vez descontente com a vida aparente, realizar em face dos outros, da sociedade — ou talvez contra ela — seu ser verdadeiro, sua natureza própria, sua dessemelhança?

"Esta questão encontramo-la no centro das preocupações de Proust. Em *A La Recherche Du Temps Perdu,* o Narrador por assim dizer segue um percurso determinado: mais que uma procura, sua vida é o aprendizado de sinais misteriosos que ele encontra no caminho".

Bernardino sentia que se ai extinguindo a vida. Não o isolamento, porque trabalhava e tinha o conforto benfazejo da família. Mas a solidão que a consciência dos homens de pensamento lhes inspira. Pusera em todas as suas obras, o amor pela verdade, o aprofundamento da pesquisa, do estudo, no historiar, no ensinar, no pesquisar, no gemer do canto do carro de bois... e se lhe perguntassem qual a ideia de seus trabalhos, perecia responder como Goethe respondeu a Eckemann, quando este lhe perguntou qual era a ideia principal de Fausto: "Você pensa que uma obra na qual eu pus minha vida pode ser rebaixada à condição de uma simples ideia?".

Às vezes, a solidão cansa e faz esquecer. Como no poema de Cleómenes Campos, Papagaio Falador. O namorado ausente era relembrado diariamente, a moça costurando e repetindo versos de saudade, que o papagaio atento ouvia todos os dias. Ao voltar, o namorado não encontrou mais a namorada que partira para outro amor e apenas o papagaio falando e repetindo no mesmo lugar, a saudade que tanto ouvira:

"Dizei Nossa Senhora,
Quando ele voltará,
Como tenho sofrido,
Se saudade matasse
Eu já tinha morrido."

Bernardino era severo, porém justo.

Havia eu chegado para as provas parciais. Da Piedade, saíramos para o Tororó enquanto se construía o prédio da nova Faculdade.

Entrava na sala nova pela primeira vez, e já estavam os colegas sentados para a prova de Direito Internacional Público. Havia somente algumas carteiras vazias no fundo da sala, onde me sentei. Quando percebeu que mais um aluno havia chegado, virou-se e interpelou-me. "Moço, quem é o senhor?" disse-lhe meu nome e que estava matriculado no curso.

— O Senhor não me frequentou uma só aula e como quer fazer prova da matéria?

Disse-lhe que havia perdido o Pai, era promotor Público em Sergipe e não tinha podido comparecer nos dois primeiros meses; mas me achava habilitado a fazer a prova, pois havia estudado a matéria. Concordou e passou todo o tempo da prova olhando para mim, fiscalizando, na justa presunção de que eu iria me valer de ajuda, lá para as tantas, um colega da frente joga uma bolinha de papel que cai justamente na minha carteira. Só poderia ser uma "cola". Bernardino viu e fixou os olhos em mim. Percebi e já me senti expulso da sala e com um zero. Continuei a escrever sem dar atenção à bolinha ameaçadora à minha frente. Quando o mestre distraiu o olhar, joguei a bolinha para frente, de onde tinha vindo. Ele percebeu que não era para mim. E não era mesmo. Era para o colega ao meu lado, que depois me reclamou porque eu a jogara para longe.

Doutra feita, no fim do ano, alguns alunos não tinhan frequência para a prova final. Fomos ao Diretor. Bernardino ficou irredutível. Era o regulamento e não aceitava explicações. Só o Ministério da Educação poderia atender-nos. Enviamos um Embaixador ao Rio, o colega Pinto de Aguiar, que seria depois Professor, banqueiro e diretor da Eletrobrás.

Nessa ocasião, o Diretor Bernardino virou-se para o Fausto Pereira, grande talento, uma grande inteligência boêmia: Sr. Fausto, que o senhor não tendo freqüência, que mora em Sergipe e teve este ano dificuldade de assistir às aulas pelos motivos que nós sabemos... mas o Sr. morando na Bahia e estudando às custas de seu Pai!

E Fausto, cabeleira revolta, paletó caldo para trás dos ombros: "o que é que o Sr. quer que eu faça, mestre; as aulas aqui começam madrugada, a última é ao meio dia, justamente a hora em que eu me acordo...".

E o mestre riu...

Pedro Calmon chama Bernardino de baiano número um "admirado pelo incomparável dinamismo e superior fidelidade aos deveres". Falava ele a anedota que todos nós encontramos na escola: "Querida, tem razão, que as aulas principiassem às 7 da manhã. Na Congregação, protestou com a sua famosa ironia o professor Castro Rebelo, cujos costumes refinados o classificavam entre os parisienses da Bahia, 7 horas. Compreendo que o diretor preferia a alvorada. Chega à casa cansado, dobra a calça dorme, e ao amanhecer, recomeça diariamente a faina. Mas eu, senhores, deito-me tarde, tarde acordo, e tomo o meu banho com sabonete francês! — o riso amainou a briga. E no dia seguinte passava o doutor refratário à madrugada entre alas alegres de estudantes, que lhe gabavam o bom gosto do sabonete francês".

Não viveu em Sergipe. Quase não vinha ao seu município. Mas nutria pela região e pelos que compunham a família a estima e o devotamento necessário. No discurso que fez no solar da família, no almoço congratulatório de formatura do jovem Benjamin Alves de Carvalho, assim falou: "E como Bernardino radicou-se na Bahia, a família teve outros radicados em Sergipe, co-

mo o Desembargador Otávio de Souza Leite e ainda, e por muitos anos entre nós, e assim o desejamos, o jovem médico de então, o Dr. Benjamin Alves de Carvalho, professor, parlamentar, pecuarista, exemplo de dedicação ao nosso Estado, e que aqui casou-se com a Exma. Sra. Hortência Fonseca de Carvalho, filha do grande médico, Dr. Francisco Fonseca, teve os seus filhos, prole ilustre e honrada e, hoje, os varões foram também servir à Bahia, sem que deixassem Sergipe, pois aqui constituíram suas próprias famílias, além de raízes na terra sergipana.

O Governo da Bahia editou um suplemento especial do Diário Oficial do estado no centenário do nascimento de Bernardino, que começa com a seguinte legenda: "Ao Professor Bernardino José de Souza, um semeador de ideias, um construtor de homens e de catedrais cívicas, neste seu primeiro centenário de nascimento, a Bahia agradecida".

Somente essa homenagem serviria para destacar e marcar a personalidade de Bernardino José de Sousa.

É o Brasil sem limites e sem fronteiras.

Gilberto Amado disse certa vez "As pessoas que estranham a exaltação amorosa com que falo do Brasil e a julgam exagerada em homem tão viajado, que viu tanta coisa grande e bonita, não avaliam a importância psicológica de ter nascido num país sem fronteiras como é o nosso... país em que a gente não tem que esbarrar a cada passo, de todos os lados, com outros países. O nosso não acaba nunca. Nele se pode caminhar sem chegar ao fim. O filho do Brasil leva, por onde vai, a vastidão da paisagem dentro da alma. Nada nos sufoca".

Sergipe hoje, por seus órgãos culturais, rende também homenagem ao Prof. Bernardino José de Sousa, evocando a sua memória no centenário de nascimento.

O Rio Real não separa, antes une mais vez, Sergipe e Bahia.

Pedro Calmon relata:

"Lembro-me que em 1928, encarregado pelo governador Góis Calmon de acompanhar no giro pela cidade o ex-tzar dos Búlgaros Ferdinando de Saxe, irmão do genro de D. Pedro II, o duque de Saxe, levei-o às galerias da Casa, para ver os grandes retratos de Bernardino de Souza. Arremangado e suarento, o professor apresentou ao visitante o que lhe merecia a atenção, e no final, confundindo-o com um contínuo obsequioso, o velho príncipe lhe pôs na mão uma moeda. Bernardino, delicadamente, guardou-a no bolso, agradecendo "para as obras da casa...".

Waldir Freitas de Oliveira:

"Como ele próprio afirma seu livro "fixa o carro de bois no cenário do trabalho brasileiro desde os primeiros dias". E podemos aqui compará-lo a outro trabalho, já famoso no mundo inteiro, publicado apenas cinco anos antes do livro de Bernardino de Souza, no ano de 1955. Trata-se do livro "*L 'Homme et La Charrue à travers Le Monde*", de André G. Haudricout e Mariel Jean-Brunhes Delemare, esta última, filha do grande mestre da Geografia francesa Jean Brunhes. Os autores europeus, trabalhando com todas as facilidades que o universo acadêmico do Velho Mundo lhes propiciou, não ultrapassaram, contudo, em erudição, ao nosso Bernardino, intelectual de província, vivendo num país subdesenvolvido e com poucos recursos postos à sua disposição. O surgimento, pois, desse trabalho, na França, engrandeceu ainda mais a obra do autor brasileiro. Se lá trataram do arado, Bernardino

escolheu como tema o vulgar carro de bois, para coroar toda uma vida dedicada ao esforço de estudar e aprender. Em muitos pontos, especialmente no da documentação através de desenhos, gravuras ou fotografias, o trabalho de Bernardino suplanta o dos autores franceses. Poderemos assim considerá-lo um trabalho de gigante".

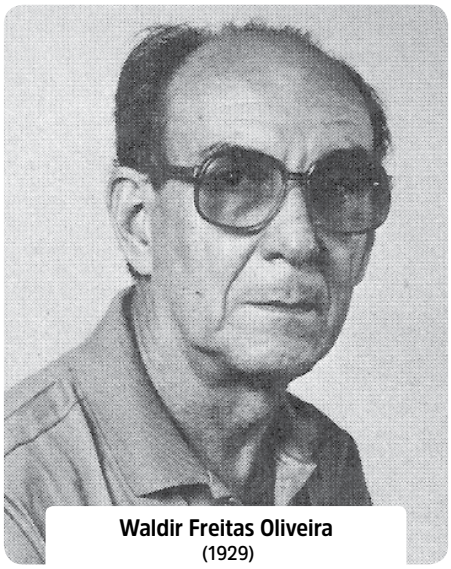
Narra Selene sua filha!

"Não discrepou entre a vida e a obra: não traiu não se contradisse não se desmentiu. Sempre a paixão cívica, o terçar armas em defesa do justo, a retidão que muitas vezes chocava aos que mal o entendiam, confundindo-se à rudeza e à prepotência.

Alguns alunos o desarmaram, definindo-o como intratável, severo, despótico (dizia-se pelos cantos que sua vinda para o Rio fora resultado da magia do Candomblé de Jubiabá, para afastá-lo das provas do então Ginásio da Bahia, de que era examinador). Mas os discípulos que afeto lhe deram porque sensíveis à explosão daquela energia de alma e caráter sabiam que dele sempre vinha o primeiro exemplo. Se lhes exigia devoção ao saber, muito mais demandava de si mesmo: tantas vezes a madrugada encontrou meu pai no silêncio do gabinete de estudos em nossa casa de Salvador, curvado sobre a matéria de aula seguinte, pesquisando, anotando conclusões, preparando-se para o próprio encontro. E isso depois de horas e horas de labor consecutivo, como diretor da Faculdade de Direito, como professor de vários colégios e secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico, função não remunerada mas que lhe impunha constante atividade e devotamento.

A náusea ao conluio, o repúdio à corrupção foram-lhe normas de viver. Muitas ilustrações haveria que enumerar; o espaço exíguo não o permite. Merece citado, entretanto, de notório, o fato acontecido na Câmara de Reajustamento Econômico, no Rio, quando latifundiários de alto gabarito financeiro tentaram subornálo como presidente e como Juiz, oferecendo-lhe o 'presente' de avultado dinheiro... Ele os repeliu energicamente, propôs que se retirassem, ordenou ao contínuo do gabinete os conduzisse à porta de saída".[36]

36 **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju, nº 31, p. 29-37, 196.



Waldir Freitas Oliveira
(1929)

Nasceu em Salvador-BA, no dia 17 de fevereiro de 1929, filho de Arlindo de Oliveira e Angelina Freitas Oliveira. Formado em Direito e Licenciado em Geografia e História pela Universidade Federal da Bahia, especializou-se em Geografia Humana e Econômica pela Universidade de Estrasburgo, na França. Professor Emérito da UFBA, atuou durante onze anos na direção do Centro de Estudos afro-Orientais (CEAO), da mesma instituição, fundando neste mesmo período, a revista Afro-Ásia. Obras: *A importância atual do Atlântico Sul* (1961); *Antonio Lacerda* (1974); *Geografia para o Vestibular* (1975); *A antiguidade tardia e o fim do Império Romano do Ocidente* (1982); *A industrial cidade de Valença* (1985); *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos* (1987), *História de um Banco* (1993) e outros.

BERNARDINO DE SOUZA – O HISTORIADOR

Waldir Freitas Oliveira

Estaremos, dentro em pouco, no próximo Dois de Julho, comemorando o quinquagésimo quinto aniversário da inauguração deste edifício monumental que hoje nos abriga — o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Casa da Bahia, como foi chamada por muito tempo. Falar de Bernardino José de Souza num dos seus salões será relembrar, antes de qualquer outra cousa, que esta foi também a Casa de Bernardino.

Por ele foi ela idealizada e tomada, afinal, com muito esforço, algo concreto. E se hoje aqui estamos, por essas paredes e tetos abrigados, nada disto aconteceria não fosse a vontade indômita desse homem que sabia aliar seus dotes intelectuais à ação prática, que podia conjugar, de modo perfeito, o saber e o agir.

Bernardino de Souza deu esta casa. Recorda-lo não deverá ser, portanto, somente rememorar alguém que prestou à História e à Geografia do Brasil, uma contribuição inestimável, mas também dizer, por pouco que seja do homem ativo que, indo além do pensamento puro, era capaz de transformá-lo em obras de pedra e cal.

Há anos atrás, quando em despretensioso trabalho tentava reconstruir a história do ensino da Geografia na Bahia, senti-me obrigado a dedicar a Bernardino de Souza, parte considerável do mesmo. Impressionou-me tudo o que fizera para o desenvolvimento da ciência geográfica entre nós. Percebi, então, que não se poderia acompanhar a evolução do ensino secundário na Bahia, sem que reconhecesse nesse homem, um dos nomes mais expressivos na luta por uma educação mais moderna e eficiente para o jovem do seu tempo. Aprendi desse modo, a respeitá-lo.

Hoje, no entanto, não me encontro aqui para louvar Bernardino de Souza no seu conjunto homogêneo de intelectual competente e prolixo. Deram-me a incumbência de falar de Bernardino nas suas ligações com a História, situando-o sobre um ponto de sequência, ao lado de outros que muito também fizeram pela História, nesta terra.

Professor de História foi ele, desde o início da sua carreira. Ensinou em vários colégios da nossa cidade. Foi, no entanto, no velho e tradicional Ginásio Carneiro que a sua figura cresceu de modo a transformá-lo, em breve espaço de tempo, num dos mais respeitados e acatados professores de História, na Bahia. Lá começou a ensinar em 1906, dois anos após a sua formatura em Direito, o que conseguira antes de completar 21 anos.

Laços de gratidão e de família o ligariam ao grande mestre da língua portuguesa Ernesto Carneiro Ribeiro, fundador do Ginásio Carneiro. Em primeiro lugar, a amizade fraterna que existia entre o seu pai e o velho mestre. Seu pai o trouxera, ainda menino, de Sergipe, e o entregara aos cuidados do educador. Ernesto Carneiro Ribeiro foi, assim, para Bernardino, o seu segundo pai. Dele havendo merecido, por todo o tempo em que viveu um alto sentimento de estima e respeito. Em segundo lugar, pelo fato de haver realizado os seus estudos primários e secundários, os tão falados preparatórios, naquele estabelecimento de ensino. Finalmente, por se haver casado, anos após, com a filha dileta do seu Diretor, D. Olívia Carneiro.

Já famoso pela sua atuação naquele Ginásio, Bernardino de Souza iria confirmar o seu prestigio como Professor de História, no antigo Ginásio da Bahia, para onde foi nomeado, em 1915, Catedrático de História Universal. Participando, então, de uma Congregação repleta de grandes nomes, ao lado de Aureliano Tosta, Pirajá da Silva, Gelásio de Abreu Farias, José Martins Rosas, Robespierra de Farias e outros mais. Substituiria na regência da Cátedra que lhe destinaram a Braz do Amaral.

Já aliara, antes dessa época, à sua vocação para o magistério, a de escritor. Preparara para o I Congresso Brasileiro de Geografia,

realizado no Rio de Janeiro, em 1909, uma memória sob o título de Nomenclatura Geográfica Peculiar ao Brasil, trabalho esse, várias vezes ampliadas e revisto, com uma segunda edição em 1917, uma terceira, em 1927, e que se tornaria, sob um novo título — *Dicionário da Terra e Gente do Brasil* —, já na sua quarta edição, em 1939, uma das suas mais importantes obras.

Em 1913 publicara *Por mares e terras*, prefaciado por Teodoro Sampaio, seu amigo incondicional. Mas só muitos anos depois voltaria a produzir trabalho de fôlego, já em 1938, quando apresentaria ao 3º congresso de História, *O Pau Brasil na História Nacional*, publicado um ano após, no sul do país. Ali ele se fixara, nomeado que fora, em 1934, membro da Câmara de Reajustamento Econômico, com sede na Capital Federal, e posteriormente, em 1937, para o cargo de Ministro do tribunal de Contas Federal.

Semente após a sua morte, ocorrida em janeiro de 1949, foi editada a obra à qual dedicou o seu maior esforço — *O Ciclo do Carro de Bois no Brasil*, publicada em 1958.

Torna-se difícil separar, ao analisar sua extraordinária figura, o historiador do geógrafo, do jurista, do político ou do professor. Todas essas facetas se fundiam, de modo perfeito, na sua personalidade marcante. Destacar uma apenas dentre tantas, será, por certo, desfigura-lo. Longe de nós, portanto, a pretensão de encará-lo sob todos os ângulos possíveis para vê-lo, neste instante, somente como historiador.

Comecemos, então, pelo seu dicionário. Dele disse, com rara oportunidade, Afrânio Peixoto, que o prefaciou — "Neste, de geografia vai uma grande história". E o considera, logo após, como "um livro excepcional, dicionário preciso que se lê, página a página com prazer de conhecimento e desenfado de variedade". Concluindo, a seguir, por afirmar ser ele "um compêndio de estudos brasileiros, uma revista de brasilidade".

Consultá-lo constitui, ainda hoje, obrigação de todos os que se dispuserem ao estudo, não só da Geografia como da História do Brasil. Pois não se limitou o autor à terra, na condição de geó-

grafo. Foi além, até o campo da História, pois era, sem qualquer dúvida, tão bom conhecedor da História como da Geografia.

Não tive o mérito de conhecê-lo,pessoalmente, como muitos que estão, agora, a ouvir-me. Dele diriam, certamente, tais pessoas, melhor que eu sobre Bernardino de Souza, uma vez que como ele conviveram, trocaram ideias e o ouviram. Somente poderei julgá-lo pelo que escreveu e pelos seus atos comprovados por uma farta documentação. O que me permite enxergá-lo, ao longe, mesmo abrigado sob a cortina do tempo.

Confesso, então, que o seu *Dicionário* me encanta. Se muito o consultei, no passado, ainda muito o consulto. Tal a seriedade e a profusão de informes que me pode sempre oferecer. E foi através da leitura atenta dos seus verbetes que pude avaliar, com acerto, a cultura enciclopédica de quem os redigiu, valendo-se das mais diversas fontes escritas e numerosas informações de cunho pessoal, colhidas de modo paciente e incessante. Não espanta, pois, que de uma edição para outra, houvesse o livro crescido, e se ainda vivesse Bernardino, estaria agora, certamente, mais uma vez a ampliá-lo, pois num homem como foi jamais se esgotaria a sede de saber e a disposição de transmitir a todos, tudo o que pudesse, afinal, conhecer.

Nesse *Dicionário* se misturam noções geográficas e históricas, informações sobre os termos regionais usados para designar acidentes ou fatos, esclarecimentos referentes a acontecimentos que marcaram a evolução histórica e cultura do Brasil. Ao lado de definições precisas, apoiadas em textos os mais diversos, do que sejam albardão, esteiro ou gruna, expressões relacionadas com a paisagem física, ou capiau, gororoba ou grapiúna, referentes à origem ou ao modo de ser de indivíduos, ou ainda citações exatas sobre a grilagem e suas formas variadas, os guabirus de Pernambuco do Século XIX, mascates e cabanos.

Estamos, sem dúvida, frente a uma obra grandiosa, que permite a quem queira ou possua a mesma envergadura do seu autor, amplia-la sem rumos definidos, numa tarefa que nunca chegará

ao fim. Bernardino de Souza bem sabia dessa possibilidade. Pois confessa, em advertência preliminar anexada ao livro, que o campo de investigação que explorava era muito mais vasto do que à primeira vista podia se supor, fazendo questão de realçar o fato de a sua importância dever ser medida através de um quádruplo interesse — o didático, o linguístico, o social e o patriótico. Procurou, contudo, não vinculá-la aos limites de qualquer das ciências tradicionais, fosse à geografia, à história, à sociologia, à linguística, ou à história natural.

Em 1912, em sessão solene realizada neste Instituto Geográfico e Histórico, pronunciou conferência laudatória à figura do Barão do Rio Branco. Relendo-a agora, não se sabe quem por ele falou. Já que eram tantos num só, num único Bernardino. Por vezes se tem a impressão nítida de que fala o geógrafo, por outras, o historiador, ou ainda, o político ou o professor de Direito Internacional, disciplina por ele ensinada na Faculdade de Direito, desde 1915. Compreende-se, no entanto, o seu entusiasmo nessa conferência. Em depoimento pessoal feito a Adalício Nogueira, Bernardino de Souza confessaria que o Barão do Rio Branco seria o seu ídolo, "se houvesse um ídolo humano".

Ao afastar-se dessa terra que o acolheu e dele recebeu em troca tantas dádivas, realçou-se nele a vocação de historiador. Não mais transitaria, a partir de então, sobre outros rumos que não o da História. Iniciava uma nova etapa na sua extensa jornada pelo campo das ciências humanas, com a análise profunda do papel desempenhado pela extração do pau-brasil na nossa História. Poder-se-á dizer desse seu trabalho ser uma obra pura de geografia humana. Melhor considerá-lo, em minha opinião, um trabalho histórico. De tal maneira encarou e comentou os fatos ligados a tal tipo de economia de extração. Desfez, então, o mito da importância do processo restrito aos fatos ocorridos durante o Século XVI. Estendeu sua pesquisa até os fins do Século XIX, concorrendo, desse modo, para anular o falso esquema de uma história brasileira compartimentada em ciclos econômicos, a se su-

cederem, em sequência rígida. Lá está o pau-brasil, no seu livro, persistindo, do ponto de vista econômico, ao lado da cana-de-açúcar, sem haver sido por ela excluído da participação na nossa evolução, possuindo, apenas, menor importância que em outras épocas. Justas foram, portanto, as palavras com as quais se referiu à obra, Oliveira Viana, quando afirmou ser aquele trabalho "um perfeito modelo no seu gênero". Acrescentando ainda que "não se podia versar o assunto, extremamente especializado e aparentemente árido, com maior largueza de visão histórica, nem maior profundeza e riqueza de erudição".

Vejamos, finalmente, sua obra máxima — "*O ciclo do carro de bois no Brasil*". Ao lê-lo ou consultá-lo, cresce ainda mais, frente aos nossos olhos, a figura de Bernardino de Sousa. Eis aqui o mais original trabalho já feito por um historiador no Brasil. Com base num material de coleta múltiplo e variado, pacientemente coletado por anos a fio, abriu para os seus leitores novos e amplos horizontes suscetíveis de serem explorados. Realizando algo que o tornou, sem favores, merecedor de títulos que ultrapassam o de um simples historiador. Pois o que ali encontramos vai muito além do que poderíamos designar como conhecimento histórico. A este se somam sólidos conhecimentos de arqueologia, sociologia e antropologia cultural.

Valeu-se Bernardino para escrevê-lo, não somente de informações teóricas recolhidas aqui e ali, na literatura histórica e etnográfica nacional e estrangeira. Rebuscando na memória as lembranças deixadas para trás, na fazenda do pai, no sertão de Sergipe, colecionando miniaturas que solicitava por cartas aos amigos e conhecidos, de carros de boi, provindas de todos os pontos onde encontrasse alguém disposto a ajudá-lo, obteve ele sua farta documentação. O material lhe chegava da Bahia, Sergipe, Alagoas, Minas, Estado do Rio e São Paulo. Imprimiu, a seguir, um questionário e experiência da vida nas fazendas do interior do país. Com as respostas obtidas, começou, então, a organizar seu esquema de trabalho. E só depois disso passou a redigí-lo.

Uma vez ultimada a redação, lançou-se, de modo incansável, a recolher em revistas e livros antigos, em velhos documentos, as ilustrações que deveriam fundamentar suas afirmativas. Chegando a dispor de mais de um milhar dessas ilustrações. Durante quatro longos anos, a partir daí, não descansou um só instante na organização do livro. Não conseguiu, contudo, vê-lo editado. Seria aquela obra, segundo os editores da época, de pouco interesse para o grande público. E desse modo, os seus originais estiveram guardados nas gavetas da sua escrivaninha no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, até o ano de 1958, quando, finalmente, foi o livro editado. Dez anos após o seu falecimento.

O Ciclo do Carro de Bois no Brasil é, sem dúvida, uma obra de exceção nos quadros da literatura nacional. Não sei de outro, que com mais detalhes e precisão documental trate de cousa tão simples e vulgar — o carro de bois. Por que se preocuparia Bernardino com ele? O próprio autor nos responde, nas primeiras páginas do texto, ao transcrever, na íntegra, a carta que sua filha Maria Berenice endereçou a um amigo da Bahia, solicitando-lhe informações. Eis o trecho transcrito:

> "O seu mestre anda atarefado com o livro a respeito do carro de bois. Dias há em que mal o vejo. Absorvido nos seus capítulos, pesquisando quanta cousa interessante existe, escrevendo ou respondendo cartas, esboçando novos trechos, vive na tarefa abnegada de buscar, na passada dos séculos, o humilde carro de bois e com ele percorrer as etapas por que atravessou o Brasil. Acompanha-o, passo a passo, revivendo lendas, usos, costumes, descrevendo-lhe os contornos, elevando-o do nível das nossas lembranças mais queridas. Nada mais, nada menos do que a vontade de voltar. O meu velho engana desse modo, a sua nostalgia, a saudade de sua meninice, transportando para o papel, hora por hora, instante por instante, o velho carro típico

> do seu sertão longínquo. E ao descrevê-lo, através do tempo, erguem-se no seu coração recordações inapagáveis indissoluvelmente ligadas à paisagem sertaneja. Nelas se refugia, numa ânsia incontida de tudo anular, num esforça sobre-humano de fazer ressurgir, novamente, com intensidade, nessa quadra da vida, a sua infância, agora tão reduzida e distante".

Estamos, agora, frente ao Bernardino romântico e sentimental. Aceitando a explicação da filha e a transcrevendo em seu livro, lhe garante foros de autenticidade. Mas nem por isso, por essa busca ansiosa por um passado perdido, realizou obra piegas ou saudosista, cheia de floreios ou linguagem rebuscada. Muito ao contrário, o texto é seco e de ciência pura. Não se perde em jogos de palavras ou em artifícios, comuns aos narradores de pouca consistência em seu conteúdo. *O Ciclo do Carro de Bois no Brasil* é um livro sólido e enxuto. Escrito sem concessões aos apenas interessados, por diletantismo, por assuntos históricos ou etnográficos, aos simples amadores, pois que destinado, deliberadamente, aos historiadores autênticos, cientes e compenetrados do valor da ciência à qual se dedicam.

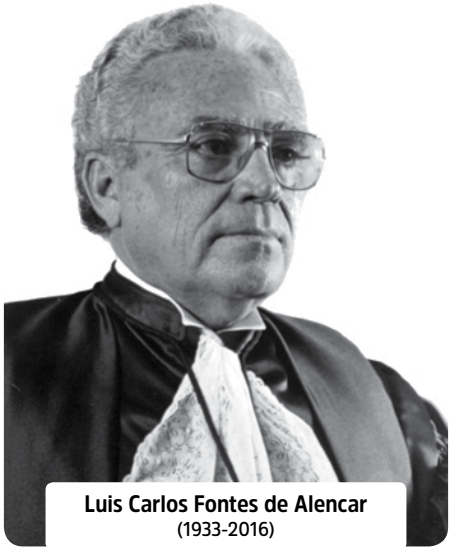
Como ele próprio afirma seu livro "fixa o carro de bois no cenário do trabalho brasileiro desde os primeiros dias". E podemos aqui compará-lo a um outro trabalho, já famoso no mundo inteiro, publicado apenas cinco anos antes do livro de Bernardino de Souza, no ano de 1955. Trata-se do livro "*L'Homme et la Charrue à travers lê Monde*", de André G. Haudricourt e Mariel Jean-Brunhes Delemare, esta última, filha do grande mestre da Geografia francesa, Jean Brunhes. Os autores europeus, trabalhando com todas as facilidades que o universo acadêmico do Velho Mundo lhes propiciou, não ultrapassaram, contudo, em erudição, ao nosso Bernardino, intelectual de província, vivendo num país subdesenvolvido e com poucos recursos postos à sua disposição. O surgimento, pois, desse trabalho, na França,

engrandece ainda mais a obra do autor brasileiro. Se lá trataram do arado, Bernardino escolheu como tema o vulgar carro de bois, para coroar toda uma vida dedicada ao esforço de estudar e aprender. Em muitos pontos, especialmente no da documentação, através de desenhos, gravuras ou fotografias, o trabalho de Bernardino suplanta o dos autores franceses. Poderemos assim considerá-lo um trabalho de gigante.

Penso que pouco haverá a acrescentar acerca de Bernardino de Souza, o historiador. Lembrar o seu "*Heroínas Baianas*" chega a tornar-se desnecessário, tão elementar é esse seu escrito, redigido, talvez, em horas de lazer, para preencher um tempo que estava a lhe sobrar.

Excluí, intencionalmente, de qualquer tipo de apreciação a sua obra de caráter geográfico. Bem como não tratei aqui, do papel que exerceu como político durante um período conturbado da História da Bahia, ao tempo da Interventoria Artur Neiva nem me referi à sua atuação à frente da faculdade de Direito, nem ao Bernardino responsável direto pela construção do novo prédio onde passou a funcionar aquela Escola, a partir de 1931. Espero, então, que aqueles que o conheceram melhor que eu, que apenas o vejo à distância, possam contribuir para uma melhor visão deste historiador emérito, com nome firmado, de modo indelével, mas páginas da História do Brasil.[37]

37 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº87, p. 169-174, 1978.



Luis Carlos Fontes de Alencar
(1933-2016)

Nasceu em 31 de dezembro de 1933 no município de Estância-SE, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1958), doutorando-se na mesma instituição em (1959-1960). Foi juiz de direito em Sergipe, desembargador e professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e ministro aposentado do STJ. Fontes de Alencar pertence a várias instituições culturais, entre elas à Academia Brasiliense de Letras Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Obras: Tem vários trabalhos publicados em revistas especializadas em Direito. Faleceu no Rio de Janeiro.

O PAU-BRASIL NA HISTÓRIA NACIONAL

Luiz Carlos Fontes de Alencar[38]

SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-Brasil na história nacional*. São Paulo: companhia Editora Nacional, 1939, 267 p. il. (Brasiliana: v. 162). Edição facsimilar pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, em Comemoração aos 500 anos do Desenvolvimento do Brasil. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1999.

O professor Bernardino José de Souza é uma figura extraordinária da vida cultural brasileira, professor de Direito, historiador, um trabalhador incansável; na sua vasta bibliografia está *O pau-brasil na história nacional*.

Quando realizamos o Seminário de Direito Ambiental, há algum tempo, ressaltava a importância desse trabalho para o conhecimento dos ambientalistas. Trabalho esgotado, publicado há sessenta anos e que realmente faz falta aos ambientalistas brasileiros. Tentamos publicá-lo, republicá-lo, reeditá-lo por meio de algumas entidades que por empeços burocráticos não puderam fazê-lo:

Mas o Centro de Estudos Judiciários empenhou-se em recuperar essa obra extraordinária e, contando com o apoio do Presidente do Conselho da Justiça Federal, aí está *O pau-brasil na história nacional*. O que de importante tem esse trabalho para a vida dos intelectuais ambientalistas brasileiros? Nunca será louvado de forma exaustiva. Posso falar-lhes da sua atualidade em um trabalho recente do Professor Eduardo Bueno sobre o descobrimento do Brasil, best-seller lançado no final do ano passado.

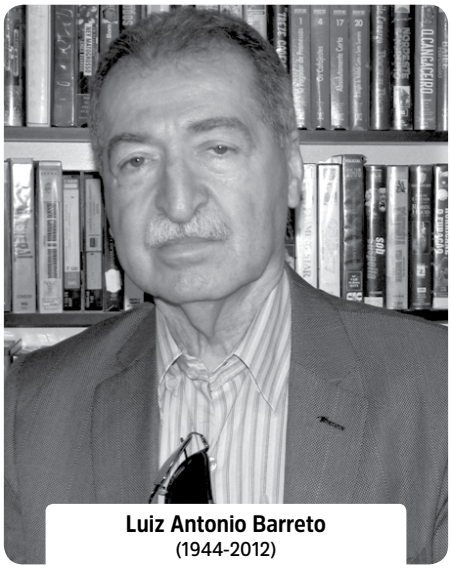
38 Ministro do Superior Tribunal de Justiça, tendo sido Coordenador-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários no biênio 1997/1999.

Lá existe uma informação importante e singular que ele colheu no livro de Bernardino de Souza, não ocultando a fonte. Ali, ele colheu um dado adequado aos estudos feitos aqui. Dizia Bernardino no seu trabalho: "Quando o português aqui chegou, o índio gastava "x" horas com o seu machado de pedra para corta um pau-brasil. Com a chegada dos portugueses que entregaram ao índio o machado de ferro, este passou a cortar o pau-brasil em quinze minutos. É uma transferência de tecnologia em benefício do detentor dessa tecnologia. Puderam então, os portugueses, levar de forma mais rápida o pau-brasil. Algo parecido com muita coisa que acontece em nossos dias. A vantagem é para o detentor da tecnologia, não para o possuidor da riqueza. O pau-brasil foi embora, ficaram os índios com o seu machadinho de ferro". Mas não basta esta informação para qualificar o livro do Professor Bernardino José de Souza. Ao tempo em que esse trabalho foi apresentado no Congresso de Geografia do Rio de Janeiro, há sessenta anos, estava em evidência o trabalho de Roberto Simonsen, dividindo a história econômica do Brasil em ciclos. O primeiro deles, o ciclo do pau-brasil, teria se exaurido no primeiro momento da posse da terra pelos portugueses. Bernardino de Souza mostrou nesse trabalho que não houve aquela exaustão do ciclo do pau-brasil, porque sua última exportação ocorrera em 1875. Então o ciclo do pau-brasil vem desde o momento do descobrimento até 1875, quando se teve o último registro de sua exportação. Esse pau-brasil ia para a Europa como garantia dos empréstimos externos. Há poucos dias, fazendo uma pesquisa, deparei-me com a lei orçamentária de 1831 — está na coleção de leis do Brasil — e, no orçamento para aquele ano, há essa pérola. Fica autorizado o corte do pau-brasil tantos quintais de pau-brasil para pagamento da dívida externa brasileira, está na lei orçamentária de 1831, confirmando o trabalho elaborado pelo Professor Bernardino José de Souza. Mas há algo notável ainda. É que, entre os examinadores da tese do Professor Bernardino de Souza, estava Roberto Simonsen o autor da divisão em ciclos econômicos da história do

Brasil. E Roberto Simonsen apoiou, aprovou, aplaudiu o trabalho do Professor Bernardino José de Souza. Eis as razões por que entendi e continuo entendendo que é uma obra fundamental para ambientalistas brasileiros. Mas, como reeditar? Conseguimos que os detentores dos direitos autorais, Dra. Elizabete de Souza e seu irmão, Bernardino José de Souza Neto, fizessem cessão desse trabalho para uma edição fora de comércio. A Companhia Editora Nacional, detentora da forma da coleção, brasiliana, também autorizou a publicação fac-similar desse trabalho.

Temos de registrar os agradecimentos do Centro de Estudos Judiciários a Companhia Editora Nacional, a Dra. Elizabete de Souza e a seu irmão, Bernardino José de Souza Neto, ao Professor Arnaldo Niskier, porque foi o contato com a Companhia Editora Nacional, ao Professor e Juiz Carlos Mathias de Souza, porque examinou o aspecto dos direitos autorais, de tudo resultando a vitória da reedição fac-similar, fora de comércio, do *O pau-brasil na história nacional*, de autoria de Bernardino José de Souza.[39]

39 **O Pau Brasil na História Nacional**, Bernardino José de Souza. Edição facsimilar, do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, 1999.



Luiz Antonio Barreto
(1944-2012)

Nasceu em 10 de fevereiro de 1944 em Lagarto-SE na terra de grandes vultos da cultura sergipana, a exemplo de Silvo Romero, Laudelino Freire, Enoch M. Santiago, Abelardo Romero e outros era filho de João Muniz Barreto e de dona Josefa Alves Barreto. Cursou a Faculdade de Direito de Sergipe (1965 a 1967), abandonando o curso para dedicar-se a pesquisa e ao jornalismo. Sua vida foi voltada para o resgate da memória dos sergipanos. Era membro de inúmeras instituições culturais, algumas como a Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Luiz Antonio Barreto exerceu vários cargos públicos como Secretário de Educação do Estado de Sergipe. Faleceu a 17 de abril de 2012, em Aracaju. Obras: *Monólogo* (1964); *Poemas* (1966); T*obias Barreto, ensaio e crítica* (1969); *Antologia da Trova Popular* (1969); *A Bíblia na Literatura de Cordel* (1971); *São Gonçalo em Sergipe: um ligeiro registro* (1976); *Tobias Barreto e a crítica* (1989); *Graccho Cardoso – vida e política* (2003); *Dicionário de nomes e denominações de Aracaju* (2003); *Personalidades Sergipanas* (2007), entre outros.

UM SERGIPANO DESCONHECIDO EM SERGIPE

Luiz Antonio Barreto

A grandeza intelectual de Sergipe não pode ser medida apenas por uma ou duas dezenas de vultos ilustres, de biografias aplaudidas, que viveram na segunda metade do século XIX. Tobias Barreto, Silvio Romero, Fausto Cardoso, Gumercindo Bessa, João Ribeiro, Manoel Bonfim, Justiniano de Melo e Silva, Felisbelo Freire, Maximino Maciel, Laudelino Freire, Jackson de Figueiredo, Samuel de Oliveira, Bitencourt Sampaio, Gilberto Amado e seus irmãos, Aníbal Freire, Moreira Guimarães, Visconde de Maracaju, não estão sozinhos na galeria da cultura sergipana. Outros, e muitos outros autores tomaram o mesmo caminho da geração anterior e também colocaram seus nomes em destaque, mantendo a tradição que distingue a terra pela inteligência.

Bernardino José de Souza é um desses sergipanos que Sergipe não conhece, apesar dos seus méritos, tão valiosos quantos aqueles que modelaram o seu espírito. Nascido na Fazenda e Engenho Murta, de propriedade do seu pai, Otávio de Souza Leite, então município de Vila Cristina, hoje Cristinápolis, em 1884, embora Armindo Guaraná registre a data de 8 de fevereiro de 1885, estudou na Bahia, a partir de 1896, inicialmente como interno no Colégio Carneiro Ribeiro, cursou a Faculdade Livre de Direito, bacharelando-se em 1904, pronunciando o Discurso como orador da turma. Foi professor secundário, de Geografia e de História, produzindo farto material que circulou nas escolas baianas e de outros Estados brasileiros, destacando-se *Limites do Brasil* (1911), *Corografia do Piauí* (1912, publicado em Parnaíba), *Por Mares e terras* (1913), *A Ciência Geográfica* (1913), *O Município de Abadia* (1922), *A Bahia*, conferência a respeito das condições geográficas da Bahia, pronunciada em Minas Gerais e em São Paulo (1928), além de outros. Na sua vasta e diversificada obra

dois títulos ganharam relevo: *O Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, que apareceu pela primeira vez em 1910, sob o título de *Nomenclatura Geográfica Peculiar do Brasil*, reeditado em 1917, e que, 10 anos depois, em 1927, aparecia com o título de *Onomástica Geral da Geografia Brasileira*; e *O Ciclo do Carro de Boi no Brasil*, este póstumo, editado em 1958.

Bernardino José de Souza ingressou no magistério superior, na Faculdade de Direito, tornando-se um dos mais queridos e respeitados mestres, com brilhante carreira, assumindo a Direção da Faculdade e contribuindo para a construção do prédio próprio. Também liderou a campanha para a construção do edifício do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, onde exerceu a função de Secretário Perpétuo. Foi, por algum tempo, Secretário de Estado, na Bahia, Deputado Estadual e, depois, integrou o Tribunal de Contas, como Ministro, em 1937, mudando-se para o Rio de Janeiro, onde morreu em 11 de janeiro de 1949.

A biografia de Bernardino José de Souza encerra uma experiência política, administrativa e intelectual que foi reconhecida pela crítica contemporânea e pela posteridade. Seus esforços como professor e como escritor, refletidos nas *Memórias* que apresentou nos Congressos de Geografia e de História, e nos livros que publicou dão a ele uma dimensão nacional, mesmo quando a temática esteja restrita a Bahia. O nome de Bernardino José de Souza elevou-se ao reconhecimento dos seus alunos da Faculdade de Direito, aos seus companheiros associados do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, como um modelo ainda hoje válido e a ser seguido.

Mesmo tendo deixado muito cedo a terra sergipana, aos 12 anos, Bernardino José de Souza conservou todas as lembranças do engenho Murta, e foi com essa memória que escreveu, lentamente, *O Ciclo do Carro de Boi no Brasil*, obra clássica, publicada como parte da comemoração dos 30 anos da fundação da Companhia Editora Nacional, como o volume 15 da Coleção Brasiliana, grande formato. Sobre ele diz Anísio Teixeira:

> "A indomável energia de Bernardino de Souza conseguiu emoldurar um vasto painel, cheio de variantes

> no tempo e no espaço e transformá-lo em obra monumental de arte e de pensamento a um só tempo; inspiração para o artista e instrumento de trabalho para o cientista social.
>
> Os últimos anos de vida de Bernardino foram consumidos neste estudo germânico pela profundidade, e bem brasileiro nas claridades que projeta sobre aspectos da vida rural".

Para escrever o seu grande livro, Bernardino José de Souza recorreu a vários colaboradores, em diversos Estados, incluindo de Sergipe as seguintes pessoas: Antonio Leão Viana, de Aquidabã, Benjamim Alves de Carvalho, de Aracaju e da sua família, Émerson Batista de Souza, de Itabaianinha, Epifânio Dória, de Aracaju, Euclides Azevedo, de Estância, Francisco Rosa, de Japaratuba, Gonçalo Rollemberg do Prado, de Maroim, Horácio Dantas de Gois, de Riachão, Joaquim Gomes de Almeida, de Porto da Folha, Joel Macieira Aguiar, de Capela, José Alves de Rezende, de Canhoba, José Barreto Souza, de Nossa Senhora das Dores, José Calasans, de Aracaju, José Joviniano dos Santos, de Tobias Barreto, José Melo de Menezes, de Cotinguiba (hoje Nossa Senhora do Socorro), José Sales de Campos, de Neópolis, Josias Passos, de Ribeirópolis, Manoel Emílio de Carvalho, de Lagarto, Manoel Messias da Rocha, de Campo do Brito, Marcos Ferreira de Jesus, de Simão Dias, Martinho Dias Guimarães, de Propriá, Miguel Leitão, de Darcilena, (hoje Cedro de São João), Nelson Resende de Albuquerque, de Gararu, Otacílio Vieira de Melo, de Rosário do Catete, Pedro Simões Freire, de Boquim, Tasso Garcez Sobral, de Riachuelo, Ulisses Alves de Oliveira, de Nossa Senhora da Glória, e Vilobaldo de Araújo Gois, de Indiaroba.

Com obra de tanta importância para o estudo do Brasil, como o *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil e o Ciclo do Carro de Bois no Brasil*, Bernardino José de Souza deixou um nome entre os grandes de Sergipe. Esquecido ou desconhecido dos seus conterrâneos, ou lembrado, algumas vezes, pela presença de sua filha, a poetisa e declamadora Seleneh de Medeiros, em recitais em Aracaju.[40]

---

40 www.infonet.com.br – Pesquise Pesquisa de Sergipe/InfoNet. Aracaju, (18 de fevereiro, 2004).

Consuelo Pondé de Senna
(1934-2015)

Nasceu em Salvador-BA, no dia 19 de janeiro de 1934, filha do médico Edistio Pondé e Maria Cândida Montanha Pondé, casou-se com o neurologista Plínio Garcez de Sena e teve quatro filhos. Diplomada em Geografia e História em 1956, tendo como paraninfo seu mestre José Wanderley de Araújo Pinho. Como estudante trabalhou em pesquisa com os renomados professores: Thales de Azevedo, Carlos Ott e José Valadares. Atraída pela língua tupi, incentivada pelo professor Frederico Edelweis dedicou-se ao estudo dessa língua, tornando-se posteriormente sucessora do referido incentivador e mestre, assumiu a docência do Tupi de 1963 até 1993 na Universidade Federal da Bahia. Obas: *Portugueses e Africanos em Inhambupe* (1977); *Introdução ao Estudo de uma comunidade do Agreste baiano* (1983); *A imprensa reacionária na independência* (1983); *Os Dantas de Itapicuru* (1987); *Juazeiro – Trajetória Histórica* (1992); *A Hidranja Azul e o cravo vermelho* (2002); *Bernardino de Souza – Vida e Obra* (org.), 2010. Faleceu em Salvador, 2015.

BERNARDINO DE SOUZA, O PROFESSOR

Consuelo Pondé de Sena

Não conheci pessoalmente Bernardino de Souza.

Mas, desde cedo, escutei meu pai falar sobre aquele notável professor cujas aulas memoráveis impressionavam a todos seus alunos. E cuja estatura moral constituía uma honra para o magistério que tão bem encarnava.

Dele, alguns discípulos acercavam-se mais de perto. Assim, por exemplo, aconteceu com Adalício Nogueira, certamente o seu aluno mais querido.

Por causa dele, impressionado com a sua grandeza moral intelectual, meu pai, Edístio Pondé, também seu aluno, foi atraído para o Instituto Geográfico e Histórico, onde, inclusive, atuou por algum tempo como Tesoureiro.

Sei de muitos estudantes que o temiam. Outros tantos o respeitavam, valendo assinalar alguns depoimentos que dizem da admiração dos discípulos pelo vigoroso Mestre.

Sobre ele, há pouco tempo, referiu-se com simpatia o extraordinário Almerindo dos Santos Silva, dizendo-me também de quanto o respeitava e reverenciava seus inegáveis méritos de professor e homem público.

Vem a propósito, neste instante, a transcrição literal do relato que a mim fez sua filha Selene sobre um fato, certamente, desconhecido na Bahia. Ei-lo textualmente:

> "Certo dia, Bernardino de Souza foi à Câmara dos Deputados, tratar de um assunto de Tribunal de Contos da União. Carlos Marighella era então Deputado

> Federal. Quando viu entrar o seu mestre, Marighella pediu a palavra e disse: — Peço que todos se levantem. Acaba de chegar ao recinto um homem digno.
> E todos os deputados se levantaram".

Marighella, irreverente e talentoso, fora seu aluno no então Ginásio da Bahia. Respeitava-o, porém, pois a todos os discentes impressionava o saber e a autoridade daquele admirável varão, seu incandescente verbo e sua incontestável autoridade moral.

Permito-me, assim, dando curso a esta narrativa, relatar outro episódio relacionado com a atividade docente de Bernardino de Souza. Valho-me, agora, do testemunho de outro seu ex-aluno, o pranteado Mestre de Direito, Décio dos Santos Seabra.

Escrevendo nos anais do Cinquentenário da Faculdade de Direito da Bahia, em 1941, Seabra conta um curioso episódio estudantil, referindo-se a Francisco Prisco de Souza Paraíso, o inesquecível Dr. Chiquinho, tendo como protagonista principal o rigoroso e eficiente diretor daquela Instituição de Ensino Superior:

> "O simpático acadêmico, que a outros predicados reunia o de 'filho de Prisco', foi pagar a taxa de exame ao diretor, que fazia vez de tesoureiro, no seu dinamismo multiforme. Levou uma pele de quinhentos. Era o último dia. O mesmo Bernardino de Souza, em mangas de camisa, afobado e nervoso, desandou num daqueles barulhos que fazia tremer céus e terra. Bradou que a Faculdade não era '*guichet*' de Circular para estar trocando cédulas, que o estudante tinha o dever de trazer o dinheiro exato para o pagamento da taxa. E acabou dizendo que não recebia; se quisesse fosse trocar o dinheiro.
> Nosso 'Chico' não tugiu nem mugiu. Saiu e combinou com os seus inseparáveis colegas Arnaldo Novis,

> o nosso saudoso amigo irmão, já falecido, e Orlando Gomes, atual Professor da Faculdade, trocar em miúdo o dinheiro da matrícula dos três. Não houve venda ou armazém em Nazaré em que não entrassem pedindo troco. Assim, depois de um trabalho penoso, conseguem os cento e vinte mil réis da taxa de cada um, em pratas de dez tostões, e voltam triunfantes. Entra um de cada vez a entregar o dinheiro ao mestre, contando mil réis. Ao primeiro dos três, sorriu Bernardino, perguntando se era dinheiro ganho no jogo de bicho. Ao segundo, o sorriso saiu amarelo, fechando a cara em seguida. E que aquilo não era quitanda, mas recebeu. A turma gozou, e a desforra do 'Chico' estava tirada".

De outro seu discípulo Osvaldo Deway de Souza, bacharel em Direito e Doutor em Medicina, é o seguinte relato extraído do seu ultimo livro "*Umbria Crepuscular*", precisamente do capítulo reencontro com Valença:

> "Ocorreu em 1928 a minha segunda pequena estada em Valença.
> Viajávamos seis colegas estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, reunidos em Bandeira Acadêmica. Vale dizer do episódio desta campanha, para notícia dos que não sabem dela e para lembrança dos que a aplaudiram e contribuíram para o objetivo a que ele servia.
> Era, na época, Diretor da Faculdade da Faculdade de Direito, a figura singular de Bernardino de Sousa, ou por extenso, Bernardino José de Sousa. Nascido em Sergipe e sempre baiano de corpo e alma, criou-se na Bahia, estudou, trabalhou, cursou e se tornou pai de venturosa e amada prole. Homem de

honra. Homem de trabalho. Temperamental, às vezes explosivo, mas entusiasta sempre e, de coração, ouro fino. Responsável e boníssimo. Trabalhava infatigável, sem parada. Exigente, e até severo, mas, primeiro consigo mesmo, e somente a seguir, com os demais. Verdadeiramente um homem de ação. Extraordinário didata, conceituadíssimo mestre, muito erudito, principalmente no setor da história e da geografia. Como professor de Direito, foi realmente emérito. Conquanto algo tendente à linha dura, dominava a arte de saber lidar com os estudantes e sempre sabia contagiar entusiasmo e contagiar mocidade aos moços.

Com aplicação de formiga, tenaz, e com esforço indescoroçoavel e a golpe de vitoriosa audácia, construiu a Casa da Bahia, um monumento vivo, sede que persiste sólida, indestrutível, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Este como palácio, construído principalmente mercê e donativos particulares, vale bem um marco assinalando a presença de uma personalidade de exceção. Foi Bernardino, obviamente até à morte, Secretário perpétuo do Instituto.

Casou com prenda de culta, virtuosa e digna Senhora, filha de um como 'Homem de Plutarco' — Ernesto Carneiro Ribeiro, insigne mestre do seu insigne discípulo Rui Barbosa —, com o qual viria a polemizar, em diálogo de gigantes, quanto a questões de vernáculo, de que eram ambos conhecedores imbatíveis.

Seus filhos Sindôro, engenheiro, fixou-se no sul do país; Berenice, talento e graça, exímia pianista, tal qual o era a sua venerada genitora, serviu no Ministério da Educação e na ONU, já falecida; Selenêh é poetiza de alta categoria e consagrada autora."

Faleceu como Ministro do Tribunal de Contas da União. Na Bahia, não construiu apenas família, tradição e sede do Instituto. Através de coleta pública, também conseguiu erigir, na Lapinha, a casa dos "caboclos", de cuja conservação cuidava, assim como cuidava da conservação das históricas figuras dos mesmos e aos quais, à véspera do desfile do 2 de julho, ia tornar, pessoalmente, em companhia da família.

Construiu, afinal, com os estudantes de Direito, cujo entusiasmo soube galvanizar ao vivo contágio do seu ardente e fecundo entusiasmo pessoal uma condigna sede para a sua e nossa querida e gloriosa Faculdade de Direito da Bahia. E o edifício lá está assente, servindo hoje de sede à Justiça Federal neste Estado.

Bernardino, ele próprio, se fez viageiro bandeirante tal qual inculcou que o fôssemos os moços acadêmicos. Com a família, também rumou para a região do sudeste da Bahia, em demorada e trabalhosa viagem, a fim de angariar donativos para a construção de uma nova catedral de sonhos, afinal conclusa. A seu convite, acompanhei-o, e estivemos primeiro à cidade de Nazaré, sob acolhida fidalga de Araújo Pinho. E fomos prosseguindo, romeiros cívicos ou novos cruzados da cultura. Em Areia foi nosso principal anfitrião o Cônego Galrão, prestigioso político, orador sacro, cívico primoroso. Acolhe-nos em Jaguaquara o Prefeito, operoso e simpaticíssimo Dr. Alírio de Almeida, clínico humanitário e devotadíssimo cidadão, cuja feliz administração muito deveu aquela belíssima cidade. Também lá estava, dedicado cooperador, o discípulo de Bernardino, Deraldo Inácio de Sousa, de família bem querida na região, meu amigo confraterno e colega de uma. Albergou-nos em Jequié, solícito, atencioso, Otaviano Saback. Assentarmos arraial em conquista, para um pouco mais longa permanência, com pequenas incursões, inclusive a Poções e a Boa Nova. Em casa do Prefeito hospedaram-se Bernardino e família, enquanto me acolhia Régis Pacheco político de prestígio e médico humanitário e exitoso.

Era em conquista excelente e acolhedor o ambiente, e muitos lá bem colaboraram com a *bandeira* Bernardino de Souza. Lá estava uma plêiade de gente boa e culta, e de muito prol, não somente disposta como também altamente capaz de ajuda efetiva: a grande cultura e o grande coração e Anísio Moreira Alves; Mário Monteiro, advogado e jornalista de pompa; Raimundo Brito, advogado também, poeta e escritor, Adriano Bernardes, que eu conhecera brilhante na vida acadêmica, e o estudioso e culto poeta, hoje da Academia de Letras da Bahia, Clóvis Lima.

Já regressando, esteve ainda Bernardino em Santo Antônio de Jesus, belíssima cidade, onde lhe foi prestada significativa homenagem, a comando de Isaías Alves de Almeida.

Em todas estas cidades referidas, além dos donativos recebidos sob assinatura em Livro de Ouro, havia sempre um espetáculo público, com entrada paga, para angariar receita, organizado com a participação de pessoas do local, um programa lítero-cívico-artístico. Bernardino e Selenêh cantavam, declamavam e executavam trechos clássicos ao piano. Também se dignava enriquecer o programa a Exa. Senhora Bernardino de Souza, que era exímia pianista. Sempre conosco os artistas e os intelectuais de cada localidade. Em Areia até honrou-me com a sua participação pessoal o saudosíssimo e inesquecível Afrânio Peixoto. Já em Santo Antônio de Jesus destacadamente participaram as senhorinhas Consuelo Torres e Átila Bastos, esta última, apreciadíssima soprano lírica.

Ergueu-se, realidade nascida de um sonho vivo, o belo edifício da Faculdade de Direito da Bahia, onde a turma dos bacharelandos de 1930, a que tive a honra de pertencer, foi a primeira a colar grau, com solenidade realizada a 7 de setembro. E estava, infelizmente, ausente Bernardino de Souza.

Protegido às vezes por uma suposta aspereza defensiva, como de riquíssima seiva pessoal, ah! Como sabia, no entanto, Bernardino ser nobre, nobilíssimo, e quanta era a riqueza que tinha de coração! Esposo dedicado, pai amantíssimo, em que pese o desvario de ideal

profícuo a que se encontrava sempre entregue, ardendo de entusiasmo cívico. Como que encarnava o gênio da realização! Não perdia nem um momento, como uma febre de atividade útil o desmando fecundo de atuar milagroso. Era um gênio da ação. Incansável, não parava nem se permitia trabalhavam todos a seu contágio e comando sedutor e amigo. Marcou, substancial e predominante, seu timbre de presença pessoal em vários setores de atividade pública. Secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia escutei-o quando saudou Washington Luiz, em discurso primoroso.

Diretor da Faculdade de Direito, sabia acender e manter o entusiasmo do coro discente e a dedicação do corpo docente. Não de todo privado de traços pruridos de autocratismo, sabia, contudo, manter-se autenticamente líder, a bom encontro de consenso livre.

Quando vitoriosa a Revolução de outubro e reunidas as personalidades mais de prol e mais representativas da Bahia culta, conseguiu fazer apontar para a Interventora da Bahia o sábio e patriota Arthur Neiva, secretário em São Paulo do Interventor Federal João Alberto. E Bernardino foi o Secretário de Interior e Justiça do Interventor, tendo sido publicado o Decreto de nomeação em A Tarde, o vitorioso vespertino baiano, então distribuído ao público efetivamente à tarde e não pela manhã cedinho como está ora acontecendo. Tal nomeação foi divulgada ao mesmo tempo em que o eram as nomeações dos Excelentíssimos Senhores Secretário de Estado. Estou citando o pormenor pela experiência e pelo bom ensino que recolho dele. Enfermara eu de tifo, doença na época de grande risco e longa duração, e morava, então, com os meus pais, à Rua Conselheiro Zacarias, onde pouco depois faleceu meu pai. Já restabelecido, ao primeiro encontro com o meu muito querido e saudoso amigo Chagas Filho, este me informou que em vão buscara encontrar a minha residência para visitar-me! Pois bem, divulgada numa tarde a minha nomeação, já na manhã imediata, antes que eu descesse do sótão onde dormia e da primeira refeição, já minha esconsa e ignorada residência ti-

nha a sua sala de visitas cheia de prefeitos do interior, que não me conheciam e que eu desconhecia.

Muito era austero Bernardino quanto ao gasto do dinheiro público, cabendo recordar um episódio. O automóvel da interventoria apanhava-me em casa para me conduzir ao Palácio do Governo e à casa de retorno; não só a mim, como também a outros servidores do Gabinete. Pediu-me Bernardino que eu desistisse, como de promoção pessoal minha, deste oneroso privilégio por medida de economia em favor do Estado. Recusou, contudo, o Interventor a intentada economia.

Com escrupulosa exação e severa responsabilidade, soube invariável conduzir-se no exercício de qualquer função, administrativa ou de magistério. Posso testemunhar como, depois de exaustiva jornada de trabalho, não se dispensou nunca de estudar à noite e de preparar as aulas ministráveis no dia imediato — respeitava-se como professor e muito respeitava os seus alunos.

Naquele tropel do imediato após Revolução, presto caiu a Interventoria civil na Bahia, da qual foi, sem dúvida, Bernardino o principal auxiliar, e, cioso da sua personalidade ilibada, ele rumou a encontro da Presidência da República, para o fim de apresentar direta, pessoal, prestação de contas da sua atuação, e logo foi, sob muito boa inspiração, investido na função de Juiz de Contas — Ministro do Tribunal de Contas da União.

Há algum tempo noivo de Berenice, eu jantava uma noite por semana com Bernardino e família. Tornando ele Secretário de Estado, passei a jantar quase todas as noites, e tive o encargo de responder as cartas que ele recebia diárias e eram muitas. Abria-as, lia-as e as respondia, a todas; Bernardino, invariável, as assinava sem ler as respostas. É claro que, obviamente, eu selecionava as de maior significância e as que dependiam de solução pessoal do destinatário, para que este me orientasse.

Dirigente, comandante, líder nato, Bernardino sabia admitir justas e úteis concessões e transigências oportunas, para atingir o melhor consenso. Certa feita, na Faculdade de Direito,

quando se deveria eleger a Diretoria do Centro Acadêmico 11 de agosto, pretendia Bernardino favorecer a eleição de chapa organizada pelas duas séries finais, a quarta e a quinta, enquanto nós outros, os da primeira, segunda e terceira séries, contestávamos a chapa que nos excluía. Reunimo-nos os estudantes em assembléia que Bernardino presidiu. Longos foram, e acirrados, os debates, tendo particular destaque a argumentação de Pedreira Franco, integrante da segunda série. Entendeu o Diretor de ironizar o talentoso estudante, insistindo em afirmar que o Sr. França não o entendera a ele, o Diretor Secretário de Estado, e era muito querido professor dos estudantes daquela época; não se justificava, destarte, o suposto e insistente equívoco de atribuir a condição de França ao estudante que era filho de Pedreira Franco. E foi altiva e pertinente a resposta do moço estudante. Emocionado, arrependeu-se Bernardino, tocado também pela vibrante oposição que se lhe antepunha, e então propõe à assembléia a aprovação, por aclamação, da Diretoria que passa a sugerir, a começar pelo Presidente, e foi este o Professor Alberto de Assis, estimado colega nosso exato da segunda série. Por indicação do Diretor do Grêmio os alunos das primeiras séries. Era assim Bernardino – nobre e capaz de entender e aceitar as justas rebeliões que o enfrentassem.

E foi ainda pesquisador paciente, beneditino. O livro que publicou quanto à onomástica da geografia brasileira e trabalho e classe e de tomo. Assim também o último livro de sua lavra, de publicação póstuma, minuciosa pesquisa quanto aos carros de bois, que ele teria, ainda vivo, apontado à família, afirmando que aquilo valia alguma coisa, por certo, reportando-se a pecúnia. Poderá o livro não ter conseguido farta conversão a dinheiro, mas enriqueceu a bibliografia especializada, no Brasil, sendo, c Omo é, trabalho excepcional e inexcedível no gênero. Todas as noites, após jantar, acudido o trabalho de preparar as aulas, para o dia imediato, cuidava de recortar dos jornais, para arquivar, todas as notícias, muito freqüentes à época referentes à Lampião e seu

bando, e me disse, certa vez, estava a guardar material para que, farto subsidiado, eu escrevesse um livro sobre o assunto".

É tempo de concluir este despretensioso artigo, em cujo bojo consignei impressos de três dos seus inúmeros ex-alunos.

Encerro, pois, este relato reproduzindo o que sobre aquele pranteado Mestre escreveu Hermes Lima, em Travessia, seu livro de memórias.

Relatando episódios relacionados com a sua vida acadêmica, diz o notável filho de Livramento de Brumado — sertanejo da Bahia:

> Entre essas figuras movia-se com agilidade executiva Bernardino de Souza, animador prodigioso, que rompendo dificuldades e arrasando ceticismo construiu dois edifícios, um para o Instituto Histórico, outro para a Faculdade. Espantava-me aquela energia crédula, talvez ingênua, mas formidável porque não tinha dúvida e parecia comandar as próprias coisas. Capitão Bernardino ou professor Bernardino? Homem de ação e pensamento dedicou-lhe Péricles Madureira de Pinho, em "São assim os baianos", excelente estudo biográfico.

Em outro trecho, acrescente o mesmo autor:

> Nas ardes do Instituto Histórico, Bernardino de Souza, vigilante e atarefado, com a presença usual de Wanderley de Pinho, Magalhães Neto, Pimenta da Cunha, Rui Penalva, Afonso de Castro Rebello, Acácio França, Felipe Freitas, Adalício Nogueira, a conversa prodigalizada fatos, informações, curiosidades brasileiras baianas, um saber salteado em que erudição e espírito se podiam simbolizar na prosa de Edgard Sanches.

Esses testemunhos emanados de alguns dos seus discípulos contêm um referencial comum, facilmente detestável, em relação à personalidade invulgar de Bernardino José de Souza. Todos

eles, na realidade, expressam de modo admirável, a admiração e o respeito que o notável Mestre impunha a seus discípulos, além de retratar, com fidelidade, seus méritos de realizador incomparável.

Seguramente dos maiores que a Bahia inscreveu nas páginas da sua refulgente história.[41]

41 **Bernardino de Souza vida e obra**, Consuelo Pondé de Sena (org.). Salvador, Quarteto Editora, 2010.

Antônio Fernando de Araújo Sá
(1965)

Nasceu em Brasília-DF em 1965, formou-se em História pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e fez mestrado e doutorado em História pela Universidade de Brasília. É professor associado do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Obras: *Real Porão* (2002); *Combates entre História e Memórias* (2005); *Rio sem História? Leituras sobre o rio São Francisco* organizado com a professora Vanessa Maria Brasil (2005); *Temas em História do Brasil contemporâneo* (2007); *O Cangaço nas Batalhas da Memória* (2011).

UM ENSAIO DE GEOHISTÓRIA: *CICLO DO CARRO DE BOIS NO BRASIL*, DE BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

Antônio Fernando de Araújo Sá

A alegria do carreiro
É ver o carro cantar...
Sai da frente, ó candeeiro
Deixa esse carro cantar.
Anônimo (SOUZA, B., 2003: p. 323)

Recentemente, em livro organizado por Consuelo Pondé de Sena (2010), presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, se evidenciou a pujança da historiografia de Bernardino de Souza, bem como a importância de sua militância docente nos principais colégios de Salvador no início do século XX. Além da inesquecível passagem como secretário geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a figura do político e magistrado também foi perfilada por amigos, admiradores e estudiosos, retirando-o do ocaso do esquecimento que há muito estava relegado.

Talvez uma hipótese que explique esse esquecimento, por parte das novas gerações de historiadores, seja o fato de que, nas últimas cinco décadas, a historiografia ter-se afastado da geografia e a obra histórica de Bernardino de Souza fora marcada, indelevelmente, pela visão do geógrafo, buscando às múltiplas expressões da paisagem física da terra a historicidade da ação humana, como se pode ver nos livros *O Pau-Brasil na História Nacional* (1939) e *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (1939), publicado primeiro em 1910, com o título de *Nomenclatura geográfica peculiar do Brasil*.

E a tentativa de colaborar para a revisão do seu papel na historiografia brasileira, optamos por analisar, dentre as contribuições desse historiador, o livro póstumo sobre o rústico transporte dos sertões brasileiros, situando a atualidade da minuciosa pesquisa histórica pelo seu caráter interdisciplinar em que convergem as qualidades de geógrafo, historiador, etnógrafo e folclorista. Podemos considerar *Ciclo de Carros de Boi no Brasil* (1958) como a síntese do pensamento de Bernardino de Souza, dado o caráter enciclopédico da obra. Apesar da leitura já ultrapassada sobre a história econômica, vista a partir de ciclos econômicos, o livro nos ajuda a refletir sobre os debates contemporâneos em torno da interdisciplinaridade, já que, num mundo cada vez mais complexo como o de hoje, verificamos a inadequação "entre um saber fragmentado em elementos desconjuntados e compartimentados nas disciplinas de um lado e, de outro, entre as realidades multidimensionais, globais, transnacionais, planetárias e os problemas cada vez mais transversais, polidisciplinares e até mesmo transdisciplinares" (MORIN, E., 2002, p. 14).

Este livro é resultado do amadurecimento intelectual da longa militância docente na área da geografia e história. Como não se conformava como o estudo meramente descritivo da geografia, Souza buscou a integração às ciências humanas para compor uma obra em que a ação humana era compreendida em sua relação com o meio. A metodologia por ele adotada se pautava no modelo clássico do pensamento geográfico francês, baseada na descrição, observação e classificação, próxima dos procedimentos oriundos da Etnografia e Etnologia. Na composição da obra, dividida em seis partes, vemos que o interesse do escritor voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida, centrando-se nas relações entre homens/meio ambiente, através do estudo do meio humanizado, da paisagem e das técnicas, bem como das relações sociais em torno da história dos carros de bois no Brasil, numa perspectiva da longa duração. Assim, o autor procurava demonstrar a permanência da evolução

do carro de bois na história do Brasil, buscando uma relação intercalar entre as diversas dimensões da historicidade do veículo rústico – econômica, social, cultural e política.

Essa obra histórica pode ser inserida numa proposta de fusão da Geografia com História, a partir da abordagem cultural da trajetória do carro de bois na história humana. A presença de Lucien Febvre, com seu livro *A Terra e a Evolução Humana* (1922), entre os autores citados por Souza é reveladora da influência de uma história renovada em consonância com a geografia de Vidal de La Blache. Com a publicação deste livro, a intervenção de Febvre no debate entre a geografia de Ratzel e Vidal demonstrava sua adesão à noção vidaliana de possibilismo. Nesse sentido, esse historiador acertava suas contas com o determinismo geográfico, afirmando que a "natureza não é entidade neutra que condiciona a vida humana, ela é, desde o início, humanizada, já profundamente transformada pelo homem" (DOSSE, 1992: p. 81).

Desse modo, para compreendermos a obra histórica de Bernardino de Souza é necessário realizar uma breve incursão na história do pensamento geográfico no Brasil para identificarmos a matriz teórica de sua escrita da história. Nos anos 1930 e 1940, no Brasil, assistimos a um processo de institucionalização da "escola do possibilismo geográfico" na Universidade de São Paulo, que exerceu grande influência no então incipiente meio universitário brasileiro, com a presença de geógrafos como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines e do historiador Fernand Braudel. Milton Santos menciona, como exemplo dessa influência, a obra geográfica de Caio Prado Júnior, marcada pela ideia de que a geografia

> "é uma tentativa de interpretação de uma situação, e uma situação, inclui as suas heranças, através da materialidade e da iconografia, por intermédio do jogo dialético entre o que deixou de ser e o que quer ser. Isto é o presente" (SANTOS, 1989: p. 420).

Os ecos da influência da "geografia possibilista" de Vidal de La Blache na obra de Souza se fazem presentes na busca da superação pelo homem das adversidades do meio, possibilitando o encontro do tempo com o espaço como instrumento, servindo para apreensão da longa duração do transporte rústico dos sertões brasileiros, o carro de bois.

Contudo, diferentemente de Caio Prado Júnior, sua busca não partia da dialética entre o passado e o presente, de superação da herança colonial da sociedade e economia brasileira, mas pelo saudosismo da infância passada no engenho Murta, na fronteira entre os Estados de Sergipe e Bahia, de um modo de vida sertanejo que associado, no momento da escritura do livro, ao atraso cultural, enfrentava o discurso da necessidade de sua superação pelo progresso. Talvez pudéssemos aproximá-lo de alguns trabalhos de Gilberto Freyre, marcados por certo "saudosismo aristocrático", como fica evidente na seguinte passagem da obra:

> "Entre as mais doces reminiscências da minha juventude estão as que se relacionam com os carros de bois de meu pai, autêntico Senhor de Engenho à beira do rio Real: estou sempre, numa volta ao passado, a ouvir o soar saudoso dos carros da 'Murta', ecoando ao longe nas madrugadas claras ou nas noites prateadas do sertão" (SOUZA, 2003: p.318).

Rebento das terras de massapé do vale do rio Real, de família tradicionalmente ligada à terra, o autor "não perdeu nunca o sentido da vida rural, a paixão pelos seus encantos, que constituíram estímulo e inspiração de numerosos de estudos seus" (MATTOS, 2010: p. 190-191).

Do ponto de vista metodológico, além da experiência vivida no mundo rural dos sertões da Bahia e Sergipe, o autor compilou cartas, questionários, efetuando viagens e consultas que resultou depois num inquérito enviado a intelectuais, pesquisadores, fa-

zendeiros e agricultores de todo o Brasil, para a identificação da diversidade cultural no trato do carro de bois. Segundo o autor, depois de três anos de colheita e joeira, conseguiu reunir

> "cerca de 300 longas informações, duas mil fotografias, numerosos desenhos, alguns mapas, miniaturas de todos os quadrantes, acessórios, objetos de todo o gênero que formam um pequeno, mas precioso museu do carro de bois" (SOUZA, 2003, p. 30).

Na primeira parte do livro — *Escorço Histórico do Carro de Bois* —, a bibliografia utilizada, pautada na geografia humana e na antropologia cultural, o filia à tradição dos estudos geográficos que poderíamos chamar de Geografia Cultural que, paralelamente, à Geografia Humana, demonstrava interesse pelos problemas culturais a partir de uma postura naturalista ou positivista, sem preocupações com a dimensão psicológica ou mental da cultura, pelo menos no período que vai do final do século XIX até a primeira metade do século XX (CLAVAL, 2002). Nessa parte o autor destaca como "fato etnológico de grande interesse (...) que, enquanto a roda e o carro foram conhecidos no Velho Mundo, desde o alvorecer de suas primeiras civilizações, na América eram inteiramente desconhecidos até a chegada dos povos colonizadores da Europa" (SOUZA, 2003: p. 51).

Com base nos relatos de renomados etnógrafos portugueses, Luís Chaves e Vergílio Correia, o escritor sergipano identifica no carro de bois português a origem romana do PLAUSTRUM, carro típico e primitivo das regiões itálicas, talvez de origem etrusca, de estrado raso e com rodas maciças, móveis com o eixo. Nessa parte, é perceptível a preocupação etnográfica de Souza quanto à morfologia do carro, em especial os jugos e cangas, mas, principalmente, dos reflexos poéticos do carro na imaginação popular, com seu canto que remonta à autora dos tempos. Como havia sugerido Roger Bastide (Apud MAIA, 2001: p. 72, "o folclore acha-

se menos ligado a um fato da geografia física, como seria o isolamento de uma ilha ou de um vale de montanhas, do que a um fato da geografia humana".

Ecos da presença do carro cantador na imaginação popular foram registrados pelo autor nos poetas populares, chamados por ele de "semibárbaros", Catulo da Paixão Cearense e Zé da Luz, pseudônimo de Silva Andrade, respectivamente:

> "Vale mais que essa porquera
> Da tá cirvilização,
> Um carro de boi cantando
> Pelos mato do sertão!
>
> Pra que musga mais bonita,
> Mais triste, mais penorosa,
> Do que a musga sodosa
> Dum carro de bois cantando
> Pula boca dos cocão?" (SOUZA, 2003: p. 325).

A manutenção da linguagem popular dos poetas "semibárbaros" demonstra sua filiação à tradição de folcloristas sergipanos, destacando-se Silvio Romero em que o estudo das manifestações folclóricas foi, fortemente, influenciado pelo positivismo vigente à época, que caracterizava certa "alma popular" pela sua rudeza, preocupando-se mais com a dimensão documental do que propriamente poética. Como outros "intelectuais de província" contemporâneos, como Felte Bezerra e José Calasans, Souza, ante à radicalidade das mudanças em curso na sociedade brasileira, se volta para uma "operação de resgate" do modo de vida sertanejo, próprio de seu "indefectível sertanejismo" (SOUZA, 2003: p. 30).

Na parte referente ao *Veículo: Seus Acessórios e o seu Tipo*, consolidam-se as contribuições do autor quanto às dimensões folclóricas, a etnográficas e linguísticas do carro de bois na cultura brasileira. Para ele, além do grande interesse etnográfico e folclórico,

o que diferencia os carros do Brasil é a presença ou ausência do canto, isto é, podemos classificá-los como "carros que cantam" e "carros que não cantam". Nessa classificação podemos observar o viés romântico do seu sertanejismo anteriormente aludido, ao afirmar que os carros modernos, isto é, aqueles que não cantam são "menos poéticos, menos coloridos do passado, certo, porém mais práticos e talvez mais úteis" (SOUZA, 2003: p. 204).

Nesse trecho da obra, Souza classifica os carros puxados por bois no Brasil a partir de suas características essenciais, como a mesa, as rodas, o eixo, o tiro, a serventia, dando-lhes detalhes de seus principais atributos. A descrição exposta pelo escritor explicita seu conhecimento pautado, além das observações pessoais, nas informações que lhe chegaram de todo o país por meio do inquérito realizado com pesquisadores, agricultores e fazendeiros, revelando as particularidades regionais. Apesar dessas especificidades, desde o período colonial, as madeiras utilizadas para a confecção do carro de boi no Brasil são geralmente a sucupira e o pau d'arco ou o ipê.

A classificação por materiais foram assim dispostos pelo autor:

> "De madeira são as *cangas* e *jugos*, os *canzis*, os *cambões*, as *chavelhas*, o *torno*, o *cambito*; de couro ou de fibras são as *brochas*, os *tamoeiros*, o *passador*, as *soleiras* ou *tiradeiras*, as *correias das chavelhas*, as *correias de chifres*, as *travas* e, excepcionalmente, as *conjuntas* e as *gargalheiras*; de ferro são as *correntes*, as *chapas com grampos*, as *argolas*, raramente as *chavelhas*" (SOUZA, 2003: p. 265).

Os carros de bois são tirados, em geral, no Brasil por uma ou duas parelhas: o de duas corresponde mais frequentemente às regiões mais planas, como, por exemplo, a faixa canavieira que se estende de Alagoas até o Rio Grande do Norte. Segundo Souza, o número aumenta para três, quatro, cinco ou mais em terras de

relevo mais acidentado e de piores caminhos. Aqui o geógrafo segue a assertiva de Vidal de La Blache, que propõe que "Assim se imprime nesses modos rudimentares de circulação e de transporte a marca imperiosa dos meios físicos" (SOUZA, 2003: p. 280).

Sobre os modos de encangar os animais para a formação das parelhas ou juntas de tração, a descrição etnográfica explicita as qualidades de observação, de sensibilidade, de inteligência e de imaginação do pesquisador. Em estudo comparativo entre as espécies de jugo em Portugal e Brasil, o autor afirma que, no primeiro país, camponeses executam nos jugos, decoração que obedece a motivos utilitários, supersticiosos e estéticos, enquanto no Brasil "os jugos ou cangas usados pelos nossos carreiros se caracterizam, neste particular, pela ausência de enfeites e alfaias — quase sempre lisos, pobres, essencialmente rústicos" (SOUZA, 2003: p. 294).

Sobre as variedades do canto dos carros, utilizamos o exemplo dos fazendeiros em Sergipe e Bahia, que distinguem em quatro variedades: assobio, gaita, estradeiro e baixeiro; sendo o mais frequente o estradeiro, marcado por um canto médio, forte, continuado, sem variantes na tonalidade. Utilizando-se do depoimento de Ascenso Ferreira, o autor identificou uma particularidade nordestina do carro cantador: "Os bons carreiros só se sentem satisfeitos quando o grupo de carros que dirigem estão 'afinados' em prima e bordão, o que quer dizer um fino e outro grosso" (SOUZA, 2003: p. 317-318).

Em *Carro de Bois no Brasil*, emergem os atributos do historiador na discussão sobre o seu papel e serviços ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Inspirando-se no modelo de história econômica adotado por Roberto Simonsen, o autor interpreta nossa "evolução econômica" a partir da sucessão de ciclos econômicos que, do século XVI ao XX, "se sucedem em ciclos do pau-brasil, do açúcar, do ouro e do café" (SOUZA, 2003: p. 109). Ainda segundo Simonsen, a atividade pecuária se vinculava diretamente à produção açucareira. Entretanto, ao contrário de

Simonsen, que propunha a existência do capitalismo comercial desde o início da colonização portuguesa na América, Souza defende a interpretação da solução feudal das capitanias hereditárias para explicar os primórdios do Brasil.

A permanência do carro de bois como o único veículo usado nos transportes no período colonial, somente contestado com a utilização de muares ou cavalares, com as tropas no século XVIII, foi explicado pelo historiador por três fatores principais:

> "... os usos dos colonizadores, vindo de uma terra onde, desde as origens, era quase único nos transportes pesados o carro tirado por bois; o grande crescimento dos rebanhos bovinos graças às condições do meio favoráveis à sua multiplicação e expansão; a própria natureza de uma terra virgem, cheia de matas e pendores, de rios e aguaçais, quase sem caminhos, porque assim não podiam ser consideradas trilhas tortuosas dos silvícolas" (SOUZA, 2003: p. 107).

Essa explicação reafirma a proposta de uma geohistória, em que fixa sua escritura histórica na permanência, na longa duração, em contato com geografia. Apesar desta afirmação se referir ao paradigma braudeliano, entendemos que a afirmação de Dosse pode ser considerada válida para caracterizar a obra de Bernardino de Souza (DOSSE, 1992: p.133-143).

Para este autor, o carro de bois foi o responsável pela mobilização da riqueza econômica no Brasil, inclusive de nossa evolução social Além disso, se evidencia o caráter civilizador do rústico veículo na época da colonização, como é o da participação do carro de bois na propagação e dilatação da fé católica no Brasil. À sombra da cruz, os carros de bois ajudaram ao trabalho dos missionários, na medida em que "adentravam nas lonjuras da hinterlândia — catequizando, ensinando, civilizando" (SOUZA, 2003, P. 143). O elogio ao colonizador luso como civilizador o aproxima novamen-

te das ideias de Gilberto Freyre em torno da adaptabilidade do elemento português nos trópicos, bem como sua mobilidade para o sucesso da colonização (NICODEMOS, 1983, p. 147).

Esse modelo civilizador se faz presente também no capítulo sobre a presença do carro de bois nos "grandes fatos da nossa História", quando seu depoimento pessoal retrata as lembranças da Guerra de Canudos:

> "Colegial no tempo em que se feriu no nordeste da Bahia a chamada Guerra de Canudos (1896-1897), contra os *jagunços* de Antônio Conselheiro, em terra não muito distante do meu torrão natal, recordo-me perfeitamente das notícias que aludiam aos comboios dos carros de bois empregados no transporte de víveres e munições para as forças legais" (SOUZA, 2003: p. 270).

Sobre *O Boi de Carro*, a partir das contribuições de Vidal de La Blache e Lucien Febvre, Souza retoma reflexões já realizadas no início do livro sobre a prevalência do boi como animal de tiro presente nas tradições caldaicas e chinesas e nas mitologias germânicas, bem como o desconhecimento dos indígenas da América do gado *vacum*. Passeando pela zootecnia, o autor identifica no gado mestiço como o mais apropriado para a lida no arado e no carro de bois. Contudo, a contribuição mais relevante dessa quarta parte da obra foi o estudo dos nomes dos bois de carro ou de carreta nas mais variadas regiões do país, sugerindo que a escolha dos nomes, "por mais que se atribua ao arbítrio e fantasia dos que a fazem, reflete, não raras vezes, as influências do meio, o espírito da gente, as sugestões do momento e até o hábito psíquico de estabelecer certo acordo entre o nome e a coisa que ele designa" (SOUZA, 2003: p. 381). Assim, na maioria das vezes, os nomes dos bois ora se vinculam às peculiaridades do aspecto físico dos próprios animas, ora decorrem de fatos históricos e sociais,

ora se inspiram nos fenômenos naturais, ora lembram topônimos do país e do estrangeiro, ora traduzem preocupação com virtudes mágicas. Como exemplo, Souza recorda o fato de que senhores de engenho de Sergipe e Bahia denominavam seus bois carreiros com vocábulos que lembravam jogos, danças, deuses do paganismo, pássaros sonoros, etc.

Os trabalhadores do carro de bois no Brasil são classificados em carreiro e guia. Ao primeiro cabe a condução do veículo, já o segundo o auxilia nas diferentes atividades da condução e da execução dos serviços correlatas. Era ao lado dos mais velhos que se formavam os bons carreiros. Desde os tempos coloniais, os carreiros eram divididos em assalariados, que prestam serviços como empregados de fazendas, usinas e engenhos, e proprietários do carro e da boiada, que trabalham por conta própria por tarefa ou fretes.

Além das técnicas relativas ao tiro, ao seu atrelamento, ao apresto do equipamento do veículo, o autor destaca as técnicas para controlar o carro em movimento, como tanger os bois, parar o carro, subir e descer ladeiras, recuar o carro, atravessar pontes, impedir batidas nas cancelas e porteiras, transpor um rio ou desatolar um carro. Para a realização dessas tarefas, é fundamental a maneira como os carreiros e guias se comunicam com os animais, sobressaindo uma linguagem particular, "ora visual, puramente mímica, exteriorizada por meio de gestos, de movimentos do corpo, de atitudes diversas, ora auditiva, fonética, traduzida por vozes que variam do simples grito a locuções interjetivas" (SOUZA, 2003: p. 459).

É evidente a associação entre geografia e antropologia no registro da documentação visual (fotografias e gravuras) da indumentária dos trabalhadores dos carros de bois. O autor teve o cuidado de assinalar que o vestuário habitual dos carreiros e guias não difere dos outros trabalhadores do campo, mas os objetos os distinguem pelo cunho profissional, destacando-se o chicote e a vara de ferrão, também chamada de vara de carrear.

Pensamos ser possível aproximarmos a caracterização elaborada por Bernardino de Souza sobre os carreiros com a publicação da série *Tipos e Aspectos do Brasil*, patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organismo público marcado pelo viés técnico-científico que marcava o ideário do Estado Novo. Percy Lau, responsável pelas ilustrações da série publicada na *Revista Brasileira de Geografia*, colaborou com a iconografia do livro sobre o carro de bois, reiterando uma valorização do mundo rural em que as raízes rurais se constituem em herança cultural comum a todas as regiões do Brasil (DAOU, A., 2001, p. 141-142).

No livro o campo é representado como lugar da tradição, do convívio harmonioso, sem tensões, como, por exemplo, o mutirão ou muxirão de carros de bois, auxílio gratuito que se prestavam os lavradores em tempo de roçado, colheita ou taipamento de casa nos sertões brasileiros.

Além da função de transporte de carga no meio rural, mesmo com a estrada de ferro, o automóvel e o caminhão, o veículo rústico se manteve sua importância até a primeira metade do século XX para os serviços urbanos e suburbanos em algumas zonas como o Território do Acre, conforme registrado no Recenseamento Geral da República de 1940. Mas os carros de bois no Brasil também foram empregados no transporte de pessoas nos séculos passados, mas que, à época da escrita do livro, estavam quase desaparecidos. Como veículo adaptado ao transporte de pessoas, o autor registra, baseado em documentos históricos e depoimentos de contemporâneos, sua presença marcante nas festas religiosas ou profanas ao longo da história do Brasil.

Para que tenhamos a dimensão da obra na historiografia da época, o historiador Waldir Freitas Oliveira (2010: p. 54) o comparou com o livro "*L'Homme et la Charrue à travers le Monde*", de André G. Haudricourt e Mariel Jean-Brunhes Delamare, publicado em 1955, na França, realçando que, em muitos aspectos, o livro de Bernardino de Souza é superior aos autores europeus,

especialmente no que se refere à magnífica iconografia coletada (desenhos, gravuras e fotografias).

Essa comparação com a historiografia francesa não é fortuita, pois o ensaio de Bernardino de Souza estava, quando da conclusão do livro na década de 1940, próximo de historiadores dos *Annales*, como Lucien Febvre, bem como da obra geográfica vidaliana. Como sugeriu, à época, Fernand Braudel, esses autores renovaram a história e a geografia francesas, ao proporem que o cenário em que os homens vivem, por mais importante que sejam não comanda tudo. "Além de seu domínio, não cessa de crescer o trabalho do homem sobre as coisas e do homem sobre o homem" (BRAUDEL, 2002, p. 132).

Como Bernardino José de Souza se propôs a fixar o "maravilhoso instrumento" do carro de bois na memória das gerações futuras, espero ter colaborado para que seu monumental trabalho seja também reconhecido pelas novas gerações de historiadores como um exemplo de pesquisa interdisciplinar que busca uma visão mais totalizante e de longa duração do fenômeno histórico, próximo da proposta da geohistória, de inspiração vidaliana, perspectiva esta já há muito esquecida em nossas universidades, imersas num elevado grau de especialização.[42]

42 Publicado na **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador,v. 106, p. 49-63, jan/dez, 2011. Republicado, Capítulos de História da historiografia sergipana, Antônio Fernando de Araújo Sá. São Cristovão, Editora da UFS; Aracaju, IHGSE, p. 37-63, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUDEL, Fernand. Geohistória. In: **Entre Passado & Futuro:** Revista de História Contemporânea. São Paulo: Xamã, v. 1, maio de 2002.

CLAVAL, Paul. "A Volta do Cultural" na Geografia. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC. Ano 1, nº. 1, 2002.

DAOU, Ana Maria. Tipos e Aspectos do Brasil: Imagens e Imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

DOSSE, François. **A História em Migalhas:** Dos Annales à Nova História. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Ensaio ; Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

MAIA, Doralice S. A Geografia eo estudos dos costumes e das tradições. **Terra Livre**. São Paulo, n. 16, p. 71-98, 1º semestre/2001.

MATTOS, Valdemar de. Bernardino José de Souza (1884-1984). In: SENA, Consuelo Pondé de (org.). **Bernardino de Souza**: vida e obra. Salvador: Quarteto Editora, 2010.

MORIN, Edgar. Introdução às jornadas temáticas. In: MORIN, Edgar. **A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NICODEMOS, José Pedro. Gilberto Freyre, Historiador Social. In: **Viagem ao Universo de Gilberto Freyre**. João Pessoa: A UNIÃO, 1983.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Bernardino de Souza, o historiador. In: SENA, Consuelo Pondé de (org.). **Bernardino de Souza**: vida e obra. Salvador: Quarteto Editora, 2010.

SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In:D'INCAO, Maria Ângela de (org.). **História e Ideal:** Ensaios sobre Caio Prado Júnior**.** São Paulo: Brasiliense/Editora da UNESP, 1989.

SENA, Consuelo Pondé de (org.). **Bernardino de Souza**: vida e obra. Salvador: Quarteto Editora, 2010.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do Carro de Bois no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003 (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª. série).

– ESPARSOS –

Textos Históricos

UM TRATO DA MAIOR ALEMANHA

Bernardino José de Souza

A maior Alemanha é o complexo de terra onde trêmula a bandeira tricolor que evoca a memorável Germânia. São 3.454.333 quilômetros quadrados, medidos em quatro das seis partes do mundo e distribuídos num império federativo de 25 Estados e 1 Reichsland na Europa, 4 colônias na África, 8 na Oceania, 1 na Ásia, de todas a menor e amanhã, talvez, a mais celebrada.

Encerra mais de 80.000.000 e habitantes.

Excedem-na em muito a *Greater Britain* com 30.085.000 quilômetros quadrados habitados por 420.051.700 almas, a Maior Rússia distendida em 22.556.520 quilômetros quadrados e habitada por 170.000.000 de habitantes, a Maior França com 10.649.464 quilômetros e 90.000.000 de habitantes.

Quem navega ao longo da recurva ao meio-dia projeção mais ocidental da África, divisando as terras das costas ricas e cobiçadas antes de chegar ao país dos Dahomeys valentes e tendo à esquerda a terra dos Achantis na Costa do Ouro, depara entre os dois segmentos aluviônicos que extremam as bocas do Volta e do Niger, a primeira possessão germânica em zonas africanas.

Chama-se togo da costa baixa e apaulada que a debrua e da tribo que vive em seu litoral perigoso na ressaca e malsão no clima.

Conhecemo-la desde o século XVI: foi um dos grandes empórios do ébano etiópico que se mandava para os dois últimos quadrantes, e, então, era apenas a Costa dos Escravos com as suas lagunas traidoras da própria gente.

Negociantes de Hamburgo ali desembarcaram em 1882 e em 1884 a bandeira alemã levada pela canhoneira Moewe era desfraldada nos domínios do Rei do Pequeno Popo.

Tem 87.200 quilômetros quadrados e 1.000.000 de habitantes: 500 brancos apenas.

A costa mede 45 quilômetros de O.S.O. a L.N.L.: uma linha quase reta, de areia movediça que se alarga por 1.000 metros. Por trás dessa restinga aparecem os fogos, alagadiços enormes que individualizam o país e em cujas beiras arenosas vem morrer os planaltos do *hinterland*. Estes se alçam a 600 metros e se vestem de riquíssima vegetação tropical, aparecendo de onde em onde o acume de um serro ou a crista de uma montanha.

Adakhou, Agou, Dikioto.

Agomé, Oliossom são os nomes mais conhecidos de forma orográficas.

Poucos e fracos rios sulcam-lhe a terra feraz: o Volta e o Daka ponteiriços, o Oti, Assukoko, Abo e Djavoné, oriundos do chapadão do Norte, o Todjoé, Aka, Zio e o Mono que é também francês.

Todos morrem nas lagunas litorâneas: são curtos temporários, vivendo ao sabor das estações.

26 de temperatura média anual, 35° de máximo calor, 20° de mínimo, duas estações de chuvas separadas por duas de estiagem, ventos constantes do Sudoeste, terrais de Norte e de Leste, rajadas imprevistas do harmatian do deserto, salubridade nos planaltos, eis os traços climáticos mais evidentes e estudados.

As suas maiores riquezas atuais são as das florestas: a classe guineenses, palmeira que dá o procurado óleo de palma a cocas nucifera do litoral, árvores que dão borracha da espécie Landolfia, algodão, milho e arroz.

Os seus produtos constituem a exportação da colônia aumentada pelos animais e pelo cacau de plantação muito recente.

Lomé é a capital: principal mercado e aglomeração mais populosa.

Porto Seguro, que relembra uma cidade nossa, Bagdá onde se fez a convenção de protetorado, Anexo Bismarkburg, a 700 metros de altura, criação do Dr. Wolf Kratschi, Jeudi, Sausane-Mangú são os centros de produção mais dignos de nota.

A Colônia é administrada por um governador imperial com um secretário, um inspetor e um conselho local de sete membros.

Fronteia o Dahomé e a África Ocidental de França e a Costa do Ouro que pertence ao Reino Unido.

Era e é uma esperança da Alemanha.[43]

43 **A Notícia**. Salvador, nº17, 8 de outubro, 1914.

EM TORNO DA CARTA GEOGRÁFICA DA BAHIA

Bernardino José de Souza

Havendo iniciado em 1911 uma campanha escrita sobre a inadiável do levantamento de uma Carta Geográfica do Estado, a que abriu colunas o *Jornal de Notícias*, e desejando dar como remate dos desvalidos artigos o escorço da organização do serviço que reclamava, recorri à competência do exímio profissional baiano Dr. Theodoro Sampaio.

O preclaro baiano honrou-me com a sua ajuda e para que se não percam os preciosos moldes delineados, faço que os registre a *Revista* do Instituto. (Os artigos a que se refere a nota acima foram publicados no *Jornal de Notícias* de 20, 22, 25, 26 e 28 de abril, 4 e 20 de maio, 22 de junho e 12 de setembro de 1911 e o ultimo a 7 de abril de 1912).

INDICAÇÕES PARA UM PROJETO DE ORGANIZAÇÃO DA CARTA GEOGRÁFICA DO ESTADO DA BAHIA

1º

Começar-se-á pela organização de uma carta preliminar, na escala de 1 para 600.000 (11 milímetros por légua), para a qual estarão em contribuição os trabalhos de Mouchez no litoral;

as explorações de Halfed no rio S. Francisco; os estudos para a construção das estradas de ferro do Estado; os levantamentos topográficos existentes e de maior confiança. Essa carta preliminar servirá de guia na distribuição dos estudos definitivos que se vão iniciar.

2º

O trabalho definitivo para a organização da carta do Estado, a qual será da escala de 1 para 100.000 (10 milímetros por quilometro), se baseará numa rede de triangulação, com base medida nos arredores da Capital, ou na zona do recôncavo, acessível por via férrea e servida de telegrafo.

3º

Preparada a rede de triangulação e fixados no mapa os pontos principais dela, após determinações das coordenadas da base, pontos ou verticais do triangulo, apoiados nos montes e acidentes do terreno de maior relevo, que vão servir de balisas para o trabalho topográfico a seguir-se, dividir-se-á o mapa da zona triangulada em quartos de grau quadrado, constituindo cada quarto uma folha do trabalho definitivo de área proximamente de 2.500 quilômetros quadrados.

4º

O trabalho propriamente topográfico será organizado por turmas de topógrafos, visando encher cada folha com os dados colhidos no campo, pelo processo dos caminhamentos, entre pontos seguros pela triangulação, sendo utilizados para esse fim os instrumentos de emprego mais expedido: bússola e pedômetro

ou o taqueômetro, tomando-se as alturas com ângulos verticais e aneróides.

5º

O topógrafo fará o trabalho cartográfico no campo, procurando representar o relevo do solo por meio de curvas de nível espaçadas de 25 metros, e tendo em vista reproduzir no desenho, com o máximo de detalhe, o aspecto do terreno que percorre e estuda.

6º

O trabalho da carta definitiva se fará no escritório, calcado sobre o que o topógrafo trouxer no campo, introduzindo-se-lhe as correções que o trabalho de conjunto exigir.

7º

Os estudos definitivos para a carta geográfica do Estado se estenderão do litoral para o interior, começando da capital ou das suas imediações para o Recôncavo e para a zona mais rica e mais densamente povoada do Estado.

8º

Nos terrenos despovoados de sertão, exceção feita dos que confinam com outro Estado, os estudos topográficos se cingirão ao levantamento dos cursos d'água principais a das linhas acessíveis existentes.

9º

Nos terrenos que confinam com outro Estado, os estudos topográficos se estenderão de um e outro lado da linha divisória, em zona de largura suficiente para colher dados, porventura necessários, ao esclarecimento e decisão das questões de limite.

10º

Aos trabalhos propriamente topográficos se ajuntarão os que se destinam a reunir elementos para o estudo da meteorologia local, do regimem das águas, da força hidráulica das cachoeiras e quedas d'água; dos materiais de construção; da capacidade agrícola da região, e de outros dados estatísticos atinentes à população e à pecuária.

11º

Os estudos geológicos, consecutivos aos topográficos, serão conduzidos por turmas especiais, equipadas para o mister, e trabalhando segundo um plano de concerto com o Serviço Geológico Federal.

12º

Os estudos da flora e da fauna, conduzidos paralelamente com os da geologia, serão realizados por pessoal contratado, e de reconhecida idoneidade.

13º

Os estudos etnográficos, afetando as tribos indígenas, existentes no Estado, terão andamento oportuno, e a proporção que

os da topografia penetrarem na zona do sertão habitada por essas tribos.

14º

O governo do Estado esforçar-se-á por obter do Federal o concurso do Observatório Astronômico para a determinação de coordenadas geográficas no território do Estado utilizando-se do telegrafo para as determinações de longitudes, no litoral e no interior, multiplicando-se o quanto possível essas determinações. Do mesmo modo procurará estabelecer relações oficiais entre a comissão estadual, encarregada dos estudos geográficos e geológicos, e as repartições congêneres federais: Serviço Geológico; Museu Nacional; Horto Botânico; Serviço contra a seca e outros.

15º

Organizada a Comissão Geográfica estadual pelo molde da Paulista, e na proporção dos recursos disponíveis, os trabalhos deverão ser conduzidos de modo que as publicações de mapas ou cartas parciais não de façam esperar, provando, deste modo, não só atividades, como a real compreensão de que tais cartas devem, sem demora, concorrer para o estudo dos problemas de administração, cuja solução mais diretamente afeta ao Estado e ao seu progresso.

16º

O pessoal da comissão, isto é, o destinado aos trabalhos geográficos, constará de um engenheiro-chefe, que deve ser a hábil topógrafo; um 1º engenheiro, encarregado especialmente dos trabalhos de triangulação; 3 engenheiros para o levantamento topográfico; 3 auxiliares técnicos para o serviço de campo; 1 de-

senhista topógrafo, sabendo gravar em pedra litográfica; 1 secretário; 1 contínuo; 1 porteiro. As nomeações de geólogos, botânicos e naturalistas se farão mais tarde, uma vez desenvolvido o trabalho geográfico.[44]

44 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº40, Ano XXI – Vol XIX, p. 25-39, 1914.

ÁREA DO BRASIL E SEUS ESTADOS

Bernardino José de Souza

QUATRO ESTIMATIVAS

Os livros de Geografia do Brasil apresentam diferentes cômputos a respeito da área do Brasil e das suas divisões territoriais: destes os mais conhecidos são quatro. O primeiro é o da Comissão da Carta Geral de 1873 que figura em geral nos documentos oficiais; o segundo é o do Barão Homem de Mello, publicado em 1909 no texto do seu valiosíssimo *Atlas do Brasil*, a melhor contribuição ao conhecimento da cartigrafia nacional; o terceiro é o do Padre Augusto Patdberg, professor de um Ginásio do rio Grande do Sul, assinalado num interessante opúsculo a respeito das áreas dos Estados do Brasil; o quarto é o do Dr. Theodoro Sampaio, apenso a cada uma das cartas que compõem o *Atlas dos Estados Unidos do Brasil*, publicado em 1908 na Bahia pela casa Reis & C.

A diversidade dos cálculos origina-se do fato de se não ter medido o território nacional pelo rigoroso processo das triangulações que se sabe ser demorado, lento, mas também seguro e verdadeiro. No particular o que se pode afirmar é que o mais errado é da Comissão da Carta Geral de 1873: os demais levaram em consideração os trabalhos posteriores executados em vários pontos do imenso território. E uma corrigenda já se pode fazer em todos: o território do Acre tem uma área equivalente a 152.000 km², e isto em virtude do Tratado de 8 de setembro de 1909 que fixou definitivamente os limites do Brasil com o Peru, incorporando a esta República um trecho de terra que erradamente se dizia nossa. Ainda outras poderíamos fazer: seria porém estirar esta nota introdutória.

COMISSÃO DA CARTA GERAL DE 1873
(CÁLCULO OFICIAL)

Amazonas ..... 1.897.020 km²
Pará ..... 1.149.712 km²
Maranhão ..... 459.884 km²
Piauí ..... 301.797 km²
Ceará ..... 104.250 km²
Rio Grande do Norte ..... 57.485 km²
Paraíba ..... 74.731 km²
Pernambuco ..... 128.395 km²
Alagoas ..... 58.491 km²
Sergipe ..... 39.090 km²
Bahia ..... 426.427 km²
Espírito Santo ..... 44.839 km²
Rio de Janeiro ..... 68.982 km²
S.Paulo ..... 290.876 km²
Paraná ..... 221.319 km²
Santa Catarina ..... 74.156 km²
Rio Grande do Sul ..... 236.553 km²
Minas Gerais ..... 574.855 km²
Goiás ..... 747.311 km²
Mato Grosso ..... 1.476.487 km²
Distrito Federal ..... 1.394 km²
Acre ..... 191.000 km²

Brasil: 8.525.054 km²

BARÃO HOMEM DE MELO
(TEXTO DO ATLAS DO BRASIL. RIO—1908)

Amazonas ..... 1.672.987 km²
Pará ..... 1.033.600 km²
Maranhão ..... 390.660 km²
Piauí ..... 232.712 km²
Ceará ..... 160.987 km²
Rio Grande do Norte ..... 41.246 km²
Paraíba..... 58.400 km²
Pernambuco..... 99.896 km²
Alagoas ..... 26.915 km²
Sergipe..... 23.268 km²
Bahia ..... 536.867 km²
Espírito Santo..... 43.675 km²
Rio de Janeiro..... 41.460 km²
S.Paulo ..... 263.899 km²
Paraná..... 190.277 km²
Santa Catarina ..... 111.807 km²
Rio Grande do Sul..... 239. 187 km²
Minas Gerais..... 588.547 km²
Goiás ..... 692.025 km²
Mato Grosso..... 1.435.895 km²
Distrito Federal..... 1.165 km²
Território do Acr..... 175.375 km²

Brasil: 8.061.260 km²

PADRE AUGUSTO PADTBERG
(ESTUDO CRÍTICO E CÁLCULO PLANIMÉTRICO DAS ÁREAS DO BRASIL E SEUS ESTADOS)

Amazonas ..... 1.850.000 km²
Pará ..... 1.250.000 km²
Maranhão ..... 340.000 km²
Piauí ..... 240.000 km²
Ceará ..... 160.000 km²
Rio Grande do Norte ..... 52.000 km²
Paraíba ..... 56.000 km²
Pernambuco ..... 100.000 km²
Alagoas ..... 26.000 km²
Sergipe ..... 25.000 km²
Bahia ..... 560.000 km²
Espírito Santo ..... 44.000 km²
Rio de Janeiro ..... 43.500 km²
S.Paulo ..... 250.000 km²
Paraná ..... 175.000 km²
Santa Catarina ..... 113.000 km²
Rio Grande do Sul ..... 283.000 km²
Minas Gerais ..... 600.000 km²
Goiás ..... 690.000 km²
Mato Grosso ..... 1.500.000 km²
Distrito Federal ..... 1.215 km²
Território do Acre ..... 191.000 km²

DR. THEODORO SAMPAIO

Amazonas ..... 1.850.000 km²
Pará ..... 1.250.000 km²
Maranhão ..... 303.045 km²
Piauí ..... 207.578 km²
Ceará ..... 157.578 km²
Rio Grande do Norte..... 45.913 km²
Paraíba..... 56.981 km²
Pernambuco..... 93.840 km²
Alagoas ..... 28.680 km²
Sergipe..... 23.250 km²
Bahia ..... 575.876 km²
Espírito Santo ..... 42.439 km²
Rio de Janeiro ..... 45.685 km²
S. Paulo ..... 260.042 km²
Paraná..... 1849100 km²
Santa Catarina ..... 99.018 km²
Rio Grande do Sul ..... 287.828 km²
Minas Gerais..... 632.747 km²
Goiás ..... 644.194 km²
Mato Grosso ..... 1.668.995 km²
Distrito Federal..... 1.116 km²
Território do Acre ..... 191.000 km²

Brasil: 8.651.857 km²

POPULAÇÃO DO GLOBO EM 1914

Segundo os estudos e cálculos de Mark Jefferson, professor de Michigan nos Estados Unidos, a população do globo em 1914 é de 1.669 milhões de habitantes, assim repartidos pelos continentes:

Ásia	857.000.000
Europa	467.000.000
África	155.000.000
América do Norte	136.000.000
América do Sul	46.000.000
Australasia	8.000.000[45]

45 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº40, Vol. XIX, Ano XXI, 1914.

A ALEMANHA E A GUERRA, GUILHERME II: UM GRANDE IMPERADOR E REI[46]

Bernardino José de Souza

Admiro-o.

E, no meu sentir, o nome mais retumbante e heróico da guerra actual e o maior dos Soberanos vivos.

Recordem-se, de primeiro e a vulto, as grandes datas de sua biographia illustre. Nasceu em Berlim, a mais bella das cidades, em 1859. Aos 7 annos começou a receber lições e conselhos do general Stolberg e do Sábio Hinzpeter.

Foi estudante do Lyceu Fridericianum de Cassel, cheia de gymnasios, até 1877.

Cursou a Universidade de Bonn, das mais illustres da Allemanha sábia. Educado e instruído nas artes da guerra e da paz, desposou, em 1881 a augusta princesa Augusta Victoria de Schleswig-Holstein Sonderbourg- Augustembourg. Subiu ao throno aos 15 de Junho de 1888: agora já é Rei e Imperador da Prússia e da Allemanha respectivamente, coroaram-no entre esperanças que anteviam venturas e preságios que agoiravam desastre. Era maior o número dos que muito esperavam do neto do velho patriacha que foi Guilherme I, primeiro a cingir a corôa Imperial da Allemanha renascida, forjada por Bismarck entre as laminas das espadas e os ferros dos canhões que cintavam a formosa Pariz, quase ocupada, em agonia.

---

46 Este artigo foi publicado anteriormente **n'Os Annaes – Bahia**. Ano IV, nº 10, outubro de 1914, com o título: Um Grande Imperador – Guilherme II – edição esgotada.

Contava menos de 30 janeiros: era uma vontade, servida por um caracter imperioso e um espírito vivacíssimo. Só entendia a monarchia de roupagens sagradas. O rei devia ser o guarda supremo da ordem e da lei, governando para o povo, com elle se possível, contra se necessário.

Tinha de suas funções o verdadeiro conceito: não as sabia sem a aureola do augusto quasi divino.

O primeiro embaraco nesse zelo de suas prerogativas, muito seu, foi aquela grande alma e aquelle grande espírito, unificador da Germânia sob a hegemonia da Prússia: Bismarck, feito de vontade, vestido de ferro.

Despediu-o, sem formalissimos de côrtes, após 28 longos annos de serviços inigualados na lista dos Chanceleres, retirando-se o épico germano para os seus domínios do Friedrickshuhe, entre as acclamações justíssimas de um povo inteiro agradecido.

Ao sucessor communica burguezmente, numa phrase que prefuragara um dos seus planos — *adeante, a todo vapor* — vai governar por si mesmo: é agora, supremo, árbitro dos destinos da Alemanha.

Transforma-se o de disciplinado discípulo de Stolberg em campeão da *Pax Germânica*.

Ao seu elevado descortino revelaram-se, sem demora as grandes miras de um governo honesto operoso, progesssista, tambem imperial.

Tornou-se o forte operário da grandeza germânica em todos os departamentos da moderna atividade dos povos.

Em toda a estrada de progresso por onde enveredavam os alemães, ai se encontrava o augusto imperante: pioneiro e protector.

Comércio e marinha, indústria e agricultura, instruçao pública de todos os graus e de todos os moldes, em todos os campos de atividade edificadora de um futuro triunfal, se de venda a ação do Imperador. Tendo a verdadeira compreensão das necessidades das classes laboriosas, empolgou a estinia dos seus subditos.

Os seus próprios antagonistas não lhe podem tirar a glória de ter sido o impulsionador do trabalho nacional e o guião supremo do comércio e das indústrias, porque os sabe como alavancas

potentes da força e do progresso, o proteetor das lettras, sciencias e artes e fomentador da habilidade technica de seus súbitos, porque as entende como florões magníficos para exornar os thrnos e armas vantajosas para a conquista da fortuna, o mantenedor da disciplina e da ordem, da lei da paz internas, porque as julga indispensáveis à civilização e à dignidade Imperial.

De suas mãos surgiu uma Alemanha aplaudida e maravilhosa, que arroteou campos imprestáveis[47], fazendo prodígios de agricultura, construiu centenas de fabricas e localizou milhares de operários, centuplicou as cidades, povoou os mares de mensageiros da paz e da fortuna, criou vinte e tantas Universidades, dezenas de Polytechnicas mobilisou o rebrilhante *Standing army of scientific men,* na phrase ingleza de um escriptor britânico, transmudou o doutor philologo engenheiro e apresenta ao mundo à faixa cyclopica das agglomerações industriais da Westphalia, candentes pharóes de sua grandeza QUE NÃO HÁ de MORRER. Resultados de sua immensa lucidez, de sua immensa tenacidade, sobretudo da audácia tranquilla, refletida muito germânica, na elaboração e execução do maior de seus planos: *Deutsuhland in der Wel voran.*

Tudo obra da vontade de um homem e da fidelidade de um povo: Guilherme e o alemão.

Ao seu influxo, dispondo de uma raça dotada de plethora de forças, a Allemanhã expandiu-se.

Dominou-a o *Instinct of sovereignty*, empolgou-a *a vontade do poder*, tradução forte de Nietzsche, do vocábulo mais comum —

47 As suas estradas de ferro cuidadas com o maior cuidado transportaram em 1913 a enorme quantidade de 11/2 billião de passageiros o que equivale ao mesmo número de habitantes do nosso planeta! Isso porque, esse museu histórico da bárbara legendária Germânia pagã, e de feudalismo da nebulosa Teutonia, relembra sempre essas lendas misteriosas contadas pelos seus vates e imortalisadas pelos seus cantares. Os castelos do Reno, as Walkiras, Lohemgrim e Wagner são os cenários e figuras sempre novas nessa confusão poética, como as conquistas modernas infileiradas nesse grande mostruário, que vae da frísia ao Danúbio... Trecho de um dos artigos da serie "O Tridente de Neptuno", publicado na "Folha do Amazonas" Orgam do Partido Republicano Conservador, Manáos – Amazonas, palo illustrado Professor Isaac Amaral.

Imperialismo um dos mais justose brilhantes dos seus triunfos. A águia romana que encima seus capacetes de seus soldados adejou tambem soberba sobre as terras dos povos bárbaros, assentando a bandeira gloriosa da Germânia em terras da África cubiçada, da Oceânica longinqua e até a China retardada e impotente: cantoulhe o vôo largo a lyra clangorosa de Wildenbruch, emulo de Kipling, ambos deslumbrados pela força de seus povos.

E o imperialismo allemão tem (vícios se quizerem), para mim, todas as bellezas que sublinham os das outras raças plethoricas. Apenas é dos mais jovens: rebento antepenúltimo da formidável e gigantesca família, cujo primogênito é o frio inglês.

O príncipe de Biilow intérprete da palavra imperial, disse uma vez aos representantes do povo allemão: a nossa vitalidade tornou a nossa pátria uma potencia mundial, arrastando-a na política universal (Wsltçolitik). Em frente da Maior Inglaterra e da Maior França, temos direito à Maior Alemanha. Não sonhamos fazer conquista, mas apenas estender pacificamente o nosso commercio e argumentar os nossos mercados.

TROFÉUS DE GUERRA

A política externa da Allemanha não é nem ambiciosa, nem caprichosa: attribuem-nos planos guerreiros, que são meras phantasias. Preparamo-nos para os ataques imprevistos.

Os tempos de impotência e humildade não devem mais voltar. A verdade é que se não tivermos o amparo de um forte exercito e de uma forte marinha, a nossa prosperidade não é mais possível em nenhum ramo. O meio de travar a luta pela vida, sem armamentos poderosos, quando se é um povo de 60 milhões de almas, situado no centro da Europa e lançando as suas antennas por toda a parte no domínio econômico, ainda não se encontrou.

Por isso o imperador armou a Allemanha, ou melhor, lhe aperfeiçoou as armas: cumpriu o seu dever:

Si vis pacem para bellum.

Assim emquanto cuidada do desenvolvimento pacífico do seu povo, não se deixou enleiar pelos cantos de sereia do pacifismo idealista, que prega um desarmamento prococe. Fez do seu exercito o primeiro do mundo; fundou, protegeu engrandeceu a marinha de guerra, tornando-a a segunda do globo, quase rival da britanica.

Por isso não se lhe pode lançar objugatorias: fez o dever de Imperador e de Alemão. Foi e é victima, como são todos os soberanos actuais, dessa *intrusão da guerra na paz,* no dizer de Spencer.

Acusam-no, entretanto, de militarista *à outrance:* simples frase sem sentido.

Falem agora os próprios Francezes: Estournelles de Constant, num discurso pronunciado em Berlim, exalta a vontade pacifica do governo imperial; o 'Le Temps', de Paris, em dezembro de 1905, quando o embaixador allemão reclamava ao Ministro Rouvier, dizendo-se acompanhado por 5 milhões bayonetas, afirmava verídicas as seguintes palavras do Kaiser — *eu não quero a guerra , porque a considero como contraria a meu dever deante de Deus e do meu povo;* o ilustre Paul Adam exalta a resistência pessoal do Imperardor às suggestões da aristocracia guerreira.

Ademais, a sua defeza neste particular está feita na seguinte verdade histórica: recebeu a Alemanha aguerrida e era, por índole e por educação, guerreiro, mas soube ser pacifico e reprimir os seos generaes, ainda cobertos da poesia das batalhas de 70. Entre as glorias dos ancestraes, quase todas rubras de sangue, e as necessidades econômicas da Allemanha, não trepidou.

Escutou a voz dos sábios que lhe suggeriram o lemma do *Schutz nationalen Arbeit*. Belíssimo quadro: conchavam-se nas miras um esforçado Augusto e uma raça simples, fanáticos ambos de seus destinos.

Monarcha exemplar e exemplar nação!!

O primeiro é da raça de homens que, enrijados pela fé dos convencidos do bem, esparzem a sementeira de virtudes magnífi-

cas. A segunda é das que se destinam a largos períodos de hergemonia do globo.

A Alemanha é o maior orgulo do Imperador: depois os seus 6 filhos, soldados também, combatentes agora na defensão da Pátria.

O Imperador é uma das mais puras glorias da Allemanha.

Supremo ensinamento!

E não exagero.

Estude-se o seu governo, sem paixões e preconceitos, sem doentios sentimentos, á luz dos estudos positivos, áridos para quem os não perquire, mas eloqüentes e firmes, com aquella sublimação concentrada de poesia constituída pelos fatos.

O facto tangível e flagrante para todos, na Alemanha, é que, no breve espaço de 6 lustros, se transformou de pobre em rica[48], de ilustre em sabia, de escrava de preconceitos sociais em livre reformadora das condições do bem estar civil e humano de seus filhos, de motivo de pertubaçao européia em artista efficaz da paz continental, de Estado europeu em potencia mundial.

Outro fato incontestável é que o bravo Imperador reúne as sympatias dos prussianos feudais, dos fanáticos imperialistas, dos catholicos e protestantes e até dos socialistas de Bebel e Volmar.

---

48 Pelos dados estatisticos a sua fortuna publica é calculada em 360 billioes de marcos, a renda da populaçao é de 30 a 40 billioes e a economia annual do allemão regula cerca de 4 billioes.

Os depósitos das caixas econômicas que em 1875 não attingiam a 2 billioes hoje ultrapassam de 20 billioes no mealheiro mundial. De cada 3 allemães um possue uma caderneta.

Demonstra esse poder economico a parte activa que seus capitaes representam no trabalho mundial, sendo de pasmar que ainda no presente anno, para a Áustria, China, São Paulo e Hungria emprestasse mais de 600 milhoes, quando já os horisontes annunciavam o vendaval da guerra.

... conquistando logar proeminente no commercio e nas industrias, o seu poder economico sempre crescente, tambem invadiu os mercados do mundo, geridos os seus capitaes pelos seus banqueiros; sendo para notar-se que, gosando Londres e Pariz das vantagens da antiguidade e portanto collecionando tambem capitaes que outras lhe confiam, a Allemanha so trabalha com o seu proprio dinheiro. — Isaac Amaral — "*O Tridente de Neptuno*".

A Alemanha venera-o e de há muito o aplaude com a embriaguês da fé e o ardor da esperança.

Sonha, talvez, a dominação do mundo pelo aperfeiçoamento de seus meios econômicos e cientificos. Acontece, todavia, na Germânia uma illusão: apponta-se-lhe de preferência o brilho guerreiro.

E, na verdade, o ruído estridente das fanfarras, o rodar dos canhões nas manobras e o áspero galopar dos esquadrões, as bandeiras de milhões de soldados, que se espalham de uma a outra extremidade da velha Germânia, encobre frequentemente outro esforço, paciente tambem, tambem disciplinado, mais consciente talvez, tendendo a assegurar a supremacia intellectual e moral da terra das loiras Valkyrias.

Compraz-se tanto em visitar fabricas e usinas, presidir as sessões universitárias falar de paz, apertar as mãos dos operários de Kiel e de Essen, como revestir-se num de seus muitos uniformes militares, presidirem as manobras, dirigir soldados e marujos, fazer a guerra na defesa da Allemanha, disputando *um logar ao sol.*

Agora mesmo rebrilha a sua figura, quando troca as vestiduras de campião da paz universal pela espada legendária de Siegried e pelo capacete de *aquilifer*, cônscio de seus direitos e de seus deveres.

De futuro, a sua figura radiará brilhante e immensa, nos annaes da historia da *Greater Germany*, como um de seus grandes operários, o mais dedicado sem duvida, e um dos nomes mais representativos da civilisação actual.

Os vindoiros o bemdirão e hão de recorda-lo com a devoção que merecem os paladinos intemeratos de explendidos dias para os seus povos.

E que fez a Alemanha gigante nas artes da guerra e brilhante nas artes da paz.

Eu o admiro.

Bahia, 26 de setembro de 1914.[49]

49 **A Cultura Alemã**. Salvador, Ano I, abril, nº11, 1915.

A HISTÓRIA E A GEOGRAPHIA DA BAHIA NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO

Bernardino José de Souza

Em o número 43 desta Revista (correspondente ao anno de 1917), publiquei, sob o título acima, um resumido catalogo dos assumtos referentes à geographia e à historia da Bahia constantes da grandiosa coleção da Revista do patriarcha dos Institutos do Brasil. Prentendia facilitar o trabalho dos estudiosos da nossa geographia e tambem coordenar achegas para a leitura da bibliographia da Bahia. O meu trabalho cerrou-se no vol. 79 da esplendida collecção. Hoje accrecento as notas relativas aos tomos posteriores até o 109, último aparecido.

Mantenho a mesma diretriz seguida na resenha de 1917;

Tomo 80: na "correspondência do Barão Wenzel de Mareschal", agente diplomático da Áustria no Brasil de 1821 a 1831, que "acompanhava attentamente os acontecimentos que agitavam o Brasil" e os communicava ao seu chefe, o famoso príncipe de Metternich, há muitas referencias aos factos que se davam na Bahia. É o que se vê nos officios de 22 de Janeiro (pág. 21), de 2 de Março (pág. 56), de 16 de Março (pág. 49), de 11 de Abril (pág. 57), no qual se refere ao vil assassínio de Joanna Angélica de 20 de Abril (pág. 58), de 17 de Maio (pág. 66), no qual se refere ao fechamento das egrejas durante a semana santa por ordem do General Madeira afim de evitar reuniões, presenteando-lhe as qualidades de firmeza e moderação, de 3 de Junho (pág. 75), no qual noticia ter sido dado o commando da tropa embarcada para a Bahia a um francês *La Battue* (?), que diz haver commettido um crime de insubordinação na guerra da Espanha, sendo perdoado por Napoleão com a condição de se retirar para a Venezuela, de

10 de Agosto (pág. 89), de 19 de Outubro (pág. 111), no qual se refere ao combate de Pirajá, de 18 de Dezembro (pág. 138) e de 21 de Dezembro (pág. 143) de 1822.

Neste mesmo tomo 80, na conferencia — A MULHER E A GUERRA — do Dr. Erico Coelho, à pág. 558, há referencias á bravura de Maria Quitéria de Jesus Medeiros e ao facto, tão poucas vezes relembrado, das senhoras e senhoritas bahianas haverem offertado á princesa Leopoldina, esposa de D. Pedro, para os gastos da guerra pela independência, as suas jóias preciosas.

Na conferencia de Max Fleius A CARICATURA NO BRASIL, à pág. 559, há enumeração dos periódicos de caricaturas publicados na Bahia de 1867 a 1905.

Tomo 82: Este tomo publica a edição completa das "*Ephemerides Brasileira"* pelo immortal Barão do Rio Branco, "excelente compendio de História do Brasil", como à justa as denominou Basílio de Magalhães. Página a página surgem noticias da Bahia; berço da nacionalidade brasileira.

Tomo 83: Notas biographicas do Almirante Luis da Cunha Moreira. Visconde do Cabo Frio pelo Dr. Manoel de Mello Cardoso Barata. Entre págs. 63 e 90. Nasceu o biographado na cidade do Salvador a 1º de Outubro de 1777 e falleceu no Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1865. O Visconde do Cabo Frio foi correcto e bravo militar das companhias da Guiana Francesa e do Estado Oriental e devotado servidor da Pátria até o segundo império. Foi elle que transportou para a Europa no brigue <<infante D. Pedro>> o governador de Caienna Victor Hugues que havia capitulado no posto de Bourda. Em 1822 foi nomeado commandante da corvela "Maria da Gloria", que fez parte da esquadrilha que do Rio partiu em defesa da Bahia, às ordens de Rodrigo Antonio de Lamare. Esta expedição transportou as tropas sob o commando de Labatut. Foi Ministro da Marinha em 1822, tendo exercido altas commissões próprias de sua carreira.

Tomo 85: No discurso — *Três grandes Almirantes* — do Commandante Raul Tavares, entre páginas 399 e 408, há um estudo sobre o Almirante Custodio José de Mello, filho da Bahia.

Entre as paginas 615 e 617 há uma noticia do Desembargador Antonio Ferreira de Souza Pintanga, nascido na Bahia a 2 de Março de 1850 e fallecido no Rio de Janeiro à 11 de Novembro de 1918.

Tomo 87: entre paginas 523 e 524, ao Discurso do Dr. Ramiz Galvão, em recordo dos sócios fallecidos no anno social, há referencias ao Cons. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, antigo Presidente deste Instituto, nascido em 1847 na Bahia e fallecido no Rio em 19 de Março de 1920.

Tomo 90: *Na Bahia Colonial* 1610–1765 pelo Dr. Affonso de E. de Taunay. Entre págs. 237 e 392. Bello e consciencioso estudo do incansável Director do Museu do Ypiranga (S. Paulo), no qual nos dá noticia das impressões recebidas por viajantes estrangeiros que nos visitaram em differentes tempos. Assim o eminente historiapho transcreve e commenta as impressões de Pyrard de Laval (1610), Francisco Coreal (1685), Froger (1695), Dampier (1699), de um Official Negreiro Anonymo, Frezier, La Barbinais (1717), Mrs Kindersley (1764). A "Memória" é illustrada de seis gravuras da Bahia contemporânea das referidas viagens.

Tomo 92: No trabalho do Dr. Affonso de E. Taunay sob o titulo — *Viagens e Viajantes* — entre págs. 211 e 336 há várias referências á Bahia, sobretudo no capitulo da viagem de Thomaz Lindley (1802).

Tomo 94: Na brilhante "*Memória*" que sobre a *Independência do Brasil* escreveu o nosso illustre confrade Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, publicada entre paginas 10 e 339, alem do longo capitulo XVII intitulado — *A restauração da Bahia* — onde "vibra o coração do jovem bahiano, justamente inflammado pelo amor do berço natal", há toda uma fieira de factos e homens da Bahia. Este trabalho é uma das mais pujantes affirmaçoes dos talentos de seu autor. Em verdade não se pode ter idéia exacta do que foi o prélio da nossa emancipação em seus múltiplos aspectos sem se ter lido a Memória citada.

No mesmo Tomo, no artigo *De algumas coisas mais notáveis do Brasil* (informação jesuítica do fim de século XVI), entre págs.

367 e 421 há muitas referencias à Bahia, aos seus primeiros governos, às suas aves, aos seus animais, etc. etc.

Ainda no mesmo Tomo entre págs. 534 e 553 está publicada a formosa *Conferencia* que Afrânio Peixoto fez no Instituto Brasileiro a respeito do glorioso 2 de julho de 1823.

Tomo 96: Entre págs. 419 e 434 noticia a Revista a *Sessão Especial Commemorativa do Centenário do Natalício do Barão de Macahubas,* onde se lê a "*Conferência"* que fez o Secretario Perpetuo do Instituto a respeito da vida prestantissima do celebrado pedagogo bahiano.

Tomo 97: No trabalho de Heitor Moniz, *Estadistas do Império,* entre págs. 121 e 126, 131 e 136 o autor refere-se especialmente, entre outros, ao Barão de Cotegipe e a Rodolpho Dantas que, ao lado de Saraiva, Rio Branco e Zacharias de Góes e Vasconcellos, foram os maiores estadistas offerecidos pela Bahia ao Brasil so segundo império.

Tomo 98: No artigo de Rodolpho Garcia, *Viagens de D. Pedro II*, entre págs. 117 e 118 há especiaes referencias á visita que, em 1859, fez o glorificado monarcha á Bahia, onde desembarcou a 6 de Outubro do mesmo anno, visitando, de volta da Cachoeira de Paulo Affonso, varias cidades, villas e povoações.

Tomo 99: Na Conferencia feita no "Instituto", em 6 de Maio de 1926, pelo Dr. Tavares de Lyra, há especiaes referencias a dez vultos bahianos: José Joaquim Nabuco de Araujo que foi o primeiro Barão de Itapuan, fallecido a 20 de Abril de 1890; Luiz José de Oliveira Mendes, barão de Monte Santo, nascido em 1779 e falecido em 21 de Março de 1851; Antonio Luiz Pereira da Cunha, visconde e marquês de Caravellas, nascido em 1768 e falecido a 8 de Setembro de 1836: Francisco Carneiro de Campos, irmão do precedente, falecido em 1842; Luiz José de Carvalho e Mello, visconde de Cachoeira, nascido em 1764 e falecido em 6 de junho de 1826; José da Silva Lisboa, barão e visconde de Cayrú "uma das maiores culminâncias do Brasil intellectual", nascido em 1764 e fallecido em 20 de Agosto de 1835; Domin-

gos Borges de Barros, barão e visconde de Pedra Branca, nascido em 1780 e fallecido em 20 de Março de 1855, Clemente Ferreira França, visconde e marquês de Nazareth, nascido em 1775 e fallecido em 11 de Março de 1827; José Egydio Álvares de Almeida, barão, visconde e marquês de Santo Amaro, nascido em 1767 e fallecido em 12 de Agosto de 1832.

No mesmo Tomo, entre págs. 344 e 402 estão publicadas uma exaustiva *Conferencia* feita no Instituto pelo Dr. Braz do Amaral sobre a "*Conspiração republicana da Bahia de 1798",* já denominada Conspiração dos Búzios. Este trabalho foi publicado tambem em nossa Revista nº 52, entre págs. 113 e 179.

Tomo 101: A "Conferência" que o Dr. Braz do Amaral fez no Instituto em Sessão de 10 de Outubro de 1927 sob o título *Esclarecimentos sobre o modo pelo qual se preparou a Indepedencia,* entre págs. 357 e 399 é toda uma série de documentos, illustrados de judiciosos commentarios, reveladores de factos passados na Bahia após a conspiração de 1798.

Tomo 104: Na "Conferência" do Dr. Tavares de Lyra, lida no Instituto em 18 de setembro de 1928, em comemoração do Centenário da Criaçao do Supremo Tribunal de Justiça, entre págs. 1035 e 1038 há referencia especiaes aos seguintes magistrados bahianos: Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, barão e visconde de Monserrate, nascido a 4 de setembro de 1788 e falecido em 1884; Joaquim Marcellino de Brito, nascido a 2 de junho de 1799 e falecido a 27 de Janeiro de 1879; João Antonio de Vasconcellos, falecido a 21 de Novembro de 1880.

Tomo 106: "*Relatório das Viagens de estudo na Bahia"* pelo professor Otto Quelle (da Universidade de Bonn-Alemanha). Entre págs. 7 e 28, trata-se de um Relatório que o seu autor publicou no Archivo Ibero-Americano relativo à viagem que emprehendeu no Estado da Bahia em 1927. O relatório é dividido nos seguintes capítulos: *Pela Bahia Meridional ao valle de S. Francisco; O Valle Oriental de S. Francisco; A Chapada de "Cerros ilhados" de Juazeiro e a região desértica da Bahia; O litoral bahiano.*

No magistral trabalho do Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, Orador official do no nosso Instituto, intitulado *A Política no Império — Homens e Factos* — entre págs. 59 e 222 o autor faz, primeiro, minudente estudo da actuaçao do glorioso Bahiano José Antonio Saraiva na vida do segundo império, traçandolhe o admirável perfil de estadista, e depois, versa exaustivamente o *Incidente Caxias e a Queda de Zacharias de Góes,* este, outro nome gravado perennemente nos fatos da História Pátria. Ainda no capitulo *Queda do Gabinete Itaborahy* — aparece a figura impressionante do Barão de Cotegipe, cuja romagem ninguém conhece melhor que o autor, seu illustre neto.

Tomo 108: Este tomo da Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro encerra unicamente a *Historia do Brasil* de Henrique Handelmann, professor da Universidade de Kiel trasladada para o portugues pela bibliothecaria do Instituto D. Lucia Furquim Lahmeyer, fazendo a revisão o General Bertholdo Klinger e o Dr. Basílio de Magalhães. Bem é de ver que, tratando-se de uma Historia Geral do Brasil como é a obra atentada do sábio alemão, a história da Bahia entra em grande parte: sem a vida passada da Bahia não se pode fazer a História do Brasil, porque ella foi *mater* da nacionalidade.

Não se cifra, porém, aos 109 tomos já publicados, que perfazem um total de 163 volumes a fortuna milionária que o Instituto Brasileiro há accumulado para a gloria e lustre da sciencia nacional.

Há ainda os tomos especiaes, outros volumes repletos de informes, memórias, conferências e estudos a respeito do Brasil e de cada uma de suas unidades integrantes.

Em nosso trabalho, publicado na Em nosso trabalho, publicado na Revista n° 43, já alludimos ao que, referente á Bahia se encontra nos cinco volumes especiaes do *Primeiro Congresso Nacional da Historia* (7 a 16 de Setembro de 1914) e no Tomo consagrado á *Exposição Commemorativa do 1º Centenário da Imprensa Periódica do Brasil.*

Vejamos agora os Tomos especiaes publicados depois:

No Tomo especial *O Anno Da Independencia*, aparecido em 1922, registro das conferencias pronunciadas então no Instituto pelos expoentes das nossas letras históricas, afora as referencias notáveis que quase todas contem, dada a acçao decisiva da Bahia na conquista da Liberdade nacional, há a do Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida — *Centenário da Batalha de Pirajá* —, o mais completo estudo a respeito do prélio que decidiu da guerra emancipancionista na Bahia. Entre págs. 379 e 416. Annexo está um mappa da península em cuja extremidade meriodional assenta a cidade do Salvador, mostrando os ihcatros dos combates feridos entre portugueses e brasileiros (O mappa foi desenhado pelo Dr. Theodoro Sampaio).

Nos 9 Tomos especiaes consagrados aos trabalhos do *Congresso Internacional de Historia da América* há nesse abundante de informes relativos a factos e homens da Bahia. Faço especial menção do Vol. V onde se lê a seguinte Memória que mais de perto diz com a história bahiana — *Historia do Rio S. Francisco* por Elpidio de Mesquita e do vol. 9 que reproduz o estudo que publiquei em 1922 sobre *Joanna Angélica — A Primeira Heroina da Independência do Brasil.*[50]

50 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, n°50, 1933.

A SALA "CASTRO ALVES" NO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Bernardino José de Souza

Comunicação do Secretário Perpétuo Prof. Bernardino de Souza (Publicado no Jornal do Comércio Rio) de 29 de Abril de 1934.

Em Março de 1933 podemos nós do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia realizar uma reverente e necessária homenagem ao mais intrépido dos nossos pioneiros do ideal , a Castro Alves.

Reunir tudo o que dele possuíamos e que se encontrava esparso em várias Secções do Instituto numa só Sala, dele só — A Sala Castro Alves — era velho anseio dos que mantêm o fogo sagrado junto às relíquias de antanho, que tão respeitosamente conservamos e zelamos; fizemo-lo silenciosamente, mas em tempo.

Agora na Casa da Bahia há um trecho onde tudo recorda a figura escultural do maior gênio literário da nossa Pátria, a cuja memória rendemos as oblatas gratíssimas da nossa inexcedida gratidão.

Faço de primeira mão, a descrição do que se encontra na Sala do inimitado poeta brasileiro: saibam os baianos e o brasileiros todos o que temos do vate imortal e nos enriqueçam o catalogo de suas lembranças com tudo o mais que não temos e que possa evocar o perfil magnífico de uma das glorias mais altos do Brasil.

Conscientes do nosso dever, nós do Instituto Geográfico e Histórico do Bahia, apelamos para a Bahia e para o Brasil no sentido de que, no templo augusto das tradições bahianas, mais e mais se entesourem recordos do glorificado cantor: nós do Instituto trabalhamos para que a Sala Castro Alves seja o santuário mais rico do perpétua adoração do condor da poesia nacional.

RELAÇÃO DOS OBJETOS EXISTENTES NA SALA CASTRO ALVES

1- Retrato a óleo do poeta, feito pelo pintor baiano Prof. Francisco Terencio Vieira de Campos, catedrático do Ginásio da Bahia, medindo (84 por 72 cm).

2- Fotografia (em quadro) da casa em que nasceu Castro Alves, na Fazenda Cabaceiras, aos 14 de Março de 1847 (A fazenda "Cabaceiras" fica a 30 km, mais ou menos da atual cidade de Muritiba. A casa não existe mais. Vide "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia", nº 59, pág. 258).

3- Quadro (50 por 40 cm) contendo uma homenagem prestada pela Bahia ao grande e inspirado poeta no decenário de sua morte: o retrato do poeta é circulado por várias alegorias evocadoras de sua obra social e literária.

4- Quadro (40 por 57 cm) contendo o desenho original da capa do livro de Mucio Teixeira sobre a vida e obras do glorioso poeta, simbolizando a Glória coroando o poeta aos 18 anos.

5- Quadro (80 por 65 cm) com o retrato do poeta envolvido em artística ramagem de flores e folhas secas.

6- Três quadros com fotografias do projeto da estátua de Castro Alves, inaugurada na Cidade do Salvador (Praça Castro Alves) em 6 de Julho de 1923 e dos seus grupos ornamentaes.

7- Quadro com o retrato a crayon do poeta, feito pelo aluno das Escolas Reunidas dos Mares, Mario Leal, aos doze anos de idade.

8- Quadro com o retrato do poeta aos 24 anos de idade.

9- Quadro contendo um retrato do poeta a crayon (autor desconhecido).

10- Tela (de 45 por 35 cm) com o retrato do poeta iniciado pelo célebre pintor José Antonio da Cunha Couto e retocado pe-

lo próprio Castro Alves, segundo informe de sua digníssima irman D. Elisa Castro Alves Guimarães.

11- Caixa em forma oval (72 por 55 cm) contendo uma coroa de louros de veludo verde, escritos em ouro nas numerosas folhas os títulos das mais famosas poesias de Castro Alves, vendo-se ao centro a imagem do poeta: Homenagem que lhe prestou a Escola Militar do Rio de Janeiro. Em torno da caixa artística se lê a seguinte inscrição gravada em letras doiradas: *A Antonio Castro Alves, os alunos da Escola Militar.*

12- Pequena mesa redonda de vinhatico, onde o glorificado poeta escreveu as ultimas poesias, com um cartão de prata laminada, onde se lê a seguinte inscrição feito pelo Prof. Dr. Prado Valadares, luminar da ciência Médica brasileira: — "Foram aqui escritas estrofes sublimes do maior poeta que jamais viram nascer terras americanas. A alma das cousas há de ser, conjunto quiçá eternamente vivedoíro das vibrações que lhes transfunda a energia superior de um pensamento forte. Quem puzer olhos neste móvel considere com emoção patriótica de justíssimo orgulho a espiritualidade altíssima que nele remanesce".

13- Seixo rolado lirado da fonte em que Castro Alves tomava banhos quando criança na fazenda Cabaceiras, com um cartão de ouro embutido no qual se lê a inscrição feita pela sua dileta e carinhosa irman D. Adelaide de Castro Alves Guimarães — *Lembrança da Fazenda Cabaceiras onde nasceu Antonio de Castro Alves a 14 de Março de 1847* (Em caixa artística).

14- Em artístico estojo — Anel de cabelos de Antonio de Castro Alves, cortados no leito de morte por sua irmã Adelaide de Castro Alves, aos 6 de Julho de 1871.

15- Entre vidros o Autógrafo: O de ao 2 de Julho, com a bela assinatura do glorioso poeta.

16- Autógrafo – A Capela do Almeida – 1870.

17- Uma corôa de louros, com os fitas das cores de França, oferecido ao poeta pela colônia francesa da Bahia, quando recitou a sua conhecida poesia intitulada — *No Meeling do Comité du Pain* (Obras Completas, Vol. II, Pág. 336). Castro Alves declamou esta poesia aos 9 de Fevereiro de 1871, em sessão pública promovida pelo mesmo Comité para angariar donativos em favor dos mutilados, orfãos e viúvas da guerra franco-prussiana de 1870-1871 .

18- Fita de uma corôa de folhêto, oferecida a Castro Alves pelo artista Cirilo Eloy Pessôa de Bastos, quando foi representado pela primeira vez, na Bahia, no Teatro S. João, aos 7 de Setembro de 1867, o drama Gonzaga. A fita é azul e tem a seguinte inscrição dourada: – Ao Genio – Homenagem do C. E. P. de Bastos. (A corôa de folheto foi oferecida pela família do poeta a N. S. dos Aflitos – Bahia).

19- Estatueta de gesso representando a África que fazia parte de um dos grupos ornamentaes do monumento a Castro Alves na Bahia, idealizado pelo escultor francês Joseph Gabriel Sentis, projeto este que não foi aceito por não ter nessa quadra a Comissão Promotora do Monumento bastante numerario.

20- Obras completas de Castro Alves em 2 vols. Publicação comemorativa do cincoentenario do Poeta. No primeiro volume o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia fez registrar as assinaturas das pessôas gradas presentes à cerimonia da inauguração da estatua do poeta na Cidade do Salvador em 6 de Julho de 1923; assinam em primeiro e ultimo logar respectivamente D. Adelaide Castro Alves Guimarães e o Prol. Bernardino José de Souza Secretario Perpetuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. (São 45 as assinaturas lançadas no volume).

21- Gonzaga ou a Revolução de Minas — Drama Histórico Brasileiro por A. de Castro Alves — Rio de Janeiro, Tipografia da "Escola" de Serafim José Alves – Editor – Rua Sete de Setembro 89.

22- Espumas Flutuantes. Edição da Editora Guanabara – Rio. Reprodução fiel da Edição de 1870, com introdução, bibliografia e notas criticas de Afranio Peixoto (1 vol.).

23- Espumas Flutuantes. Nova edição. Prefácio de Renato Travassos. Editora Guanabara – Rio – (1932).

24- Espumas Flutuantes. Nova edição correta e aumentada, com um juízo critico de Alberto de Oliveira – (Edição Garnier – Rio).

25- Castro Alves: Poesias até agora não reunidas em volume. Edição da Livraria Catilina – Bahia.

26- Castro Alves. A Cachoeira de Paulo Afonso e os Escravos. Nova Edição. Prefacio de Renato Travassos. Editora Guanabara – Rio.

27- Castro Alves. A Cachoeira de Paulo Afonso. Poema original brasileiro. Fragmento dos Escravos sob o titulo – Manuscritos de Stenio. Bahia. Imprensa Econômica – l876.

28- Castro Alves. Ensaio bio-bibliografico por Afranio Peixoto – 1931. Off. Industria Grafica – Rio de Janeiro.

29- Castro Alves e os Moços por D. F. de Aquino Correia – Arcebispo de Cuiabá – 1933 – Rio de Janeiro.

30- Castro Alves – Correspondência e Critica. Prefácio e coordenação de Alfredo Mariano de Oliveira – Livraria Editora A. Antunes & Cia 185. Rua Buenos Aires – Rio de Janeiro.

31- Vida e Obras de Castro Alves de Mucio Teixeira. Edição ornada com dois retratos do biografado, um aos 18 anos e outro aos 21. Bahia, l896. Enc. do Diário da Bahia.

32- Castro Alves na vida e na morte. Conferência realizada por Silio Boccanera no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia a 14 de Março de 1918. Bahia. 1918.

33- Homenagem do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia ao grande Poeta Antonio de Castro Alves (1847 – 1871), organizada pelo primeiro Secretário Cons. João Torres. Vol. I. Bahia. 1910.

34- Castro Alves. Poeta Social. Conferência realizada no dia 3 de Agosto de 1913 pelo Dr. Homero Pires no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Da Revista do mesmo Instituto N° 37 a 39. 1913).

35- Discussão literária entre Belarmino Barreto e os Drs. Frederico Lisbôa, Arthur Americano e Aquino Fonseca acerca das poesias de Castro Alves. 2 vols., encadernados em um só. 1892. Cachoeira. Bahia.

36- Número da revista carioca « Beira Mar », de 3 de Setembro de 1932, onde foi publicada Uma tarde de exaltação de Castro Alves.

37- Número 39 da revista Bahia Ilustrada » (Ano V, Junho de 1921), tendo na capa o retrato do poeta em meio de uma lira e no texto o estudo de Asterio de Campos a respeito do genial cantor, bem como a sua primeira poesia escrita aos 15 anos, além de várias gravuras como sejam: Castro Alves em 1866, em 1868 e em l871.

38- Número 115 (Março de 1933) da revista carioca *Nação Brasileira* a qual traz na capa a imagem do poeta e no texto vários trabalhos a seu respeito.

39- Número do Diario de Noticias da Bahia de 6 de Junho de 1881, editado em homenagem ao poeta, no decenario de sua morte. É uma poliantéa na qual colaboraram Castro Rebelo Jr., Manoel Vitorino Pereira, Silva e Almeida, Lellis Piedade, Luiz Alvares dos Santos e onde foi reproduzido a formosa Carta às Senhoras Bahianas, escrita pelo glorificado vale, em 7 de Abril de l871, em favor da remissão dos cativos.

40- Número da A Noite do Rio de Janeiro, de 6 de junho de 1933, onde é tributada uma homenagem ao poda no 62º aniversario de sua morte.

41- Número do O Homem Livre do Rio de Janeiro, de 15 de Junho de 1933, onde foi publicado um trabalho de M.

Paulo Filho, Diretor do Correio da Manhã sobre Castro Alves, sob o titulo – De um ensaio literario sobre a vida e obra do Poeta!.

42- Número 5 do ano XXXII (6-7-1933) do Malho (Rio de Janeiro) que contem uma homenagem ao poeta no 62º aniversário de sua morte e a poesia do Dr. Martins de Oliveira oferecida à veneravel irman do poeta D. Adelaide de Castro Alves Guimarães.

Ahi está, para conhecimento de todos os devotos do glorioso brasileiro, a lista dos objetos que na Sala Castro Alves lhe evocam a querida lembrança.

Ao apêlo que fizemos nas primeiras linhas deste inventario de preciosidades, juntamos agora a promessa de que havemos de continuar, para o culto da posteridade, a colheita de recordos do maior genio da nossa gente.

OBSERVAÇÃO DO AUTOR: – Deve o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia registrar aqui a sua imensa gratidão às Exmas. Senhoras. D. Adelaide e D. Elisa de Castro Alves Guimarães, ofertantes dos mais preciosos cimelios acima indicados.

Também nos tem oferecido outros os Drs. Hermano de Sant'Anna, Deraldo Dias e Prof. Robespierre de Farias. No mostruário de jacarandá onde se guardam as referidas lembranças estão inscritos os nomes dos doadores.[51]

51 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº 50, 1933. Nota da Redação: Depois da partida do ilustre autor deste artigo, foi a coleção acima enumerada enriquecida com mais os seguintes cimélios:
43) Número 7 – Ano 1º do jornalzinho **O Colibri**, (Bahia, 17 de julho de 1898), todo consagrado a Castro Alves.
44) Hino do Equador – com introdução e notas de Afrânio Peixoto e retrato do autor – Volume II das Obras completas de Castro Alves. – Editora Guanabara – Rio, 1934.

A EPOPÉIA BAIANA[52]

Dois de julho de 1823

Bernardino José de Souza

Há 112 anos terminava na Bahia a mais memorável campanha militar que ainda se feriu em terras brasileiras — a Guerra da Independência.

Não lhe remontemos os antecedentes. Principiaram-na as vilas do Recôncavo pelas vozes de suas câmaras municipais. De 25 de julho de 1822 a 2 de julho de 1823, tais foram os seus extremos patrióticos que bem mereceram os títulos honoríficos com que as galardoou a munificência imperial. Heroica, Leal, Valorosa, Patriótica, Decidida — eis os brasões de Cachoeira, Santo Amaro, S. Francisco, Maragogipe e Valença — cintura de fogo que se improvisou em torno da capital da província, escolhida pela Metrópole sede da sua resistência à emancipação do Brasil.

Já passava de um ano a guerra, quando se quebrou a resistência lusitana, a 2 de julho de 1823.

Vale recordar o epílogo magnífico.

Madrugava ainda a natureza, quando, nesse dia, um tiro de peça da fortaleza de Santo. Alberto deu o sinal de embarque para imediata partida das forças portuguesas, ao todo 11.294 homens entre marujos e soldados.

O brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Melo que se cobrira de louros em Burgos e Tolosa, na guerra pela libertação de sua pátria

52 Palavras pronunciadas pelo prof. Bernardino José de Souza, Secretario Perpetuo do I.G.H.B. na estação P.R.H.3 do Rio de Janeiro a 2 de julho de 1934. — Homenagem à Bahia e aos baianos.

do jugo napoleônico e a quem o destino insondável transformara em algoz de um povo que desejava ser livre, compreendera a inutilidade da continuação de uma luta que há mais de doze meses ensangüentava a terra brasileira da Bahia mater. E a 2 de julho oitenta e quatro veleiros amanheceram de verga d'alto e desaferraram para o outro lado do Atlântico.

A notícia corre célere até os acampamentos dos brasileiros que siliavam, de mar a mar, a península, em cuja extrema meridional se assenta a cidade do Salvador, primaz do Brasil nos títulos da igreja e nos fastos da historia compatrícia.

Ribombam os canhões para as salvas da vitória, estrugem aos ares milhares de vozes alegres, corre nas linhas combatentes um frêmito de alegria cívica, entre os vivas ao Brasil independente e à Bahia redimida.

Encontram-se sem delongas os chefes maiores da guerra santa: José Joaquim de Lima e Silva, comandante do Exercito Libertador; José de Barros Falcão de Lacerda, Galhardo pernambucano que comandava a Divisão da Direita; Felisberto Gomes Caldeira que chefiava a Divisa de Esquerda. E concertaram sem delença a entrada na cidade evacuada pelo inimigo.

Relembremo-la para o nosso orgulho de brasileiro, segundo atestam as provas documentais que possuímos e rezam as velhas e boas tradições baianas.

Tudo apresentado, o chefe Lima e Silva da as vozes de comando: estendem-se as linhas das três colunas que haviam de entrar na cidade pelos caminhos da Lapinha, de Brotas e do Rio Vermelho. E começa o mais glorioso desfile cívico do Brasil. A coluna do chefe do Exercito entraria pela estrada da Liberdade, em cujo fim se erguia a ermida tradicional da Lapinha. À sua frente o corpo de exploradores de Antero Ferreira de Brito e logo após o Comandante em Chefe com o seu Estado Maior, ao qu8al fora agregada Maria Quitéria de Jesus Medeiros, a impávida baiana de S. José de Itapororocas, seguindo-se a multidão anônima dos soldados do Batalhão do Imperador, da tropa de Pernambuco, das

Milícias da Bahia, em andrajos, esfarrapados, nos corpos as marcas dos sofrimentos da guerra, na alma a alegria radiante dos vencedores da peleja memorada.

A marcha, di-lo a História, foi triunfal, entre palmas reboantes e flores da madrugada homérica. Ao alto da Soledade repicam os sinos em festa e brame o fragor das ovações delirantes.

É impossível, diz o Comandante Lima e Silva, em seu oficio de 6 de julho ao Governo Imperial, "descrever o jubilo dos habitantes da cidade e pintar com perfeição as cenas patéticas desse dia glorioso para todo o Brasil".

Faz alto o cortejo épico em frente ao Mosteiro da Soledade: e em nome das religiosas assim falou o revmo. Capelão Antonio José Gonçalves de Figueiredo:

> "A madre superiora e mais religiosa deste convento, inundadas no mais justo prazer e alegria pela plausível e triunfante entrada do exército pacificador nesta cidade, têm a honra de oferecer a V. Ex. e aos Srs. chefes e oficiais do valoroso exercito do seu comando estas verdes e frondosas coroas de louros para passar com elas neste arco triunfal: E como as mesmas religiosas, pela sua profissão, não podem pessoalmente adornar-lhes as frontes, digne-se V. Ex. receber das minhas mãos este público testemunho de que se acha revestida toda esta ilustre e religiosa comunidade" (Titara).

"Nuvens de flores" caíram sobre os guerreiros que redimiram o Brasil; ferem os ares os vivas repetidos dos patriotas; Lima e Silva, com a sua oficialidade às portas do claustro, agradece, em gesto de alta reverencia, a homenagem enternecedora.

Soam vibrantes os toques de marcha e passam sob o arco auriverde as tropas da redenção brasileira para as ameias do Barbalho, onde desfraldam a bandeira da pátria soberana, para o Terreiro de Jesus, onde sobem aos céus os votos de centenas

de corações agradecidos a as vozes consoladoras de comovente *Te-Deum*.

Assim foi no 2 de julho de 1823.

E hoje, ao evocar, nos transportes de minha alegria de brasileiro que ama estremecidamente o Brasil, a argamassa do sangue generoso que assegurou a Independência nacional, ressurgem no meu espírito, em vibração, aqueles soldados abnegados, aqueles troféus em desfile, aquelas bandeiras queimadas ao fogo dos combates, e os arcos do triunfo, e as girândolas festivas, e os repiques de sinos, as baianas vestidas de verde e amarelo, os cidadãos arrebatados, toda a cidade fremida num só coração delirado das mais justas alegrias.

O Brasil e os brasileiros, sobretudo as suas classes cultas, não podem nem devem por mais tempo consentir que se volva esta página da historia da Pátria sem as vibrações dos grandes entusiasmos patrióticos.

Há nela tanta bravura, tanto desinteresse cívico, tanto sacrifício individual e coletivo, que raia o seu silencio pela maior das injustiças feitas a antepassados insignes.

Fixemos, para o conhecimento de todos, algumas de suas linhas exemplares. A documentação do que foi a Guerra da Independência do Brasil já foi joeirada nos arquivos: pacientes investigadores já reviveram as suas gloriosas jornadas e à ouvida da leitura da narrativa épica se exaltam os sentimentos imanentes do patriotismo.

Já é tempo de desfazer-se a suposição redondamente errada que a nossa Independência foi o resultado tão só de combinações políticas entre pai e filho conchavados pelos interesses de coroados. Não há de vingar a escola dos demolidores do nosso passado, nem as paixões sem horizontes poderão sombrear a seara florida das nossas glorias maiores: felizmente os levitas das memórias da pátria não silenciam as vozes que repetem às gerações sucessivas as tradições que fortificam e os exemplos que estimulam, que rejuvenescem que preservam da morte as nações e as Pátrias.

A luta pela Independência durou de 25 de julho de 1822 a 2 de julho de 1823: nela se empenharam, de lado a lado, 13 brigadas, mais de 30 de batalhões, 97 navios com 934 peças de artilharia e 20.809 homens das três armas; feriram-se dezenas de recontros, quatro batalhas campais e sérios combates no mar, em todos se atestando o valor dos guerreiros da libertação do Brasil.

As tropas insurrectas chegaram a perto de 12.000 homens. Dentre estes, poucos eram de linha; a maioria era constituída de mansos trabalhadores de beira-mar e do sertão. Os periquitos, os Encourados do Pedrão, os Ceroulas, os Pitangas, os Libertos, os Henrique Dias, os Belonas, os Mavortes, os Montebrechas de Pernambuco, os Cavaleiros da Torre e de Pirajá, a Legião de Honra da Cachoeira, a Legião da Bahia e quatro outros contingentes de alcunhas guerreiras crepitantes, não cediam passo aos disciplinados heróis do Batalhão do Imperador, das Milícias da Corte ou dos Regimentos de veteranos que formavam o núcleo dos batalhões improvisados.

Não sabemos de outro feito na Historia do Brasil em que tanto se sublimasse e desprendimento de uma população em beneficio de um ideal: humildes pescadores que iludem a vigilância da armada inimiga e vão levar o seu pescado aos patriotas, nas enseadas que extremavam o assedio da cidade: lavradores que, sem lucros de guerra, fornecem mantimentos às tropas rebeladas, modestas camponesas que lavram os campos ao sol e fazem roupas e fardas à luz das candeias tabarôas; senhoras de nobre estirpe que enviam à princesa Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil, os seus corações "únicas oblatas, que pos a natureza ao alcance do seu sexo, para que faça a Posteridade o devido conceito das Brasileiras, e em particular das Baianas", gente de todos os graus, todos a um, nos extremos de devoção à cruzada libertadora.

A revolução de 1822 não teve sentido regional. Olhos fitos no Brasil inteiro, estendido então do Amazonas ao Prata, desde os seus primeiros ensaios, o pensamento era a grande Pátria que se queria fundar sob o signo do Cruzeiro. Há uma flagrante relação

causal entre os fatos que se desenrolaram no centro, em paz, e na província insurrecta. Os combates de 18, 19 e 20 de fevereiro de 1822, dentro nas ruas e praças da cidade do Salvador, foram conseqüência das desobediências do Príncipe às imposições das Cortes Portuguesas; a erbeliao das Câmaras Municipais do Recôncavo fora um ativa replica aos decretos humilhantes da metrópole despeitada; o 25 de julho da Cachoeira ratificava o 3 de julho do Rio de Janeiro — aqui um decreto que convocava uma Constituinte para o Brasil, ali o primeiro alarido a um pronunciamento concertado para vitória do programa que o maior dos Andradas inspirava ao Príncipe Regente.

Se o grito do Ipiranga dissipou todas as possibilidades da união luso-brasileira, e constituí, para nosso orgulho, lema supremo para os grandes devotamentos cívicos, se em S. Paulo se proclamou a nova soberania americana, na Bahia, onde acesa e dura já era a guerra, se desfazia a ilusão, de um exercito pacificador, que as lições de Labatut acabavam de organizar para a redenção nacional. E enquanto o Príncipe fazia a sua cavalgada triunfa, desde os campos duas vezes celebrados de Piratininga até esta maravilhosa cidade, enquanto se sucediam as aclamações do povo agradecido, crepitavam palmas e choviam flores à sua passagem radiante, na Bahia, às portas de sua capital, para que tudo isso não fosse mais uma revolução malograda, batiam-se peitos de bronze em sangrentos combates, arriscavam-se vidas e bens, curtia-se fome e se derramava sangue — o sangue impoluto dos que firmaram para todo o sempre a Independência do Brasil, sangue brasileiro de Pernambucano e Paraíba, de Alagoas e Sergipe, também do Rio de Janeiro, mas, sobretudo dos baianos indomáveis.

E onde? Na angustura do Funil, nos pendores do Cabrito, na Planície da Conceição, nos barrancos da Cruz do Cosme, nas ourelas de Itaparica, nas águas da Bahia de Todos os Santos e na caudal do Paraguaçu, no chão duro e acidentado do Pirajá — onde, a 8 de novembro de 1822, se travou a maior batalha da guerra santa.

Hosanas à Bahia — catedral dos mais altos símbolos da perenidade do Brasil.

Rezemos no altar dos cultos cívicos a oração respeitosa da nossa fidelidade aos ideais dos que fundaram, entre os povos da terra, o Brasil soberano.[53]

53 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº60, 1934.

O DIA DA PÁTRIA NO RIO[54]

Bernardino José de Souza

Exmo. Sr. Presidente da República — meus patrícios — na base deste augusto momento em que o bronze eterniza a figura decidida do arauto famoso do Ipiranga, nesta praça que evoca o homem símbolo do maior sacrifício por redenção do Brasil, neste instante em que enchem os ares da Pátria os canglores do civismo brasileiro e em que redemos as oblatas da nossa gratidão aos que nos derramaram a luz da liberdade, não sei, senhores, se há lugar para outras palavras que não sejam vivas ao Brasil ou então o murmúrio de orações pela sua felicidade.

Perdoai-me, porém, a interrupção por minutos desse coro uníssono de palmas ao Brasil e de votos ardentes pela grandeza da Pátria; chamaram-me a postos aos brasileiros que delinearam as pomposas solenidades que estamos assistindo.

E que ouviram falar da minha devoção à pátria, da minha continua e invencível tenacidade no clamar a obrigação que temos de amar perdidamente o Brasil, honrando-lhe os maiores, perpetuando-lhe as gloriosas tradições de honra imaculada.

De há trinta anos, meus concidadãos, orgulho-me de ser na Bahia generosa um dos mais assíduos evangelizadores da religião da pátria, que nos impõe o culto de seus nomes imortais e a comemoração de suas datas celebradas. Sou cada vez mais um convencido de que acima dos interesses materiais e das paixões egoístas deve o espírito humano manter intacta a lembrança dos gran-

54 Discurso proferido pelo Prof. Dr. Bernardino José de Souza, Secretario Perpetuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia junto à estatua do fundador do Império, por ocasião das grandes comemorações efetuadas na capital da Republica, em honra ao "Dia da Pátria" — a 7 de setembro de 1934.

des devotamentos, das abnegações exemplares, dos nobres desinteresses e dos belos sacrifícios de quantos nos legaram o inestimável patrimônio de uma terra abençoada e cheia de uma cincha azul que em risos do céu nos enfeita a vida de esperanças.

Porque, Senhores, só assim podem as nações prosseguir a continuidade de sua historia através dos maiores cataclismos; só assim se mantém intacta a personalidade moral dos povos; porque só nos exemplos dos nossos antepassados ilustres, nas lições dos grandes mortos, é que podemos haurir energias e virtudes capazes de realizar os anhelos de crescer e subir, cada vez mais alta, na escalada luminosa da civilização.

Em verdade só poderemos fitar com fé o futuro se mergulharmos os olhos d'alma nos exemplos do passado de honra que nos é riqueza inexaurível e nunca seremos dignos da companhia humana que marcha na vanguarda, se não compusermos nosso caráter aos melhores modelos de heroísmo nacional.

Eis, pois, a urgência desta ressurreição fremente da jornada épica do Ipiranga que ora fazemos.

Eu vos juro pela bandeira de ouro e de esperança — lábaro estrelado do Brasil — que nunca me senti tão desvanecido quanto agora diante de vós, meus patrícios do Rio de Janeiro, de pé ante esta estátua venerada e sob o firmamento desta cidade que deus encheu de maravilhas.

Feliz de mim que vindo da terra onde nasceu o Brasil, nos braços de uma cruz, tendo a honra de comungar convosco nesta augusta solenidade comemorativa da mais gloriosa efemeridade da Pátria estremecida, — o dia de sua independência.

Compatriotas: aclamemo na praça do abnegado proto-martir o "Dia da Pátria" — o maior entre os maiores.

A sua projeção simbólica só poderá medir quem tiver alma e coração impregnados da espiritualidade do passado e da confiança intangível nas messes opinas do futuro.

Eia, pois, concidadãos, proclamemos, agora, patrioticamente, indeclinavelmente, unanimemente, soberanamente, que o "Sete

de Setembro" — dia do Brasil livre, dia do Brasil unido, dia do Brasil estremecido, dia do Brasil eterno — será por doravante o "Dia da pátria".

Senhores: nunca, em tempo algum necessitamos tanto ativo e pronto espírito nacional que nos dias que correm.

As sombras que de longe em longe nos ameaçam a integridade e a permanência das instituições republicanas devemos opor as claridades do nosso sincero devotamento à terra que nos viu nascer; às teorias dissolventes que teimam no avassalar os espíritos menos fortes, respondamos com a vigilância do verdadeiro patriotismo, desse que é, em sua essência, a virtude que nos leva a zelar o patrimônio material e moral que nos legaram as gerações que se foram e que nos cumpre transmitir honrado e intacto aos porvindouros.

Não consintamos que mãos demolidoras atirem à impetuosa corrente das idéias em marcha para um novo rumo da humanidade, os lauréis que enastram o nome do Brasil entre os povos mais mansos e melhores da terra.

Pensai nisso,sempre, meus compatriotas.

E agora fitai reverentes este monumento: ele é um dos melhores altares da pátria querida. Se as catedrais com as suas torres para os céus explicam-se pelos anhelos religiosos dos povos, os monumentos como este se compreendem como os tributos de veneração dos posteros às glórias que enchem de luz e de honra a nossa aromagem.

Ei-lo, augusto e imponente, a relembrar nas suas linhas decisivas, na imagem flagrante de uma vontade resoluta, quem se transfigurou nas paginas da nossa historia em Rei da liberdade, — aquele Príncipe indomável que teve a fortuna sem par de, num recanto da paulicéia, ao cair deslumbrante de uma tarde, bradar do Amazonas ao Prata o grito mais soberbo e mais belo que ainda atroou aos céus do Cruzeiro.

Lá está no alto deste plinto majestoso a figura de Pedro I, envolta na aureola do mais nobre desprendimento cívico dos nossos fastos.

Bem sabeis quem ele foi.

Evoca-lo neste momento de intensa vibração cívica, é recordar a cavalgada reboante de 7 de setembro de 1822, quando, de volta de Santos, não longe da cidade de São Paulo, às margens do Ipiranga, o "defensor" do Brasil atirou ao chão as cores lusitanas e clamou aos espaços — Independência ou morte.

Não sei Senhores, do povo da terra que tenta mais expressivo lema de maioridade, legenda mais eloqüente de soberania, afirmação mais esplendida de perenidade.

E o brado ecoou invencível pelos rincões do Brasil: repeliram-no em todos os quadrantes as florestas seculares, os alcantis das serras, as planícies desatadas e os chapadões distensos, as turbidas correntes dos rios-mares e a voz sonora das cachoeiras; ouviram-nos os povos do Rio Grande ao Pará na aleluia das vitórias fulgurantes: e atentai bem — não é revoado de palavras harmoniosas — o sangue derramado na Bahia heróica em mais de um ano de cruenta e dura guerra deu-lhe a consagração de brado permanente da nossa inalienável soberania entre os povos da terra.

Havíamos chegado a termos de nos emancipar da metrópole que nos dera o que podia dar em 322 anos de domínio. E é demais que neste momento em que celebramos a nossa maioridade, revivendo o passado heróico e cultuando os seus grandes paladinos, cumpramos também o dever de filhos orgulhosos da progênie gloriosa, relembrando em síntese o tesouro que recebemos da Lusitânia insigne: a unidade nacional, que não se quebrará jamais, a doce e formosa língua que falamos esse mundo de sentimentos morais que tanto nos exaltam, traços da alma impagáveis de geração em geração.

Meus compatrícios:

Já é tempo de outra romaria do vosso civismo: em rumo do monumento ao Patriarca da Independência.

Antes, porém, falemos a Pedro I.

Pedro: não discutimos agora a tua vida acidentada, nem revolveremos as cinzas do teu passado para descobrir a escoria das

tuas fraquezas contigentes. Agora te saudamos, agora te reverenciamos, agora exornamos de flores a tua estatua e de palmas a tua lembrança memorada.

Não te esqueceremos jamais: para os brasileiros que amam o Brasil serás para todo o sempre o cavalheiro audaz do Ipiranga, o criador das nossas cores sagradas, o maior dos heróis eponimos da nossa nacionalidade.

Enquanto subsistir a memória brasileira viverá para todo o sempre no coração do Brasil.

Não morrerá a evocação do teu nome celebrada enquanto crepitar num coração a flama de amor pela pátria que fundaste.

Salve Pedro I...

A ti majestade primeira do nosso império, é que podemos hoje, com verdade e com justiça, brindar com o titulo honorifico que os Romanos antigos davam a seus Cesares entronizados — Vossa Eternidade: — porque frondejará pelos séculos a arvore da liberdade que plantaste na terra americana; porque é rediviva a tua fama incorruptível; porque é sempiterna a obra magnífica que nos legaste.

Sim Pedro — "Nós todos, brasileiros de coração temperado ao calor das grandes devoções, ao pé da tua efígie de bronze, no dia sagrado da pátria, alma de joelhos ante o deus das nações, juramos acreditar na eternidade do Brasil."[55]

55 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº60, 1934.

HISTÓRIA DO CICLO DO CARRO DE BOIS NO BRASIL

Bernardino José de Souza

Jugo e canga: como se jungem os bois para a tração do carro — sugestivas revelações do Ministro Bernardino de Souza.

Iniciamos hoje a publicação da notável conferência do Sr Bernardino José de Souza, a respeito do ciclo do carro de bois no Brasil. Trata-se de um interessante trabalho em que o seu ilustre autor estudo, com erudição e sutileza este aspecto da evolução brasileira. É o seguinte o substancioso trabalho do Ministro Bernardino José de Sousa.

Mais de doze meses já se foram do dia em que me surgiu no espírito a ideia de gravar, em livro, o papel relevantíssimo que o carro-de-bois representou na evolução econômica e social do nosso Brasil. Velho estudioso das coisas do nosso país, surpreendia-me o fato de que ninguém anteriormente se houvesse demorado no por em luz as benemerências do primeiro veículo de transporte usado em nossa terra. É verdade que literatos, poetas e prosadores, cantaram os seus aspectos bucólicos, e historiadores e sociólogos, não raro, se referiram, em curtas páginas ao pesado e ronceiro instrumento de trabalho rural. Uns e outros, porém, não lhe fixaram as características; não lhe investigaram as origens; não lhe contaram as vicissitudes através dos séculos do nosso desenvolvimento; não lhe recordaram as obras em que colaboraram e os acontecimentos em que tomaram parte; não lhe esmiuçaram as formas e as peças, os acessórios e o equipamento; não lhe estudaram o tiro e o trabalho e as técnicas de sua condução; não lhe tentearam as minas do folclore nem de outras particularidades que abrem largos campos de investigação ao etnógrafo, ao histo-

riador, ao sociólogo, ao economista, aos homens de pensamento em suma.

Muito mais se tem dito e escrito das tropas e dos tropeiros, que realizaram, sem dúvida, missão importantíssima como mensageiros de civilização social e progresso econômico excelente, sobretudo, os seus serviços "nas zonas amarradas das Serras do Mar, da Mantiqueira, das Vertentes no Brasil do Sul e do Centro".

Se é uma verdade inconteste o que certa feita escreveu Pandiá Calógeras, de que "mesmo correndo risco de pilhérias intuitivas, não há negar a imensa divida do Brasil para com o burro, elemento de prosperidade e de progresso de norte a sul do território", não menos certa é a afirmativa de que o gado bovino, seja como desbravador de sertões bravios, seja como animal de tração, se lhe avantaja na precedência e na amplitude da área de seus trabalhos.

Por isso mesmo pensei que não seria inútil serviço ao Brasil empreender a tarefa de elaborar um livro sobre o "Ciclo do Carro-de-bois no Brasil", fazendo-lhe, por dizê-lo, a biografia completa, das origens aos dias de hoje, quando apesar da concorrência vitoriosa de outros veículos, ainda rodam pelas nossas estradas para mais de cento e setenta mil.

Se me perguntarem o motivo maior da minha lembrança ou responderia com uma só palavra — saudade — Natural do sertão e filho de um senhor-de-engenho do Nordeste, embalaram-se-me os primeiros vinte anos ao som da toada plangente dos carros-de-bois nas fainas agrícolas e agora, que já dobrei a cumiada da existência, não raro me aflora ao coração o doce sentimento da saudade dos matos onde nasci e de toda aquela gleba onde um sertanejo de fibra forjava os recursos para a formação de um cidadão útil à Pátria em setores diferentes do em que mourejava de sol a sol. E não será demasia dizer que devo ao carro-de-bois grande parte do que sou. Ademais, sou um enamorado pelas cousas do Brasil e, muito embora, a modéstia e desvalia de meus cometimentos, há em todos eles a marca de um sincero pendor pelo que é nosso. Ao longo de minhas leituras me convenci de que o

carro-de-bois deve figurar entre os instrumentos que mais contribuíram para o progresso do Brasil e que é de mister apontá-lo aos vindouros como o veículo a que se deve em grande parte a dura conquista do solo nacional e muito da prosperidade de que somos usufrutuários.

Nem me foi menor incitamento a tentativa em que laboro nas horas de folga o exemplo magnífico que nos vem de uma República irmã, o nobre e progressista Uruguai, onde governo e povo já pagaram a grande dívida para com a "carreta", erguendo numa das praças de sua bela capital um majestoso monumento em que se mostram, em tamanho natural, todos os elementos do utilíssimo veículo: "carreta, bois e carreteiro de a cavalo". No Brasil, onde a sua atuação foi muito mais intensa e extensa, quase nada o relembra: versos esparsos, poemetos, páginas dispersas, desenhos e pinturas, poucos documentos iconográficos, que tudo pretendo reunir, classificar, realçar e louvar. Meu objetivo principal não é senão preencher um claro na literatura nacional, fixando os traços essenciais do tardo, mas seguro, meio de transporte: e não vejam os que me ouvem ou os que me lerem, outros intuitos senão o de um reconhecimento sincero, de uma desinteressada dedicação à minha terra, daquilo que julgo ser o pagamento escasso de uma dívida nacional.

Ao brilhante espírito realizador do mestre aplaudido que é, sem lisonja, o prof. Artur Ramos, nosso devotado presidente, deve a honra de trazer-vos nesta sessão da "Sociedade de Antropologia e Etnologia", alguns retalhos de minhas pesquisas no vasto campo que ando a explorar com a ajuda de quantos brasileiros de espírito e de coração, das cidades e do sertão, que compreendem a relevância de minha tentativa.

O assunto de minha "Palestra" versa sobre um dos acessórios do carro-de-bois, uma das partes de sua apeiragem — a canga e o

jugo — peças de madeira com que se atrelam os bois para a tração do carro. É matéria que se enquadra perfeitamente nos objetivos deste ilustre grêmio. De feito, a madeira de jungir os animais para o tiro oferece variadas e interessantíssimas modalidades que originam temas de perquirição etnográfica. Nem seremos nós os primeiros que perlustram essas províncias: hajam vista os trabalhos de Aranzadi na Espanha, de Baungart, Hahn e S. Müller na Alemanha, de Lorenzo Fernandez e Luiz Caves em Portugal, o penúltimo num magnífico estudo sobre os jugos da Galiza, publicado em 1935, no vol. VII dos "Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia". Na tração do carro-de-bois é este, sem dúvida, um dos aspectos mais importantes: tentarei, pois, focalizar o modo pelo qual se jungem os bois no Brasil para a formação das parelhas, mostrando as origens dos processos que empregamos, comparando-os com os de outras terras e outras gentes.

Nada mais é a minha comunicação do que o esboço de um dos capítulos do nosso livro em preparação, dir-se-ia um simples extrato que me honro de oferecer aos ilustres confrades como homenagem e como tema para sugestões, que receberei com afeto e alegria, sendo até como prêmio de quem só visa ao fim honesto de acertar.

JUGO E CANGA

Problema relacionado com o do carro como veículo de transporte é o da forma pela qual se jungem os bois para se puder utilizar o seu trabalho e a sua força: deveríamos dizer, atendo-nos ao linguajar brasileiro, o dos modos de encangar os animais para a formação das parelhas e juntas de tração.

De um ponto de vista geral, podemos dizer que os bois de carro se jungem por meio de um instrumento de madeira denominado "jugo".

"Jugo" define o "Dicionário Enciclopédico Americano", é um instrumento de madeira com que se jungem pela cabeça ou pelo pescoço os bois ou mulas que trabalham nos serviços do campo, no arado e nos carros se carretas e a "Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana" de Espasa — Galpe, S.A., diz: instrumento de madeira ao qual formando juntas se jungem, pelo pescoço, as mulas, ou pela cabeça ou pescoço os bois e ao qual vai ligados o cabeçalho ou lança do carro, o timão do arado, etc.

Como se vê destas definições e, mais do que isso, da prática dos diferentes povos que ainda usam veículos de transportes puxados por bois, há duas maneiras de jungi-los para a formação das parelhas, juntas, singéis ou singeladas, como ainda se diz em Portugal.

O nome genérico do instrumento que os liga é "jugo": entretanto, na prática, há que fazer junge pelos chifres e o que os ata pelo pescoço, chamado este especialmente — "canga". De feito, existe o jugo que Telésforo de Aranzadi chama cornal – ligadura pelos chifres ou cornos – e o jugular – ligadura pelo pescoço. É isso mesmo que frisa Xaquin Lorenzo Fernandez em seu interessante ensaio sobre "A arte popular dos xugos da Galiza", quando escreve: "Na Galiza usam-se duas espécies de jugos: os de 'mulida' e os de 'canga': o jugo de 'mulida' ata-se por meio de umas coretas aos cornos dos animais; os de canga, que podem ser de 'brigueiros' — canzis ou cangalhos — descansam simplesmente no pescoço dos bois".

Esses dois sistemas de jungir os animais vem da mais alta antiguidade. Restringindo-nos à Roma antiga, sabemos que eram usados os dois "jugos" — os de cabeça e os de pescoço, que podiam ser simples ou duplos e até tríplices para o enquadramento dos animais bravos entre os mansos, ao tempo da doma —, e ainda jugos compensadores para remediar a desigualdade de forças de bois da mesma parelha. Segundo nos informam Plínio, Galladio e Columello, o jugo de pescoço era o melhor e o mais usado pelos camponeses romanos. Cícero, de uma feita, disse que o pescoço do boi fora feito para o jugo. E tal sistema correspondia

à ideia que tinham os romanos a respeito do assento da força dos animais.É certo, porém, que para as bandas da Galia Cisalpina os montanheses dos Alpes costumavam jungir pela cabeça. O jugo romano de pescoço, feito de buxo ou tília, era seguro por meio de largas correias de couro — "lona sub-jugia" — com doze a dezesseis pés de comprimento (Varrão). Foi, talvez, por essa predominância do "jugo jugular" na velha Roma que R. Braungart, etnógrafo alemão, estudando as diferentes espécies de jugo, entendeu de chamar ao processo de jungir pelo pescoço — latino — e ao que o faz pela cabeça — germânico —, o que foi contestado, com fortes e ponderosas razões, pelo ilustre professor de Granada acima citado. O assunto tem merecido a atenção de etnógrafos do velho e novo Mundo. Aranzadi, na Espanha, no curso de proveitosas conferências feitas no Ateneu de Madrid em 1917, versou amplamente a matéria, descreveu as várias espécies de jugos na Europa, Ásia e África, sendo para lamentar que, na discriminação das áreas, não incluísse as terras americanas. Segundo Aranzadi jungem-se os bois pelo pescoço em Portugal, na Galícia, na Catalunha, em quase toda a Itália, na Península Balcânica, na Hungria e Romênia, no nordeste da Irlanda, na Suécia, na Prússia Oriental, na Lituânia, na Rússia, na África, em toda a Ásia e, acrescentamos nós, no Brasil; remontando às origens foi o processo usado em Ninive, na Caldéia, no século VI a.C., nos Alpes marítimos, desde os tempos pré-históricos, na clássica Beócia da Grécia e na velha Roma.

Jungem-se os bois pelos chifres ao norte dos Alpes e na Borgonha, em quase toda a França, em quase toda a Espanha, na Bélgica, em certas partes da Córsega e da Argélia, na Tunísia e em muitas das repúblicas hispano-americanas; volvendo ao passado, era a forma usada no Egito e entre povos da pré-história da Europa. Aranzadi chama a atenção dos estudiosos para o fato, não muito raro, da coexistência das duas espécies de jugos em alguns países como na Córsega, na Argélia, e, acrescentamos nós, nas regiões fronteiriças do sul e sudoeste do Brasil.

Dentro dessas duas categorias de jugos, "cornais" e "jugulares" há uma infinidade de formas, modelos e aspectos: jugos simples, duplos e múltiplos, estes principalmente usados na Sabóia e no Delfinado; jugos de colares de madeira, de correias e de cordas; jugos de canzis e brochas; jugos de quadro ou de bastidor; jugos frontais etc, etc.

Matéria apaixonante no estudo etnográfico das espécies de jugo é a que diz respeito à decoração que, em certos países, na Europa sobretudo, os camponeses executam nos mesmos jugos, decoração esta que obedece a motivos utilitários, supersticiosos e estéticos, ou seja para distinguir uns dos outros, para preservar o gado de influências malignas de inimigos e das forças do mal, para darlhes beleza, honrando des'arte, os instrumentos do trabalho. Os estudos de Aranzadi de Lorenzo Fernandez, de Luiz Chaves e tantos outros mostram, a maravilha, a importância e o encanto das pesquisas relativas à razão de ser e à simbologia dos motivos decorativos. Luiz Chaves, à pág. 28 do "Catálogo da Exposição de Arte Popular Portuguesa" (Lisboa, 1916) escreveu os seguintes períodos: "Este carro umas vezes liso, outros de caixa, com fueiros ou com sebes, é porventura o mais prestável de todos eles e também o de maior curiosidade etnográfica, se atentarmos na floração magnífica dos jugos ou cangas que pousam no cachaço dos animais dando-lhes um ar hierárquico de boi Apis, protetor dos campos e dos camponeses. É Portugal o país de maior variedade no modo de jungir os bois, e onde se encontram os mais ricos jugos de desenhos e pinturas. Os jugos esculpidos, de formoso lavou, que se pavoneiam nos povoados e montezinhos da faixa transmontana, beira e minho-durinhense, ostentam ornatos arcaicos, persistência, talvez, de motivos celtas e ibéricos. Atestam ao mesmo tempo, uma riqueza de temas e uma perícia de manufatura que tem provocado a administração de sábios e incultos. Os estrangeiros procuram adquiri-los e pagam-os, por vezes, principescamente".

Tais estudos têm, no Brasil, principalmente um interesse científico geral, de vez que os jugos usados pelos nossos carreiros

se caracterizam, neste particular, pela quase ausência de enfeites e alfaias: de regra, são lisos, pobres, essencialmente rústicos.

No Brasil, do norte ao sul, certamente por influência portuguesa e galega, a forma dotada para jugir os bois é pelo pescoço e denominamos o instrumento jue os ligam – canga. Vem a ponto uma observação mais demorada a respeito da nomenclatura dos instrumentos com que se atrelam os bois para a tração.

Jugo é o nome genérico de todos os instrumentos de madeira que ligam os animais da mesma parelha: assim vemo-lo registrado nos "Enciclopédias" e nos trabalhos dos etnógrafos. Canga é uma espécie de jugo, uma das variedades do jugo "jugular", como crismou Arazandi. Assim, rigorosamente, toda canga é jugo, mas nem todo jugo é canga. Entretanto, no linguajar brasileiro o vocábulo jugo tem um sentido restrito e fazemos indutival distinção entre jugo e canga como instrumento de junção dos bois da mesma parelha. Quando a união é feita por meio de uma peça de madeira que descansa sobre a nuca do animal, atando-se aos chifres por meio de correias de couro, chamamos apenas "jugo"; quando a ligação é feita por meio de uma peça de madeira que descansa sobre o seu cachaço, segurando-a ai os canzis e as brochas, ou mesmo as chamadas "gargalheiras" denominamos tão somente "canga".

Vale referir que nos "Dicionários" da Língua Portuguesa encontramos os dois vocábulos sempre indicados como sinônimos: até mesmo, nos que foram elaborados por brasileiros, não se atentou nessa terminologia tão vulgar.

Se não vejamos:

- **D. Raphael Bluteau** – Vocabulário Português e Latino, 1712.
  Canga: É um pau grosso com faces, com o qual puxam os bois para levarem o carro, com os pescoços numas travessas, a que chamam cangalhos.
  Jugo: Canga, pau que atravessa de boi a boi, em vão os bois presos ao carro, ou arado por o jugo aos bois — juntá-los.

- **Antonio de Morais Silva** – Dicionário da Língua Portuguesa, 2ª Ed. 1813.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois para a lavoura.
  Jugo: Canga em que se jungem os bois para a lavoura ou para tirarem por caro.

- **Antonio de Morais Silva** – Dicionário de Língua Portuguesa, 9ª edição.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois para a lavoura.
  Jugo: Canga em que se jungem os bois para tirarem por carro, ou por arado.

- **Francisco Solano Constancio** – Dicionário Crítico e Etimológico da Língua Portuguesa, 5ª edição, Paris, 1854.
  Canga: Jugo com que se prendem os bois pelo cachaço para a lavoura, e para puxar o carro.
  Jugo: Canga m que se jungem os bois para puxarem o arado, ou tirarem o carro.

- **Eduardo de Faria** – Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 4ª Ed., Rio de Janeiro 1850.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois para a lavoura.
  Jugo: Canga em que se jungem os bois para puxarem o arado ou tirarem o carro.

- **Dr. Domingos Vieira** – Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa – 1872.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois ao carro ou para lavoura.
  Jugo: Canga em que se jungem os bois para tirarem o carro, ou por arado.

- **José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda** – Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 4ª Ed., 1874.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois para a lavoura.
  Jugo: Canga em que se jungem os bois para puxarem o arado, ou tirarem o carro.

- **J. F. Caldas Aulete e Antonio Lopes dos Santos Valente** – Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.
  Canga: Jugo com que se unem os bois pelo cachaço para puxarem juntas.
  Jugo: Canga com que se jungem os bois para puxarem o arado ou o carro.
- **Candido de Figueiredo** – Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 4ª Ed., 1925.
  Canga: Jugo de madeira, com que se unem os bois para o trabalho.
  Jugo: Canga de bois.
- **Adolpho Coelho** – Dicionário Manual Etimológico da Língua Portuguesa, 5º milhar.
  Canga: jugo de bois que puxam o carro ou os instrumentos de lavoura.
  Jugo: Canga de bois.
- **Antonio José de Carvalho e João de Deus** – Dicionário Prosódico de Portugal e Brasil – 1918.
  Canga: Jugo dos bois.
  Jugo: Ganga.
- **Jayme de Seguier** – Dicionário Prático Ilustrado, 2ª Ed., 1928.
  Canga: Jugo de madeira com que se unem os bois para o trabalho.
  Jugo: Canga de bois.
- **Simões da Fonseca e João Ribeiro** – Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa, 1926.
  Canga: Jugo dos bois.
  Jugo: Canga.
- **Maximiano Lemos** – Enciclopédia Portuguesa Ilustrada. Dicionário Universal.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois para o trabalho.

Jugo: Canga com que se jungem os bois para puxarem o arado ou o carro.

- **W. M. Jackson** – Inc. Editores – Enciclopédia e Dicionário Internacional.
  Canga: O jugo com que se jungem os bois para o trabalho.
  Jugo: Canga com que se jungem os bois para puxarem o arado ou o carro.
- **Civilização Brasileira S/A Editora** – Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, 2ª Ed. – 1939.
  C**anga**: Jugo de bois.
  Jugo: Canga.
- **Laudelino Freire e J. L. de Campos** – Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa – Em publicação.
  Canga: Jugo de madeira com que se prendem os bois para o trabalho.
  Jugo: Canga com que se jungem os boi para puxarem o arado ou o carro.
- **Lello Universal** em 2 volumes – Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro, Direção João Grave e Coelho Netto.
  Canga: Jugo de madeira, com que se jungem os bois ao carro ou ao arado.
  Jugo: Canga de bois.

Este dicionário no verbete "canga" acrescenta sob a rubrica *Enc-Agric*: "Não há distinção em português entre jugo e canga. Em algumas províncias está em uso uma destas duas palavras e nas restantes outras. Mas designam ambas a mesma peça de madeira que jungem os bois ou os prende ao carro. Em várias regiões, como no Minho, a canga apresenta decorações interessantes. A canga é uma peça de madeira volumosa mas leve, preparada de

madeira a poder a parte inferior adaptar-se ao cachaço do boi. É a 'canga simples'. Para os animais emparelhados emprega-se a 'canga dupla'. Adapta-se a canga por meio de uma almofada ou molhelha colocada na cabeça dos animais e fixa-se por meio de correia na base dos cornos. No meio tem o entalhe para receber a extremidade do cabeçalho do carro que se fixa por meio da cavilha (chavelhão), ou então um anel a que se prende a corrente de atrelar o veículo. Por vezes, a parte média da carga (que neste caso é mais comprida), tem em vez de um só, muitos entalhes, o que permite aproximar a cavilha do animal mais vigoroso. Rígida, quando para os animais do mesmo tamanha, a 'canga dupla' pode ser articulada quando se jungem dois animais de tamanho diferente. A canga simples" deixa a cada boi a sua independência, mas muitos lavradores preferem a 'canga dupla'. Quer seja 'simples', que 'dupla', a canga constitui a maneira mais econômica de apeirar os bois: por isso tem um grande emprego. Em certas regiões (por exemplo, no Alentejo), aplica-se também aos muares, sendo então constituída por uma travessa assente no cachaço dos dois animais". Se, como afirma João Grave, no início desta nota, não há em Portugal diferença entre jugo e canga, assim não acontece no Brasil, como procuramos demonstrar neste Ensaio.

- **Antenor Nascente** – Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.
  Canga: Em Portugal significa jugo dos bois.
  Jugo: Apenas registra a derivação: do latim "jugum".

  Este ilustre filólogo, no verbete "canga", escreve o seguinte:

> "Neste sentido, segundo Leite de Vasconcelos, RL, II, 34, vem do verbo "cangar". O sentido oriental desta palavra, diz Dalgado, é tábua de suplício", usada especialmente na China e na Cochinchina. Baseando-se em Yule, afirma o mesmo autor que neste sentido é genuinamente chinês e vocábulo registrado num

dicionário do século IX com a forma de " kanggiai", no mandarim moderno "kyanghai" (forma inexata, segundo Pelliot). De "kanggiai" provém o cantonês "k'ang-ka", trazer a canga, e provavelmente o anamita "ganga". Julga Yule que os portugueses tomaram a palavra de uma destas últimas formas e a associaram com a sua designativa de jugo de bois ou jugo de carregador para transportar cargas. G. Viana, porém, afirma que o termo português designou, por analogia de forma ou aplicação, a tábua que serve de suplício na China. Os antigos orientalistas portugueses dão ao instrumento diversos nomes: "colar" (Fernão Mendes Pinto), "tábua" (Belchior Nunes, Fr. Gaspar da Cruz). O P. Semelo dá como nome chinês "Kia hão". De uma citação de Antonio Bocarro, infere Dalgado, aliás, no Suplemento ao Glossário, se corrige e, dizendo que o nome chinês é "kia", dá como ético "kangkia", trazer a canga. M. Lubke, Rew. 1541 filia ao lat. "cambica", "cambita", "camba", de origem gaulesa. Macedo Soares lembra possível origem africana, de um verbo que significa amarrar, atar, prender (Revista Brasileira, 15-5.1880). Há um tecido com este nome, v. "canga".[56]

56 **A Manhã**. Rio de Janeiro, 22 de novembro, 1942. Republicano na Revista O Campo.Rio de Janeiro, Janeiro, 1945.

EVOCANDO O CICLO DO CARRO DE BOI EM NOSSA TERRA

COMO SE JUNGEM OS BOIS PARA A TRAÇÃO DOS CAROS: OS CANZIS. FOLCLORE

Bernardino José de Souza

Publicamos, há dias, a primeira parte do interessante trabalho que o Ministro Bernardino de Sousa: escreveu para fixar — com erudição e clareza — o ciclo do carro de bois no Brasil. Publicamos hoje o final deste notável trabalho, onde são estudados novos aspectos deste assunto histórico.

— Após essa digressão através os vocabulários portugueses e brasileiros, reatemos o fio da nossa exposição sobre o modo de jungir os bois de carro no Brasil, demorando-nos no estudo da canga.

A canga usada em nosso país, afora minúcias insignificantes, é uma peça de madeira, mais ou menos volteada, em cujas extremidades levemente convexas, se abrem quatro furos, por onde se enfiam hastes de madeira, que a seguram nos pescoços dos bois da mesma parelha, com o auxilio de uma correia de couro. Há que preliminarmente distinguir as cangas em duas categorias: as da junta do coice ou cabeçalho, que atrelam a parelha ao boi do carro e as das juntas dos seios e da guia ou dianteira, que atrelam as parelhas da tração propriamente dita. A canga do coice é mais completa, mais resistente e mais volteada: o seu comprimento varia, segundo as várias zonas, de 1,50m (Norte) a 2,20m (Mato Grosso) com 8 a 10 cent. De grossura: a maior resistência que se

lhe exige é determinada pelo fato de suportar diretamente o peso do carro e o esforço reduplicado dos animais nas manobras da travação e do recuo: a maior curvatura que deve ter é indispensável à execução das mesmas manobras. As cangas das juntas subsequentes têm um metro e vinte (Norte) e um metro e oitenta centímetros de comprimento (Mato Grosso), também com oito a dez centímetros de grossura. As cangas, quaisquer que sejam, constam de três partes: o peito, as voltas e os malhetes ou furas. O peito é a porção central da canga: as voltas são as suas duas extremidades: os malhetes ou furas são as mossas ou orifícios que se recortam ou abrem no centro do peito. As voltas terminam a canga com ligeira convexidade, afim de que descansem adequadamente sobre o cogote dos bois. Nela se fazem quatro furos, dois de cada lado, pelos quais se embebem os chamados canzis que, ligados nas extremidades inferiores por correias de couro, denominadas brochas, completam a coleira do atrelamento. Os orifícios retangulares de cerca de 2/4 centímetros, por onde se enfiam os canzis, são abertos de viés e distam os exteriores 10 ou 12 centímetros da ponta da canga, ficando os interiores acerca de 15 centímetros dos primeiros pela parte superior e 20 a 25 centímetros pela parte inferior da canga.

No centro da canga, de acordo com os usos das várias regiões, ora se fazem mossas ou dentes, ora se abrem furos para, por uns ou por outros, passar as voltas do tamoeiro (tamboeiro, camboeiro): este é uma argola de couro cru trançado, que, dobrada duas vezes origina quatro pernas e serve para ligar as cangas ao cabeçalho ou aos cambões das juntas de tração por meio de uma peça de madeira chamada chavelha, chaveta ou chaveia, no linguajar carreteiro. Do que dissemos vê-se que as cangas têm dois acessórios principais: os canzis e as brochas. Os canzis que, em Portugal, também se dizem cangalhos, cangalhas ou colteiras, constam de duas partes: cabeça e folha. A cabeça é a parte mais grossa que fica acima da canga com oito a dez centímetros de comprimentos, terminando, ora em ponta afiada, ora em forma de palmatória ou cruzeta:

a folha, de regra em prisma retangular, que tem mais ou menos 40 centímetros de comprimentos, é a parte que prende, pelos lados, o pescoço dos animais, apresentando na extremidade dois ou três entalhes ou dentes, que seguram a brocha, graduando-se a altura desta pela maior ou menor grossura do cachaço do boi. Em algumas regiões do Brasil, como por exemplo, o sertão de Pernambuco, as cangas das juntas de tração não levam canzis, substituídos por tiras de sola chamadas gargalheiras, que se prendem às cangas por meio de nós dados na sua parte superior: as de colce, porém, são de canzis. A brocha que se diz em alguns lugares de Portugal — peaca — e em zonas de Minas Gerais e São Paulo — barbela —, é uma correia de couro cru trançado, com duas laçadas nas extremidades, as quais se adaptam aos dentes ou entalhes dos canzis. Modernamente, algumas zonas aparecem, nas cangas outros acessórios, como seja uma chapa de ferro presa à madeira por parafusos, onde se pendem grampos ou ganchos para o engate de correntes que substituem os cambões ou tiradeiras de madeira.

As cangas devem ser feitas de madeira rija, elástica, resistente, para que possam suportar o esforço dos animais e os empuxões que não raro, sofrem. Por isso mesmo é que as madeiras preferidas são: no Norte: sucupira, pau d'arco, pau-preto, pau-ferro, marizeiro, bordão de velho, piaca, quixabeira, etc.; no Espírito Santo e Rio de Janeiro: cabiúna bico de pato e bico de andorinha; no Sul e Centro-Oeste: Jacarandá, peroba, balsamo ou cabriúva, vinhático, canela, etc, etc. Para os canzis as madeiras preferidas são: no Norte: batinga, pau d'arco, mororó, peroba, sucupira, etc.; e no Sul e Centro-Oeste: Cambuí, jacarandá, pau-brasil, guatambu, capitão, peroba, perobinha, alecrim, caneleiro. Em muitas regiões do Brasil costumam os fazendeiros, para aumentar a resistência das cangas, forrá-las de couro cru, o que se chama enervar Resistência ainda que no Brasil, além da canga, entra na apeiragem das juntas mais uma peça — uma correia de couro, em geral trançado, ou mesmo uma corda de fibra, que une os dois animais pela aspas, chamada diferentemente, segundo os lugares

— cabresto, ajoujo, chifradeira, tirante, soga (corrompida esta palavra em souga, songa, assonga). Estas cordas são passadas dos chifres de uns aos chifres dos outros animais das mesmas parelhas: quando novinho passa-se a soga pela base dos seus chifres: se mais velhos e se tem as extremidades das aspas furadas ou encastoadas com argolas de metal, passa-se a chifradeira entre o chifre direito de um e o esquerdo do companheiro. Tais correias servem para evitar que os bois possam chifrar os da junta imediata quando enraivecidos, mas principalmente para obrigar os animais a conservar as cabeças na direção do tiro, o que sobreleva quando se trata de parelhas não muito mansas e destras. Quando ao jugo só se encontra no Brasil nas regiões fronteiriças do Uruguai. Argentina ou Paraguai por influência platina. O jugo é atado na cabeça dos bois por trás dos chifres, por meio de correias que os platinos chamam coyenda ou coyunta — e nós aportuguesando — conjuntas. Este termo já vem registrado nos vocabulários gaúchos de Roque Calage e Luiz Carlos de Moraes. O Dr. Nilo Casto em seu "Guia Prático do Pequeno Agricultor" a pág. 56 fala de outro aparelho que se usa no Brasil para a tração dos bois: "e o jugo frontal, constituído por uma peça de madeira encostado a fronte do animal e ligada ao carro por dois tirantes de correntes que de passagem, se ligam a duas cilhas que aportam o animal pelo ventre, conservando assim a sua inclinação natural da fronte ao carro. Usa-se então o jugo para cada boi, o qual age com liberdade e independência nos seus esforços de tração". Parece-nos pelo desenho que vimos e aqui reproduzimos, que esse é o jugo usado para a tração de uma carroça de quatro rodas, puxada apenas por dois bois, que se utiliza nos trabalhos da "Escola Superior de Agricultura S. Bento", em Pernambuco e de que nos dá notícia José Gusmão num artigo publicado no "Nordeste Rural" (maio-julho – 1928), sob o título "O carro de boi moderno". Ainda se refere o mesmo autor a coalheira, colar semelhante ao do cavalo, munido de tirante o que traz o inconveniente de dificultar os movimentos das espáduas do animal, diminuindo o esforço. È pena que o

ilustre Mestre não indique as áreas de uso dessas duas variedades de jugos, aliás, muito pouco frequentes no Brasil.

Confrontemos agora as vantagens e desvantagens que oferecem o jugo e a canga: qual dos dois sistemas será preferível? Um e outro tem no mundo os seus adeptos, como já esboçamos no tratar das áreas geográficas do jugo cornal e do jugo jugular.

Aranzadi cita a opinião de um campônio tirolês que dizia ser o jugo cornal preferido porque se podia carregar mai na montanha, mais segura era a marcha dos animais deixava mais livre os seus pulmões, custava a décima parte e durava muito mais que o jugo de coleira. Em verdade, a junção pela cabeça, pelo chifre, subjuga mais o animal, tanto que este pode ser posto na tração sem que seja previamente amansado e ensinado: basta para tanto que se uma o animal bravio a uma manso para que aquele se submeta ao serviço e o execute mais ou menos. Narrou-nos o capitão Heitor Mendes, um dos diretores da "Companhia Mate Laranjeira" em Mato Grosso que, ao tempo em que a "Companhia" empregava carros de bois no transporte de erva-mate dos ervais para os armazéns do Porto Murtinho A beira do Paraguai, não havendo tempo para domar todo o gado, os carreteiros uniam pelo jugo os chucros e estes trabalhavam satisfatoriamente. Daí se percebe que o jugo submete mais violentamente o animal. Saint-Hi'aire que, com tanta acuidade viu as coisas brasileiras e que conhecia o processo de jungir os bois em sua Pátria (jugo cornal), no curso de uma de suas viagens aos nossos sertões, atentou na forma do atrelamento usado no Brasil e escreveu: "O atrelamento efeito sobre o pescoço dos bois e uso sobre a cabeça, processo que me parecer merecer elogios". E percorrendo o Distrito de Campos dos Goitacazes registrou: "Como em Minas, não atrelam os bois pela cabeça, costume que devia ser adotado em toda a parte". A canga não há dúvida, magoa um tanto o pescoço dos animas, sobretudo nos primeiros tempos, antes que se habituem ao trabalho e criem uma

espécie de calo nos respectivos cogotes, tratando os nossos carreiros as pisaduras porventura causadas, com sebo quente: também maltratam, se houver desequilíbrio da força entre dos dois animais da mesma parelha, valendo-se os carreiros de vários meios para neutralizá-lo entre os quais o jogo das pernas do tamoeiro. O que é fato é que a canga molesta muito menos do que o jugo os prestantes animais.

É assunto, porém, que merece mais detido exame.

NOTA A MARGEM

Afinal uma nota à margem para o gozo espiritual o prof. Arthur Ramos: as cangas, acreditam os ingênuos careiros do sertão, podem sofrer a influência dos feitiços, da mandraca, da macumba, dizendo-se, então, que se acham preparadas.

Em carta que me dirigiu um ilustre agricultor do Nordeste me informou o seguinte: "Já tive uma canga de coice preparada — diziam os nossos carreiros, sendo o feitiço botado por certo carreiro que invejava a felicidade de um companheiro, perito em ensinar bois de coice. Houve realmente, uma temporada durante a qual o bem carreiro não conseguiu adestrar nenhum boi de coice, o que aumentou a crendice. Entretanto, o fato é que o carreiro não encontrou durante esse tempo um anima com vocação para trabalhar nesse lugar. Depois de algum tempo, voltou a ensinar vários bois de coice que deram ótimos".

Isso, porém, é assunto para outro Capítulo de meu idealizado livro intitulado "Folclore do Carro de boi".

ÚLTIMAS PALAVRAS

Cerremos, porém, e já não é sem tempo, a nossa palestra. Aqui vos trouxe uma pequena amostra de quantas pesquisas inte-

ressantes se podem fazer, portas adentrom do Brasil a respeito de coisas, de fatos corriqueiros da nossa vida de trabalho rural.

Despeço-me de vós, certo de que, se vos não encantaram os meus desalinhados períodos, dando-vos notícia de alguns resultados de minhas pacientes investigações por todos os recantos do Brasil, eles aguçaram o vosso espírito de cientistas, e, mais do que isso, impressionaram a sensibilidade dos vossos corações de brasileiros. Pois não é atraente e consciador falar entre irmãos de coisas da própria terra e da mesma gente?

Daqui levarei a segurança da vossa companhia nessas indagações, aumentando com o prestígio dos vossos nomes, os valores de uma lista de colaboradores que já tenho na feitura de um livro que, no mínimo, meus senhores representará um preito ao heroico trabalho dos nossos lavradores e o saldo de uma conta que se abriu ao amanhecer do Brasil.[57]

57 **A Manhã**. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1942.

O CARRO-DE-BOIS EM GRANDES FATOS DA HISTÓRIA NACIONAL

Bernardino José de Souza

Meus Ilustres Confrades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De há três anos, venho, os sobejos de tempo de meus deveres públicos, carregando elementos, recolhendo informes, joeirando reminiscências, a respeito do ciclo do primeiro veículo que rodou em chãos do Brasil — o rústico e moroso carro-de-bois.

As pesquisas foram crescendo à sombra de nobres estímulos e peregrinos sentimentos – o amor a tudo o que é ou que fala do Brasil: a idéia de recordar os serviços de um humilde instrumento de trabalho que tanto contribuiu para a dura conquista da nossa terra: o intento de pagar uma divida para com o vetusto veículo que, por muitos janeiros, mobilizou todo o transporte no interior e, ainda hoje (cerca de 90.000), tanto serve aos nossos lavradores; até mesmo uma saudade agradecida pelo rude utensílio com que um sertanejo de boa tempera pode amealhar recursos para a minha educação e instrução.

Das Bibliotecas e dos Arquivos passaram as minhas indagações às folhas de dezenas de cartas informativas e, por fim, às páginas de um "Inquérito" que organizei e distribuí entre agricultores e fazendeiros ou entre pessoas que têm espírito e coração capazes de compreender e sentir o alcance intelectual e moral de tais tentativas.

Já agora, posso desvanecer-me do material reunido, tenho palavra de expoentes das nossas letras, de sertanejos e lavradores, até de humildes trabalhadores rurais, carreiros ou carreteiros; conto com cerca de duas mil fotografias de carros-de-bois de todos os

tipos e feitios, do Brasil ou do estrangeiro, desde o alvorecer da civilização até os dias que correm: inúmeros desenhos e algumas miniaturas dos nossos carros e de suas peças completam o documentário. E tudo isso devo à generosidade e ao entusiasmo de quantos bem perceberam os alôs intuitos de meus estudos. Como lhes sou agradecido e como me comoveram, sobretudo, as informações de um Sansão, velho carreiro de Capela em Sergipe, que me enviou uma descrição do carro-de-bois em versos regionais, e do carreiro João Lourenço de Oliveira, de Palmeira, na região missioneira do Rio Grande do Sul, que encerrou o seu depoimento técnico, dizendo: "Parece até mentira, um negro veio respondendo perguntas de um Dotô Ministro".

Foi sobre estes fundamentos que esquematizei o plano de um volume intitulado "Ciclo do carro-de-bois no Brasil", do qual já esbocei e escrevi a maioria dos capítulos. Praza a Deus posso levá-lo a bom termo. Não são para desprezar-se o me esforço e as diligências e bondades de meus colaboradores.

Sabem todos os que me ouvem, porque é verdade meridiana, que de regra desatentamos nos objetos mais simples, mais modestos, mais comuns e até mais rústicos; não despertam qualquer interesse pelo seu valor e muito menos pelas suas origens, evolução e préstimos. Entretanto, se examinados com perspicácia, se apreciados em seus vários aspectos e utilidades, passam a constituir minas inexauríveis de conhecimentos que, não raro, interessam a vários ramos do saber.

Em torno, por exemplo, dos carros-de-bois há muito subsídio para a meditação do geógrafo, do historiador, do etnólogo, do antropólogo, do folclorista, do sociólogo, do economista e de quantos investigadores das variadas feições da vida humana na terra. Se assim é, vale gravar os seus vários aspectos antes que, na voragem dos progressos contemporâneos, se percam os materiais que ainda podemos salvar e interpretar.

Por isso mesmo não nos arreceamos de trazer a esta culta e lúcida Associação uma página dos estudos que estamos a efetuar sobre o veículo que, no mundo, surgiu antes da Historia propria-

mente dita, e, no Brasil, apareceu com os primórdios alicerces da ocupação e colonização, do carro-de-bois que, sendo um resíduo da Idade do Bronze ou talvez do Neolítico, permanece útil e prestante em vastas áreas de todas as partes do globo.

Certo, a este venerado Instituto há de interessar mais de perto qualquer estudo que vise à recordação do passado brasileiro. Por isso mesmo reservei para comunicar-lhe o que, na trama dos sucessos da nossa evolução, encontrei de mais relevante e até original, nos serviços que nos prestou tão modesto e humilde instrumento. O trabalho que ora submeto ao juízo dos meus ilustres confrades constitui o Capítulo I da 2ª Parte do livro que elabora, ou seja:

O CARRO-DE-BOIS NOS GRANDES FATOS DA NOSSA HISTÓRIA

O carro-de-bois entra na História do Brasil concomitantemente com as primeiras tentativas sérias de colonização. Foi sem dúvida, um dos nossos primeiros instrumentos de trabalho: surgiu com os primeiros engenhos e açúcar que foram, por seu turno, os centros da primeira indústria criada pelos portugueses na terra que haviam descoberto do outro lado do Oceano. Mas, além de ser o mais velho veiculo de transporte usado no Brasil, além de haver monopolizado por mais de três séculos os transportes rurais do nosso País, além de servir à condução de pessoas e de utilidades através dos primeiros caminhos que se abriram em nosso solo, além de haver concorrido para a edificação de vilas e cidades, igrejas e capelas, habitações e fazendas, desde o litoral até o mais remoto dos sertões, não raro aparece o carro-de-bois nas páginas da nossa história em passagens que o celebrizaram e que assinalaram a utilidade em serviços singulares, um tanto distantes dos objetivos de sua invenção.

Se a imaginação ardente do famoso pintor do Grito do Ipiranga o fantasiou presente no cenário culminante da nossa emancipação política, procurando certamente caracterizar a paisagem campestre da Pátria eu proclamara o seu moto de eternidade em

plena floresta, na clareira de uma estrada, vemo-lo, porém, autêntico e prestativo, em significativos momentos da nossa evolução.

O CARRO-DE-BOIS TRANSPORTA NAVIOS DE GUERRA: OS LANCHÕES DE GARIBALDI

O fato entronca na famosa Revolução Farroupilha de 1835 a 1845, a mais longa das guerras civis que conturbaram a formação da nacionalidade brasileira.

Por volta de 1838 (março) chegara a Piratini, capital da República dos Farrapos, Guiseppe Garibaldi, filho da Ligúria, na Itália, para oferecer aos republicanos o contingente de sua bravura e de suas audaciosas iniciativas. Arvorado em corsário nas costas do Rio de Janeiro, atingia afina o coração da república, onde se lhe entregou o comando geral da marinha insurreta que tinha base na foz do rio Camaquã, tributário da Lagoa dos Patos. Ali se construiriam os lanchões armados em guerra para as operações navais da grande esteira lacustre. Em 1839 decidem os republicanos do Rio Grande do Sul invadir e dominar a província de Santa Catarina: Davi Canabarro, um dos mais bravos guerrilheiros de Piratini, faria a invasão por terra, e Garibaldi, com os seus lanchões, atacaria por mar os portos da Província.

Mas como atacar se os dois lanchões disponíveis estavam engarrafados na foz do rio Capivari, impedidos de navegar a Lagoa e dela sair barra do Rio Grande, ambas dominadas pela esquadra imperial do Comando de Grenfell?

O espírito aventureiro de Garibaldi não se deteria ante quaisquer obstáculos: projetou removê-los do "saco" do Capivari para o mar pela nesga de terra que separa a Lagoa do Oceano. Havia que transportá-los em carretas puxadas por bois e, para tanto, mãos à obra. Sob a sua inspeção começa a construção de duas carretas de tamanho e solidez necessários para colocar em cada uma delas um lanchão. Joaquim de Abreu é o carpinteiro encarrega-

do da execução de oito rodas maciças e de dois enormes estrados para o insólito carregamento de dois navios, um de dezoito, outro de doze toneladas, armados de quatro canhões de bronze. Em cinco ou seis estavam prontos na foz do Capivari os formidáveis carros e sobre eles colocados os barcos "Seival" e "Farroupilha".[58]

Do Capivari ao Tramandai, por onde os farrapos pretendiam alcançar e Atlântico, estendia-se o vasto areal da restinga que isolava as duas águas. A 4 de julho de 1839 está pronto o singular comboio, sobre as carretas os navios com os petrechos bélicos e munições de boca; a cavalo Garibaldi e seus oficiais ; a pé tripulação dos barcos, cerca de 70 homens, além de carreiros e ajudantes, encarregados estes da carriagem. Atrelam-se a cada carreta cinqüenta juntas de bois[59] e na manhã de 5 arrancam em rumo nordeste para Tramandai através os campos chamados de S. Bernardo, Luciano Pinto e do Arroio. A aventura foi descrita pelo famoso guerrilheiro em suas "Memórias". "Numa das extremidades da lagoa — a que é oposta ao Rio Grande do Sul isto é, no noroeste — existe no fundo de um barranco um pequeno ribeiro que corre da lagoa dos Patos à lagoa Tramandai para a qual tratávamos de transportar os dois lanchões. Fiz descer a este barranco um dos nossos carros, depois levantamos o lanchão até que Le estivesse em cima do carro. Cem bois mansos ou 50 juntas foram atrelados, e vi então com grande satisfação o maior dos nos-

58 A respeito dos nomes dos dois lanchões de Garibaldi há divergência entre os historiógrafos: os nomes acima abonados por Alfredo Varela ("*História da Grande Revolução*", pág. 348 do 4.5 vol.) Rocha Pombo ("*História do Brasil*", pág. 640 do 8º vol.). Virgílio Várzea ("*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*" vol . VII, pág. 260). Walter Spalding ("*A Revolução Farroupilha*", pág. 265). Entretanto, Damasceno Vieira ("*Memórias Históricas Brasileiras*", pág. 451 do 2º vol.) dá os nomes de "Seival" e "Rio Pardo". Parece que Rio Pardo era o nome de um dos barcos apresados por Garibaldi na barra do Laguna, em Santa Catarina.

59 "Memórias de José Garibaldi" por Alexandre Dumas. Ed. 1925, S. Paulo, págs. 66-67. Entretanto Alfredo Varela no seu livro já citado, invocando o testemunho de um certo João Antunes, fazendeiro da região, que assistia à prodigiosa preparação da travessia, diz que foram atreladas a cada carreta 16 juntas ou sejam 32 bois.

sos lanchões caminhar como se fosse uma pena. O segundo carro desceu por sua vez, e como no primeiro obtivemos um êxito feliz. Os habitantes gozaram então de um espetáculo curioso e desusado, isto é, verem navios em cima de duas carretas e puxados por duzentos bois atravessar cinqüenta e quatro milhas, isto é, dezoito léguas, sem a menor dificuldade, sem o menor incidente. Chegando à margem da lagoa Tramandai[60], os lanchões foram deitados ao mar do mesmo modo por que tinham sido embaçados. Necessitavam de alguns pequenos reparos, que no fim de três dias estavam concluídos". Eis, na linguagem simples de guerreiro, o lance admirável tão decantada pelos historiógrafos. Rocha Pombo, descrevendo à pág. 641 do vol. VII da sua opulente "História do Brasil" a marcha formidável da caravana ciclópica, chama-os de carros navios: Roque Calage à pág. 53 da sua "Revolução dos Farrapos" crisma-os de navios-fantasmas e Virgílio Várzea de barcos-anfíbios. Durava a travessia seis dias e seis noites, de 5 a 11 de julho de 1939 Alfredo Varela, entre os historiógrafos nacionais, foi o que mais de longo narrou o acontecimento. Depois de recordar os feitos de Marco Antonio de Roma após a batalha do Actium, de Maomé II, quando pela conquista de Constantinopla, em 1453, transportou as suas naves de Koregia ao Bósfora através 10 milhas de terreno para apertar ainda mais o cerco dos bizantinos, de Fournier que conduziu das águas do Maldonado (Uruguai) para as da Lagoa Mirim, em carreta de bois, os seus barcos para espavorir as populações ribeirinhas, escreve em louvor dos farroupilhas, neste lance de epopéia: "Cortaram chás úmidas, sobretudo charnecas de piso insubsistente: veras miniaturas do Saara inóspito onde aqui, além, a areia se amontoava em alto cômoros. Coube a turma de modestos gastadores nossos o empreender quando era preciso, onde o chão se erguia, as necessárias reparações no caminho que,

60 Alfredo Varela que na sua "História da Grande Revolução" trata do assunto de pág. 345 a 352, escreve à pág. 351 do 4º vol. "que o percurso foi feito das ribas do Capivari" à praia da lagoa de "Tomás José", de onde os lanchões se transferiram a 13 de julho para a torrente do rio Tramandai, artéria por onde se escoam às águas de vasta região lacustre".

sobre ser de tipo mui primitivo, andava em péssimo estado, graças à guerra, e graças principalmente ao inverno rigorosíssimo nessa quadra do ano. Transcursos seis dias era atingida a longínqua bacia, dentro de cujas águas, na manhã de 11 de julho de 1839, a extensa procissão de modernos titãs remergulhava os seus estranhos veículos". Não era certamente a primeira vez que os rudes veículos tirados por bois, essencialmente adequados para trabalhos pacíficos, eram adaptados a serviços de guerra: A aventura romanesca do transporte de bois navios da uma reduzida frota farroupilha dar-lhe-ia, porém, relevo incompreendível e dilatava as possibilidades de sua serventia. Muitos anos depois transportariam um navio que seria símbolo de paz e de progresso em plena sertania do Brasil.

O CARRO-DE-BOI E A PRIMEIRA NAVEGAÇÃO A VAPOR DO RIO ARAGUAIA

Entre os grandes empreendimentos do glorioso brasileiro General Couto de Magalhães[61] figura o da navegação a vapor do rio Araguaia, afluente do Tocantins, e um dos mais belos rios da Terra. Servindo de linha raiana entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, o Araguaia, com o seu caudal imenso e sereno, despertou no espírito brasileiro de Couto de Magalhães a idéias de transformá-lo numa ativa artéria da civilização dos sertões. Surgira-lhe a idéia quando esteve na Presidência da Província de Goiás, amadurecendo quando foi posto à frente dos destinos de Mato Grosso, apesar dos dias tormentosos que corriam nessa quadra.

Travava-se nesse tempo a Guerra do Paraguai: Couto de Magalhães esforçara-se pela reconquista do território invadido de sua Província e, logo depois da expulsão do inimigo da cidade de Corumbá, voltou o seu pensamento para a navegação do Araguaia. Já agora, além das razões econômicas que lhe inspiraram o plano de

61 José Vieira Couto de Magalhães.

uma navegação regular ao longo do grande rio, pensava em mandar vir do Pará, por via fluvial, peças de artilharia e munições a fim de aumentar a pressão sobre o inimigo do flanco sentimental.

Corria o ano e 1867. Couto de Magalhães havia tomado posse do governo da Província a 2 de fevereiro desse ano. Domingo pela idéia do aproveitamento do Araguaia como via de comunicação entre o centro do Brasil e o estuário amazônico, obteve, sem demora, a necessária autorização do Governo Imperial. Ancorava por esse tempo nas águas do rio Cuiabá, em frente à capital da Província, o vapor "Antonio João"[62] pertencente à extinta Companhia de Navegação do Alto Paraguai: comprou-o em vantajosas condições em março de 1867. Dando parte do seu ato ao Ministro da Marinha que era então o Conselheiro Antonio Celso de Assis Figueiredo, encarece a aquisição por se tratar de "um vapor bom e ainda novo".[63]

Isto feito, resolveu transportá-lo da bacia do Prata para a do Amazonas – ou seja do Cuiabá para a Araguaia. Não o demoveram do patriótico empenho as dificuldades que, logo ao primeiro exame do problema do transporte, haviam de surgir: Entre as veias dos dois rios não havia estradas regulares e as terras se alteavam em chapadões que servem de divisor das águas das duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul. Couto de Magalhães informa ao Ministro da Marinha que, nesse passo, se valeu da experiência de um sertanista inteligente e ousado – o Capitão Antônio Gomes Pinheiro, e acrescenta: "para fazer o valor sair de Cuiabá e chegar ao Araguaia tinha dois caminhos a escolher, ou tomar a estrada de Goiás ou descer o Cuiabá e remontar o S. Lourenço até a barra do Piquiri, seguir por este até o porto de Tauá e daí em carros até o Araguaia. Preferi este apesar de se achar nesse tempo o São Lourenço exposto aos cruzeiros paraguaios, porque o primeiro caminho não podia dar passagem a carros".[64]

62 Estévão de Mendonça em suas "Datas Matogrossenses", à página 279, diz que o nome do vapor era Cuiabá, auxiliar da Companhia de Navegação do Alto Paraguai.

63 Ofício de 29 de março de 1868.

64 Ofício de 2 de maio de 1868.

"Delineado o plano, passou-se à execução: desmancharam as obras mortas e as máquinas do valor que seguiram encaixotadas juntamente com forjas, tornos, uma pequena embarcação para dar passagem nos rios e toda a ferramenta e o material necessário à reconstrução do navio, escolheram-se 20 praças do Exército para com machados e enxadas abrir picadas e construir pontilhões onde precisos. O transporte do casco do navio por via fluvial até o porto Tauá, no Piquiri foi confiado ao Primeiro Tenente da Armada, Pedro David Durocher, que o realizou "com muita felicidade". Tudo a postos partiram a 27 de maio de 1867, de Cuiabá, os vapores de guerra Alfa e Jauru, com destino ao S. Lourenço, rebocando o casco do "Antônio João". Descem o Cuiabá, remontam o S. Lourenço até a confluência do Piquiri. Como não fosse possível neste rio o reboque, conduzem-no à sirga até Tauá, onde o Comandante Durocher o entrega ao Capitão Antônio Gomes Pinheiro, bravo e experimentado sertanista, filho de Faxina, em S. Paulo. Competia-lhe a parte mais arriscada da empresa ou fosse o transporte do navio e mais petrechos em carros-de-bois até as margens do Araguaia. Para tanto foi mister desmanchar o casco do navio enquanto se aprestavam 16 carros[65] para a singular condução. Por estes distribuíram as peças do casco, as obras mortas, as máquinas, as ferramentas da futura oficina e o material indispensável à remontagem do vapor. Foi em julho e 1867 que partiu o comboio dos carros-de-bois em demanda ao Araguaia: segundo as próprias indicações do General Couto de Magalhães em seu citado ofício, a expedição dirigiu-se "aos Baús", daí ao "Espírito Santo", varando o sertão do Caiapozinho, abrindo-se a estrada necessária para a sua passagem, chegando em Ita-acaiú, à mar-

65 Couto de Magalhães, em seu ofício de 2 de maio de 1868 ao Ministro da Marinha fala em 16 carros: entretanto à página 43 de seu livro "Viagem ao Araguaia" diz 14 carros. Foi este o número preferido por Estévão de Mendonça em suas "Datas Matogrossenses". Vale referir que o senhor Otaviano Esselin, ex-praticante de máquinas no Araguaia, em carta ao doutor Couto de Magalhães, diz cento e tantos carros de bois que vararam cento e tantas léguas (Pág. XX do Prefácio do citado livro).

gem do Araguaia, com cerca de 100 léguas de viagem por terra, com a maior felicidade, sem contratempo algum, custando o frete de tudo, inclusive a abertura dessas estrada provisórias, a quantia de 14:000$000. O vitorioso General informa o Ministro de que a demonstração da despesa constava da verba Obras Públicas Gerias e Auxílios às Províncias, no exercício de 1867-1868.[66]

A travessia do sertão fora, em verdade, uma página de heroísmo e tenacidade. Couto de Magalhães exultara de alegria cívica: No referido oficio diz que "é esta a história da expedição que a Imprensa vaticinou que seria malograda, afirmando que o vapor ficaria perdido nos sertões sem estradas". Por isso mesmo foi que o egrégio brasileiro dizia no seu Ofício de 25 de maio de 1868 ao Ministro da Agricultura que Antônio Gomes Pinheiro era um "paulista sertanejo da têmpera do Anhanguera": Fora ele o organizador e supremo dirigente do comboio de carros que transportaram pelo sertão bravio de Minas Gerais e Goiás o primeiro agente da indústria e do comércio, acordando, por assim dizer, este gigantesco rio e estas esplêndidas solidões do sono em que os trazia o deserto. (Ofício de 29 de maio)

Chegado o comboio a Ita-acaiu, colônia fundada pelo mesmo Couto de Magalhães à margem do Araguaia[67], começou-se sem detença o rearmamento do vapor, já agora sob a direção do Capitão de Fragata Balduino José Ferreira de Aguiar, brioso oficial que se cobrira de glória nos reencontros com os paraguaios no rio São Lourenço. Com os novos auxílios mandados de Cuiabá pela estrada de Goiás com os recursos que também enviaram o Barão de Acari, 1º Vice-Presidente do Pará, e o Dr. João Bonifácio Gomes de Siqueira, 1º Vice-Presidente de Goiás, tudo se fez, de maneira que a 25 de maio de 1865 foi lançado às águas do Ara-

66 O relatório do Ministro da Agricultura de 1869, à página 183, diz haver-se gasto 13.000$000.

67 A colônia de Ita-acaiu fora criada por Decreto de 18 de fevereiro de 1867. Ficava à margem direita do Araguaia, na praia das Urtigas, pouco abaixo da foz do rio Claro e a 180 quilômetros a jusante do "Registro".

guaia o primeiro vapor que lhe sulcou a corrente, com o nome de Araguai-neru-açu. A 28 do mesmo mês e ano, com a presença do General Couto de Magalhães e do Presidente da Província de Goiás, procedia-se ao batismo do navio que recebeu em definitivo o nome de "Araguaia" e à inauguração da navegação a vapor do portentoso rio.[68]

Destarte o moroso e tardo carro-de-bois cooperou eficientemente para a criação de um serviço de alta utilidade nacional, bem no coração da Pátria.

O CARRO-DE-BOIS NAS GUERRAS DO BRASIL

Não importavam a sua pesada estrutura, o vagar de sua andadura, a sua precípua função de veículo de colheitas e produtos, frutos de labores pacíficos: haviam de utilizá-lo, em falta de melhor, como viatura de guerra em várias lutas feridas no Brasil.

Encontramo-lo, assim, não raras vezes, ao longo da nossa história militar, ora conduzindo vitualhas e munições de guerra, ora petrechos e armas, ora tropas e vivandeiras, certa feita transfigurado, em dias trágicos de uma epopéia de heroísmo, em rudes ambulâncias em que se procurava salvar patrícios nossos, doentes e feridos.

Algumas passagens colhidas em nossos fatos guerreiros comprovarão de sobejo a sua serventia nos ásperos caminhos as batalhas. Já no primeiro século do Brasil, vemos utilizado o carro-de-bois no transporte de armamentos: atesta-o Fr. Vicente do Salvador em sua "História do Brasil", relatando a primeira entrada do Ouvidor Geral Martim Leitão na Paraíba, em 1585. Com efei-

68 O vapor tinha 100 palmos de cumprimento, 20 de largura, 8 de pontal e o calado não excedia de 30 polegadas. A inauguração se fez no Porto de Leopoldina na foz do Rio Vermelho. Num rochedo à beira-rio, Couto de Magalhães mandou gravar a seguinte inscrição: "Sob os auspícios do Sr. Pedro II, passou um vapor da bacia do Prata para a do Amazonas, e vem chamar à civilização e ao comércio os esplêndidos sertões do Araguaia, com mais de 20 tribos selvagens, no ano de 1868".

to, à pág. 119 da Ed. da Biblioteca Nacional, narra que, para assombrar os índios que vieram tratar de fazer as pazes, o Ouvidor mandara mostrar-lhes não só as companhias de infantes que comandava, mas também dois becos (peças curtas de artilharia) que trouxera em carros. Carros-de-bois certamente porque outros não havia nesse tempo na Capitania de Pernambuco, de onde partira.

No século seguinte, nas marchas e contramarchas de guerra holandesa em Pernambuco e capitanias vizinhas os dois contendores, de quando em vez, requisitavam os carros dos engenhos para o transporte de munições de guerra e de boca.

No século XVIII, a zona crítica do Brasil era a que entestava ao sul com os domínios da Espanha e, nas lutas que se feriram por tantos anos e com vária sorte, aparecem de um e outro lado, carretas tiradas por bois que acompanhavam os exércitos em guerra. Já o fizera notar Saint-Hilaire em sua Viagem ao Rio Grande do Sul: referindo-se às campanhas dos portugueses no Uruguai, antes da Independência, escreve: Quando entraram em campanha foi necessário fazer acompanhar a tropa de quase duzentas carretas de viveres e bagagens (Pág. 41).

Ao tempo da guerra da Independência, travada da Bahia ao Maranhão, é sabido o papel relevante do carro-de-bois no transporte de viveres e munições.

Na Bahia, os carros-de-bois dos engenhos do recôncavo e de propriedades mais longínquas (Inhambupe) carrearam para Pirajá, Quartel General do "Exército Pacificador", tudo o que os patriotas baianos podiam obter para a vitória da santa causa da liberdade brasileira. Nada menos de duas vezes a eles se refere o General Labatut, organizador e comandante do Exército Pacificador, que sitiava a capital ocupada pelos portugueses, na sua "Defesa" perante o Conselho de Guerra a que foi submetido em 1829: vemo-los ali transportando barris e canastras com vidros, roupas e louças que foram apreendidos nos engenhos "Passagem e Cachoeirinha" e destinados ao hospital que se estabelecera nas cercanias de Pirajá.

No Piauí, onde também se acendeu a Guerra da Independência, rezam as crônicas que o Sargento-mor João José da Cunha Fidié das forças reacionárias, quando marchou da Oeiras, capital da Província, para sufocar a revolução de Parnaíba que depois se alastrou por todos os quadrantes, fez conduzir em dezenas de carros-de-boi, através os sertões piauienses, todo o seu material bélico, vitualhas e mais bagagens militares.

Nove anos depois, em 1862, agitado o sul da antiga Província do Ceará pela rebeldia do ex-coronel de milícia Joaquim Pinto Madeira, não raro se valem os beligerantes dos transportes em carros-de-bois de suas tropas e munições. Quando ela zona do Jaguaribe marchou o General Pedro Labatut em demando do Cariri, a fim de combater as hostes de Pinto Madeira, ao longo de seu itinerário ia intimando os carros-de-bois que encontrava para que conduzissem ao teatro de operações não só a sua tropa mas também o pesado armamento que levava.

E, assim, foi sempre pelas terras de sertão utilizado nesses misteres.

NA GUERRA DO PARAGUAI

O carro-de-bois aparece prestadio nas prolongadas e rudes jornadas da famigerada Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, de um e de outro lado dos beligerantes: Aqui roda em comboios que transportam munições de boca e de guerra, ali conduzem, nas retaguardas, abastecimentos para as tropas em campanha, transformando-se às vezes em ambulâncias improvisadas para a evacuação de doentes e feridos.

Do lado paraguaio, nesse transe doloroso, cantou-o o Revm.º Pe. Manuel Gamarra em seu inspirado poema "Las Glorias de la Carreta"[69]:

69 Publicado na **Revista de Turismo de Assunción**.

En la guerra,
que aun aterra,
porque agotó los Dolores
di esta tierra
y superô los honoros
de los cuadros más sangrientos;
yo sostuve La energia
de los bravos noche y dia:
y los épicos portentos,
que a cada uno por cientos,
nuestros soldados hieieron
hasta caerse em pedazos
en gran parte se debieron
al apoyo de mis brazos
Y a los fieros metrallazos
y a lãs muecas de la muerte,
y a la vista del calvário,
se alzó siempre digno y fuerte
este pueblo legendario
sobre el dolor de su muerte.
Y em las últimas jornadas
de las tristes retiradas,
al través de cordileras,
y pântanos, y praderas
desoladas
calcinadas
por los soles de verano;
cuando el fin ya era cercano;
cuando todo estaba hundido
y perdido,
menos Lopes, siempre erguido,
como el ínclito heroismo
del puñado de varones

que supieron dar lecciones
de lo que es el patriotismo;
lentamente
la carreta,
con serena y igual constancia,
sigue em pos de la arrogância
de la última bayoneta
que el invasor aun respeta...
Y así marcha, noche y dia,
Com La pátria em agonia
hasta la linde postrera,
donde la vê alzar La frente
y com um gesto elocuente
entregar alli a La hisoria
um girou de esa bndera
que um lustro lidiando fuera
escoltada por la gloria.

Do lado do Brasil, surpreendemo-lo prestando os mais relevantes serviços de transporte, na retaguarda dos exércitos que expulsaram do Rio Grande do Sul os ousados inimigos e dos que invadiram o Paraguai pelo sul, na travessia épica do "Passo da Pátria".

Um dos mais famosos fornecedores do exército brasileiros nesse tempo foi José Luis Cardoso de ales, filho de Campanha, em Minas Gerais, residente então em Porto Alegre, e mais tarde agraciado pelo Governo Imperial com o título de Barão de Irapuá. Cardoso de Sales, segundo os trapos biográficos que escreveu Bernardo Saturnino da Veiga (1881), merecem sempre os maiores elogios e provas de estima e confiança dos Generais Osório, Caxias, Porto Alegre e Mena Barreto, em virtude de seus serviços como fornecedor das tropas em operações cumprindo exatamente os contratos que celebrara com o Go-

verno. E escreve o biógrafo: "Quando, em 1864, o exército imperial marchou de Montevidéu, donde contramarchou para S. Francisco e Concórdia, em Entre Rios (Argentina), Sales deixou de fornecer ao Primeiro Corpo comandado pelo General Osório, e ficou fornecendo ao Segundo, do comando do Conde de Porto Alegre. Este Corpo, depois da rendição de Uruguaiana, seguiu para S. Borja e dali para a província de Corrientes, até São Tomás e Itapua, regressando desse ponto para o Passo da Pátria a incorpora-se ao 1º Corpo que juntara ao exército aliado, sob o comando do Mitre. Alcançando e invadido o Paraguai Sales, em todas as marchas do 2º Corpo, o acompanhou com mais de 400 carretas tiradas por bois, carregadas de gêneros de toda espécie para o fornecimento das tropas e dos hospitais, tendo sempre à retaguarda certa de 3.000 reses para o abastecimento diário e mais de 1.000 pessoas encarregadas da distribuição das rações, dos depósitos, da contabilidade, da condução dos carretos e de gados..."

E, isto, apesar da "morosidade das viaturas movidas por estes animas que as tornam inteiramente impróprias pra serem empregadas em um exército que tenha de empreender operações ativas", consoante o dizer do Conde d'Eu, em sua resposta aos quesitos formulados pelo Ministério da Guerra em 1872.

Na expedição que ameaçou a República do Paraguai pelo norte, os préstimos dos carros-de-bois foram relevantíssimo, senão até beneméritos. Recordam-lhe a atuação todos os que têm escrito a respeito das marchas e contramarchas da força expedicionária que, de Uberaba, no Triângulo Mineiro, se dirigiu a Mato Grosso para libertar a Província do domínio inimigo, atacando-o depois pela sua fronteira setentrional.

Vale acentuar a sua múltipla serventia neste lance da nossa história guerreira.

Invadido, em fins de 1864, o sul de Mato Grosso pelas tropas paraguaias sob o comando de Resquin e Dias, foram sucessivamente ocupadas as posições do Forte Coimbra, de Corumbá, Albuquerque, Dourados, Miranda, Nioaque, Coxim e seriamente ameaçada a própria capital da Província – a cidade de Cuiabá. Reza a tradição que a primeira notícia que dessa invasão recebeu o Imperador Pedro II

lhe fora trazida pelo Barão de Vila Maria. A aproximação dos inimigos partira o Barão de Corumbá com cargueiros e um carro-de-bois, onde viajava a Baronesa que trazia em seus braços seu filho Joaquim Eugênio, mais tarde o fundador da região hoje denominada "Nhecolândia". E não faltou nessa caravana uma nota curiosa: amarrada ao recavem do carro vinha uma vaca leiteira, sendo o bezerro transportado no próprio veículo ao lado da fidalga passageira. (Informação do Dr. Gabriel Vandoni de Barros, de Corumbá).

Como quer que fosse, o Governo Imperial resolveu organizar uma expedição para repelir o inimigo. Chamando às armas a guarda nacional das províncias de Minas Gerais, S. Paulo, Paraná e Goiás, apelando para o voluntariado e para as milícias provinciais, nomeia seu comandante o coronel Manuel Pedro Drago, designando Uberaba, no oeste de Minas Gerais, para ponto de junção das colunas de S. Paulo e Paraná, com as de Minas. Em dias de julho e agosto de 1865 estava organizada uma coluna que, a 4 de setembro, partiu em direção ao sul de Mato Grosso. Guardam as tradições da importante cidade, então cognominada "Princesa do Sertão", o fato de longas filas de carros-de-bois que seguiram com a tropa carregada de viveres, de material de guerra, até de famílias de soldados e vivandeiras.[70] A viagem tornou-se de logo difícil e árdua, não só pela falta de boas estradas, mas também pela direção que teve, deixando os caminhos da serra para se emaranhar nos pantanais, onde a maleita ceifou centenas de vidas. A 30 de dezembro de 1865 chegavam às forças a Coxim (hoje Herculânea), onde se lhes juntaram os batalhões vindos de Goiás. Eram aí cerca de 2.500 homens. O coronel José Antônio da Fonseca Galvão, que substituíra o Coronel Drago no comando, conduz a expedição até Miranda onde morreu

70 Vitor Carvalho Ramos, inteligente fazendeiro no Triângulo Mineiro, residente em Uberaba, escreve-nos em 12 de outubro de 1942; "Em 1865, quando se organizou aqui a expedição militar que acudiria Mato Grosso, invadido pelos paraguaios, o carro-de-bois desempenhou uma alta função. Vimalhas, munições, bem como as famílias dos soldados, foram transportadas daqui para as fronteira do Paraguai em carros- de-bois. Foi uma viagem épica, penosa, de lances dramáticos".

de febre, assumindo o comando o Coronel Juvência Cabral por sua vez substituído pelo Coronel Carlos de Morais Camisão. Entrava o ano de 1866: Desse ano é o testemunho de um dos engenheiros a expedição, o Tenente Alfredo de Escragnolle Tannay, que tão alta projeção teria mais tarde nos conselhos políticos e literários do Brasil. Em carta de 30 de agosto, escrita nas margens do rio Taboco, afluente do Negro e confluente do rio Paraguai, dirigida a seu pai, dizia: "O movimento comercial enfim se estabeleceu conosco e os carros-de-bois fazem ouvir sua melodia especial pelos caminhos impraticáveis do pantanal. De modo que encontramos no nosso mercado toda a espécie de roupa e já em nós se nota alguma faceirice na apresentação, depois de havermos ficado reduzidos a um Estado quase completo de nudez."[71]

Depois de estacionar em Miranda por muito tempo, a expedição marchou para Nioaque. Já agora, além dos carros-de-bois que transportavam viveres, munições e pessoas, a artilharia passou a ser tirada por bois atrelados às carretas, segundo informa o mesmo Tenente Taunay, qu escreveu: "Prela primeira vez as peças de artilharia montada tiradas por bois acompanharam a marcha da infantaria". Guiada pelo velho fazendeiro matogrossense José Francisco Lopes, experimentado vaqueiro do sul da Província a expedição marchou para o rio Apa, linha divisória com o Paraguai, atravessando-o, ocupando o forte de Bela Vista, já agora à procura de gado para o seu abastecimento. Para tanto marchou até uma fazendo de Solano Lopes, a 26 quilômetros de Bela Vista, chamada Laguna. Encontrou o Coronel Camisão tudo devastado pelo próprio inimigo em sua retirada: sem esperanças de viveres, faltando todos os meios para prosseguir na invasão, o comandante resolve retroceder para o território nacional.

Foi a famosa Retirada da Laguna, uma das maiores epopéias da nossa História.

---

71 Carta publicada no **Jornal do Comércio** – Rio de Janeiro. Ed. de 23 e janeiro de 1943.

A retirada começou a 8 de maio de 1867: dela participaram numerosos carros-de-bois, conforme testemunhos autênticos. Do que foram os trinta e cinco dias dessa contramarcha épica, da Laguna ao porto Canuto, na margem esquerda do Aquidauana (11 de junho de 1867), de seus incontáveis sacrifícios, da guerra, da fadiga, da fome, da peste, de quantas misérias e de quantos heroísmos ao longo de sua realização, possuímos um relato imortal — "A Retirada da Laguma" —, escrita pelo Tenente de Engenharios Alfredo Escragnolle Taunay, um de seus bravos.

Antônio Fernandes de Sousa, filho de um dos oficiais que nela tomaram parte, o 2º Tenente Sabino Fernandes de Sousa, em volume publicado em 1919, sob o título "A Invasão Paraguaia em Mato Grosso", à pág. 40 escreve sobre a ordem de marcha estabelecida pelo comando a partir da Laguna: "na frente o Corpo de Caçadores a cavalo, seguido por uma peça de artilharia, na retaguarda o batalhão nº 17 "Voluntário da Pátria", no flanco esquerdo o batalhão nº 20 de infantaria; no direito o batalhão nº 21, marchando no centro destes Corpos toda a pesada bagagem, que era ainda protegida por uma dupla fileira de carros-de-bois. A quatro peças de artilharia, puxadas também por bois, vinham sob a proteção de cada um dos Corpos. E o Coronel José Feliciano Lobo Viana, em seu trabalho "A Epopéia da Laguna" — 1920 — diz: "Quando amanheceu o dia 8 já a Coluna estava a postos, em plena ordem de marcha: mulas carregadas carretas atreladas, bois nas cangas, o gado apoiado nos flancos dos batalhões".

Iniciada a marcha os paraguaios começaram a cutilar a coluna: providos de excelente cavalaria irrompiam, a cada passo, por todos os lados, sucedendo-se tiroteios, senão até verdadeiros combates como o de 11 de maio, o mais sério da Retirada, no dizer de seu ilustre historiador. Neste combate foram feridos vários soldados e, como não houvesse ambulâncias próprias, aparecem como tais os carros-de-bois. Informa-nos Taunay, quando escreve: "Vinte e nove outros feridos haviam sido trazidos de vários pontos; foram colocados pelos nossos médicos em carros-de-bois,

nos quais ficaram muito apertados e acumulados, recebendo, porém, todos os socorros que as circunstancias ainda permitiam".[72] Quando dias depois, a 18 de maio, se declara na coluna o cólera-morbo, não raro os doentes eram transportados em carros-de--bois. Documenta-o Dr. Cândido Manuel de Oliveira Quintana, um dos médicos da expedição em sua "Parte" de 15 de junho de 1867, dirigida ao Major José Tomás Gonçalves, já estão seu comandante: "As marchas muitas vezes durante o dia inteiro, algumas vezes de noite, a péssima condução em carros puxados a bois, em que os doentes se comprimiam mutuamente pela exigüidade de espaço, deviam ter grande parte no acréscimo da mortalidade, que era de quase todos os atacados[73]. Afinal todos os carros foram queimados por necessidade: os doentes eram conduzidos em padiolas por soldados enfraquecidos pela fome, estropiados", e "quase nenhum alimento tínhamos além das poucas reses que puxavam a artilharia".[74]

---

72 **La Retraite de Laguna**, Ed. Francesa. Rio de Janeiro – 1871, Pág. 117.

73 O ilustre prefeito de Bela Vista, em 1943, João A. J. Maria Caporosk, fala-nos dos coléricos da picada "Cambá-Racen" (negro chorando), distante poucos quilômetros de sua cidade, transportados em carros-de-bois. Anos mais tarde são os mesmos carros que conduzem tijolos e cimento para a construção d três monumentos que recordam a epopéia brasileira. Estes três monumentos feitos de alvenaria (cal. Cimento, pedra, tijolos, etc.) ficam: o primeiro a 1200 metros da cidade de Bela Vista, na primeira escarpa que margeia o Apa, pelo nofte: foi levantado pelos paraguaios aos seus heróis no próprio local do Combate de Nhandê-pá (aqui te acabaste); o segundo está localizado no cemitério da cidade, a 1800 metros da mesmo: o terceiro foi erguido perto da fazenda Jardim a cerca de 10 quilômetros da sede do Município de Bela Vista, glorificando o corajoso vaqueiro, o inolvidável "Guia Lopes".

74 Não seria a última vez que o carro-de-bois havia de servir de ambulância: informou-nos Cândido Simões Canela, residente em Montes Claros — Minas Gerais — que no ano de 1918, quando a gripe espanhola devastava as populações do sertão, o carro-de-bois representou o papel de carro de assistência, conduzindo enfermos para os hospitais e ate os mortos para os cemitérios. Por seu turno, o Cel Otávio C. do Amaral, fazendeiro em Inhapim (Minas Gerais), relatou-nos que ao tempo em que o impaludismo, sob forma grave, prostrou um militar de habitantes de s. José do Bugre, um comboio de dezenas e dezenas de carros-de-bois transportou 800 dentes para Santo Estévão, possibilitando-lhes a cura.

Os próprios documentos paraguaios falam dos carros como peças da expedição brasileira: assim é que o "*El Samanario*" de Assunção, de 13 de julho de 1867, narrando à chamada "Invasão do Norte", escrevia em certo trecho: "Arrebatadas as suas provisões de boca, não lhes ficaram senão os bois de seus carros".

Além desses testemunhos que relembram o papel dos carros-de-bois nas marchas e contramarchas das "Forças em Operações ao sul da Província de Mato Grosso", sabemos de vários episódios de guerras através das tradições que passaram de pais a filhos na região assolada pela invasão inimiga. Um deles nos foi narrado pelo Engenheiro Carlos Martins Costa, de Campo Grande. "No ano de 1865, achavam-se os filhos dos descobridores e primeiros povoadores da região instalados na fazenda denominada "Passatempo", na Vacaria. Aí criavam o gado em vastas pastagens naturais e cultivavam o solo. Eram eles Antônio, Joaquim, Estévão, José, João, Barnabé Barbosa e suas irmãs. Feita a invasão de Mato Grosso pelos paraguaios e estando um contingente brasileiro aquartelado em Nioaque, foi para lá mandado o único carro da Família Barbosa, conduzido por um serviçal e tendo como candeeiro (guia) o menino Barnabé, a fim de levar provisões para os nossos soldados. Lá chegados, foram aprisionados pelo inimigo o carro, o serviçal e o rapazote, visto que os brasileiros já se haviam retirado da povoação. Ficaram assim os irmãos Barbosa desprovidos de seu imprescindível veículo, no momento necessário à fuga para regiões mais distantes. Improvisaram um carro, ou melhor, adaptaram um pranchão de bálsamo ao rodado de um carretão e, nesse veículo, transportaram o que puderam com destino ao Sucuriú (hoje parte dos municípios de Santana e Três Lagoas). Em meio do caminho encontraram um cunhado, que outro não era senão José Francisco Lopes, o famoso guia Lopes, que se imortalizaria na epopéia da retirada da Laguna. Vinha Lopes dirigindo um carro de verdade. Passaram-se, então, com todas as bagagens, para o carro de Lopes, abandonando o improvisado. Atingiram afinal o Sucuriú, onde ficaram a salvo da sanha dos invasores.

Interessante é que, do pranchão que servia de mesa ao carro de emergência, Antônio Barbosa, já falecido, um dos protagonistas do episódio, mandou fazer mais tarde uma mesa de refeições, a qual hoje se acha em poder de seu filho João de Sousa Barbosa".[75]

De várias fontes locais tivemos notícias de que nesses duros tempos, dezenas e dezenas de carros-de-bois demandavam a zona de guerra, conduzindo víveres e roupas para as tropas: em Goiás ficou célebre Vicente Ferreira da Silva, de Bonfim, que acompanhava em pessoa os seus carros até os pontos em que aquartelavam as tropas.

Como quer que seja, os carros-de-bois prestaram inestimáveis serviços nessa dolorosa fase da nossa vida.

Ainda não há muito, o Dr. Gastão de Oliveira, proprietário da Fazenda Berenice, na região do Município de Corumbá, em Mato Grosso, denominada "Nhecolândia (em homenagem a Joaquim Eugênio Gomes da Silva, de apelido Nheco, filho do Barão de Vila Maria, desbravador e povoador da imensa área de cerca de trezentas léguas quadradas), nos escrevia: "Recordam as velhas tradições desta região que, ao tempo da invasão paraguaia que se deteve nos campos do Firme[76], riquíssimos em gado, que abasteceu as tropas durante todo o tempo da luta, a velha carreta prestou os mas assinalados serviços de guerra no transporte do víveres, de enfermos e doentes e de famílias inteiras que fugiam ao inimigo ou que, depois da paz, voltaram aos seus lares".

Não é estranho também em nossas lutas internas. Nas guerras civis do Rio Grande do Sul as carretas tiradas por bovinos foram sempre utilizadas como veículos de transporte de equipamento e abastecimentos para as forças em operações.

75 Informações enviadas em carta de 14 de outubro de 1942.

76 Hoje a Fazenda Firme está situada na região denominada "Nhecolândia".

No curso da famosa guerra farroupilha (1835-1845), além do episódio épico do transporte dos lanchões de Gribaldi, as carretas rodam prestantes por todos os rumos da Província.

Recordemos alguns desses serviços. Por volta de 1836 os revolucionários sitiavam Porto Alegre, então defendida por Bento Manuel Ribeiro; antes que findasse o mês, Bento Gonçalves, chefe da revolução, percebendo que de sitiador passara a sitiado, empreende a retirada de Viamão, considerada uma operação militar de alto descortino. Descreve-a Alfredo Varela , à pág. 248 do 3º Vol. De sua abundosa "História da Grande Revolução: "Com um peso de 14 bocas de fogo com o do trem das munições, com 50 carretas pejadas de famílias que se tinham vindo asilar no acampamento republicano, empreendeu, de 18 a 19, a difícil retirada de setembro, que constitui um dos fatos militares que honram a memória de Bento Gonçalves".

Não eram, porém só famílias que as carretas transportavam: inválidos e feridos, petrechos de guerra, munições de boca, tudo isso arrastaram através às estradas para a região serrana. Nelas se improvisavam fábricas de pólvora e de cartuchos e se caldearam as lanças para as pelejas, Luis Carlos de Morais recorda o fato de haver sido a carreta sede do governo republicano no tempo do declínio heróico da luta memorável. Grava-o o historiador gaúcho Walter Spalding, em seu instrutivo livro "A Revolução Farroupilha"[77], na efeméride de 15 de julho de 1842, assim redigida: "Instala-se em Alegrete a capital da república Rio-Grandense. Por estará Caçapava constantemente ameaçada não oferecendo mais garantias ao governo, resolveu este mudar a sede para Alegrete desde 1840. Desde essa data até a pre-

77 Walter Spalding. A Revolução Farroupilha, História Popular do Grande Decênio (1835-1845). Edição Ilustrada Brasiliana, Vol. 158, 1939.

sente, a capital da república andava sobre carretas de um ponto para outro, o que deu motivo à seguinte sátira atribuído aos próprios farroupilhas:

> Que é do progresso este século
> Quem mais se atreve a negar
> O governo rio-grandense
> marcha em carreta a roda!...[78]

Ao abandonar Caçapava, o governo republicano instala-se em São Gabriel de onde pouco depois, é obrigado a retirar-se. Recolhe-se então à estância de Luis Machado, e daí, nesse meso ano de 1840, passa para Santa Vitória. Em 1841 torna a São Gabriel e, em seguida, segue para Itaquatiá e daí para Bage, onde fica de novembro de 1841 a junho de 1842. Depois dessa data, por escala em Cacequi, segue para Alegrete onde se instala nesta data e permanece ai até fins de 1843. Mais tarde, depois da renúncia de Bento Gonçalves, a capital torna a ser Piratini, por algum tempo e depois, até o fim, continua em continua peregrinação pelo sul do Estado.

Por seu turno, o ilustre General Sousa Doca, em carta de 6 de fevereiro de 1944, após referir-se aos 21 pontos que de 1840 a 1844, serviram de capital aos republicanos, conclui que casas diversas sedes do governo farroupilha autorizam a afirmativa de que, por mais de uma vez ele datou os seus decretos, ordens e proclamações sob a tolda de carretas tão ligadas à vida dos gaúchos.

Dezenas de anos depois, já no tempo da República, nas lutas que se travaram nos campos do Rio Grande, voltam a carreta-de--bois a conduzir bagagens, munições, arquivos, víveres, doentes e feridos dos partidos em guerra.

---

78 A esta sátira também se revela Sebastião Pereira Soares, gaúcho de nascimento e oficial de fazenda, autor de um projeto de "Reorganização do de Tesouro Nacional" em suas "Breves Considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835" (Inf. Do General Souza Doca, em carta de 6 de fevereiro de 1944).

Na Revolução de 1893, os seus préstimos foram inestimáveis: transportou equipamentos e abastecimentos, conduziu milhares de emigrados das zonas de operações (só de Cruz Alta saíram de uma feita 150 carretas apinhadas de famílias, sob a proteção da coluna legalista do Cel. Santos Filho); serviu várias vezes de ambulância, como aconteceu após combate de 27 de junho de 1894, quando centenas de feridos foram evacuadas para a mesma idade de Cruz Alta.

A paz firmada em 13 de agosto de 1895, após três anos da tremenda calamidade que flagelou o brioso povo gaúcho, fazendo para cima de dez mil vítimas, na extinguiu os ódios e rancores partidários: daí o êxodo de muitas e muitas famílias que fugiam "as perseguições sistemáticas e ao mandonismo truculento". Data desse tempo a grande emigração dos rio-grandenses para o sul de Mato Grosso, em cujos campos dilatados se haviam alguns estabelecido desde o fim da guerra do Paraguai.[79]

Mario Lima Beck, em bela monografia sob o título "Nova Querência" (1935), gravou os roteiros que então seguiam os gaúchos até as terras de Mato Grosso: neles surge como elemento imprescindível a velha carreta prestimosa. Leiamo-lo: "Partiam as caravanas. Estóicos agrupamentos de épicas jornadas. As primeiras ao passo lerdo das carretas, com tropas e cargueiros pela frente. Famílias inteiras, criadagem, agregados, móveis, utensílios de campanha e provisões, constituem as bandeiras. Clãs e patrimônios que se deslocam. Sabem das tremendas distâncias que vencer; sabem das tremendas distâncias que vencer; sabem das provações que sofrer. E vão entre saudades amargurantes e esperanças animadoras lentamente afastando-se da terra natal. Dias depois, estacam na primeira grande parada: a travessia do rio Uruguai (A

79 Tais, por exemplo, Antônio Inácio Trindade, capitão honorário do exército, Tomás Laranjeira, fundador da Empresa Mate Laranjeira, Joaquim Cear Constantino de Almeida, Felipe de Brum, Davi Medeiros, Policarpo d'Ávila etc. Wence na Escobar, que narrou os episódios da Revolução, declara que mais de dez mil rio-grandenses transpuseram as fronteiras do estado em conseqüência da guerra civil de 1893.

maior parte das vadeações se efetuava entre o espaço de São Xavier e Itaqui). Tudo se apresta. A tropa vara a nado. Canoas e balsas, as vezes improvisadas, transportam a comitiva. Alguns acidentes e desastres. Animais que a correnteza arrasta. Canoas que viram. Ninguém enfeza. Nada de esmorecimento. Do outro lado do rio, recompostas, as caravanas reiniciam a marcha em território argentino, através dos areais e alagadiços de Missiones. Dez, quinze, vinte dias e acampam na segunda grande parada: Posadas — barranca do largo e caudaloso Paraná. As mesmas cenas da travessia, somente mais demoradas e perigosas. Reorganizadas em Incarnación — cidade Paraguai — recomeçam o jornadeio. Sentem-se os primeiros choques com a natureza hostil. Revelam-se canseiras. Vão desbravando caminhos, furando sertões. Mormaços e soalheiras extenuantes. Atolam-se nos brejo. Improvisam pontes, paliçadas. Desmontam carruagens. Dormem no meio de febres, repteis e feras. Venenos ofídicos e a maleita deixam cruzem pelo caminho. Animais sucumbem, exaustos e esfomeados. Racionam-se os últimos pedaços de charque. Caçam e pescam. Para frente e atingem a terceira grande parada: São Joaquim – alto divisor das águas do rio Paraná e Paraguai. Pouso restaurador. De novo investem. Ora ermas chapadas, ora íngremes serranias. Despontam tremedais. Apertam-se em angusturas. Surpreendem selvagens e onças. Lutam e prosseguem. Quantas peripécias! Quantas vicissitudes! Que resistência hercúlea! É heróico, épico, surpreendente o drama dessas caravanas. Acercam-se da quarta grande parada — Ipeum: frêmitos de alegria e alvoroça exultante invadem as caravanas. É o primeiro contato com a terra matogrossense, Outra vez no chão do Brasil. Ipeum é o grande acampamento das caravanas que partem do sul. Termo da rota percorrida. Ai se arrancha. Concertam planos. Fazem reconhecimentos e relações. Depois então, tomam destino. Às novas querências".

Foi esta a dura peregrinação dos bravos maragatos vencidos em busca de terras brsleiras onde fundaram novos pagos e continuaram a semear para a grandeza da Pátria! Victis honos.

Colegas ao tempo em que se feriu no nordeste da Bahia a chamada Guerra de Canudos (1896-1897), contra os jagunços de Antônio Conselheiro, em terra não muito distante do meu torrão natal, recordam-me perfeitamente das notícias que aludiam aos comboios dos carros-de-bois empregados no transporte de víveres e munições para as forças legais. O fato está confirmado no maior livro da literatura brasileira, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha: de feito, à pág. 381, da 12ª Edição, descrevendo o imortal escritor a marcha da "Quarta Expedição", sob o comando do General Artur Oscar, diz: "Deixaram os jagunços também em paz o comboio que segui perdido à retaguarda pela estrada de Juetê. Haviam afrouxado os animais de tiro: e toda a carga de 53 carroças e 7 grandes carros-de-bois passara, subdividida, para as costas dos rijos sertanejos do 5º Batalhão de Polícia (da Bahia)".[80]

Paremos aqui: aos que sabem de raiz a fiossa história não há de surpreende esta parte do inventário que estamos a fazer, momento por momento, a respeito dos serviços de tão modestos veículos de transporte: justificando e louvarão também os esforços de quem se propôs tirá-los do esquecimento, senão até do desprezo, compendiando-as, sistematizando-as. Pelo que lhes devemos no vingar à longa e árdua estrada que já caminhamos ao sol da civilização julgamos-los dignos do nosso respeito, da nossa gratidão.

Não é demais que vos peça me sofram fazer aqui uma digressão em remate desta palavra. É que de várias fontes acreditadas

80 No mesmo livro, à pág. 381 lemos; "Enquanto os canhões mais ligeiros chegaram, transcorridos dez quilômetros, ao rio pequeno, o obstruente "32" ficara distanciado de uma légua. Pela estrada escorregadia e cheia de tremedais ronceavam penosamente as vinte juntas de boi que o arrastavam, guiadas por inexperto carreiros, uns e outros poucos afeitos àquele gênero de transporte, inteiramente novo e em que toda a sorte de empecilhos surgiam a todo o instante e a cada passo mas flexuras fortes do caminho na travessia as estivas mal feitas ou em repentinos desnivelamentos fazendo adornar a máquina pesadíssima".

nos vem à notícia da presença atual do carro-de-bois nas lidas e canseiras das retaguardas das nações que ora lutam pelos mais sagrados e inalienáveis direitos do homem. Ei-la, presente, nessa azáfama que se convencionou chamar de "esforço de guerra". Em números da bela revista "Em Guarda", publicada pelo Bureau do Coordenador dos Assuntos Interamericanos", nos Estados Unidos, foram registrados os inestimáveis serviços que estão prestando em transporte de madeiras e materiais imprescindíveis aos armamentos das "Nações Unidas". Assim é que o vemos em intenso tráfego na Guatemala e no Equador, conduzindo das matas para os portos de embarque centenas de toras de "balsa" madeira levíssima que se emprega na estrutura dos aviões "Mosquitos" da Real Força Aérea Inglesa e no piso dos "Liberators" — asas magníficas que levam aos centros da tirania destruição e a derrota.

Outras dezenas de carros-de-bois transportam das florestas paraguaias para os lugares de beneficiamento o utilíssimo "quebracho", tão rico em tanino.

E quem é que não sabe que, no interior do Brasil, milhares de carros tirados por bovinos, muitos dos quais reaparecidos justamente em conseqüência da guerra, além dos carretos costumeiros em nossos campos, para os quais apelam dia e noite os nossos dirigentes, estão a transportar milhares e milhares de quilos de minérios e de outras matérias imprescindíveis à vitória?

Não, há, pois, como desprezá-los.

Cumpriu quase só, entre nós, uma tarefe secular e, hoje, ao lado dos veículos mecanizados, ei-lo "gemendo aos solavancos", ajudando-nos, na humildade de suas origens, na rusticidade de sua estrutura, na bárbara sinfonia de sua cantiga, a ganha a mais santa de todas as guerras — a da própria redenção da humanidade livre.[81]

---

81 **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 184, julho/setembro, 1944.

Discursos

DISCURSO

Bernardino José de Souza

Eis conforme prometemos o bonito discurso do Dr. Bernardino de Souza na Escola e Direito do Recife:

Mestres digníssimos. Mocidade esperançosa.

Foi na alvorada amena de 5 de setembro, que divisei ao longe as cúpulas da graciosa Veneza do Brasil: os meus olhos fixaram-se no minarete deste magnífico templo; perdendo-se o meu espírito na evocação de quase uma centúria de recordações gratíssimas. E enquanto o navio se aproximava da recurva azulada do vosso surgidoiro, entre os acordes da matina e quebrar-se das ondas cruzadas no recife que vos orla a costa encantadora, o astro-rei, surgindo do oceano, doirava a cúspide deste edifício à cuja sombra pode falar a desvalia de um modesto professor da Faculdade da Bahia.

Eu vos juro o encanto de meus olhos ao contemplar as linhas mais altaneiras do maior templo de justiça no Norte de minha Pátria, como também o deslumbramento do meu espírito e os arroubos de minha alma ajoelhada diante da vossa fidalguia, agora que me recebeis em vosso seio amantíssimo, cumulando-me de honras que não uso merecer o mais humilde dos professores da Faculdade de Direito da Bahia.

Por isso não é sem profunda e íntima comoção do meu espírito que me encontro diante de vós: transpondo os limiares deste grandíloquo monumento respirei a peito cheio os ares da vossa hospitalidade. Eu vi de logo a admirável concórdia com que e ajustam e abraçam neste cenário magnífico e florido das gentilezas, o copioso da bondade, o apurado dos sentimentos, o fulgor das ideias e o brilho dos espíritos. Sinto-me justamente enobreci-

do muito embora o flagrante contraste entre a fidalguia do vosso coração e a desvalia de minha pessoa que só possui uma credencial perante vós-a sinceridade do seu dizer, filha da gratidão que me escraviza aos vossos pés. Eu não esqueço que aqui se engasta a tradição gloriosa de mais de méis século desfiado na campanha nobilíssima de instruir a mocidade nos santos princípios do Direito, proclamando a ordem, pregando o credo da justiça, recitando o evangelho da Lei. Lembro-me que a vossa história e o vosso nome têm a grandeza dessas montanhas empinadas e altuosos que, vestidas de arminho ou coroadas de um diadema de neves, beijadas pelo sol, projetam ao longe a sua sombra majestosa por onde se afere a soberbia de seus visos. Evoco o vosso passado e recordo que a vossa vida tem duas crônicas, uma escrita nas páginas das vossas Memórias, outra verbal popular, fantasiosa, a primeira circunvaliada de documentos, a segunda estendendo as suas fronteiras elásticas pelas regiões da poesia, sintetizada na lira arrebatada de Castro Alves, a maior inspiração das terras de Paraguaçu.

Se nas vossas almas generosas qual amplos lagos de fina transparência onde se reflete a límpida safira do nosso céu, as louçanias incontáveis da nossa natureza dadivosa se aninham a mais requintada delicadeza, se nos nossos corações largos como os nossos mares repousam apurados sentimentos de uma finura ilimitada, da minha alma, vergada ao peso delicioso de tantas homenagens que traduzem as demasias do vosso afeto, lutam e extravasam protestos reconhecimento. Perpassa em meu espírito o formoso estendal das vossas conquistas futuras se marcharem pelas estradas que vos atraem o rijo critério dos nossos mestres, o saber equilibrado dos vossos preceptores que por cinco anos vos enobrecem e apuram com o batismo redentor da luz para a lavragem do vosso futuro que tanto desejam frutífero rebrilhante. Assim ele será se da virtude tiverdes o culto da pátria a religião, da verdade o sentimento.

Há 8 anos que exerço na minha amada Bahia, o magistério e em todo o tirocínio de minha vida pública se tem arraigado no meu espírito a convicção de que sobre os ombros dos mes-

tres pesa a gravíssima responsabilidade da formação do caráter da mocidade.

Lembrai-vos sempre dos conselhos que a história de todos os povos nos ministra em sua eloquência máscula mostrando-nos a todas as luzes que, gigantes foram os povos cuja juventude era galvanizada no cumprimento exato do dever. Lembrai-vos daquela mocidade forte de helênia, tantas vezes memorada terra de doçuras angelicais desde o campo de vinhedos refloridos até os montes de musas habitados, dos seus paraísos de eternais venturas até o Pantheon de glorias reluzentes. De Theognis, de Megara a Pitágoras de Samos sempre se afirmou que a educação moral é a base da educação intelectual.

Na Roma eterna que ainda hoje espanta o mundo com as ruins das suas construções estupendas, enoitecidas pelos séculos, na Roma das águias altivas e por séculos invencíveis, dos palácios suntuosos e das sagradas catacumbas, se modelava o coração dos jovens desde o atrium onde faziam a aprendizagem das virtudes excelsas dos seus antepassados ilustres: eram naquele então o respeito à lei e o amor à grandeza da Pátria consubstanciada naquela frase de orgulho supremo – Tu regues império populos. Romane, memento.

Lembrai-vos das Capitulares de Carlos Magno e nos anos de depois das prédicas constantes dos grandes responsáveis pela prosperidade dos povos proclamando que os mestres e educadores deviam verter na alma da mocidade todas as energias morais, todo o sentimento do dever, todo o espírito de sacrifício, toda a consciência de seus destinos.

Atentai no exemplo magnífico dos povos campeões gigantes da civilização atual e considerai o amago das nacionalidades que em pelotões avassaladores, pendão do trabalho desfraldado, atravessam os trilhos do globo na marcha triunfante do progresso. Neles a educação cívica, um verdadeiro conceito do patriotismo sem falhas nem demasias, livre de cincas dissolventes ou exageros fantarinescos, é ritual sacrossanto. Agora mesmo nos campos ensanguentados do Velho Mundo pompeia a fortaleza das virtudes

cívicas e em meio das desgraças que enlutam os povos que se batem surge, vigorosa e sublime, a figura excelsa do patriotismo nas suas mais extraordinárias manifestações. É que primeiro formaram o homem moral, o lutador, o herói da vida.

Esta é a nossa tarefa mais grave — formar da mocidade uma raça de gigantes, fortes no corpo e todos no espírito, rijos no coração, bons na alma. Combatamos sem demora os germens dissociadores que por ali escancaram as fauces perigosas; clamemos contra a licença e o desgoverno que guiam o vício e a opressão; cerremos fileiras contra a indisciplina que tudo invade e, qual planta daninha, origina as práticas do anarquismo de inglória marcha e mais inglórios fins. Alistamo-nos mestres ilustres, na falange dos paladinos da prosperidade nacional e lutemos contra a ausência de amor cívico, da ideia da Pátria forte e poderosa. E é a própria dignidade nacional que se defende: e é o próprio futuro do nosso solo que se ampara, numa cruzada regeneradora dos costumes abastardados.

Assim formaremos vigorosos batalhadores do bem, depositando nos altares pátrios, o amor nas horas de glória e sacrifício de seus interesses, até a sua vida, nos momentos de dores e desalentos. Recebei-o mocidade generosa os ensinamentos dos vossos mestres bitolados por este modo: o Direito como pedestal em que se equilibra a defesa da justiça, a ordem o alicerce onde se esteia o almejado edifício da paz entre os homens, o dever como solar em que habita a virtude e assim armada podereis entoar o hino da glória nas aras pátrias. Esplêndidos proventos derramar-se hão sobre a imensa amplidão das nossas terras como as águas que manam em rios caudalosos e estirados, de leitos desimpedidos e álveos complanados.

Moços. Aos eflúvios da vossa alma ardente já me ia delongando. Perdão para o vosso hóspede humilhado ante a grandeza deste movimento em que o meu espírito se entibia e desfalece, não fora o calor da vossa requintada munificência. Este foi a minha estrela guiadora, sou como o viajante perdido nos areais adustos

do deserto, esperando a noite estrelada para divisar nas serranias das gemas cintilantes a bússola que lhe aponta o norte certo para recomeço da jornada interrompida. Espero a vossa escusa pelo desalinho das palavras que vos dirijo, ungidas de reconhecimento imorredoiro. Este dia será um dos maiores da minha vida.

A manifestação brilhante com que me honrais, deixará em mim a maior recordação pelo afeto carinhoso com que se me rodeia.

Mais brilhante, mais fulgente, perene e imaculada, será a memória de meu coração cheio de saudades.

Aceitai os meus juramentos sagrados de gratidão.

Aqui fica por vossa escrava a minha alma que tanto se alentou pelos vigores da vossa graça.

A ti. Faculdade de Direito do Recife, celeiro em quase alimenta a alma nacional, templo de luzes e de amor, página fulgurante da nossa história intelectual, monumento grandioso da ciência, atalaia formosa da justiça, as minhas últimas palavras que encerram um voto supremo exorando a tua prosperidade e a grandeza do teu futuro. Salve...[82]

82 **A Notícia**. Salvador, nº 301, 24 de setembro, 1915.

OS TRÊS GENERAIS

Bernardino José de Sousa

Senhores – Aqui está meus dignos concidadãos, o novo templo para o culto dos próceres da nossa Independência e nele entesourados para todo o sempre os símbolos venerados que o juízo incompreendido das multidões transmudou no emblema do Brasil emancipado: crismamo-lo de Pavilhão 2 de Julho, na lembrança invocadora da maior glória da Bahia.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia levou-o a termo em 52 dias de árduos trabalhos, à sombra dos prestígios e do patriotismo do povo baiano. Inauguramo-lo agora, enastrando o preito da recordação merecida e justa com os fulgores desta festa, tradutora das vibrações que agitam a alma do povo nas evocações do glorioso passado, quando o heroísmo inflamou a falange dos patriotas baianos na conquista de sua liberdade, que é toda uma Hosana triunfal revivescendo os heróis de 23, a cujos sacrifícios rendemos orgulhosos os preitos do nosso amor eviterno e as homenagens da nossa perpétua recordação. Sublime apoteose esta que projeta fulgentes claridades sobre os túmulos dos soldados de Labatut e Lima e Silva, transfigurados nos heróis hipônimos da nossa nacionalidade pela obra de ressurreição em que se exalta a História. Perdido num afastamento quase centenário dos nossos fatos do povo soberano vive, aliás, perduravelmente, em nossa memória, aquele dia magnífico de 1823, 95 anos atrás, em que fez alto nesta Praça a corte aguerrida do Coronel pernambucano Barros Falcão, a primeira que, salvando as linhas inimigas, ultrapassara as portas da Cidade, que Madeira abandonara nas trevas de uma noite de sobressaltos.

Rezam as velhas crônicas e de ouvida em ouvida se transmitiu até nós, pela palavra dos nossos avós, ainda ungida da mais comovedora saudade, a notícia dos arrebatamentos e das alegrias que transbordaram os peitos vencedores de Funil a Pirajá, dos brilhos inéditos do sol que batia o ouro dos seus raios no doirado das bandeiras rotas pela metralha, mas triunfantes, da flores que a mancheias se derramavam à paisagem da brigada revestida de andrajos, quase toda descalça, mas toda com armas e coração, gloriosa de abnegações, milionária de troféus e sacrifícios sem conta. E nos conta ainda a majestade enternecedora daquela parada no Terreiro de Jesus, sob o azul de um céu que nunca foi tão belo, perfilado o Exército Pacificador ante a figura empolgante do bravo Lima e Silva, em frente à imponente casa de Deus, quem dirigiam os votos mais ardentes e as piedosas oblatas de uma imensa gratidão; lembranças de alta memória que nos acendem os entusiasmos e vibram tumultuariamente no fundo da alma de todos os que nasceram nesta terra, por ela vivem e na sua grandeza resumem os anelos mais santos do coração.

É de mister, meus eminentes, neste momento solene, em que vos falo pelo benemérito Instituto Histórico da Bahia, algumas palavras rememoráveis de um passado já longínquo, ligando-se os eventos de outrora à cerimônia desta inauguração.

Foi em 1824: patriotas baianos, em meio dos quais figuravam muitos dos heróis da campanha libertadora, resolveram comemorar o primeiro aniversário da marcha triunfal. De uma carreta arrancada aos lusitanos nas arremetidas de Pirajá improvisam um carro emblemático, enfeitam-o de folhagens brasileiras que cingiam a figura de um velho caboclo, descendente em linha reta dos aborígenes, os únicos brasileiros da tríplice estirpe que gerou o nosso povo. E deste Largo, ornado de bandeiras, ao de Terreiro, cheio de flores, passando pelo Barbalho, em cuja fortaleza primeira se alçou a ban-

deira da independência sob a salva da artilharia, desfilou o primeiro cortejo cívico em homenagem a data estremecida.

Dois anos depois Manoel Ignácio da Costa, insigne escultor baiano, executava, a mando dos patriotas, este carro alegórico onde se destaca a imagem do caboclo vencedor da tirania, servindolhe de rodas as mesmas da carreta aludida, um dos poucos troféus que possuímos da pugna memorável. É de 1826 por diante, todos os anos, entre as aclamações do povo inteiro comovido, do mais humilde trabalhador a nobreza inteira ajaezada de brasões, faziase a procissão cívica solene, ao jeito de um esplêndido triunfo.

São do nosso Professor Torquato Bahia as seguintes palavras: "Desenham-se-me aos olhos aquele sublime espetáculo da alma sincera do povo. Vejo numerosissimos batalhões uniformizados de branco, o batalhão dos Acadêmicos com os seus Professores à frente, o batalhão dos Caixeiros com os mais influentes homens do Comércio o batalhão dos Lyceistas comandado pelo seu velho lente de Matemática — o Chico Santos — como era popularmente conhecido, o batalhão dos Defensores de Pirajá, e muitos outros compostos de artistas, de operários, de funcionários, e entre todos, dominando todos, na grandeza extraordinária de sua expressão heroica de intemeratos libertadores do povo, o Batalhão dos Veteranos d Independência, com o seu uniforme de couro amarelo ao qual brilhava a medalha da campanha num tope de fita com as cores da bandeira, despertando do estro das portas vibrantes estrofes, arrancando aclamações delirantes e fazendo verter dos olhos cintilantes das damas que se apinhavam nas janelas, ornadas de grinaldas e de festões, lágrimas irreprimíveis de contentamento e entusiasmo, por entre as palmas e os vivas calorosos com que saudavam o majestoso cortejo cívico, ao estrondear das músicas marciais. Era assim, num movimento indescritível da alma popular formada pela gente que afluía de todos os cantos da cidade que os carros do Caboclo e da Cabocla desfilavam pelas ruas da Capital.

O General Soares Andréia, bravo militar e proibidoso magistrado, vulto dos maiores do regimes passado, quis interromper a

tradição em 1846: promoveu a feitura de um outro carro alegórico, e Domingos Pereira Baião, também exímio escultor, executou est'outro em que se alevanta a figura de uma indígena, símbolo de Catarina Paraguassu, a famosa cabocla que fecundou a primeira turma de mamelucos e deu origem às mais belas lendas de que se enfeita o nosso passado. O caboclo era agressivo em suas atitudes triunfantes: devia-se preferir o símbolo da mulher hospitaleira que acolhera no seu regaço o naufrágio português que se tornou o Caramuru decantado. Não o conseguiu: reacender os entusiasmos e rigorizou os estos da alma popular delirada de júbilos incontáveis. E assim volveram os anos até 1917, notando-se que a pouco e pouco se arrefeciam os velhos entusiasmos. Sob as roupagens de uma pretensa civilização, a cidade esquecia lento e lento "as suas grandes tradições de heroísmo, as nobres afirmações do seu caráter forte, a pureza de sua lealdade, o brilho de suas mais legítimas glórias". "O 2 de Julho não é do povo civilizado, por ser puramente baiano"

Retrocedamos, porém a 1860. Nesse ano a Sociedade Patriótica 2 de Julho, composta em sua grande maioria de empregados no Comércio da Bahia, construiu aqui, neste mesmo terreno, um modesto barracão onde eram guardados os carros emblemáticos. Apesar das reformas por que passou o velho edifício, a ação do tempo se fez sentir e dia a dia ia transformando numa ruína ameaçadora: pena é que, por culpa de muitos, o abrigo dos emblemas mais caros da Bahia, tradicionalista por excelência entre as terras do Cruzeiro, chegasse a condição de alfurja.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, todo o mundo o sabe e eu o proclamo bem alto, é um zelador carinhoso de tradições, fundamentos da alma nacional: ali se vive sempre na visão retrospectiva, não só dos infortúnios e grandes perigos, mas também das empresas valorosas e dos feitos refulgentes, intensificando velhos afetos e virtudes ancestrais. Era de mister a sua intervenção: e de há muito era este o pensamento da falange emérita. Do meu velho mestre e muito caro amigo, nosso querido Pre-

sidente. Conselheiro Carneiro da Rocha, sempre ouviu o anseio pela melhoria da guarda dos símbolos amados sob o patrocínio do Instituto: mas a míngua dos nossos haveres ia retardando o movimento patriótico, sobretudo educador. Conhecemo-la nos, os da tenda benemérita: não na sabia o povo, que, pelo verbo do operoso Deputado Cosme de Faria, aos 4 de Julho do ano passado, nos confiou a guarda de tão caros objetivos. Não vos conto os temores que nos saltearam a mente, a nós que prometemos apresentar, um ano depois, o edifício reconstruído, os carros emblemáticos em seguro e condigno pouso, para sempre cuidados, todos os anos expostos à visita pública, uma vez que pela sua longevidade não mais podem suportar os abalos do aplaudido cortejo.

O Instituto é, porém, na frase de alguém, uma casa de encantamentos e feitiços: sempre que as dificuldades nos obstam à estrada, aparece, magicamente, um dos nossos revestidos das armas da vitória. Desta feita e nesta conquista os louros mais virideentes pertencem ao nosso Tesoureiro o meu particular e grande amigo Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha. Aos seus zelos sem par, à tenacidade admirável que lhe brinda o caráter imaculado e que se forjou no âmago das seivas da Amazônia, entre manadeiros e rios ignotos e trilhas incertas de solertes caboclos, numa Comissão arriscadíssima em que se empenhava o renome do Brasil, à sua dedicação admirável, deve o Instituto a galhardia desta vitória. Envaideço-me de ter sido o seu assíduo companheiro na labuta de 52 dias, em que não raro, o tanger dos sinos da meia noite nos surpreendia na faina patriótica: Fizemo-lo em nome do Instituto e por seu amor, em nome da Bahia e por sua glória, em tributo humilíssimo aos avoengos da Independência.

Ao apelo que em 3 de Maio do corrente ano dirigi, da tribuna do Instituto, ao povo baiano, ele respondeu com a sua fidalguia bem sabida. Ainda hoje recebemos donativos para o custeio das obras que montaram em 12:500$. A todos os que nos ajudaram o nosso perene agradecimento, a nossa profunda gratidão. Neste livro estão registrados os auxílios que nos enviaram e os que nos

mandarem ainda para cobrir o "déficit" de mais de 4:000$ que reponta do balanço geral das despesas efetuadas. A generosidade proclamada da Bahia há de nos dar os recursos necessários.

E aqui está, meus dignos concidadãos, o Pavilhão 2 de Julho, onde para todos o sempre ficarão encerradas, para os respeitos do povo, as relíquias venerandas de recordações memoráveis.É nosso pensamento entesourar aqui tudo o que s reporte à quadra homérica da luta de 17 meses, de 1822 a 1823; será assim um modestíssimo Museu da Independência.

O Instituto não pode fazê-lo melhor: nem era preciso uma vez que nos filiamos à doutrina do pensador insigne, que nos ensina ser no escrínio da alma popular, mais do que nos relevos do mármore ou no bronze monumental, onde mais sentimentalmente se perpetuam e mais eloquentemente se cultuam as memórias dos avoengos ilustres.

Não se nos acoime de levitas de atrasada memória: numa das formosas páginas da "Holanda" de Ramalho, vemos o batavo celebrado, "rotineiro de suas tradições, de seus costumes, de seus princípios, constituindo tudo isso a grande base de sua força coesiva como nação e de sua originalidade como povo", e se deleita o espírito à notícia da veneração do sino da torre de Nimegue, da sopa de legumes de Leyde, da roseta de rendas de Harlem, velharias e superstições que em nada impedem a marcha de uma civilização rebrilhante e requintada.

Povos fortes e viris, dito a história de todos os tempos e de todas as raças, são os que têm e conservam tradições do tempo e dos homens incorporados aos seus mas ardentes desejos: não se necessita esquecer para aprender, não é preciso olvidar amores de outrora para glorificar as conquistas presentes, nem é justo que se deslembram os velhos cultos na marcha acelerada para um futuro melhor.

Rezamos, pois e para sempre, o credo da nossa recordação filial ante os altares da Pátria, e relembremos, nas explosões do mais estrepitoso entusiasmo, ano a ano, lustro a lustro, pelos séculos afora, a imagem radiante dos grandes heróis da nossa emancipação, daqueles chefes indômitos, daqueles anônimos soldados que tingiram com o vermelho de seu sangue o verde dos nossos campos e o azul dos nossos mares e tiveram a fortuna de ouvir ou o echo formidável das vozes de carga, os gritos de liberdade ansiaram os ímpetos irresistíveis de uma nação que surgia nu holocausto de abnegadas virtudes.

Eia pois, meus nobres concidadãos: Nos exemplos de 1823 cobremos vigores e fortaleza para trilhar o nosso caminho seu desalentos, temperemos na forja de tão belos sacrifícios e fibra da nossa mocidade e juremos ante as lembranças amadas que evocamos nesta festa educadora, diante do pendão de esperança enfeitado de ouro, que nos irmana na mesma adoração e nos mesmos anelos, juremos ante o Deus das alturas paradisíacas, não poupar energias na faina do engrandecimento nacional, na obra sacrossanta da glorificação do Brasil. Só assim havemos de chegar a ser a grande Pátria que entrevemos em nossos sonhos mais arroubados. Avante, avante e sempre viva o Brasil.[83]

Em 2 de Julho de 1918 (São José, 47), Bahia.

Em seguida o Professor Bernardino de Sousa roga ao Sr. Inspetor da Região e ao Revmº Arcebispo D. Manoel Gomes a fineza de hastearem a bandeira nacional ao mastro principal do Pavilhão, o que é feito diante da continência das tropas perfiladas, e entre os echos do hino nacional e os vivas de uma compacta multidão.

83 **Bahia Ilustrada**. Salvador, nº 2, 1918. (Discurso pronunciado no dia 2 de Julho, às 10 horas da manhã, no momento da inauguração do Pavilhão 2 de Julho).

NOTÍCIA BIOGRÁFICA DO DR. ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO

Bernardino José de Souza

No mês de fevereiro do ano corrente (1920), de ordem do meu eminente confrade e amigo Dr. Laudelino Freire, escrevi para a "Revista da Língua Portuguesa" uma notícia biográfica do Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. A momentosa "Revista" publicou-a na Secção — Mestres da Língua — em o nº 5, Ano I, maio de 1920, precedida de uma fotografia do Mestre, a última tirada.

Nove meses após, quase dia por dia, aos 13 de novembro, traiçoeira enfermidade encerrava o ciclo da existência abnegada do nosso Patriarca, como o chamou, Homero Pires, nos adeuses sentidos de sua primorosa pena (Vide "O Imparcial" de 14 de novembro de 1920).

Impõe-se-me agora a tarefa, dolorida e ingrata, alma e coração ajoelhados ante a maior saudade que jamais senti, de completar as notas em torno da vida de quem era uma das maiores glórias da Bahia e cuja memória será sempre a maior fortuna moral do meu nome obscuro. São notas apenas: datas cronologicamente citadas, fatos verdadeiramente narrados, traços esparsos da alma boníssima do maior dos educadores nacionais, linhas muito curtas das feições mais em relevo do seu caráter imaculados fiéis narrativas de seus grandes triunfos lítero-científicos.

Outros, sobre estas bases, dirão melhor o que foi a vida exemplaríssima do chorado morto.

Nasceu o Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, na vila, hoje cidade de Itaparica, Estado da Bahia, aos 12 de Setembro de 1839. Seus genitores, de condição modestíssima, foram José Carneiro Ribeiro, escrivão de órfãos da vila, e D. Claudiana Ramos.

Feito ali o seu curso primário, iniciou aos 12 anos o estudo da gramática latina sob a abalizada direção do professor Manoel José Pinto, nos velhos tempos em que em Itaparica, como n'outras vilas e cidades da província, havia uma cadeira pública de latim: em tanta conta se tinha, naquele então as letras clássicas.

Tendo manifesto pendor para as letras maiores, transferiu-se em 1853 para a cidade Salvador, matriculando-se no Lyceu Provincial, cujas cátedras eram regidas por famosos pedagogos e estava sob a direção do advogado Manoel Pedro Moreira de Vasconcellos. Nesse instituto oficial teve como mestre de latim o exímio latinista Guilherme Baldoino Embirussú Camacán; de Geographia e História, o Dr. Pedro Botelho; de Filosofia, o Dr. Salustiano Pedrosa, ouvindo, em curso particular, as boas lições do saudoso geográfico Dr. João Estanislau da Silva Lisboa: nomes estes que muito exaltam a história intelectual da Bahia. Foi um estudante modelo, por sua aplicação e por seu talento.

Tais mostras de aplicação deu nos primeiros estudos, que, ainda preparatoriano, e por indicação de seu professor, em 1857, foi convidado pelo Dr. Francisco de Almeida Sebrão, diretor do acreditado instituto de ensino Colégio S. João, para substituir o catedrático de Filosofia, que era o mesmo Dr. Salustino Pedrosa: foi o início da sua inimitável carreira de magistério, dispondo-selhe desde então o espírito e o coração para os labores e sacrifícios de tão augusta tarefa.

Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1858, e em 1864, depois de apresentar e defender brilhantemente uma tese em torno das Relações da medicina com as Ciências Filosóficas obteve o grau de Doutor.

Ainda no primeiro ano do curso médico, por especial recomendação do emérito professor de inglês Carlos Alchorne, foi convidado pelo notável educador Dr. Abilio Cesar Borges, Barão de Macaúbas, para reger as classes elementares de Francês e Inglês no Ginásio Bahiano, que nesse mesmo ano fundara e que se tornou viveiro inesgotável de homens eminentes em todas as provín-

cias do saber e da atividade. Tempos depois foi promovido a catedrático das línguas citadas e também de Filosofia. Nesse tempo foi que o Dr. Carneiro Ribeiro teve como discípulo Ruy Barbosa, o gênio formidável da nossa raça, que não há muito tempo, em janeiro de 1920, em homenagem ao velho mestre e em recordação do tempos descuidosos das calças curtas, lhe ofereceu o Discurso pronunciado em saudação a Anatole France com a seguinte dedicatória: "Ao eminente filólogo Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro, seu admirável professor de francês, oferece este último exercício seu nesse idioma o seu agradecido aluno Ruy Barbosa".

Em 1860, o Dr. Carneiro entrou na sua primeira pugna lítero-científica: concorreu a cadeira de Francês do antigo Lyceu Provincial, hoje Ginásio da Bahia, vaga pela jubilação do catedrático Isidro José de Mattos, dando então provas bastantes do seu já grande conhecimento da língua de Racine.

O ano de 1871 assinala um dos seus maiores triunfos científico. Achando-se vaga a cadeira de Gramática Filosófica do referido Lyceu, foi aberta a inscrição para o concurso, inscrevendo-se os Drs. Guilherme Pereira Rebello, exímio literato e cientista de fôlego, "língua de prata", como o chamavam, Aristides Justo Cajueiro de Campos e Carneiro Ribeiro, Realizaram-se as provas e tal a excelência das do primeiro a último candidatos, tal a soma de conhecimentos que ambos revelaram e sobretudo a correção moral que mantiveram durante todo o empenho, que o concurso assumiu as proporções de uma batalha científica brilhante e nobre. Segundo o testemunho da Imprensa do tempo, nunca, anteriormente, um concurso havia atraído maior número de ouvintes, nem mais seleta assistência.

Sendo ambos aprovados com distinção, ex-aequo, logo depois da última prova, o então Presidente da Província, o benemérito Dr. Francisco Gonçalves Martins, Barão e, mais tarde, Visconde de S. Lourenço, dentre os maiores administradores que tem tido a Bahia, submeteu à sorte o provimento da Catédra disputada. Vale recordar o processo de que usou o digno Presidente para re-

solver o problema da igualdade de competências consoante o voto do juri examinador: fez escrever pelo professor Sebastião Pinto duas cédulas semelhantes lendo-se n'uma "tive mérito e não tive sorte", e noutra "tive mérito e a sorte me ajudou", colocando-as numa urna.

Já se não achava presente o Dr. Carneiro Ribeiro: consultado o Dr. Guilherme Rebello sobre se aceitava o resultado que indicasse a sorte, respondeu afirmativamente, e, convidado a retirar da urna uma das cédulas, reza essa — "tive mérito e não tive sorte" — Imediatamente o Presidente da província assinou o seguinte Ato:

O Barão de Lourenço, presidente da província, tomando em consideração as provas exibidas no concurso a cadeira de gramática filosófica do Lyceu, e o julgamento das mesmas, resolve nomear para professor da mesma cadeira o Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro. Ordena, portanto, que nesse sentido se expeçam as necessárias comunicações. Palácio da Presidência da Província da Bahia, 24 de fevereiro de 1871.

A primeiro de março tomou posse da cátedra conquistada em reencontro tão famoso, em cuja regência o Dr. Carneiro Ribeiro patenteou as provas mais inequívocas de seus conhecimentos, de seu estudo aturado e do amor com que cultuava a língua vernácula. Foi nesse tirocínio que armazenou o raro saber que mais tarde o sagrou eminentíssimo filólogo dos maiores do mundo português, espalhando de sobejo nesses dois sólidos monumentos científicos que são os "Serões Gramaticais" e a "Redação do Projeto do Código Civil".

Dezenove anos a fio levou a iluminar as turmas sucessivas de alunos que passavam pelo velho Lyceu da Bahia; dezenove anos se escoaram na ouvida das aulas magnificas do sábio mestre, sempre chamando a atenção dos ouvintes para as belezas do vernáculo, de cujos encantos ele nos deu mais tarde esta síntese perfeita. "Entre as línguas que se intitulam românicas ou novo-latinas, em cujo número entra o francês, o castelhano, o italiano,

o provençal, o romeno e o português, cujas lições bebemos com as primeiras gotas de leite que sorvemos, não cede este a palma a nenhum dos idiomas congêneres e ligados a mesma fonte etimológica, por sua graça e beleza, por seu mimo e donaire dizer das coisas leves e fugazes, por sua propriedade particular a afeiçoar-se a todos os estilos e adaptar-se a todos os gêneros de composição literária; abundosa de vocabulário, numerosa de ritmo, elegante de expressões, engenhosa e cariada nas composições e construções sintáticas, recolhendo o melhor de suas irmãs: a doçura e melodia da italiana, a gravidade e pompa da castelhana, a clareza e simplicidade da francesa. Na concisão, perspicuidade, beleza e elegância substanciosa das sentenças, as vezes nem mesmo cede o passo a língua matriz, cujo maior legado lhe coube, como filha primogênita."

A 23 de outubro de 1890, quando o governo do Estado, pela Reforma chamada Virgílio Damázio, criou o Instituto Official de Ensino Secundário, extinta a cadeira de Gramática Filosófica, foi o Dr. Carneiro Ribeiro transferido para a nova cadeira de Linguística e Gramática Geral e Comparada. Regeu-a até 1895, quando em nova Reforma do ensino secundário, criado o atual Ginásio da Bahia, é transferido aos 17 de Outubro para a cadeira de latim, vaga pelo falecimento do lente catedrático José Pinto Chichorro da Gama, um dos mais insignes latinistas da Bahia. Na direção da Cadeira de Latim esteve até 1902, quando se aposentou, depois de 31 anos e alguns dias de optimos serviços à instrução pública.

Dele se despediram os colegas, em festa comovedora, prova eloquente do apreço em que tinham as suas nobres qualidades de mestre, sendo intérprete da congregação o ilustrado professor de História Universal. Dr. Braz do Amaral, que o chamou de "mestre admirado e querido", cuja "judiciosa compostura foi um dos alicerces do Ginásio", cujo nome "ficará como um exemplo de talento, de esforço e de aplicação", na recordação de cuja" sólida envergadura de professor emérito e honesto, de perseverante, de intransigente no dever, de homem de energia e de sinceridade,

sabemos haver um símbolo que lembraremos como um modelo que se pode e deve seguir".

No Ginásio da Bahia, além dos provimentos efetivos, lecionou sempre com proficiência, na ausência dos respectivos proprietários, as cadeiras de Botânica e Zoologia, Francês, Inglês, História do Brasil e Literatura. Em vários estabelecimentos de ensino foi Professor de Português, Francês, Inglês, Latim e Filosofia, sempre com aplausos dos Diretores e dos discípulos, que se não cansavam de ouvir a sua voz vibrante, quase extintora, tão conhecida em todos os círculos intelectuais da Bahia.

Por falecimento de Dr. Antonio Franco Meirelles, o Dr. Carneiro foi nomeado pelo Cons. Almeida Couto, Presidente da província para o cargo de diretor do Lyceu da Bahia, exercendo-o até o governo Rodrigues Lima, quando pediu demissão. Na qualidade de Diretor do Lyceu era Vice-Presidente do antigo Conselho Superior de Instrução Pública, tendo exercido também o cargo de Diretor da instrução Pública, na ausência do titular efetivo, Dr. Satyro de oliveira Dias.

Em 1887 concorreu a cadeira de clínica Psiquiátrica da Faculdade de medicina, sendo unanimemente aprovado em segundo lugar, obtendo, porém um voto para o primeiro, que lhe deu o notável Professor Dr. José Pedro de Souza Braga.

As suas qualidades de mestre preclaro, cujos dotes de estilo contrastavam com uma rara cultura, juntavam Dr. Carneiro Ribeiro, em harmonia não comum e em benefício do mais alto dos apostolados, as de educador consagrado no país inteiro. Estas impressionaram fundo o espírito de Dr. Abílio Cesar Borges, que, pouco tempo depois de sua entrada para o Ginásio Bahiano, em 1858, o convidou para Vice-diretor do mesmo estabelecimento, onde foram postos em prática adiantados planos de educação e ensino.

Em 1873, associado ao Cônego Dr. Emilio Lopes Freire Lobo, insigne orador sacro, montou um colégio de ensino primário e secundário, a que intitulou Colégio da Bahia: de sua ação nesta famosa casa de ensino o ilustrado Constancio Alves escreveu

uma crônica para o "Jornal do Comércio", (Edição de S. Paulo), publicado a 18 de Novembro de 1920. A honrosa crônica termina assim: "As obrigações de mestre sacrificavam tudo, e como mestre, nenhum foi mais conceituado. Nada lhe faltou para ser o mestre como deve ser: o interesse pela inteligência e pelo moral da mocidade: o prazer de ensinar; a aptidão para o ensino; o amor ao estudo e o vigor físico com que resistiu, por mais de meio século, aos encargos de uma profissão das mais fatigantes. De estatura acima da média, cheio de corpo, largo de ombros, frontal majestoso, rosto moreno e de belas feições, enquadrado em barbas espessas e bem negras, voz farta de um excelente timbre, era um raro tipo de homem robusto e uma respeitável figura de mestre. Capaz de brandura e de benevolência, era respeito o que mais inspirava aos seus alunos e foi por ele que conquistou o prestigio para o seu colégio, prestigio sustentado pela seriedade de seus atestados, que perante as mesas de exame, eram recomendações e equivaliam a aprovações antecipadas.

Dissolvida amigavelmente a sociedade do Colégio Bahia em 1883, o Dr.Carneiro fundou só em 1884 , o atual Ginásio Carneiro Ribeiro, que foi por algum tempo equiparado ao Ginásio Nacional, antes da Reforma Rivadavia, que extinguiu todas as equiparações. Na alta direção desse estabelecimento, professando ainda línguas, faleceu o velho glorificado por quatro gerações de alunos. As neves de 8 janeiros revolvidos nunca poderam estancar a sede de saber do másculo operário da educação nacional, nem impediam o cumprimento da sina benemérita de formar o coração e iluminar o espírito dos moços.

Revela-se nos então um dos tipos mais representativos dos educadores nacionais, labutando no decurso de 63 longos anos. (Março de 1857 – Novembro de 1920) por um altíssimo ideal, "completando pelo coração a obra que formava pelo espírito! dando todas as energias de sua alma sã a obra superiormente patriótica de modelar e compor as gerações confiadas às diretrizes de sua ação modela".

Era de ver o afeto e o carinho entrelaçados de respeito amigo com que toda a Bahia intelectual, criada aos peitos de seus exemplos, se inclinava reverente ante a figura benévola e austera do ancião, quando e onde que se apresentasse com o seu porte varonil, bela cabeça artística cheia de neves, a paixão d'alma espelhada no sereno semblante que só irradiava bondade, expoente de suas virtudes formosas. Ele era, na frase tensa de Xavier Marques, o "estuário inspirado e fecundo, cujas mãos modelaram não só intelectos, mas caráteres". O seu Ginásio, instituição famosa entre as congêneres do país, por onde passaram várias gerações discentes, foi sempre uma escola integral, com programa de ensino e cultura extensivo ao moral da mocidade.

No desempenho consciencioso da sua missão, nunca se separou o professor de humanidades de preceptor de civilidade. Uma das mais justas ufanias da sua glória e nos triunfos de muitos do que, intelectual e moralmente, se formaram com as suas lições e nos seus exemplos de virtudes cívicas e sociais.

E no dia triste da sua morte sentidíssima o primoroso acadêmico escrevia ainda: "cumpre-nos recolher a riqueza que ele legou aos homens cultos, dá as futuras gerações de estudiosos da língua nacional, e, agradecendo tanto labor profícuo, útil e benemérito a memória desse mestre amado de toda a Bahia, dar desafogo a saudade que nos deixa também no coração o seu trato polidíssimo e afetuoso, a sua palavra sempre conceituosa, suavisadora e justa, o seu vulto aureolado de uma doce luz da bondade, reflexo das virtudes inapreciáveis que lhe floriam na alma sã magnânima".

Em 1919, no dia do seu aniversário natalício, tantas vezes festejado pelos seus discípulos, disse Theodoro Sampaio, expoente também do saber na Bahia. "Aos oitenta anos, ei-lo ainda a dirigir as novas legiões nas pugnas da inteligência; ei-lo alçado com um guião a que seguem gerações dos que aqui aspiram ao saber e buscam as lições das virtudes patriotas. Com esses cimos nevados das cordilheiras que dominam amplos horizontes e são para o caminheiro cá em baixo a baliza aviltante no roteiro do seu destino, assim o mestre encanecido para os que, como vós Senhores alu-

nos ensaiam ainda passos no caminho escabroso da vida. Felizes sois vós, moços que me ouves, com esse orientador de vossa inteligência e do vosso caráter, cujas luzes e virtudes fizeram-no essa ancianidade veneranda de que a Bahia se orgulha e a quem hoje tributa as suas homenagens essa mocidade agradecida".

E aos 12 de setembro de 1920, última vez em que lhe festejaram o natalício os discípulos atuais, pelo verbo primoroso de um amigo, Clementino Fraga, da vanguarda da medicina da Bahia, rematava assim a sua afetuosa saudação: "Mestre e amigo, muitas vezes sábio e outras tantas venerado: aqui vim para vos falar, mas não me senti capaz de vos dirigir a palavra diretamente; de vossa vida pouco disse, mas disse o bastante para focalizar no espírito em flor da mocidade aqui presente esse aspecto extraordinário da vossa missão que reflete a sinceridade apostólica de uma existência de muitos anos e grandes trabalhos; mas, ao cabo de contas, já que o espírito não pode livrar-se para vos alcançar, chega a vez do coração, do coração que não tem expressões, nem delas carece, que diz sem dizer, que exprime sem faltar, e "*rien n'est petit ni vulgaire oú le coeur a passé*". Mestre: na intimidade da glória tendes vivido. E vivereis tempos adiante, porque a vossa vida é um exemplo, e os exemplos ficam. Ficam e valem".

Em resposta, o venerando ancião, com a sua voz encantadora de sempre, forte, vibrante e sonora, modulou o seu "canto de cisne", em meio de cujos períodos de fino ouro dizia — Foi o Ginásio Bahiano que me abriu as portas das seduções do ensino a mocidade, por quem vivo e em cujos braços espero, dizendo o supremo 'vale', exalar o último suspiro. De feito, 62 dias após, exalava o último suspiro, rodeado dos seus amados discípulos, suspirando saudades, em homenagem última e valedora.

Morreu vítima, do paternal desvelo pelos seus filhos adotivos. Vale registrar os pormenores do tristíssimo fato: é tardinha de 5 de novembro, o seu coração boníssimo, o levou ao leito de um seu educando, que havia sido atacado por uma erisipela. Fez-lhe os curativos com as suas próprias mãos e assim contraiu a doença que de antes nunca acometera. Às 10 horas e meia do dia 6 sentiu os primeiros e

já violentos sintomas do mal implacável. Recolhido aos seus aposentos foram improfícuos todos os recursos da ciência, desveladamente empregados por sumidades médicas da Bahia. A sua resistência física, admirável em tão avançada idade, ia cedendo a pouco e pouco. No delírio da febre eu lhe abrasava o corpo ou nos momentos enganosos de esperanças para que os ardentemente pediam pela sua vida preciosa, as únicas palavras, os sós cuidados, os pensamentos todos eram para os seus discípulos e para o seu ginásio. Aos 12 de novembro foram perdidas todas as esperanças de salvamento: ungiu-o um sacerdote agostiano, às 8 horas da noite. Pouco depois se lhe emudeceu aquela voz peregrina, que tão bela fora, que disse tanto bem instrumento de ouro espelhando a alma mais nobre que já conheci.

No dia 13, às 10 horas e cinco minutos após uma agonia serena, como havia sido a sua vida inteira, sem um queixume nem gemido, augusto nas feições que o mal lhe não pode crispar, disse que o "supremo vale", entre os ósculos dos filhos de seu sangue e dos de sua alma.

Morria como desejava morreu.

As últimas claridades do astro moribundo contrastavam com os raios de sol nascente que lhe preparava a terra, cobrindo-a de flores, para recebê-lo em seu seio, coalhando de vividos raios o espaço por onde havia de subir a sua alma de justo, feita de luz, para a imortalidade dos eleitos.

Em seguida o espetáculo das grandes consagrações: a romaria de uma cidade inteira, do chefe de Estado ao mais humilde operário, desfilando triste ante o ataúde que encerrava tão sagrados despojos.

Mas, dizia no dia seguinte Carlos Chiacchio, encerrando uma crônica de saudades, em estilo cintilante, "se havia esse rumor de ciprestes em torno de nós, se a cidade acordava num bater de asas agoureiras, se deslizavam cortejos ao clarão dos cyros, todo esse ar de desolação profunda nas coisas, nada mais era do que um reflexo, na morte do que ele fora em vida".

E essa a de nos ficar na grandeza de sua obra imortal, o momento, que o Mestre deixou mais perene que o bronze.

A notícia infausta correu célere por todos os recantos do país, e as mais honrosas demonstrações de pesar e os mais sinceros pleitos de saudade foram tributados ao boníssimo cidadão: valem como síntese da dor comum as palavras do expoente da nossa nacionalidade, o altíssimo Ruy, no seguinte telegrama:

Dr. Bernardino de Souza – Rio, 14 Nov.

Recebi consternado a notícia dolorosa do passamento do Professor Ernesto Carneiro, meu sábio Mestre, mestre de tantas gerações, grande luzeiro que se paga nos cimos da cultura nacional. A sua família à mocidade, a Bahia, ao país, me associo de coração no luto e nos pêsames, que também recebo comovido.

Ruy Barbosa.

Dos raros ócios de uma vida afanosa, larga em anos e fecunda em serviços, de toda devotada ao magistério e a educação da mocidade, sobredoirada por uma fé incontrastável na grandeza da Pátria, recluso benemérito da mais saudável das oficinas, e sua esplêndida disciplina intelectual fê-lo trabalhar em obras didáticas, com as miras apontadas no progresso e aperfeiçoamento da língua e na vantagem de seus discípulos.

A notícia bibliográfica apensa a estes dados põe em luz o seu labor de publicista didático, iniciado em 1881 e encerrado nas vésperas de fatal desenlace de 13 de novembro de 1920.

Muitas coroas de louros cingiram a cabeça augusta do velho lidador. Foi sempre encarregado de múltiplas comissões lítero-científicas, ora pelos governos, ora pôr associações; duas vezes lhe deu o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia a missão de falar em seu nome. Da primeira, em 1897, falou o Dr. Carneiro estudan-

do o Padre Vieira como clássico da língua, o que fez conquistando aplausos prolongados dos assistentes e da crítica que, de uma feita, denominou a conferencia lida – página clássica sobre os clássicos.

Da segunda, em 1915, disse o glorioso pedagogo a respeito da Educação em suas relações com a moral.

Especial menção merece a lembrança da polêmica famosa com o Cons. Ruy Barbosa em torno do Código Civil Brasileiro, em elaboração nesse tempo. Em janeiro de 1902 o Dr. José Joaquim Seabra, então Presidente da Comissão Especial do Código Civil, na Câmara dos Deputados, pediu ao Dr. Carneiro Ribeiro que fizesse a leitura do Projeto do Código Civil e lhe corrigisse as faltas que poderia haver relativamente à linguagem. Ao obstante as escusas do Dr. Carneiro, diante do prazo dado, quatro dias e algumas horas, de si mesmo insuficientissimo para trabalho de tão largo fôlego, pela insistência do seu antigo discípulo e amigo, que apelou até para razões de patriotismo, pois ombros a empresa escoimando o Projeto das falhas que mais se salientavam. Subindo o Projeto ao Senado da República, foi eleito pelo mesmo o Cons. Ruy Barbosa para emitir o seu Parecer, o que fez de modo longo e substancioso, condenando principalmente a redação apresentada. Publicado o trabalho do Cons. Ruy, no Diário do Congresso de 27 de julho de 1922, o Dr. Carneiro Ribeiro procurou defender o seu, em abono do seu nome e porque, como o glorioso senador, era dos que "prezam a sua língua e lhe querem com amor e carinho", forcejando por se "não tornar cúmplice com os que acinte a desprezam e desdouram", aprazendo-se com "o doce comércio, o ameno trato, o desenfadado convívio com os melhores escritores", e a 25 de setembro saíram à luz da publicidade as suas "Ligeiras observações sobre as emendas do Dr. Ruy Barbosa", imprimindo-as o Diário do Congresso de 26 de outubro.

A polêmica estava travada e era de gigantes em começos de 1923 veio a lume a formidável "Réplica" do senador Ruy Barbosa às defesas da redação do Projeto da Câmara dos Deputados, onde

das quatro Seções em que se dividiu uma era destinada a "desafiar miudamente as ligeiras observações. De feito, em 142 páginas do Diário do Congresso, colunas largas, o Cons. Ruy publicou um trabalho colossal, em que correm parelhas o castiço do dizer e a riqueza de conhecimentos nos domínios do vernáculo.

Não se intimidou o Professor Carneiro diante da clava armipotente do contendor irrivalizado: já entrado em anos, vencendo dificuldades sem conta, mal lhe chegou às mãos um exemplar da "Réplica", entrou na feitura de sua defesa. E já agora o havia de fazer demorada e longamente. Em meados de 1904, terminava a feitura de uma obra monumental.

Tal a "Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa" que só veio à luz da publicidade em 1925, em alentado volume de 900 páginas.

A "Réplica" não merecia outra contradita: os dois trabalhos eram dignos um do outro. Em luta de gigantes do saber não se pode desejar melhor, nem de mais proveito; elevaram-se muito alto e, fazendo-o, abriram uma nova era nos estudos da língua vernácula deste lado do Atlântico: ademais, em nosso conhecimento, não conta a língua, dos dois lados, mais soberbos monumentos de erudição e sapiência.

Anos depois, esquecidos já os rumores da batalha brindaram-se os dois Mestres, os dois maiores lumes do vernáculo em nossas terras, em elogios amigos e sinceros. Do Cons. Ruy Barbosa dizia o Dr. Carneiro: "*sapiens... rex-regum*", gênio admirável e assombroso; o Dr. Carneiro Ribeiro era para o Cons. Ruy o "seu admirável professor, o mais sábio de seus antigos mestres, a mais saudosa parte restante de todo o seu passado".

Registe-se aqui, até para apagar dúvidas, o fato de que por todo este trabalho em prol das letras não recebeu o Prof. Carneiro Ribeiro qualquer propina, nem mesmo o preço da impressão do seu volumoso trabalho, que correu por sua conta: teve apenas os louros morais de uma campanha científica, sobremodo profícua, com o maior cérebro da nossa raça. E nisso esteve sempre o seu maior desvanecimento.

O Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro contraiu casamento em 1872 com D. Maria Francisca Ribeiro, senhora muito pobre de fazenda, mas verdadeiro tesouro de virtudes. Desse consórcio houve os seguintes filhos: D. Maria Olivia Carneiro de Souza, esposa do Prof. Dr. Bernardino José de Souza, catedrático da Faculdade direito e do Ginásio da Bahia e Secretário Perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, D. Maria Judith Carneiro Pires, esposa do Engenheiro Civil Tito Vespasiano Cesar Pires, professor de matemática, e os Drs. Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, atualmente Diretor do Ginásio Carneiro Ribeiro; Eng. Helvécio Carneiro Ribeiro, Diretor Secretário do mesmo Ginásio e Heráclito Carneiro Ribeiro, magistrado em Santa Catarina, atualmente Juiz em Florianópolis.

O Dr. Carneiro Ribeiro, o velho Carneiro como o chamava toda a Bahia, ajuizando à justa a bondade apostólica do Mestre, cuja luminosa trajetória será uma das mais formosas páginas da história do engrandecimento da Bahia, deixou publicadas várias obras, das quais dá notícia circunstanciada a seguinte.

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA

a- Relações da Medicina com as ciências filosóficas. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, a fim de obter o grau de Doutor em Medicina. 1. Vol. Bahia, 1864.

b- Origem e filiação da língua portuguesa. Tese de concurso à cadeira de Gramática Filosófica do Lyceu da Província da Bahia. I vol. de 76 páginas. Bahia. Tip. De Camillo Lellis Masson & C. 1871.

c- Gramática Portuguesa Filosófica. Obra aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia, cujo Parecer foi assinado pelo Dr. Luiz Álvares dos Santos e Prof. Joaquim José da Palma. I vol. de 447 páginas. Bahia. Imprensa Econômica. 1881.

d- Perturbações psíquicas no domínio da histeria. Tese de concurso à cadeira de Clínica Psiquiátrica, apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. I vol. de 129 páginas. Bahia. Imprensa Econômica. 1886.

e- Elementos de Gramática Portuguesa. Obra aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública. 1ª edição 1885; 2ª edição, cuidadosamente revista pelo autor, 1887; 3ª edição, 1890; 4ª edição, 1893; 5ª edição, 1898; 6ª edição, I volume de 167 páginas, 1911, Bahia, Oficinas dos Dois Mundos.

f- Serões Gramaticais ou Nova Gramática Portuguesa. Obra especialmente destinada ao curso secundário da língua portuguesa e adaptada ao novo programa de ensino, 1ª edição, I volume de 370 páginas. Bahia. Imprensa Popular, 1890.

2ª edição, consideravelmente aumentada e cuidadosamente revista pelo autor, I vol. in 8 de 827 páginas. Bahia, Estabelecimento dos Dois Mundos, 1915. (A Segunda edição dos Serões constitui verdadeiramente outro e notável trabalho, comparando-se-lhe o fôlego com o da 1ª edição. Dela, disse Ruy Barbosa, em cartão, agradecendo o exemplar que lhe enviou o autor, que era "magnífico tesouro de saber filológico e boa linguagem vernácula, onde ainda os mais doutos encontram muito que aprender).

g- O Padre Antonio Vieira considerado como clássico da língua portuguesa. Conferência realizada aos 13 de julho de 1897 no Salão Nobre da Faculdade de Medicina, em nome do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Publicado em volume especial da Revista do mesmo Instituto, consagrado ao centenário do Padre Antonio Vieira, abrangendo 20 páginas. Bahia, 1897.

h- Discurso proferido a 26 de abril de 1902, por ocasião de ser colocado o seu retrato no Salão Nobre do Ginásio da Bahia. I vol. de 17 páginas. Bahia. Oficinas do Diário da Bahia.

i- Ligeiras Observações sobre as emenda do Dr. Ruy Barbosa feitas à redação do Projeto do Código Civil. I vol. de 101 páginas, 1ª edição Oficinas dos Dois Mundos, 1902; 2ª edição I vol. de 92 páginas, Livraria Catilina, Bahia, 1917.

j- A Redação do Projeto do Código Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa, I vol. de 900 páginas. Bahia. Oficinas dos Dois Mundos, 1905.

k- Da Educação em suas relações com a Moral. Conferência realizada no dia 21 de abril de 1915 no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e pelo mesmo Instituto mandado publicar em benefício de seu patrimônio. I vol. de 42 páginas. Bahia. Typ. Bahiana, de Cincinato Melchiades, 1915.

l- Saudação aos Atiradores Bahianos: em nome do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e no dia do regresso dos atiradores à capital da Bahia. i vol. de 11 páginas. Bahia. Imprensa Oficial, 1917.

Acha-se em preparação e em via de publicação um volume de todos os inéditos e esparsos do Dr. Carneiro Ribeiro, organizando-o o Prof. Bernardino José de Souza, discípulo e genro do sábio filólogo. Este volume compreenderá discursos, conferências, memórias, pareceres, cartas e pensamentos.

Tal foi o trabalho do homem que as últimas gerações da Bahia, unanimem, nos ensinaram a venerar e para sempre hão de recordar nos justos preitos de seu sentir.[84] (*)

84 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador**, nº47 - 1921/1922, Imprensa Oficial do Estado, 1922.

* Já estava composto este artigo quando saiu a lume o vol. III da Estante Clássica da Língua Portuguesa, dirigida pelo eminente Dr. Laudelino Freire, dedicado ao Dr. Carneiro Ribeiro, trazendo algumas produções inéditas do saudoso filólogo.

CACHOEIRA E A INDEPENDÊNCIA[85]

Bernardino José de Sousa

Senhores,

Bateram às portas do Instituto Georaphico e Histórico da Bahia os dignos organizadores desta solennidade cívica, em que tanto se exala o nome da vossa Cachoeira celebrada. E ordenaram ao ultimo dos seareiros dos amenos lavradios que ali se mondam, viesse até aqui, neste dia de tantas reminiscencias queridas, dizer a sua palavra desenfeitada, em offerenda á vossa gloria rutilante.

Chamaram-me para a rememoração centenária da maior das vossas ephemeridades, porque desejava vincular á glorificação justíssima dos vossos ancestraes, o nome abençoado do templo das nossas tradições, onde se ouve o credo diuturno da religião da Patria, na contemplação dos heroes que não morrem nunca, e na visão luminosa de seus altos destinos, entre fagueiras esperanças.

E aqui me tendes meus nobres compatricios da Cachoeira heroica, portador da solidariedade patriotica do Instituto Histórico, trazendo-vos na effusão de seu abraço cordial os hosannas á vossa luz primeira.

Eu queria poder neste momento solenne, pela magia evocada de tantas memórias, pôr um toque de luz ou uma nota alada de belleza nas festividades do vosso centenário, algo semelhante á corôa de rosas com que os jovens de Athenas costumavam de-

85 Discurso oficial pronunciado pelo prof. Bernardino José de Souza. Secretário perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na Sessão Solene do Conselho Municipal de Cachoeira, em 25 de junho de 1922.

corar, nas manhãs diaphanas de seus dias primaveris, o mármore austero dos numes tutelares da cidade.

Pena que minha voz se não exerne das galas do estilo afinado dos eleitos da luz: mas sim como para formar a voz eterna do Oceano, leva cada onda a seu rumor, pode a minha palavra, nas prendas a vossa gentileza, juntar-se ao coro unisono dos epinicios, em louvor dos sublimados feitos de um século atrás.

Eu vos agradeço a honraria da lembrança do meu modesto nome: compreendendo-a á luz da vossa fidalguia, que se valeu de tão famoso ensejo, para testemunhar o apreço desta nobre gente a quem teve fortuna de, como primeiro, em dia que não vae longe, saudar as vossas glorias na guerra santa da redempção.

Por isso mesmo não me podia furtar ao vosso chamamento gentilíssimo: não vingariam as mais lisas escusas da minha pouquidade e do meu desvalor.

Não tinha o direito de vos recusar o meu concurso nesta homenagem ao primeiro século vencido do vosso grito redemptor: não se apagará do meu espírito a lembrança daquelles dias em que senti bem de perto a enchente das vossas graças e a fidalguia da vossa hospitalidade, quando andei por estes sítios encantadores a pedir uma pedra para o Monumento do Centenário da nossa Independência, que, com a ajuda de Deus e oa auxílios dos homens generosos, se vae levantando na Capital da nossa estremecida Bahia.

E aqui estou onde me colocaram os cúmulos da vossa bondade, espírito voltado para o vosso passado famoso, alma e coração genuflexos deante das memórias que vos encandilam o renome e perpetuam a gloria, integralmente associados ás significativas manifestações dos vossos entusiasmos arrebatados, na solennizadcao do centenário de vossa mais bella conquista, tributando comvosco aos heróis eponymos da emancipação os justos preitos de posteros agradecidos.

Eu vos juro que a minha alma delira de júbilos como a vossa e o meu peito estremece dos mesmos sentimentos, porque sempre

sinto as mais gratas e inefaveis emoções quando ouço as notas vibrantes do hymno da Pátria ou vejo drapejar aos ventos a bandeira de ouro e de esperança, que é o nosso signo, máxime quando se soltam ou se desfralda nos dias felizes em que temos a intima satisfação da nossa nacionalidade.

Maiores preitos não podemos depositar nas aras da Pátria, em louvores ao seu nascimento, do que recordar o passado memorável com todas as vicissitudes polymorphas por que atravessaram os cavalheiros do ideal dos ideaes, as angustias dos primeiros momentos, as vacillacões dos primeiros passos, os perigos que venceram, as lagrimas que derramaram, os contentamentos da victoria, os louros do triumpho.

Após a perigrinação secular na senda da liberdade, evoquemos tão altas memórias: é sempre grato ao coração do homem reler as paginas já escriptas no livro da existência. Sublima-se a tarefa quando se trata de uma luta nobilissima, em que um grande povo, em nome da liberdade e própria dignidade humana, reclama com honra e com bravura o seu direito á independência: então ella assume as proporções de uma aspiração superior, lição magnífica para as novas gerações, porque lhes oferece o exemplo pratico das virtudes supremas que enalteceram os prohomens da época redemptora, acordando vivamente o sentimento da Pátria, dessa região sempre formosa, onde se amplexam todos os ideaes, onde se conjugam todas as forcas criadoras, onde se encerra como em escrínio adorado o que de mais precioso e santo possuímos — o passado dos nossos maiores e o futuro dos nossos descendentes, o tumulo pranteado dos nossos paes e o berço dos nossos filhos, enflorado de esperanças.

Abramos a historia que relembra a aurora da vossa cruzada libertadora; folheemos as velhas chonicas ainda quentes do fogo sagrado: fale a tradição que, de ouvida em ouvida, se transmittiu até nós nas saudosas narrativas de nossos avós; e nos contem os passos todos da romagem de tão bellos dias, desde 25 de junho de 1822 até o epílogo triunfau da guerra santa; e nos refiram todas as memórias daquelles tempos heróicos, desde a vossa cantilena pa-

triótica, que repetia no estribilho encantador a divisa legendária — Independência ou morrer — até as festas da victória integral de 2 de julho, quando se partiram rumo a Europa as ultimas tropas da tyrannia vencida.

E ellas dirão que foi aqui, nesta vossa querida e doce Cachoeira, onde se formou o invencível poder do sentimento e da consciência social da Independência da Pátria, onde se forjaram caracteres e vontades inquebrantáveis, que souberam resistir a todas as barreiras dos inimigos, sobrepondo-se agigantados aos transes dolorosos e desastres inevitáveis que, de onde em onde, ameaçavam comprometer e exito da causa magnanima.

E ellas rezarão ainda, que na vossa boa e amada Cachoeira se fomou uma fonte inexausta de virtudes cívicas, que por mais de um giro da terra alimentaram aquellas almas de heróis que iniciaram no Brasil a campanha da emancipação política, retemperando-lhes as energias na refrega dos combates, serenando-lhes as victorias os ímpetos guerreiros, fecundando na morte a sementeira de novos paladinos da liberdade nacional.

Reavivemos, pois a memória do glorioso evo, cujo centenário celebramos.

O continente americano achava-se nos albores do século 19 preparando para as lutas da liberdade.

Washington espalhara a sementeira fecundante e promissora e o ideal libertador empolgava a alma dos povos do resto da América, dos planaltos mexicanos ás extrema do rio da Prata. Formidável convulsão abalava os alicerces das velhas instituições, e Bolívar, San Martin, O'Higgins, Artigas, Narino e tantos outros heroes, pelejam em todos os quadrantes da América do Sul, na escalada da maior de todas as conquistas.

O espírito revolucionário que os fulgores da revolução francesa haviam germinado e que se alara victorioso até os ceos cons-

tellados do Novo Mundo, pairou também sobre as terras do Brasil, accentuando-se forte e irretorquível com a partida para a Europa do monarcha bragantino, que se refugiara em nossa Pátria no lance torturante da invasão napoleônica, e com o procedimento impolitico e absurdo das Côrtes Portuguesas, dispostas á recolonização da terra que já era um reino.

O rei irresoluto e tímido deixara no Brasil como regente o filho impetuoso e decidido, que não vacilla em abraçar a causa da separação política do Brasil de Portugal. Desde o 9 de janeiro de 1922, que registou a mais formal desobediência do príncipe ás ordens das Côrtes metropolitanas, ninguém que tivesse o senso da situação política podia illudir-se a respeito da próxima Independência.

Quando interesses respectivos se defontram em termos inconciliáveis, o processo das batalhas é o turno inevitável, se não cedem dos partidos: no caso, o que por um lado era a defesa dos privilégios da monarchia unida, se torna a defesa dos direitos seculares de Portugal sobre o Brasil, emquanto que, de outro lado, aquillo que era simples tendência a introduzir no systema político a principio da relativa autonomia da ex-colônia, se converte na vontade incontrovertível de romper todos od vínculos e no ideal de uma soberania.

E a guerra sobreveio.

As energias indomadas de D. Pedro limparam o Rio de janeiro dos contrários. Foi então que as Côrtes Portuguesas assentaram os baluartes de sua resistência na Bahia.

O brigadeiro Madeira de Mello foi levado a chefe de reacção da metrópole e os factos calamitosos de Fevereiro de 1822, na Cidade do Salvador, foram o toque de rebate para a luta sanguinosa que se ia travar nas terras da primogenita do Brasil.

Clamava vingança o sangue dos brasileiros cahidos na refrega de 19 e 20 de fevereiro.

Joanna Angelica, a candida freira da Lapa, desenhava no seu martyrio o mais eloqüente exemplo da abnegação patriótica, transformando-se no símbolo da própria pátria apunhalada.

Vencidos no primeiro encontro, não desfaleceram os patriotas: emigram da capital escravizada, refugiando-se de preferência nas vilas de S. Francisco e de Santo Amaro e nesta cidade, que era neste tempo a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira.

E os dias de Março, Abril e Maio de 1822 escoaram-se aqui em meio da mais intensa agitação: cada fugitivo que chegava ao seio amorável da nobre Cachoeira dizia os aprestos militares do general lusitano, que jurava exterminar a hydra revolucionária, renascida vingadora nas terras do recôncavo.

O povo cachoeirano, até então pacífico e laborioso no remanso de suas terras ferazes, adquiriu de pronto a noção de algo muito grave se tramava contra os seus destinos.

O general madeira não via bem o recôncavo, sobretudo Cachoeira, para onde se dirigia o maior número de emigrados, que o chefe português, numa das suas estiradas proclamações chamava de "entes desprezíveis", que "pretendiam fazer grassar a sua perversidade nos povos do interior".

A vida cochoeirana transmuda-se num rosário de sobresaltos. As conjecturas de acontecimentos muito sérios tornam-se realidades ameaçadoras, quando os povos viram fundear na veia majestosa do Paraguassú uma escuma de guerra lusitana, cuja misao bellicosa e desafiante se pôde aferir pelos factos luctuosos de 20 de Junho, quando a maruja provocadora praticou em terra desatinos de selvagens.

O povo de Cachoeira soube cumprir o seu dever: nunca mais admirável nunca maior do que naquelles dias memoraveis do inicio de uma guerra improvisada.

Dominou as circumstancias com a compostura dos fortes, revelou-se digno da revolução que se preparava. Não lhe faltaram em tão estreitas aperturas as virtudes essenciaes para os grandes commetimentos: patriotismo, lealdade, valor e abnegação.

O insulto da barca portuguesa ferira fundo os brios dos brasileiros: ás vacillações dos primeiros instantes succederam as providencias inevitáveis e decisivas.

Francisco Gê Acayaba Montezuma, que se tornaria depois o "Oraculo dos Bahianos" e mais tarde Visconde de Jequitinhonha, havia escripto aos seus compatrícios daqui, mostrando a necessidade de acclamarem quando antes D. Pedro, príncipe regente, precedendo o partido madeirense na Capital: seria isto um movimento precursor da Independencia.

Surge como por encanto conductores da multidão: abraçam-se na salvaguarda da Pátria os homens de bôa conta da vila ameaçada. José Garcia Pacheco, comandante da cavallaria miliciana, e Rodrigo Antonio Falcão Brandão, coronel aggregado ao mesmo regimento, iniciam a reacção. Rodrigo Falcão á frente de cem patriotas das cercanias de Iguape, acampa na noite de 24 de Junho na vossa placida Belém, em som se guerra: Garcia Pacheco ás 3 horas da madrugada de 25, reúne os prohomens da vila na casa do major José Joaquim de Almeida Arnizáu, sita no largo do Hospital, nesta mesma casa em que hoje o Instituto Geographico e Histórico assentou, para recordação perenne das gerações, uma lapide comemorativa.

Decida-se nessa reunião concitar o povo e convidal-o a comparecer á sessão do Senado da Câmara, em que seria acclamado o príncipe D. Pedro como regente do Brasil e seu perpetuo defensor.

O dia amanhecera luminoso e radiante. A natureza saudava também a revolução independentista.

A tropa de Rodrigo Falcão se posta na Praça Municipal: juntam-se-lhe, numa solidariedade eloqüente, o regimento dos auxiliares, a companhia agregada, o esquadrão de cavallaria, quatro companhias de infantaria, além de voluntários decididos.

A's 9 horas estava reunida a Camara: na presidência o juiz de fora Dr. Antonio de Cerqueira Lima; cercavam-no os vereadores; nos angulos do salão comprimiam-se soldados e paisanos, chefes militares, funccionarios públicos, todo o clero, a fina flor da gente cachoeirense.

Garcia Pacheco e Rodrigo Falcão expõem o fim da reunião imprevista: resolve a Câmara consultar a vontade do povo e da

tropa: assoma ás janellas do paço a corporação municipal: desfralda-se a vista da multidão o estandarte da communa; retumba na praça a voz do procurador Manoel Teixeira de Freitas, perguntando " se eram todos contentes que se acclamasse S. A. R." e um longo e sonoro *Sim* ecôa destemido e commovedor, soberanamente unisono.

Salva a tropa numa descarga festiva: bramem na praça os vivas á liberdade.

A Câmara resolve ainda repersentar ao príncipe sobre "a retirada da tropa européa, por ser esta, além de desnecessária , prejudicial ao socego da Província."

O advogado Antonio Pereira Rebouças redige a acta do grande acontecimento, assinando-a todos os presentes, em numero de 257: estava prompta a certidão do baptismo de Cachoeira na vanguarda perigosa.

Já o sol descambava para o poente, inundando com as suas vagas de ouro os flancos dos morros adjacentes, quando da Casa do Povo se dirigiram os patriotas para a Casa de Deus: na matriz de N.S. do Rosário invocam os favores divinos num solennissimo "Te-Deum" cantado pelo vigário Manuel Jacintho, fazendo-se ouvir a palavra inflamada do padre Santos Almeida, parocho de Santo Estevam do Jacuhype.

O sentimento da Pátria repontara definido e claro no espírito de todas as classes e inspirava as resoluções accordes do bem comum.

Depois o desfile festivo da tropa e do povo e sem demora a agressão inesperada e traiçoeira: das casas dos portugueses Antonio Pinto de Lemos Bastos e Manuel Machado Nunes partiram tiros de fuzilaria contra o povo, e da escuna, cujo commando afiançava não perturbar a acclamação, descarregaram tres peças sobre a vila. Manuel da Silva Soledade, que era tambor, derrama o primeiro sangue cachoeirano em holocausto á liberdade: fique o seu nome gravado na Historia, para exemplo e conforto dos humildes.

De outros que tombaram no lance imprevisto nos escondeu noticias o curso dos anos.

Chegávamos a rompimento de armas: inicia-se a luta. A reacção nacional esboçou-se franca e impávida: dominou então a razão do povo inflamado, que não é a razão lenta e calculada da tribuna, mas sim a explosão segura e instantânea do entusiasmo pátrio, que sempre consegue quebrar as cadeias do arbítrio.

Em tais aperturas fez-se sentir a necessidade de uma derecção orientada, e reunidos em assembléia os principaes da vila, assentaram na constituição de uma Junta Conciliatória de Defesa que, ás 5 horas da tarde desse mesmo dia, se declarva em sessão permanente, proclamando-se disposta a "resistir ás machinações dos inimigos dos inimigos do Brasil". Vale recordar os nomes que a compuseram: Antonio Francisco de Freitas Barbosa, depois Barão de Itaparica, presidente: Antonio Pereira Rebouças secretário: Dr. José Joaquim da Silva e Azevedo, Antonio José Alves Bastos e o padre Manuel Dendê Bus, antes Manuel José de Freitas.

Continuou o combate: levaram-se trincheiras, correm ás armas os homens validos, improvisam-se peças com os vaivens dos engenhos dos arredores, o fogo é respondido com fogo e diz à tradição que foi no ardor dessa peleja, que soaram pela primeira vez as palavras — Independencia ou morrer.

Só á meia noite de 28 cessou a luta com o lance epico do assalto á barca lusitana, que horas antes ameaçava arrasar a vila.

Um casco desarmado, de bordos perfurados, velame rôto, cordas partidas, armas vasias, equipagem prisioneira e uma bandeira branca baloiçando triste no alto do mastro pendido, eis o que restava, na alvorada de 29, da barca odienta a jactante.

Nella mesma se enramaram os primeiros louros da Independencia Nacional.

Tal foi a Cachoeira no dia da primavera da Pátria: um cenário grandioso em que se conjugavam, em tumulto, brilhantes perspectivas e fragores de batalha, risonhas esperanças e annuncios de tormenta, presagiando com a sua intrepidez os mais preclaros triumphos aos pendões da liberdade.

Cachoeira subia ao Pantheon da Historia: o feito repercute nos campos e povoados de terra adentro e a tirania da Capital chisma-o insolentemente de "acção perversa de facciosos e rebeldes".

A verdade, porém era que, segundo dizia a Câmara na eloqüente participação feita ao príncipe dos successos desenrolados, "o leal e brioso povo do districto de Cachoeira" soube repellir com "denodo e patriotismo" os asseclas do "verdugo da Bahia, o opressor Madeira" que desejava renovar nesta terra "as sanguinosas catastrophes de 19 de Fevereiro e seguintes na Capital da Província". Bahianos como eram os Cachoeiranos, vendo crescerem os grilhões e algemas que cada vez sopeava mais a soberania inauferível dos habitantes, não podiam mais contemporizar e, "atentos á voz da Pátria", dispostos a "esmagar as forcas do tyranno com o mássico aríete do seu patriotismo", fizeram repercutir em todos os logares o "valente grito de 80.000 brasileiros, proclamando a sua liberdade".

Atentae bem nestas fases, meus bons amigos de Cachoeira: elas têm o fogo das epopéas.

De feito, Santo Amaro, a leal, S. Francisco, a valorosa, Maragojipe, a patriótica, e Inhambupe, a decidida, acompanham a Heróica, aclamndo a 29 de Junho o príncipe D. Pedro, e seguindo-lhes na mesma senda e em ordem cronológica, Itapicurú, Jaguaripe, Valença, Jacobina, Barcellos, Caitité, Santarém, Camamú, Urubú, Mirandella, Jussiape, Villa Nova, Geremoabo, Maraú, Caravelas, Belmonte e outras.

Levantaram-se a Província inteira pela voz de suas Câmaras Municipaes, interpretando a justa aspiração de seus povos.

Não se encerrou ai, porém, o ciclo da vossa primazia gloriosa da campanha libertadora: Cachoeira tornou-se Capital da Província rebellada.

As sugestões de cidadãos notáveis da vila de S. Francisco e de Santo Amaro, attendem os iniciadores do movimento em Cachoeira, e a 6 de Setembro instalava-se aqui o Conselho Interino de Governo da Província, composto de representantes da diferentes

vilas que abraçaram a causa da Pátria: cérebro e coração do magno levantmento, a sua ação benemérita se prolonga até a vitória integral de 2 de Julho.

Não descabe agora um rápido summariar dos vossos feitos magnânimos, nos dias celebrados da guerra santa: partem daqui emissários desinteressados para o recôncavo e para o sertão, concitando por toda a parte á defesa dos nossos brios; espalham-se, em todos os ventos, apelos e proclamações patrióticas como era de costume na época: Garcia Pacheco, o primeiro chefe da revolução, e Rodrigo Falcão, o brava barão de Belém, põem a ponto centenas de heróis; engrossam-se as tropas da primeira linha, as milícias e as ordenanças: pelas ruas da vossa Cachoeira desfilam para os campos de Pirajá, onde se travaram os mais rudes combates da guerra, regimentos e esquadrões, companhias e grupos aqui organizados, aqui vestidos, aqui estimulados pelo civismo da população inteira.

Estas mesmas ruas que, passado um século, se engalanam de flores, em viva homenagem aos heróis, viram a marcha resoluta do Batalhão dos Periquitos, das Companhias de Bellona e de Mavorte, do Corpo de Honra Imperial dos Caçadores de Primeira Linha, (cujos oficiais, todos cachoeiranos, aceitaram o compromisso de não vencerem soldo emquanto não fosse restaurada a Capital, obrigando-se ainda os capitães a darem fardamento ás suas respectivas companhias), do Batalhão Sagrado dos Independentes, da Guarda Cívica da Vila, do famoso Batalhão Cachoeirense, em cujas berretinas se esculpiram, na chapa amarela que os circumdava, as letras — V. M. — que se traduzem por uma nova legenda inspirada pelo ardor patriótico — Vencer ou Morrer.

Daqui partiu para os mares da Bahia de Todos os Santos, João Francisco de Oliveira Botas, o mais atrevido dos marinheiros que se bateram pela nossa causa; aqui veio buscar reforços o bravo dos bravos de Itaparica, Antonio de Souza Lima, cujo heroísmo inscreveu na formosa e celebrada ilha uma das recordações mais vibrantes do nosso valor guerreiro.

Os vossos compatrícios cobriram-se de louros na defesa da Barra do Paraguassú, que nunca mais foi sulcado por vossos inimigos, na resistência heróica de Cabrito, sob o comando de Rodrigo Falcão, nos redectos de Itaparica e nas linhas e nas linhas do Coqueiro, na maior batalha da guerra, ferida a 8 de Novembro.

Foi na barra do Paraguassú que Maria Quitéria de Jesus Medeiros, tabarôa de S José de Itapororocas, terras então deste distrito de Cachoeira, passa á imortalidade, á frente de outras heroínas, barmindo o alfange libertador de sua terra, numa arremetida estupenda de audácia, contra os inimigos que tentavam desembarcar, combatendo com água até os seios ardentes e eletrizando os soldados de Victor Topasio, encarregado da defensão do ponto vulnerável.

Na marcha da mais querida e popular das unidades militares do tempo, o Batalhão Cachoeirense, uma de cujas colunas as necessidades da guerra deslocaram de S. Roque para N. S. da Encarnação, sitio que era de mister defender para salvar Itaparica, há uma epopéa de abnegação e sacrifício: foi quando, á falta absoluta de meios de comunicação e de transporte para a bagagem da expedição aventurosa, os seus homens, titãs do dever, sem distinção de oficiais e soldados, iguais na marcha cautelosa, estóicos e soberbos, todos descalços, por lamaçaes e embrejados, conduzem em seus hombros os petrechos indispensaveis ao cumprimento da sua missão. Relata-o Bernardino Ferreira Nobrega, na suas *Memorias sobre as victorias alcançadas pelos itaparicanos*, testemunha dos feitos dea guerra como Capitão de um Regimento de segunda Linha, que accrescenta: "Conheceu-se então nesta marcha quanto era impossível sustentar Portugal mais tempo em prisão colonial o Povo Brasileiro, esse nobre Povo tão zeloso da sua liberdade, que a nada se poupa, nem a incommodos, nem a traalhos ou perigos, quando se trata da salvação da Pátria, de sua liberdade, e Independência, e por dever, timbre e honra da defesa do seu sustentáculo, o seu Defensor Perpétuo, e seu predilecto Regente".

Mas, Senhores, não eram só os soldados que demonstravam ardor patriótico no salvamento da província, que se batera alguns

meses completamente isso: por ella se extremaram em sacrifícios ingentes os civis que, tanto aqui como em Santo Amaro e vila de S. Francisco, nos arsenaes improvisados, "concertam armas, descravam peças que vinham dos engenhos ou as fundem inteiramente novas, fazem fardas, barretinas e correames, constroem carretas, preparam balas e cartuchos", todos desvelados na labuta sublimada, sem a menor remuneração alem da etapa.

Não era menor a carinho das mulheres nos hospitaes de sangue, a preoccupação dos encarregados dos fornecimentos ás tropas, sempre por toda a parte, immensa e desinteressada a dedicação á Pátria.

E que estímulos não nos despertam os nomes daquella geração galharda de 1822, memórias eternas nos fastos da gratidão nacional, os vossos Garcias e Rodrigos, Castros e Pitombos, Galvões e Freitas, Pedreiras e Rebouças, Limas e Topasios, Bacellares e Arnizaus e tantos, tantissimos outros prohomens da grande luta, e a multidão anonyma dos vossos infantes e cavalheiros que espontaneamente passavam do grangeio dos campos ás faulhas dos combates, da leiva mansa á trincheira arriscada.

Falou o orador depois do amor da Pátria e do quando ella é capaz, versando em seguida o problema das tradições e de sua força constructiva indispensável a todas as Pátria.

Todos os povos precisam desse grande manancial de energias que são as tradições nacionaes: os que não as têm inventam, improvisando heroes, corporificando no vácuo as sombras fugitivas que erram nas lendas, para formarem com ellas um espetáculo de grandeza que estimule as gerações porvindoiras.

Ou isto ou então ficarão arrasados os alicerses do monumento do potencial de qualquer pátria.

Nunca jamais serão excessivas as demonstrações do nosso reconhecimento aos autores da nossa nacionalidade: ser-lhes-emos sempre devedores pelo muito precioso legado que nos herdaram.

Cultuar-lhes as memórias excelsas, exaltar-lhes mais e mais os nomes aureolados de glorias sem mancha, relembrá-los sempre e sempre nos dias de triunfo a nas horas de sacrifício, tê-los como nomes protetores que pairam vigilantes no céu da grande terra do Cruzeiro, eis o primeiro dogma da religião da Pátria, cujo culto externo, ao jeito de exteriorização de sentimentos sociais, reclama a dedicação dos emblemas visíveis e objetivos com que o respeito público honra os melhores brasões que a enastram: assim se explica o culto sentido das festividades cívicas, das apoteoses e das estatuas, das bandeiras tremulantes ns dos hinos desferidos.

Bravos para vós, meus compatrícios de Cachoeira, que nestas solenidades, no tumulto deslumbrante das vossas palmas, no estrepito ruidoso das vossas aclamações, quisestes recordar o nome dos vossos heróis e com eles o inicio da guerra que fez correr o sangue mais puro da nossa raça, toda a vez que tombava um centauro e que integrava a sua memória no próprio espírito da Pátria.

E que a Cachoeira foi e será sempre grande: de há cem anos o seu heroísmo magnífico começou a jorrar claridades cintilantes nos desvãos da nossa historia, iluminando de rutilos lampejos a estrada do nosso futuro.

Bendita seja terra nobilíssima: a tua gloria é incontestada e eviterna: o processo histórico, com toda a sua irrefutável e precisa documentação, assente na observação direta e no códice severo e incontrovertível, já pronunciou a sentença da tua fama imortal.

Bendita seja, nobre Cachoeira: hosanas ao teu nome, misterioso e sonoro, que ecoa nos anais da gloria nacional com o fragor das águas de teu rio majestoso, descendo na perpendicular da rocha: hosanas á tua historia, que sintetiza as virtudes mais altas da raça e evoca as lembranças melhores da nossa idade heróica.

Bendita seja Cachoeira celebrada, porque foi sob este mesmo céu, infinito e azul doirada de sol ou clareado de gemas, nesta

mesma paisagem encantadora, onde os maiores requintes se espelham nas águas do vosso rio, onde a luz pinta e esculpe no dorso dos morros as mais admiráveis policromias, que há cem anos os teus filhos, anelando a liberdade fecunda do torrão natal, sentindo as palpitações da Pátria sonhadora, conquistaram a primeira consagração da glória da nossa Independência.

Salve, Cachoeira heróica, tantas vezes insigne, sagrada como um santuário, em cada um dos cujos solares há um mundo de recordos da era brilhante em que a Bahia, proclamou a sua vontade de ser livre, entre relâmpagos de coragem e juras de fé no êxito da revolução.

Salve, terra galharda, mãe fecunda, de cujo seio surgiu o germe da mais prodigiosa floração de energia nacional, na hora trágica e solene da iniciação da ultima sena do drama de 322 anos da dominação portuguesa na América, que é em si mesma um monumento cheio de virtual eficiência inspiradora, signo da mais alta memória do Brasil.

Mais uma vez salve Cachoeira, luz da Bahia, a cuja contemplação apareceu na retentiva fascinada os vultos de varões imortais, que são glória de todos nós da terra de Santa Cruz.

Justíssimo é o vosso orgulho, nobre povo cachoeirano, cultivai-os sempre dentro dos justos limites: tendes a direito e o dever de repetir sempre aos vossos filhos a mesma frase que os romanos antigos faziam soar a todo o instante para conservação dos brios do seu povo: lembrei-vos de que sois cachoeiranos.

Ser cachoeirano é descerder da alta progênie de 1822, por isso mesmo é ter um estimulo persistente, é ser forte, é ser capaz de todos os heroísmos, é ser um homem são que sente o santo amor da vida, intenso e magnânimo, porque tendes a esplendida armadura de uma história gloriosa, nimbada pela luz inapagavel dos grandes devotamentos, flama e revelação, ensino e exemplo pelos séculos afora.

Nesta hora magnífica que passa, em que nos confundimos nos mesmos sentimentos de gratidão aos que nos legaram o so-

berbo patrimônio se seus feitos valorosos, veio fecundíssimo de energias morais construtoras, irmãos pela comunidade de destinos e pela paixão dos mesmos ideais, façamos um voto solene por que seja esta data o alvorejar de uma nova era de paz e de progresso para Cachoeira, para a Bahia, para o Brasil, numa cheia plena de gloria para todos nós.

Partimos agora para a viagem longa de outra centúria: nas praias que se vão distanciando aos olhos saudosos ficam os esteios da nossa força, as sombras augustas das gerações que fundaram a Pátria, assinalando-nos os caminhos da rota para o porvir.

Não podemos saber a que praias da ilha encantadora do futuro nos conduzirão os fados.

Vele a Deus das alturas com a sua misteriosa onipotência a singradura da nau de que somos tripulantes de agora: sinas ao vento, asas pandas, a fé como bússola, endireite rumo ao futuro, ovante e triunfal, a querida nave que tanto estremecemos. Não a detenham as sereias enganadoras do pélago insondável; não a desviem da rota segura os ventos travessões e os mares cruzados; bons pilotos a dirijam a salvamento.

Sempre vergam d'alto avante, avante, bela e fraternal, generosa e criadora, na esteira luminosa da civilização.[86]

86 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº 48, 1923.

MUSEU DO INSTITUTO: RELÍQUIAS DO SÉC. XVII E XVIII[87]

Bernardino José de Sousa

TRÊS INSCRIÇÕES CÉLEBRES

Comunicação lida pelo secretário perpétuo do I. G. H. B., Dr. Bernardino de Souza, na sessão Ordinária do Instituto a 10 de Março de 1928.

Aqui, meus caros confrades, portas adentro do nosso querido Instituto Geográfico e Histórico, em tão feliz momento crismado pela sabedoria popular — Casa da Bahia, já existe largo e abundante material para o estudo dos bahianos que desejem fixar aspectos da nossa terra, estudar costumes da nossa gente, investigar o nosso passado e acompanhar a nossa evolução através dos 427 anos já vividos à luz da civilização.

As nossas coleções naturais aumentam dia a dia, sobrelevando notar a de mineralogia, onde se combinam, perfeitamente, o devotamento competente de Macambyra Monte Flores e a boa generosidade de Carlos Salles; ainda agora, José Pinho e Pedro Calmon, dentre os mais devotados adoradores de Clio, revolvendo os papeis do nosso Arquivo, felizmente já catalogado, descobrem cimelios valiosos; enriquece-se a pouco a pouco a nossa biblioteca

87 Comunicação lida pelo secretário perpétuo do I. G. H. B., Dr. Bernardino de Souza, na sessão Ordinária do Instituto a 10 de Março de 1928.

em via de catalogação definitiva; assim também a Mappotheca já classificada; cresce a olhos vistos os acervos de relíquias que memoram o passado insigne da Bahia e do Brasil.

Não errarei afirmando que não são poucos os consócios que desconhecem a riqueza das preciosidades que aqui guardamos e zelamos com os carinhos a que têm direito valores que tais na consciência dos povos que, aspirando à vida dos séculos, sabem recordar os seus antepassados e, em seus feitos e em suas obras, encontrar persistentes estímulos.

Se me não faltar tempo, que me é tão escasso por força da afanosissíma luta pela vida a que sou obrigado, mal chegando horas curtas para dádiva ao nosso instituto, levarei de brio trazer, de vez em vez, em nossas sessões ordinárias, ao conhecimento dos prezados confrades, as valiosas peças que possuímos. Valiosas sim, senão pelo preço material que encerram, ao menos pela significação moral, pelo sentido histórico, pela expressão social e patriótica. Por isso é que se impõem ao nosso amor, a nossa vigilância de guardas das tradições baianas.

Começo hoje a dar-vos notícia de três relíquias, das mais antigas do nosso Museu: duas do século XVII e uma da primeira metade do século XVIII. Tais são duas pedras e uma lamina de cobre com inscrições alusivas a fatos memoráveis desta Leal Valorosa Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos, consoante a linguagem encomiástica do Dec. Imperial de 13 de Setembro de 1826.

A inscrição da placa de cobre é a mais antiga, apresentando-vos agora, depois de mandado enquadra-la para melhor e mais segura conservação. É de 1826 relembra um voto de piedade cristã e católica romana. Lendo o nosso velho e benemérito Ignácio Accioli, cujas Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia ainda são o melhor e mais abundoso repositório de fatos antigos

da nossa terra, as paginas 13 e 14 do 4º volume, encontrei copiosa referencia á valiosíssima relíquia que ora vedes. Assim é que, tratando da Revolução Portuguesa de 1º de dezembro de 1640, que sacudiu o jugo espanhol e colocou no trono lusitano o 8º Duque de Bragança, D. João, substituindo a dinastia estrangeira Filipina pela nacionalidade Bragantina ou Brigantina, escreve em nota: No exame de outros antigos livros do governo provincial, achei um assento indicando haver se perpetuado esta mudança de dinastia com certa inscrição, colocada na frente do palácio do mesmo governo; mas, a despeito de todas as diligencias, não me era possível descobri-la, por isso que as repetidas caiações daquele edifício haviam-na encoberto, até que em 16 de dezembro de 1834, por motivo de igual operação, distingui a mesma inscrição acima da janela superior à porta principal, e sendo despregada então, conheci ser relativa ao voto feito por provisão de 25 de marco de 1646, que abaixo se transcreve, contendo em três laminas de cobre, que formam um todo de quatro palmos em quadro, e em letras abertas em relevo inteiro.

Eis o texto da referida Provisão tal como se encontra no mesmo Acciolo:

> "D. João por graça de Deos rei de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa senhor de Guiné, e da conquista, navegação e comercio da Etiopia, Arábia, Persia, India etc. faço saber aos que esta minha provisão virem, que sendo ora restituído por mercê muito particular de Deos nosso senhor á coroa destes meos reinos, e senhorios de Portugal, considerando, que o senhor rei D. Affonso Henrique, meo progenitor, e primeiro rei deste reino, sendo acclamdo, e levantado por rei, em reconhecimento de toa grande mercê, de consentimento de seos vassalos, tomou por especial advogada sua a Virgem Mãi de Deos, Senhora nossa, e debaixo de sua sagrada proteção,

e amparo lhe offerecêo a todos seos successores, reinos e vassalos como particular tributo, em sinal de feudo e vassallagem. Desejando eu imitar seo santo zelo, e a singular piedade dos senhores reis meos predecessores, reconhecendo em mim avantajadas, e continuas mercês, e beneficio da liberal, e poderosa mão de Deos nosso senhor, por interceção da Virgem N. Senhora da Conceição, estando ora junto em côrtes com os tres estados do reino lhe fiz propôr a obrigação que tínhamos de renovar, e continuar esta promessa, e venerar com muito particular affeto, e solemnidade a festa de sua immaculada Conceição. E nellas com parecer de todos assentamos de tomar por padroeira de nossos reinos, e senhorios a Santíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição, na forma dos breves do santo padre Urbano 8º, dirigindo-me a haver confirmação da santa Fé apostolica, e lhe offereço de novo em meo nome, e do príncipe D. Teodozio, meo sobre todos amado e prezado filho, e todos meos descendentes seccessores, reinos e vassalos, a sua santa casa da Conceição, sita em Villa-viçosa, por ser a primeira que houve em Hespanha desta invocação, 50 crozados de ouro em cada um anno insinal de tributo e vassalagem. E da mesma maneira promettemos e juramos com o príncipe, e estados de confessar e defender sempre (até dar a vida se necessário for) que a Virgem Maria Mãi de Deos foi concebida sem peccado original, tendo respeito a que a santa madre igreja de Roma, a quem somos obrigados seguir, e obedecer, celebrar com particular officio, e festa sua Santíssima, e imaculada Conceição , salvando porem este juramento no caso em que a mesma santa igreja resolva o contrario. Esperando com grande confiança na infinita mizericordia de Deos nosso senhor, que por meio desta Senhora pa-

droeira e protectora de nossos reinos, e senhorios, de quem por honra de nos confessamos e reconhecemos vassallos, e tributários, nos ampare, e defenda de nossos inimigos com grandes accrescentamentos destes reinos para a gloria de Christo nosso Deos, e exaltação de nossa fé catholica Romana, conversão das gentes, e reducção dos hereges.e se alguma pessoa intentar cousa alguma contra esta promessa, juramento e vassallagem, por este mesmo feito, sendo vassallo, o havemos por não natural, e queremos que seja lançado fora do reino; e se for rei, o que Deos na permitta, haja a sua e nossa maldição, e não se conte entre nossos descendentes, esperando que pelo mesmo Deos que nos dêo o reino, e subio á dignidade real, seja della abatido e despojado. E para que em todo o tempo haja a certeza desta nossa eleição, promessa, e juramento, firmada e estabelecida em côrtes, mandamos fazer della tres autos publicos, um que será levado á corte de Roma, para se expedir a confirmação da santa Sé apostólica, e outros dousm que juntos á dita confirmação, e esta minha provisão, se guardem no cartório da casa de N. Senhora da Conceição de Villa-viçosa, e em nossa Torre do Tombo. Dada nesta nossa cidade de Lisboa aos 25 dias do mez de março. Bathazar Rodrigues Coelho a faz. Anno do nascimento de N. S. J. C. de 1646 — Pedro Vieira da Silva a faz escrever. El-Rei."

Era então Governador Geral do Brasil, aqui residente, Antonio Telles da Silva, décimo nono da lista dos administradores da América Portuguesa, que regeu os destinos da colônia de 26 de agosto de 1624 a 22 de dezembro de 1647.

Em cumprimento ás ordens do seu monarca e ao voto da nação representada nas cortes, mandou fundir, para registro perpetuo do voto piedoso, esta placa de cobre em três laminas, certa-

mente ajustadas no momento que foram colocadas na fachada principal da "Casa dos Governadores", primeiro batismo do "Palácio do Governo", pelo menos, na voz dos cronistas da época.

A inscrição é a seguinte:

> "*Aeternit. Sacra iamculatissimae coceptioni B. Maria Ioannes IV. Port. Rex uma cum generalib? Comitiis se et regna sua sub anuo censu tributaria publice vovit atq; Dei param in imperii tutrlarem electam a labe originali praeservata perpetuo defensurum iuramento firmavit, viveret ut pietas lusitaniae. Hoc aere a lamina in memoria i e perene jussit'sculpere, anno christi D N I M. DC. XL VI imperii sui vi*."

Eis a tradução, segundo o Dr. Deraldo Dias, catedrático de latim no Ginásio da Bahia.

> "João IV, Rei de Portugal, em ato publico e conjuntamente com as suas cortes, prometeu perpetuas homenagens anuais a Conceição da Beatissima Virgem Maria e afirmou que ele e os seus reinos tributários haviam de defender, por força de um perpetuo juramento, aquela que concebeu o próprio Deus, livre de pecado original, como padroeira escolhida do Império, de conformidade com a fé florescente na Lusitânia.
> E mandou gravar estas laminas de bronze para perene memória deste fato, no ano de 1646 de Jesus Cristo Nosso Senhor, VI do seu governo."

Informa Accioli, que a viu em dezembro de 1834, que apesar da sua antiguidade a da força corrosiva da cal com que várias vezes a recobriram, ainda alguns de seus caracteres conservavam o primeiro douramento. Retiraram a placa em 16 de dezembro de 1834; retocaram-lhe o douramento e, ao depois, recolocaram-na

no mesmo lugar: isto foi no governo do Dr. Francisco de Souza Martins, posteriormente Barão da Parahyba, oitavo presidente que teve a província da Bahia e que nos governou de 10 de dezembro de 1834 até 18 de abril de 1835. Não obstante as várias reformas por que passou o velho "Palácio do Governo" ela sempre ficou em seu lugar. Tiraram-na definitivamente em 1898 quando, já na Republica e no governo do Dr. Luiz Vianna, se fez a remodelação completa e radical do histórico "Paço". Foi em janeiro de 1899 que o Engenheiro Civil José Antonio da Costa, então Secretário da Agricultura, Viação de Obras Públicas, confiou à guarda do nosso Instituto.

Resto precioso de um passado longínquo ficará aqui, em lugar de primazia, para perpetua contemplação das gerações.

Ainda é da velha "Casa dos Governadores" Gerais do Brasil a outra relíquia para a qual chamo a vossa atenção.

Sabem todos que o primeiro e prestantissimo Governador Geral, fundador desta cidade em 1549, construiu uma grande casa para residência dos representantes de S. M. Fidelíssima. Era a maior da nascente capital, mas era de taipa como todas as outras que se edificaram no dia da fundação, por falta de materiais e de gente. Ficava no mesmo local em que está hoje a majestoso "Palácio Rio Branco"; em frente edificaram a Alfândega; do lado do nascente estava o Senado da Câmara; ao poente o Paço da Relação; no centro a mesma praça que bem conhecemos.

Reformado algumas vezes não tem hoje como diz Braz do Amaral (Cartas de Vilhena), "nem externa, nem internamente mais coisa alguma da antiga residência dos vice-reis do Brasil".

Foi anterior à invasão holandesa na Bahia a primeira grande reforma da velha casa de taipa. Fr. Vicente do Salvador informa-nos que, já então, "era de pedra e cal, forte a antiga obra". Já o haviam transformado em sobrado, com dois pavimentos: "o térreo,

onde estavam a pólvora e as armas, e o superior, onde residia o governador" (Braz do Amaral. Notas a Accioli. 2º vol).

Tempos depois, governando o Brasil e a Bahia Francisco Barreto de Menezes, o denodado Mestre de Campo General do Exercito de Pernambuco, foram feitas, por sua ordem, duas grandes obras em edifícios públicos: a remodelação do Palácio do Governo e a reedificação da casa que funcionava a senado da Câmara, atestando-as duas inscrições alusivas, gravadas em pedras de cantaria.

A pedra do Senado da Câmara ainda está no lugar em que a colocou o glorioso Capitão General, lendo-se nela a seguinte inscrição:

> "Reynando El-Rey D. Affonso VI mandou fazer ese edifício a custa da sidade Francisco Barreto do Conc. D. Gverra G. E. C. G. Destado do Brasil-1660".

A esta se refere o nosso operoso confrade J. Teixeira Barros no seu interessante estudo "Epigraphia da Cidade do Salvador", publicado em o Nº 51 da nossa Revista.

A respeito das obras ordenadas por Barreto de Menezes, Governador e Capitão Geral do Estado do Brasil, de 20 de junho de 1657 a 24 de junho de 1663, escreve o Dr. Braz do Amaral no 2.º vol. das anotações ás "Memórias" de Accioli:

> "Já não era elle a construção de taipa do tempo de Thomé de Souza, pois tinha um primeiro andar e um pavimento térreo e que até se achava arruinado e fôra preciso escorar, no tempo de Diogo de Mendonça Furtado. Francisco Barreto, porém, deu-lhe a forma geral que elle conservou até o fim do século 19.º, isto é, o de uma sólida construção de um andar que ocupava toda a extensão da praça desde o ângulo da fachada que acabava sobre uma pequena rampa que ia dar ao Páo da Bandeira até a rua que se estande para o lado do Theatro e que é muito antiga, chamada hoje Rua

> Chile e outr'ora Rua de Palácio por ter junto dele o seu inicio.
> A primeira travessa que se desembocava perpendicular a essa rua, era chamada Becco do Tira Chapéu, pelo costume de se descobrirem as pessoas que trasitavam por alli quando descobriam a casa do rei, onde estava a autoridade que o representava.
> A ladeira do Páo da Bandeira era assim chamada pelo mastro que ficava nos fundos do palácio e que servia para signaes e para içar a bandeira real que era vista do povo."

A pedra que relembra a remodelação[88] da "Casa dos Governadores" foi recolhida ao Museu do Instituto, podendo-se vê-la no *hall* desta casa, em tudo semelhante á que se vê no "Paço Municipal"

Contem a seguinte inscrição:

> Reinado El Rei Don Afonso VI mandou fazer esta obra Francisco Barreto Governador e Capitan Gel. desse estado no ano de 1663.

Já no alto da porta principal que dava para a Praça Rio Branco, antes Praça do Palácio, estava à inscrição gravada nas laminas de cobre que recordavam o voto do "Restaurador".

A outra relíquia é do começo do século XVIII: é a padra que o ilustre Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa, 4º vice-rei do Brasil e 39º governador da América Portuguesa (23 de novembro de 1720 a 6 de maio de 1735), mandou colocar na ponte que construiu na alfândega, por ele aumentadas e melhorada.

88 Álvares do Amaral em seu "Resumo Chronologico e Noticioso da Provincia da Bahia" informa que a obra do Palácio foi terminada em 19 de janeiro de 1663.

A propósito desta ponte, transcrevemos aqui os seguintes documentos que se acham no "Arquivo Publico da Bahia".

> D. João etc. – Faço saber a vós Vasco F. César de Menezes V. Rey e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil que se vio o que me escrevestes em carta de vinte de janeyro deste presente anno que necessariamente devia se alargar mais a Afandega dessa cidade não só pello que respeita a expedição do despacho mas pello que toca aos descaminhos que podem ter os direytos e suposto que a ponte da mesma Alfândega seja de pedra vós vos não atreveis a executala senão sendo de madeira porque desta sorte custará receo dizer-vos se deixa a vossa prudência a obra da dita ponte como entenderdes conveniente. El-Rey nosso Senhor o mandou por João Teles da Sylva menos terá muita duração e não fará dano a botação da Rybeira. Me pa e Antonio Roiz da Costa, Conselheiro do seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias — Dionísio Cardoso Pereira a fez em Lisboa occidental a dous de dezembro de mil setecentos e vinte e hum.
> André Lopes de Lavre a fez escrever.
> Joam Telles da Silva — Antonio Roiz da Costa.
> (Arch. Publ. Bahia, liv. 16. Ord. Reg. 1721).

> Dom João por graça de Deus etc. — Faço saber a vós Vasco Fernandes César de Menezes, Governador e Capitão General de mar e terra do Estado da Bahia que se vio a conta que me destes em carta de tres de março deste presente anno, remettendo a planta da ponte da Alfândega; e representando-me que esta obra estaria já acabada quando aqui chegar a frota e conferindo vós com o mestre de Campo Engenheyro de que maneyra ficaria mais sólida e durável se assentara por

vós e elle que o fundamento fosse sobre cunhaes de pedra, porque ainda que custaria algua cousa menos se fosse de madeira seria inútil aquella despeza, assim por não haver quem soubesse trabalhar na estacada, como porque não tem nenhuma duração a madeira posta em algoa salgada e a respeito do bicho e guzano que co grande facilidade a penetra, e que tínheis por sem duvida ficará esta obra útil e durável e de não grande despeza. Me pareceo dizer-vos que se reconhece por bem feito o expediente que se tomou sobre a obra desta ponte para que seja mais preduravel, esperando do vosso zelo ponhaes tada a cautella e vigilância para que senão experimente pelo tempo adiante a donno que costuma haver em semelhantes obras de pedra. El-Rey nosso Senhor o mandou por João Telles da Sylva e Antonio Roiz da Costa, Conselheiros do seu conselho ultamarino e se passou em Lisboa Occidental a dous de setembro de mil setecentos e vinte e dous...

André Lopes de Lavre a fez escrever. Joam Telles da Silva — Antonio Roiz.

Senhor,
Está de todo acabada a ponte da Alfândega e me parece que não poderia ser aquella obra de mais duração nem de melhor forma; e a despeza que se fez nella; e na reedificação dos cunhaes da mesma Alfândega e escada interior para melhor expediente do negocio, mandará V. magestade ver da certidão junta incluza.

A Real Pessoa de v. Magestade guarde Deus.

Bahia e junho 9 de 1723.

> D. João etc. — Faço saber a vós, Vasco Fernandes César de Menezes, que se vio o que respondeste em carta de 26 de outubro do anno passado a ordem que vos foi sobre a obra da Ponte da Alfândega dessa Praça e que esperava da actividade com que vos aplicaes a tudo o que pertence ao meu real serviço que ela se findasse, representando-me que havia mais de quatro mezes que ella se acha na sua ultima perfeição e da mesma sorte e escada e o entulho do Armazém e as mais obras que se fazião precisas da s quaes tem resultado hua tal expedição, como podem dizer os homens de negocio e os capitães dos navios. Me pareceo agradecevos o zelo e cuidado com que vos houvestes em se por a dita ponteno estado que referis, a qual se conhece por muito útil e necessário. El-Rey nosso senhor o mandou por Antonio Roiz da Costa e o Doutor Joseph de Carvalho e Abreu conselheiros do seu conselho ultramarino se passou por duas vias. —Dionísio Cardoso Pereira a fez em Lisboa Occidental a 15 de mayo de 1724 – André Lopes de Lavre a fez escrever. (Arch. Publ. 21, ord. reg.— 1724 – 1725).

A pedra registradora do importante e necessário melhoramento está também no hall do Instituto, gravando-se nela a seguinte inscrição:

> Vasco Frs Cezar de Menezes q foy o XXXVIII Visrey da India & o IV do Brazil mandov erigir esta ponte com tanta vtilidade pvblica pêra a melhor expeição do dezembarqve das frotas no anno de 1723.

Bom é referir que a primeira alfândega da Bahia funccionou numa casa da Praça do Palácio, a qual, segundo alguns, era situada no mesmo local em que mais tarde foi a "Casa da moeda (cria-

da pela carta Regia de 22 de março de 1694[89]) e segundo outros mais adiante, no alto da Ladeira da Praça, muito próximo á "Casa da Câmara" (Braz do Amaral).

Reconhecidos os inconvenientes da situação da Alfândega primitiva, mudaram-na para a beira do mar. (vide o que a respeito da Alfândega da Bahia escreveu Braz do Amaral nas "Annotações ás Cartas de Vilhena", vol, 1º, entre págs. 119 e 121).

> Aqui me encerro por hoje. O desalinho do meu dizer, reflexo de pautas escritas sobre a perna, esmaece o relevo dos três velhos cimelios para perpetua contemplação dos filhos desta terra.
> E nisso está, sem contradita, uma das mais altas excelências do nosso Instituto.[90]

89 A "Casa da Moeda" foi demolida em dezembro de 1873.

90 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº54, 1928.

BREVES PALAVRAS DO DR. BERNARDINO DE SOUZA, DIRIGIDAS AO DR. ARTHUR NEIVA

Bernardino José de Sousa

Senhores,

Devo ao meu eminente e já muito querido amigo Dr. Arthur Neiva uma explicação pública. Faço-a no início desta justíssima solenidade.

Aqui, neste Instituto, ao pedir-lhe a honra de consentir que o seu nome, tantas vezes premiado, nos engrandecesse inscrito no registro limitado e seleto dos honorários, recebi a sua anuência com a condição única de ser titulado de mão a mão, na intimidade de nossas reuniões ordinárias. Palavras empenhadas comuniquei aos meus confrades a fortuna de termos Arthur Neiva em nosso quadro de honra: fulgurante sol de ilustração a clarear-nos as rotas doravante e a prestigiar-nos com o luzeiro do seu alto espírito.

Não houve, porém, como impedir-lhes o mando desta festa intelectual: não podia nem devia ser uma simples manifestação interna do Instituto a recepção do baiano que, em S. Paulo, leader do Brasil, enrama, para a gloria da ciência nacional, copiosas florações de saber útil.

Pois então não era feliz oportunidade para que a Bahia por todos os seus elementos de valor, por todas as classes representativas de sua velha alma de mater do Brasil, tributasse ao filho aplaudido a oblata de seu amor constante e a festa de seus aplausos?

Não me era dada, meu caríssimo amigo, a teimosia de uma resistência.

E lá me fui, muito de vontade, na torrente desta homenagem que lhe há de ser consoladora.

O protesto de sua modéstia exemplarissima render-se-á ante a visão de a sua terra natal não esqueceu o filho superior que eleva a pátria inteira na ascensão invulgar do Capitolio da ciência pura.

Perdoe-me o bom amigo a sinceridade desta confissão: desvaneço-me de ter faltado ao compromisso contraído e contarei entre os meus serviços ter concorrido para que ainda uma vez esta "Casa da Bahia" fosse o cenário da consagração de um eleito da glória brasileira.

Vai dirigir-lhe a nossa palavra de boas vindas e de conforto moral pela honra da sua companhia o nosso eminente confrade Prof. Dr. Barros Barreto, em boa hora escolhido pelo duplo predicado de cientista capaz e alto auxiliar do governo da Bahia. Não é baiano nato. Não lhe cause reparo a nossa preferência por um pernambucano de nascença. Quizemo-lo assim e o temos por melhor para que o recipiendario de hoje tenha na porta e entrada desta "Casa" o sentido de que esta festa, sendo baiana, reflete a alma brasileira na sua unidade superiormente patriótica. É que, meu amigo, no Instituto da Bahia, na largueza de 3 seu espírito que é o bloco resultante dos nossos, cabem o alto pensamento do Brasil integral: e este é o nosso mais alto imperativo.

Após a palavra elegante e severa do nosso intérprete, ouvirá o Dr. Neiva a voz do coração feminino e infante da Bahia, em 14 versos, que se rimaram ao calor de das maiores admirações que lhe cercam o nome preclaro de baiano raro, que é a minha.

Meu eminente amigo: se lhe não bastar para a minha escusa pela quebra do ajuste a razão poderosissima de cem vontades contra uma só, sejam-me creditados ao menos, nos recessos de seu coração de pai amantíssimo, os versos verdes de minha poetisa em flor.[91]

91 **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador, nº55, 1929.

Depoimento

NOVO MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS
COMO SE DESPEDIU DA CÂMARA DE REAJUSTAMENTO ECONÔMICO: O DR. BERNARDINO DE SOUZA

Bernardino José de Souza

No Dr. Bernardino de Souza, teve a Câmara de Reajustamento Econômico, desde a sua criação, um elemento de primeira grandeza, não somente devido a sua capacidade do trabalho como, também, mercê dos seus conhecimentos profundos dos assuntos a serem resolvidos por aquela instituição. Juiz meticuloso desempenhou a Excia. o espinhoso cargo de presidente com extraordinária eficiência e nele soube conquistar a estima tanto dos seus colegas como também, dos funcionários.

Nomeado, recentemente, Ministro do Tribunal de Contas, recebeu o Dr. Bernardino de Souza, após o julgamento dos processos, na última sessão expressivas homenagens dos seus pares e dos funcionários.

Despedindo-se, pronunciou s. excia. o seguinte discurso:

> "Nobres colegas da minha mais alta consideração e estima — Aqui vos trago as minhas despedidas: esta é a última sessão da nossa Câmara a que compareço e a que tenho a honra de presidir.
>
> Distinguiu-me o exmo. Sr. presidente da República com a nomeação para o Tribunal de Contas por decreto de 19 do findante e o Senado da República teve a bem, em sua sessão de ontem, aprovar o ato do honrado chefe do Executivo. Dentro em breve tomarei posse do novo cargo e assim quer pedir-vos licen-

ça para deixar gravados na Ata dos nossos trabalhos os sentimentos que me dominam espírito e coração no momento em que deixo a honrosa e amável companhia desta Casa.
Entrego aos vossos cuidados de brasileiros de escol à vossa vigilância de cidadãos probos, ao vosso espírito luminoso a Instituição que as circunstâncias fizeram que criasse e dirigisse desde os dias incertos de sua organização até o momento atual em que a sua tarefa se encontra em vias de terminar.

Disso é testemunha o seguinte quadro hoje organizado:

As declarações recebidas montavam a 30.361, das quais já se encontram protocoladas na Câmara 29.713, estando as restantes nas Agências do Banco do Brasil, inclusive na Agência Central.
Destes 30.361 processos foram julgados até hoje 21.506 e cancelados 311, de modo que pendem de julgamento apenas 8.544. Somam os pedidos de reconsideração até ontem protocolados 2.611. Destes foram julgados 2.341, cancelados 40, dependendo de julgamento 230.
Este é o resumo do nosso esforço e da nossa integral dedicação ao serviço que nos foi confiado.
Não descabe neste desalinhado adeus um rápido retrospecto da romagem da Câmara.

A Câmara de Reajustamento Econômico criada pelo decreto 24.233 de 1º de dezembro de 1933, somente foi constituída em fins de março de 1934, com a nomeação dos juízes João Alves Meira Junior, Bernardino José de Souza e Rubem Rosa, sem instalação própria, reunimo-nos por deferência do Presidente do Banco do Brasil, num de seus salões para a elabora-

ção das primeiras medidas indispensáveis ao funcionamento do órgão que se instituíra, sendo nossas falhas iniciais a consolidação dos decretos referentes ao reajustamento da lavoura nacional, o Regimento interno da Câmara e as primeiras instruções para execução da Lei de emergência que nos cumpria executar.

Mal havia terminado esta tarefa preliminar e antes que tivéssemos sede própria o nobre e culto colega Rubem Rosa foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas instituindo-o venerando Dr. J. G. Pereira Lima. A 20 de janeiro de 1934 distinguiram-me os nobres colegas com a eleição para seu Presidente.

Mercê dos inestimáveis auxiliares do então Presidente do Banco do Brasil, hoje honrado ministro da Fazenda, do Dr. Vilobaldo Campos, seu Diretor e de seu gerente Sr. Mendonça Lima, pude instalar materialmente a Câmara de jeito que a 2 de julho, data que me evocava um mundo de recordações na minha gloriosa Bahia, começaram a funcionar nesta casa todos os seus órgãos juízes e os primeiros funcionários. Daí as razões primeiras da saudade que hoje me comove. Em suas salas, em seus gabinetes, em suas carteiras há alguma coisa do meu modesto esforço, de minha dedicação as coisas da Pátria.

Iniciamos então os trabalhos dia sobre dia, de todos os recantos do Brasil chegavam montes de papéis: Serviço novo e de emergência, sem quaisquer pontos de referência anteriores, foi, meus diletos amigos tarefa hercúlea grita-la nos primeiros passos. Trabalhávamos aqui dias inteiros e não fosse a solidariedade fraternal e patriótica que de logo uniu os três juízes e funcionários da Secretaria, para cujas reservas de civismo sempre apelei, certo teriam sido malogrados todos os meus esforços no cumprir

os deveres espinhosíssimos do alto cargo de que fora investido.

Em dezembro de 1934 iniciou a Câmara a sua tarefa julgadora: de 2 processos julgados na primeira sessão vingamos a média de 80 chegando hoje a 166.

Interesses de ordem política fizeram deixasse a Câmara o ilustrado jurista Dr. Meira Junior, que tanto brilho dera dos nossos trabalhos, substituindo-o não menos ilustrado e brilhante jurista Dr. Reginaldo Nunes de quem pouco posso dizer, suspeito que sou pelos laços de veraz fraternidade que hoje nos une indissoluvelmente.

Em 7 de janeiro deste ano abriu-se instimosamente um claro na composição da Câmara: falecera o Dr. J. G. Pereira Lima, cuja romagem pública o tornou sempre merecedor do mais alto apreço dos homens de bem e que aqui deixou o exemplo magnífico de devotamento ao trabalho, de grande ilustração e de imaculada probidade.

Para substituí-lo o governo designou o Dr. Sergio de Oliveira que em menos de três meses, já nos empolgou o respeito e a amizade, tal o mestre de sua cultura e a fidalguia de seu exemplar cavalheirismo.

E não é para ser esquecido neste momento em que falo de todos os que passaram por estas cadeiras o nome de Oliveira Vianna, que não raras vezes, tem sido chamado a substituir juízes em seus impedimentos e que aqui se revela sempre o alto espírito de cientista que todo o Brasil culto admira e aplaude.

A todos estes colegas manifestam aqui o meu profundo reconhecimento pelo que se esmeraram e profiaram em ajudar-me na direção da Câmara. As Luzes de seus espíritos, aos conselhos de sua experiência, ao equilíbrio de seus juízes, à fraternidade de sua colaboração, devo os êxitos, se êxitos se registram, da minha modesta presidência: e vos afirmo que daqui par-

tirei acorrentado perenemente ao culto dos que tiveram sobras de cultura e de afeto para suprir a inópia de minhas possibilidades. Aqui fica meu testemunho, já agora insuspeito, das raras qualidades que lhes exortam os caracteres forjados na têmpera dos grandes devotamentos à causa pública.

Mas a Câmara colegas não são somente os seus juízes. São também as 65 criaturas que aqui laboram.

Que dizer dos nossos imediatos auxiliares, secretários e datilógrafos?

Quer dizer do nosso secretário geral Augusto Carlos Machado, alto funcionário do Banco, cuja honestidade impoluta e cuja capacidade de trabalho foram e serão sempre esteios da nossa segurança nos serviços da secretaria que dirige?

Quer dizer de todos os funcionários desta Câmara, dos chefes de Seção aos menos graduados, sejam funcionários do Banco do Brasil, sejam contratados ou diaristas, todos devotados ao serviço, todos merecedores dos nossos aplausos e de mim, nesta hora de despedida, de sincera gratidão pelo que me auxiliaram nas fanas administrativas que me competiam?

Não é, meus nobres colegas, mera formalidade de quem vai deixar a Câmara as palavras que ali ficam: sob a minha fé de brasileiro que ama antes de tudo ao Brasil devo à boa gente que conosco colabora este preito de agradecimento e os meus mais francos louvores.

Não cito nomes porque são todos os que aqui trabalham. Entretanto sobre ser imperativo do coração, é de justiça registrar e agradecer mais de espaço a dedicação e a lealdade dos que mais de perto me assistiram: Péricles Madureira de Pinho, Haroldo Costa Rodrigues, Álvaro Pedreira, Fausto Barbosa, Altaino de Brito e a minha Berenice, pedaço de minha alma, parcela de meu

espírito, que será nesta Câmara mensageira de minha grande saudade e do meu constante reconhecimento.
Não encerro este depoimento sem que me dirija ao governo da República para testemunhar-lhe os preitos de minha gratidão pelas instituições patrióticas com que supriu as minhas deficiências, pela honradez de suas determinações, pela confiança com que me enobreceu.
Não me desligarei jamais desta casa: trabalhando noutro setor da causa pública, voltar-se-á, sempre o meu pensamento para a lembrança do vosso convívio.
Agora a Câmara e vossa. Quanto a mim consola-me a convicção que levo de que lhe devotei o melhor de minhas energias e o mais apurado do meu civismo, dando-lhe tudo que podia e sabia dar, que sempre foi um nada ante a abundância de vossos merecimentos.
Diz-me, porém, a consciência que cumpri com dedicação, serenidade e probidade o meu dever de brasileiro.
E como remate destas palavras, ungidas da mais lisa sinceridade, ou vos asseguro que nenhum dos meus atos como juiz ou presidente da Câmara deixou de se inspirar nos altos objetivos de sua criação e no grande amor que nutro pelo Brasil."

Tomando a palavra, o Dr. Sergio de Oliveira, por si, pelo Dr. Reginaldo Nunes e El funcionários da Câmara, agradeceu as elogiosos referencias do Dr. Bernardino José de Souza, dizendo, ao mesmo tempo, da profunda admiração de todos pelas virtudes que exornam o caráter do presidente demissionário. Terminou fazendo votos pela sua felicidade pessoal e no desempenho do alto cargo com que, mui justamente acaba de ser distinguido pelo governo da República.

Antes de se encerrar a sessão o Dr. Reginaldo Nunes pronuncia as seguintes palavras: — "Peço a palavra para uma proposta. Já é irremediável o decreto que ausenta do nosso convívio o Dr. Bernardino de Souza.

Mas para que essa ausência não se transforme num divórcio a vinculo e apenas se limite a uma separação material, eu proponho ao meu colega Dr. Sergio de Oliveira que o aclamemos nosso presidente honorário.

Será a mais significativa homenagem que lhe possamos prestar, a ele, cuja personalidade anda indissoluvelmente associada a toda a história desta Câmara".[92]

92 **A Nação**. Rio de Janeiro 9 de maio de 1937.

Textos Jurídicos

OS LITÍGIOS INTERNACIONAIS

ESQUEMATIZAÇÃO DOS MEIOS DE RESOLVÊ-LOS SEM A GUERRA

Algumas diretrizes do Curso de Direito Internacional Público de 1993 na Fculdade de Direito da Bahia, pelo Prof. Catedrático Bernardino José de Souza.

Agora que a guerra vai sendo posta fóra da lei pelos mais poderosos e civilizados Estados da Comunidade Internacional, o estudo dos meios de resolver os inevitáveis litígios e as freqüentes dificuldades entre os membros da *Magna Civitas* assume dia a dia maior vulto nos livros e tratados de Direito Internacional.

E' também dever elementar das cátedras de Direito Internacional dar o mais largo desenvolvimento a esse capítulo de sua vasta e relevante disciplina, orientando a mocidade no rumo das tendências para a solução pacífica dos dissídios entre os Estados, para a cooperação internacional, com as miras apontadas ao estabelecimento e manutenção da paz entre os povos e da prosperidade de todos os homens da Terra.

Nos dias que correm é principalmente nas grandes oficinas da Jurisprudência que o novo espírito internacional há de se ir formando e alargando: pesa sobre os Professores de Direito Internacional grave responsabilidade.

A recente bibliografia referente a essa parte do Direito Internacional é prova flagrante do empenho em que se acha a doutrina de difundir mais e mais o exato conhecimento de quantos meios pacíficos têm sido criados ao longo da vida da humanidade para a solução das divergências entre os Estados, evitando o deflagrar das calamidades da guerra.

Por isso é que, no exercício da cadeira de Direito Público Internacional da Faculdade de Direito da Bahia, fiel aos ensinamentos da grande e poderosa corrente dos doutrinadores da paz internacional, alma e espírito aberto às inspirações da felicidade humana, procuro instilar, no espírito da promissora mocidade que me ouve, as vantagens da cooperação internacional, da solidariedade dos Estados, da paz entre os povos.

No curso de 1933 adotei o critério de dar o maior desenvolvimento possível, dentro das exigências dos regulamentos do ensino, ao vasto capítulo referente aos meios de conciliação internacional, aos modos por que os Estados podem resolver, proscrita a guerra, por meios pacíficos, até mesmo coercitivos, os seus litígios, conflitos, contestações, disputas, questões, dificuldades, dissentimentos, divergências, dissídios, qualquer que seja o nome que lhes sejam aplicados.

Aquí torno público, a título apenas de metodização do assunto, o esquema que organizei para servir de diretriz na esplanação da urgente e relevantíssima matéria.

MEIOS DE RESOLVER OS CONFLITOS INTERNACIONAIS

1. Meios Pacíficos

- Diplomáticos
  - Negociações diretas entre as nações interessadas
  - Negociações em Congressos ou Conferências
  - Bons Oficios
    - Oferecidos
    - Requeridos

Pedida (Art. 2º Conv. Haya – 1907)

Mediação(*inerpositio, pacificatio*) Ordinária → singular / coletiva

Espontânea (Art. 3º Conv. Haya – 1907)

Especial, de concerto ou bilateral.

• Jurídicos

Comissão internacional de inquerito (Proposta modificadora de Bryan – 1913, adot. Por 36 Estados)

Comissão de conciliação

Voluntario, facultativo, isolado. (Compromisso arbitral)

Arbitramento → Voluntário, facultativo, isolado.

Obrigatorio, permanente, institucional. (Clausula compromissoria especial e geral. Tratado geral ou permanente de arbitramento).

Diplomáticos – os mesmo anteriormente admitidos.
Políticos – Normais – Exame pelo Conselho da S.D.N.
Excepcionais – Exame pela Assembleia da S.D.N.

Jurídicos - Arbitramento
– Tribunal Permanente de Justiça Internacional

Diplomáticos, políticos e jurídicos sob o regime da S.D.N. (Art. 11, 12, 13. 15, 16 e 17 do Pacto)

2. Meios Coercitivos individuais e coletivos

- Suspensão das relações diplomáticas.
- Protesto singular ou coletivo.
- Retorsão.
- Represálias.
- Embargo.
- Boicotagem.
- Bloqueio pacífico.
- Demonstrações armadas.
- Arma Econômica da S.D.N., dita bloqueio econômico – (Art. 16 do Pacto da S.D.N.)

ORIENTAÇÃO EXPOSITIVA

A propósito de cada um dos meios pacíficos acima expostos tive por empenho maior fazer a relação histórica dos conflitos internacionais que foram solucionados sem o aleatório e bruto da guerra.

A lista de tais soluções é impressionante: educa e faz confiar no futuro.

As Convenções de Conciliação (assunto novíssimo), estabelecidas ou recomendadas por Assembléias Internacionais ou constantes de Convênios livremente concertados entre os Estados, foram objeto de considerações mais largas que obederam aos seguintes itens:

As suas origens na América e na Europa; as emendas apresentadas pela Suécia e Noruega aos artigos 12, 13 e 15 do Pacto da Sociedade das Nações: as resoluções da Assembléa da S. D. N. em 1922 e os Tratados de Locarno de 16 de Outubro de 1925,

firmados solenemente em Londres em 1º de Dezembro do mesmo ano; o grande passo constante da Ata Geral de 26 de Novembro de 1928 (9ª reunião da Assembléa da S. D. N.), com os seus modelos de convênios bilaterais; os trabalhos da Conferência de Washigton de 1929 que eficazmente continuou a obra de harmonia internacional e de justiça que a América vem realizando desde a aurora de sua independência; a enumeração dos Pactos de conciliação; leitura e comentário de alguns especialmente do Pacto de 1933, a mais significativa das comemorações da cordial visita do Presidente da nobre e gloriosa nação irmã à nossa Pátria; e finalmente um estudo geral da própria natureza da instituição conciliatória, dos métodos adotados para a sua composição, dos processos admitidos em seu funcionamento e do que se pode esperar de tal sistema para ir mais e mais substituindo o "Desejo do poder" pelo Desejo da Justiça que é uma concepção maior e mais nobre, como dizia o glorioso Mestre Americano James Brown Scott.

No desenvolvimento das soluções pacíficas dos conflitos internacionais é que reside e residirá o problema da segurança internacional. A guerra à guerra deve ser hoje o grito de toda a humanidade realimente civilizada.

Possam as minhas preleções concorrer, no seu tanto em modesto, para a educação pacifista das novas gerações. Porque, penso eu, é este o mais alto dever que hoje incumbe aos Mestres. Muito particularmente aos de Direito Internacinal.

BIBLIOGRAFIA

O Prof. Dr. Bernardino José de Souza tem publicado os seguintes trabalhos sobre assuntos jurídicos:

1º - "O Barão do Rio Branco na Diplomacia Brasileira". Estudo publicado na Jurisprudência, Revista Baiana de Doutrina,

"Jurisprudência" etc. sob a direcção do Dr. Eduardo Espínola. Vol. 1º. Fasc. 1º - Abril de 1912.

2º - "Teoria das fronteiras Naturais" – Na "Revista da Faculdade de Direito da Bahia". Vol 5º - 1915.

3º - "A espionagem em temo de guerra". Apud. "Estudos Jurídicos", dedicados ao Prof. Filinto J. Ferreira Bastos no 60º aniversário de seu nascimento. – Bahia – 1916.

4º - "As Guerras Civis e o Direito Internacional". – Na "Revista da Faculdade de Direito da Bahia" – Vol. VII – 1932.[93]

93 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. VIII, 1933.

EM TORNO DA CODIFICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO INTERNACIONAL

AULA EXTRAORDINÁRIA DADA NA FACULDADE DE DIREITO DE NITERÓI

Bernardino José de Souza[94]
Catedrático de Direito Público Internacional

Meus prezados colegas e meus generosos discípulos da Faculdade de Direito de Niterói.

Não vos espante este tratamento: nasce do coração, domina-me o espírito e se derrama sobre vós, na sincera afirmação dos meus velhos e grandes afetos por este templo, onde um dia fui sagrado pela simpatia de uma nova turma de colegas que partiam para as cruzadas da lei e da justiça, e onde hoje recebo uma das mais carinhosas manifestações que me tem sido tributadas ao longo da minha romagem de modesto professor.

Dias atrás, luzida comissão de alunos desta Faculdade, em distinta visita, disse-me do desejo de seus colegas de ouvirem em aula extraordinária o professor baiano, cujo nome lhes enchia a alma de enthusiasmos sadios pelas noticias da renovação da Fa-

94 O Prof. Bernardino José de Souza, atualmente exercendo a Presidência da Câmara de Reajustamento Econômico no Rio de Janeiro, em comissão do Governo da República foi convidado pelos alunos do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga para iniciar uma Série de Conferências com que o mesmo procura vulgarizar entre os seus associados a ciência jurídica.
Acedendo ao honroso convite, o professor Bernardino José de Souza realizou a primeira da Série projetada a 9 de Agosto do corrente ano. Antes de fazer a Conferência o Prof. Bernardino José de Souza foi alvo de expressiva homenagem por parte de professores e alunos em sessão presidida pelo ilustrado Diretor da Faculdade de Niterói.

culdade da Bahia: e aqui estou, cumprindo-lhe as ordens afetuosas: cumpro-as com a melhor bôa vontade, sobretudo com a consoladora sensação de penetrar a minha e vossa Faculdade de Direito da Bahia. Em verdade, meus bons amigos, não sei o que mais vos agradeça: se a onda da vossa empolgante simpatia que me inunda coração e espírito, se os cúmulos das palavras gentilíssimas dos vossos oradores, que tanto me desvanecem e estimulam, se finalmente a oportunidade que me destes de matar em vossa companhia, sob este luminoso teto, ao calor dos vossos entusiasmos, as fundas saudades que me torturam o coração de há mais de quatro meses. Chamado pelo Governo à Capital Federal, para o desempenho de comissão de graves responsabilidades, não regatei um instante a prestação de meus modestos serviços em setor bem diferente daquele em que desde o inicio da minha vida pública vinha sinceramente trabalhado, sem outras aspirações, além das que devem ser o eixo dos esforços de qualquer cidadão ciente de seus deveres sociais. Tantos anos seguidos de cátedra quer do ensino secundário, quer do superior, interromperam-se pela vez primeira pelos mandamentos de minha devoção á Pátria estremecida. Mas que saudades dos meus discípulos, dos meus colegas, da vida radiante das Escolas onde professava, nas minhas horas de aulas, de toda a trepidação das tendas em que se pasmam os cidadãos do futuro, do bulício das colméias onde se prepara o mel das boas esperanças da Pátria!

Estimai, pois, a minha alegria neste momento, quando sinceramente estou a rever a Faculdade da Bahia. E como se parecem! Aqui e lá o mesmo amor e devotamento de professores e alunos: lá e cá o mesmo matiz de uma grande família unida para a lavagem das boas searas do espírito; em ambas a forte solidariedade entre mestres e discípulos fundada em recíproco e afetuoso respeito; nas duas boas irmans o mesmo afan de progresso e de ascenção continua para as mais altas regiões do ideal. Há, porém entre elas uma grande diferença que vos compete apagar, a vós, mestres devotados, a vós briosos alunos. E' a da feição material

que tanto importa á dignidade e á grandeza das fainas que vos reúnem à todos os dias. Possuíamos em 1929 o mesmo que ora possuís: uma grande casa de família que se viera adaptando na passada de 30 anos de labores de uma Escola Superior. Éramos então muito menos do que sois vós, pois que não somávamos ao todo 250 almas.

UMA SEMENTE

Por isso mesmo, meus nobres colegas e generosos discípulos, quero assinalar a minha primeira visita a esta Faculdade, com o plantar de uma semente proveitosa: é a semente da futura sede deste templo do Direito. Lanço-a na leira fecunda dos entusiasmos e do desprendimento da briosa mocidade que me ouve; certo não lhe faltará a prudente rega dos mestres provectos que vivem aqui a formar cidadãos dignos do Brasil. Ela há de germinar como germinou a que lancei em 1929 na Bahia generosa: há de crescer, enramar-se, frondejar vitoriosa, cobrir-se de flores e de frutos como aqueloutra que foi um ideal conquistado pela cooperação que faz milagres e pela tenacidade, pela fé, pelo amor da nossa terra, pela vontade de ser útil ao Brasil.

E quem ousa, com a vossa vênia, plantar na feraz gleba fluminense o grão de um novo edifício que esteja em relação com os vossos anelos de bem servir á Pátria e ao vosso Estado e de acordo com as crescentes necessidades do vosso sacerdócio, foi o modesto, embora o mais atento operário de igual granjeio na Bahia. De outra feita, se quizerdes, eu vos contarei por miúdo os segredos da sementeira: do chão duro do egoísmo aos sulcos promissores da boa vontade, dos espinhos da estrada as grandes alegrias morais do dever cumprido. De tudo isso um dia vos direi se acolherdes de boa sombra a lembrança do amigo que vos quer entre os membros de Brasil!

A CODIFICAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

Já é tempo de cumprir a ordem recebida, com a vênia dos eminentes mestres e a indulgência dos meus bondosos discípulos de Niterói.

Não sei, no imenso tablado do Direito que determina a ordem jurídica da sociedade dos Estados, de problema mais instante do que o da sua Codificação. Em sua solução se tem desvelado vigorosos doutrinadores da disciplina que, já o disse alguém, se estende sobre o mundo como a abobada dos céus.

Por isso mesmo foi que escolhi para tema da palestra que vos prometi a "Codificação do Direito Internacional Público".

Todos vós sabeis o que seja codificação: sistematizaçao ordenada, metódica, concisa e clara das normas do Direito vigente, acrescidas de novos preceitos que exigem o momento histórico de sua elaboração e a necessidade da conciliação dos interesses divergentes. As codificações são obra de síntese, disse-o o eminente professor Dionizio Anzilotti, Presidente da Corte Permanente de Justiça Internacional: presupoem uma longa elaboração histórica e dogmática dos princípios jurídicos. Só em faze adiantada da evolução dos institutos é que se pode pensar na possibilidade de normas definidas, precisas e seguras, a traduzirem as exigências da consciência jurídica e a melhor disciplinarem os interesses dos grupos sociais.

Quando a idéia da codificação do Direito das Gentes começou a esboçar-se, já ele estava distante de quase dois séculos do momento em que do período fragmentário passara ao período da sistematização doutrinaria iniciado por Grotius "milagre da Holanda" nos anos sanguinários do primeiro quartel do século XVII.

De feito foi no fim do século XVIII e na alvorada do século XIX que se escreveram as primeiras palavras a respeito do novo problema nos domínios do Direito Interestatal (Giuseppe Cavarreta). E' que já então a vacilação das regras costumeiras, a in-

constância dos tratados, a dificuldade de estabelecer nitidamente a formula e o alcance dos preceitos presídicos, haviam impressionado os espíritos dos que iam construindo a ciência e formulando as normas diretoras da vida internacional.

Recordemos o caminho percorrido pela idéia magnânima desde o seu desabrochar indeciso até os triunfos alcançados nos dias presentes: isso vale por um dos capítulos mais instrutivos do desenvolvimento do Direito Internacional e tambem por uma das paginas mais flagrantes dos esforços que se tem realizado em prol da paz entre os povos e da felicidade humana.

Para melhor método da nossa exposição, dividiremos os projetos de codificação em três categorias: tentativas individuais, trabalhos coletivos extraoficiais e projetos oficiais.

TENTATIVAS INDIVIDUAIS

1782, Leipsig. Código Marítimo Geral Europeu para a conservação da liberdade da navegação e do comercio das nações neutras em tempo de guerra. Não se conhece o autor.

O prof. Bernardino José de Souza escreveu toda a sua Conferência: ao citar as tentativas de codificação, constantes da enumeração seguinte fez a respeito de cada uma delas várias considerações, apontando-lhes os valores e as falhas, demorando-se, sobretudo no estudo das tarefas oficiais recentemente realizadas.

De 1789 a 1789 trabalha Bentham num plano para codificação, chegando a esboçar 8 artigos, de sentido mais filosófico que prático, pesar do art. 2° que rezava: A egualdade de todos é por todos reconhecida.

Projeto do Abade Gregoire – 21 artigos em que traçou uma *Declaração de Direitos dos Povos* que submeteu á Convenção Francesa em 1793 e 1795.

Em 1815 o advogado Lourenço Colini enviou 25 exemplares de um *Código do Direito das Gentes em terra e no mar*>> aos monarcas da Europa reunidos no Congresso de Viena!

Em 1846 Estevão de Ferrater – *Código de Direito Internacional* – em 2 vols., sendo que só o volume da pág. 148 em diante, constitui verdadeiramente um código. Pesar do valor que tem sob outros pontos de vista, falta-lhe a forma concisa e terminante que requer a legislação positiva.

Em 1851– Augusto Paroldo publica em Turim – *Saggio de Codificazione*- trabalho cujo valor é um grande parte diminuído pela confusão entre o Direito Internacional Publico e Privado.

Em 1854 – Weiss publica o *Código do Dever e do Direito de uma Potência Neutra.*

Em 1861 – Alfonso Domin Petruschewecz publica, em Leipzig, um código com 176 artigos de Direito Internacional Público e 61 do Internacional Privado.

Em 1863 – Francis Lieber. Obra monumental que teve a aprovação de um dos maiores homens da América – A. Lincoln.

Em 1868 – Bluntschli- *Le Droil International Codifie* – Trad. Panc. de Lardy. Toda a materia compendiada em 862 artigos.

Em 1870 – Dahn e Lentner – *Projeto de Codificação.*

Em 1872 – Aparece a 1ª Edição do trabalho de David Dudley Field - New York- (2ª. Ed. 1876) 1008 artigos – *Draft outlines of na International Code.*

Em 1873 – Farnese apresenta em Roma a *Proposta de um Código de Direito Internacional*.

Em 1877 – Leone Levi publica o *Direito Internacional com materiais para um Código de Direito Internacional.*

Em 1890 – Pasquale Fiori – Roma – II *diritto internazionale codificato* etc. Contem 1340 artigos : apenas condenação de suas doutrinas cientificas.

Em 1906 – Duplessix – *La loi des nations*. 786 arts. Paris.

Em 1910 – Emile Arnaud publica em Estocolmo – *Codigo de Direito Inrernacional Publico*.

Em 1910 – Jerônimo Internoscia, escritor italiano residente no Canadá publica o *Novo Código de Direito Internacional* impresso em New York em 3 línguas – francês, inglês e italiano com um total de 5.657 artigos, abrangendo materiais do Direito Internacional Público e Privado.

Em 1911 – Kleen na Suécia – *Manual codificado de Direito Internacional Privado e Público.*

Em 1911 – Apareceu no Brasil o *Projeto de Código de Direito Internacional Público* do eminente patrício Dr. Epitácio Pessôa que, embora se preparasse para um organismo oficial — a comissão Interamericana de Jurisconsultos — foi obra pessoal do mesmo jurista. Conta 721 artigos. Sanchez de Bustamante diz que é o mais perfeito e completo de todos os projetos de Código até agora formulados: Bustamante escreveu isso em 1933.

TRABALHOS COLETIVOS EXTRAOFICIAIS

São numerosos embora quase sempre não revistam a forma de Códigos completos. São trabalhos parciais sobre matérias determinadas.

Trabalhos do Instituto de Gand — fundado em 1873; dentre os seus labores convém realçar os *Manuais de Oxford* relativos á disciplina da guerra terrestre e da guerra marítima (1880-1913 respectivamente).

Trabalhos da International Law Association, fundada em 1873.

Trabalhos do Instituto Americano de Direito International, fundado em 1912 – *Projeto de Declaração de Direitos e Deveres das Nações em 1915* — O Instituto Americano tem tido uma ação muitas vezes benemérita. Na sua sessão de 1924, em Lima, foram versados vários pontos e em Outubro de 1931 preparou projetos que foram submetidos a 7ª Conferência Internacional Pan-americana, reunida em Montevideo.

Trabalhos das Associações nacionais e congressos internacionais.

PROJETOS OFICIAIS NA EUROPA

Enumeremos várias Conferências Internacionais, das quais tem saído firmadas certas regras do Direito Internacional:

Aqui é preciso fazer-se uma distinção entre as Conferências Internacionais que se reuniram para outros objetivos, mas que elaboraram verdadeiras codificações parciais e as conferencias onde especialmente houve o intuito legisferante, quando não a própria idéia central da codificação.

Tais foram:

Congresso de Viena – 1915

Conferencia de Paris – 1856

Conferencia de Genebra – 1864

Conferencia de Bruxelas – 1876

Conferencia de Haya – 1889

2ª Conferencia de Haya – 1907

Conferência Naval de Londres – 1908-1909.

Conferência de Paris – Tratado de Versailles de 28 de Junho de 1919, do qual o Pacto da S. D. N. é por si mesmo um caso típico de codificação parcial inovadora do Direito Internacional Público – Ação da S. D.N.

A Assembléia da S.D.N. resolveu por proposta da Delegação sueca recomendar a codificação gradual e progressiva do Direito Internacional.

Em 1930 reune-se em Haya a 1ª Conferência da Codificação: os resultados práticos não corresponderam á espectativa. Em 26 de Setembro de 1931 a Assembléia de S.D.N. além de outras recomendações fez as duas seguintes: 1° que em relação aos trabalhos futuros para a codificação do Direito Internacional colaborem as instituições cientificas nacionais e internacionais nas tarefas empreendidas pela Assembléia; 2º que o trabalho de codificação da Sociedade das Nações deve efetuar-se de acordo com as conferências dos Estados americanos. É muito importante esta

última decisão que tende a dar alcance e eficácia mundial aos esforços codificadores.

PROJETOS OFICIAIS NA AMÉRICA

Congresso de Panamá – 1926.
Conferência de Lima – 1877.
1ª Conferência Pan-americana – 1889. A de 1902 no México (Proposta de José Higino);
1906 – Rio;
1910 – Buenos Aires;
1923 – Santiago;
1928 – Havana;
1933 – Uruguay.
Trabalhos da Comissão de Jurisconsultos americanos no Rio, 1912 e 1927.

Eis em resumo da fieira de labores realizados: se no período de notória transição em que se acha o Direito Internacional Público é contestável a possibilidade e até a oportunidade da Codificação, no sentido estrito do termo, o que se não pode negar é que o caminho percorrido estimula e fecunda novas realizações e que são evidentes as vantagens da clareza e precisão das normas escritas sobre o costume incerto, tantas vezes flutuante e cheio de lacunas.

A codificação geral é um ideal distante: trabalhar-se por ela, porém é prestar-se á humanidade serviço inestimável, daquela que geram a alegria das altas e nobres ações: e haverá senhores, cruzada mais benemérita do que pugnar pelo bem estar e pela felicidade do gênero humano?

Mocidade: eu não quero nem devo encerrar esta modesta preleção sem dirigir o mais comovedor apelo que a um mestre é dado fazer aos seus generosos discípulos. Entre as locubraçoes moralmente mais elevadas do vosso espírito lembrai-vos sempre dos

frutos opimos da cooperação entre os homens e da conciliação entre os povos. Em escola do altruísmo, entrevê nas brumas do futuro os raios da nova luz que refletirá no firmamento de todas as Pátrias e de todas as Nações da Terra o mais belo vocábulo que a civilização criou para a sua glória e segurança-Paz.

Sonho, quimera, esperança ou realidade — sigamo-la com a fé dos cruzados do maior e melhor dos ideais.

BIBLIOGRAFIA

O Prof. Dr. Bernardino José de Souza tem publicado os seguintes trabalhos sobre assuntos jurídicos:

I°) O Barão do Rio Branco na Diplomacia Brasileira. Estudo publicado na Jurisprudência. Revista Baiana de Doutrina, Jurisprudência etc. sob a direção do Dr. Eduardo Espínola. Vol. 1º. Fasc. 1º - Abril de 1912.

2º) Teoria das fronteiras Naturais - Na Revista da Faculdade de Direito da Bahia. Vol. 5° - 1915.

3°) A espionagem em tempo de guerra. Apud. Estudos Jurídicos, dedicados ao Prof. Filinto J. Ferreira Bastos no 60° aniversário de seu nascimento. Bahia – 1916.

4°) As Guerras Civis e o Direito Internacional. – Na Revista da Faculdade de Direito da Bahia – Vol. VII – 1932.

5º) Os Litígios Internacionais — Na Revista da Faculdade de Direito da Bahia. Vol. VIII – 1933.[95]

95 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol IX, 1934.

Editoriais da Revista da Faculdade de Direito da Bahia

ADVERTÊNCIA

Bernardino José de Souza
Director da Faculdade de Direito da Bahia

Após alguns annos de suspensão, volta a vir a lume a "Revista da Faculdade de Direito da Bahia". Motivos ponderosos, entre os quaes a mingua de recursos tão sabida em Institutos de Ensino Superior creados e mantidos pela iniciativa particular, determinaram a sua longa ausencia no mundo da publicidade.

Agora, porém, pesar de não ser de todo desafogada a nossa situação, reapparece a "Revista". Nella collabora a quasi totalidade de seus docentes: prova a mais de que o devotamento à Faculdade é a mais alta virtude que lhes sobredoira a faina magisterial. Felizmente a Faculdade de Direito da Bahia é um todo cujas partes mais e mais solidamente se coordenam e reunem em vista do trabalho científico, espalhando cada vez melhor a verdade, a belleza e a justiça que são os grandes ideaes dos Mestres verdadeiros.

Rejubilam-se as suas páginas com a collaboração de alguns acadêmicos: é mais uma affirmação da solidariedade aqui reinante entre Mestres e Discípulos, symbolo de um novo cyclo que mantemos e desenvolvemos, na certeza de que nella estão os rijos alicerces da nossa grandeza moral e intellectual.

Reiniciando a publicação da "Revista", anima-nos o mesmo feixe de energias que logrou a victoria da actual installação da Faculdade de Direito.

No ambiente actual de reconstrucção, de rejuvenescimento, de adaptação a um mundo novo, não poderia a Faculdade de Direito da Bahia deixar de enfileirar-se aos Institutos da Republica que fizeram a deanteira do promissor movimento cultural.

Este número da nossa "Revista" é a manifestação segura dos nossos anhelos de renovação na luta incruenta da sciencia pelo renome da Bahia e do Brasil.[96]

96 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. VII 1932.

CONTINUANDO...

Bernardino José de Souza
Diretor da Faculdade de Direito da Bahia

Cumprimos em 1933 o que prometemos na "Revista" de 1932: e continuam firmes os nossos anelos de renovação e de progresso em favor da nossa "Faculdade", para honra da Bahia e do Brasil.

Aqui, pois, mais um número da Revista da Faculdade de Direito da Bahia: é mais uma exteriorização do autentico labor cientifico que se vai processando, portas a dentro, da Casa do Direito. Se frutos mais ponderáveis não produziu, não é culpa de seus elementos culturais: leva-se à conta, mais uma vez, dos obstáculos que o meio ainda oferece aos seareiros das letras.

Neste numero ainda registramos com ufania a colaboração estudantina: sem ela reputaríamos vazia, ate inerte, a nossa Revista. Dando asas ao espírito da mocidade, permitindo mostra publica da cultura de novos valores úteis á pátria, vale repetir que isso significa também a cordialidade aqui reinantes entre Mestres e Discípulos, fundamentos maior da nossa forca moral.

Poderoso estimulo para crescente melhoria foi e será o benévolo julgamento com que foi recebido o ultimo numero publicado (1932): agradecemos os aplausos que recebemos de várias Associações jurídicas da Republica e de quantos se interessam pelo progresso da Ciência do direito.

Seja esta Revista mais uma afirmação do empenho em que estamos de mais tornar a nossa faculdade operoso centro de cultura jurídica, capaz pela ordem, forte pela disciplina, brilhante pelo estudo.

Sinceros em tais propósitos, perseverantes nas aparições de mais luz, com fé e amor, havemos de continuar...[97]

97 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. VIII , 1933.

Relatórios

RELATÓRIO 1

Bernardino José de Souza

Apresentado à congregação da Faculdade de Direito
da Bahia, em sessão de 15 de fevereiro de 1933.

RELATO DOS ACONTECIMENTOS DA FACULDADE DE 1º DE MARÇO DE 1932 A 15 DE FEVEREIRO DE 1933

Meus colegas,

Quatro vezes como está tenho a honra imerecida de vos dar contas da romagem da nossa Faculdade durante o último ano vencido.

Faço-o com o mesmo espírito de lisa sinceridade com que sempre vos falo, com a mesma abundancia de sentimento afetivo que me acorrenta a todos vós, com a mesma substancia de verdade a que me obrigam a vossa repetida e generosa confiança e o meu invariável empenho de correspondê-la, com a totalidade de meu devotamento a esta oficina da inteligência: também com a mesma fé no brilhante futuro da nossa "Escola", fé que se avigora e encorpa ao iniciarmos cada ano os cursos de cultura jurídico-social.

Fostes testemunhos diários dos passos todos da nossa marcha através dos últimos 350 dias; acompanhaste de perto as minhas atividades de vosso eleito na supervisão da nossa Escola; não raras vezes, coletiva ou individualmente, me apontaste o caminho mais seguro para as vitórias que alcançamos; indicaste sempre ao vosso guia o caminho claro que nos levou à posse dos tesouros da paz e da ordem, pelo respeito e afeto recíprocos, feixe inquebrável do nosso prestigio moral e intelectual.

Bem sabeis que se não toldaram portas adentro deste templo os ambientes de efetiva solidariedade que tem sido a razão maior

da nossa força; a paz e ordem aqui reinaram ininterruptamente, sem compressões nem ameaças; mestres e aprendizes rivalizaram em dedicações à ciência; a luz jorrou mais forte; espírito e coração de docentes e discentes, de há tanto conjugados na mantença deste patrimônio da cultura baiana e brasileira, não diminuíram o esforço; aqui fizemos promissoras vindimas morais e intelectuais. Em verdade a Faculdade de Direito da Bahia continuou a sua honrosa tradição de sereno trabalho: com as suas aulas, os seus cursos, as suas provas, os seus grêmios, a publicação da sua Revista, a leitura da sua biblioteca, tudo isso num ambiente de inalterada cordialidade entre discentes e docentes, em meio das alegrias que matizam de ventura os seareiros que se orgulham das próprias semeaduras.

Quanto a mim, maior responsável pela sua guarda, digam os mestres e colegas, francamente, se não segui o mesmo norte dos três anos vencidos, zelando vigilantemente as tradições que se formaram na passada de quase meio século de luminoso apostolado do direito e da justiça; digam, lisamente, se, à sombra dos louros que nos coroaram a construção material de 1930, fiquei a contemplá-la, aturdido pelo milagre, desvanecido pela vitória; digam velhos e moços, paternal ou fraternalmente, se à nossa Faculdade recusei uma só de minhas energias, um só dos meus parcos recursos, uma só de minhas dedicações, uma só de minhas aspirações de crescente melhoria.

À MOCIDADE

Permiti, meus bons mestres e colegas, que o primeiro capitulo deste relato, que vos devo legal e moralmente, seja dedicado à brilhante Mocidade desta "Escola". Certo não desafina esta pagina entre quantas vos hão de referir ao singelo os diferentes aspectos da nossa existência. Ao contrario: convencido de que não medrará nenhum estabelecimento de ensino sem a colaboração

estreita e amiga entre mestres e discípulos, sem essa afetuosa e respeitosa solidariedade que há sido até hoje a mais segura firma de nossos melhores triunfos, penso que ficam muito bem neste momento da nossa vida, os meus juízos a respeito de nossos prezados alunos. Sou-lhes devedor de três louvores sincerissimos: pelo seu crescente afan de cultura, pelo seu espírito cívico, pelo seu devotamento à Faculdade.

Sabe todos a Bahia culta, e a nova já passou fronteiras, que, dia a dia, sobe o nível intelectual da nossa "Escola": os discentes têm iniciativas culturais; congregam-se de estudos: reúnem-se em tertúlias cientificas; colaboram em "Revistas" e "Jornais"; aplaudem os mestres que ensinam com entusiasmo e dedicação; nunca se registrou maior freqüência nas aulas; quando, no ano findo, lhes falei da realização de "Conferências" que aqui deviam fazer homens notáveis das letras jurídicas que não os professores, era de ver a boa alegria dos que tem sede de saber e o real interesse que manifestaram: não sei de tempos de mais altas promessas.

Do ponto de vista moral e cívico não há como regatear-lhes aplausos. Quando, em dias tristes, a tempestade rugia, ameaçando os céus da pátria, a juventude da nossa Faculdade não desmentiu o seu civismo educado; soube manter-se numa admirável linha de correção moral, crente na vitória final do Direito e da Justiça, alicerces imanentes de toda a sociedade civilizada, fiel às tradições de altivez e de honra que são o mais rico florão de sua gloria imaculada: não sei de feitos de mais estima.

Não há como deixar de exaltar aqui o carinho e o zelo que têm os nossos alunos por esta casa. Cai a lanço referir que isso tem merecido gabos de quantos nos visitam e percorrem se exceção todas as dependências. Podemos dizer com orgulho: aqui vive gente educada, de bons costumes, desvelada pelo seu abrigo, cuidadosa de sua conservação.

Por tudo isso a nossa brilhante Mocidade dezenas de vontades conciliadas ao supremo anelo de mais e mais honrar o nome da sua Mater espiritual, é credora dos meus mais profundos agradecimentos.

Isso reforçará a união que aqui domina para o bem maior de todos nós. Já Vieira dizia que "desunidos somos menos, unidos seremos mais. E por quê? Porque assim como é natureza da união de muitos fazer um, assim é milagre da união, de poucos fazer muito. De sorte que para sermos mais do que somos, não é necessário multiplicar homens, basta unir corações".

PATRIMÔNIO DA FACULDADE

Em cumprimento ao que me obriguei perante vós e que já vos repeti três vezes em momento semelhante, não descurei de argumentar o nosso patrimônio no ano findo. Penso ser nos dias que correm o maior serviço que se pode prestar à nossa instituição: condição *sine qua* da exata realização de sua missão educadora, é a única segurança efetiva de seu desenvolvimento e a razão maior de sua própria existência.

No relatório que vos apresentei em 1932, que foi publicado por vossa ordem e largamente distribuído, pelo encerrar as "Contas da Construção e Remodelação da Faculdade", à pág. 19, está enumerado o valor total do nosso Patrimônio naquela data, que em resumo era:

Prédio e terreno	700:000$000
Moveis e acessórios	295:000$000
Dotação Especial	1.500:000$000
79 Apólices do Estado	39:500$000
Uma Caderneta da Caixa Econômica Federal n. 28300	346$000
Ou seja o total de	2.543:846$640

No curso do ultimo ano foi aumentado de cem apólices do empréstimo de Obras Publicas do Estado, do valor de 500$000 cada e a Caderneta da Caixa Econômica Federal foi acrescida de 19:654$000, perfazendo agora o total de 20:000$000, máximo de depósitos com juros.

Hoje o patrimônio é constituído pelos seguintes valores:

Prédio e terreno	700:000$000
Móveis e acessórios	295:000$000
Dotação Especial	1.500:000$000
179 Apólices do Estado	89:500$000
Uma Caderneta da Caixa Econômica Federal n. 28300	20:000$000
Ou seja o total de	2.604:500$000

Diferença para mais 60:659$350.

A eloqüência sisuda dos números que ai está dispensam outras palavras.

VIDA ECONÔMICA E FINANCEIRA DA FACULDADE NO EXERCÍCIO 1932—1933

Até 31 de janeiro próximo passado a Receita que se arrecadou subiu à cifra de 301:396$700 e a Despesa acusava a de 223:712$500. O orçamento para o exercício de que vos falo, e que ainda não está encerrado, estabelecia a Receita de 220:050$000 e a Despesa de 220:050$000, confrontando-se estes números tem-se a noção clara de que fiz o máximo nesta parte da administração

da Faculdade e para tanto foram elementos decisivos uma meticulosa fiscalização e cuidadosa aplicação das suas rendas.

A escrita da Faculdade está absolutamente em dia e o seu "Caixa", sempre e em qualquer hora pronto para o vosso exame, denuncia flagrantemente o que vos acabo de afirmar. Alguns anos mais, na mesma diretriz segura que vamos palmilhando, permitir-nos-ão melhores retribuições ao trabalho dos que aqui mourejam nas cátedras e nos cargos de administração e o desenvolvimento dos meios de estudo de que dispomos, elementos indispensáveis à irradiação intelectual desta Faculdade nos cenários do pensamento nacional.

CONGREGAÇÃO

Realizamos no último ano escolar 2 congregações ordinárias e 2 extraordinárias, das quais uma solene. As primeiras foram a 1º de março e 31 de março. As segundas foram de 24 de agosto e a de 8 de dezembro, esta para a solenidade da colação de grau aos alunos que terminaram o curso.

CORPO DOCENTE

Não houve alteração no Corpo Docente da Faculdade. Continuamos a ter 15 catedráticos e um substituto, 6 docentes livres e quatro professores honorários. Continuam em disponibilidade, por força da ultima Lei do ensino, os Drs. Filinto Justiniano Ferreira Bastos e Edgard Ribeiro Sanches.

SUBSTITUIÇÕES

Durante o ano letivo de 1932 as exigências do ensino ou licenças solicitadas determinaram as seguintes substituições:

O Dr. João Américo Garcez Fróes substituiu o Dr. José Rodrigues da Costa Doria na cadeira de Medicina Legal, de 10 de março a 7 de maio; o docente livre Dr. Jayme Junqueira Ayres substituiu durante todo o ano letivo de 1932 o Dr. Homero Pires que estava ausente (Rio de Janeiro); o Dr. Affonso de Castro Rabello substituiu o Dr. Antonio Moniz Sodré de Aragão na 1ª cadeira do Direito Penal, de 9 de março a 31 de dezembro; o docente livre Rogério Gordilho de Faria substituiu o Dr. Salvador Matos Souza na cadeira de Direito Judiciário Civil, de 19 de março a 9 de novembro; o Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos substituiu o docente livre Dr. Rogério Gordilho de Faria na cadeira de Direito Judiciário Civil de 13 de maio a 15 do mesmo mês; o Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos substituiu o Dr. João Marques dos Reis na cadeira de Direito Civil, de 31 de maio a 26 de junho.

LICENÇAS

Pela Congregação ou pela Diretoria, nos casos em que permite o nosso Regimento Interno, foram concedidas licenças no ultimo ano aos professores Salvador de Matos Souza, Homero Pires, Descartes Drummond de Magalhães, José Rodrigues da Costa Doria. Também foi concedida licença de um ano ao nosso secretario Dr. Joaquim de Faria Góes Filho, chamado ao Rio Para uma honrosa comissão do Ministério Da Educação e Saúde Pública.

CURSO LETIVO

Regular e profícuo decorreu o curso letivo durante o ano de 1932; abriu-se e se encerrou os prazos da lei. Desvanecido registro que a disciplina e o dever continuaram a ser a nossa palavra de ordem; nunca em períodos anteriores, mestres e alunos falta-

ram menos aos exercícios. Ai está para comprovar as Cadernetas de aulas que assinalam a presença de uns e outros, todos cheios de boa vontade no aumentar as crenças de um caminhar adiante com passos mais firmes e largos.

ESTATÍSTICA DAS AULAS

1º ANO

Introdução à Ciência do Direito	140
Economia Política e Ciência das Finanças	138

2º ANO

Direito Penal	79
Direito Civil	72
Direito Constitucional	79

3º ANO

Direito Civil	67
Direito Penal	84
Direito Comercial	72
Direito Publico Internacional	86
Direito Administrativo	54

4º E 5º ANOS

Direito Judiciário civil	128
Medicina Legal	82
Direito Penal	83
Direito Judiciário penal	71

HONORÁRIOS

O horário organizado no inicio do curso vigorou até o encerramento das aulas, com pequenas alterações decorrentes das substituições havidas.

MATRÍCULAS

Realizaram-se matriculas do 1º ao 5º ano do período regulamentar. Tivemos no último ano 203 alunos matriculados assim distribuídos:

1º ano	68
2º ano	61
3º ano	48
4º e 5º anos	26

Explica-se a matrícula cumulativa no 4º e 5º anos pela adaptação de alunos do regime escolar anterior ao que hoje vigora e por força da concessão feita pelo Ministério da Educação e saúde Publica a 18 de marco de 1932, comunicando a esta Faculda-

de em Oficio do Diretor do Departamento Nacional do Ensino de 21 do mesmo mês e ano.

ALUNOS GRATUITOS

De acordo com a deliberação desta Congregação de 1º março de 1932 tem a Faculdade atualmente três alunos gratuitos: um indicado pelo Governo do Estado (Walter Raulino da Silveira, atualmente no 3º ano), um pelo "Centro Acadêmico" (Mauricio Raynal, atualmente no 4º e 5º anos), outro pela Congregação (Osvaldo Pinheiro Requião, também no 4º e 5º anos).

EXAMES E PROMOÇÕES

O regime estabelecido pelo Dec. 19852 de 11 de abril de 1931 instituiu duas espécies de provas para verificação do aproveitamento dos alunos: provas parciais e provas finais. Cumprimos como em tudo o mais, os dispositivos da lei, realizando nos meses de junho e setembro as provas parciais que, pelos boletins imediatamente organizados após a sua realização, revelaram o grau de interesse e dedicação ao estudo da grande maioria dos nossos discentes.

Já nos preparamos para a realização das provas finais, quando surgiram os Decretos do Governo Federal estabelecendo a promoção aos anos imediatos dos estudantes que tivessem obtido medias nas duas provas parciais.

O Dec. 22.004 de 24 de outubro de 1932 estabelecia a media 6 para a promoção; logo depois o Dec. 22.134 de 25 de novembro de 1932 estabeleceu a media 5 ½, e por fim o dec. 22.167 de 5 de dezembro de 1932, que revogou os dois anteriores, baixou a media exigível para 3.

De acordo com o primeiro decreto submeter-se-iam a exame oral 77 alunos: 40 do1º ano, 13 do 2º, 22 do 3º, 1 do 4º e 5º anos. Chegamos a realizar todos esses exames cujo resultado foi o seguinte: 68 aprovações e 9 reprovações. O ultimo decreto porem veio inutilizar todo este trabalho, pois que mesmo os que haviam sido reprovados, tinham medias superiores a três, concedendo-selhes necessariamente os favores da lei. Não vale fazer comentários a respeito: leve-se o decreto à conta da crise político-social que há mais de dois anos nos sobre salteia a evolução normal.

Dos exames vestibulares de 1932 já vos dei conta no Relatório do ano passado: os deste ano realizaram-se de 6 a 15. Inscreveram-se 90 candidatos.

CURSO ANEXO PARA O VESTIBULAR

Funcionou regularmente de 15 de julho de 1932 a 31 de janeiro de 1933 o curso anexo para o exame vestibular, aprovado por esta douta Congregação:

Regeram-no os seguintes docentes: Latim, Professor Filinto Justiniano Ferreira Bastos; Geografia, Professor Bernardino J. Souza; Literatura, Professor Aloysio de Carvalho Filho; Psicologia, Dr. Francisco Prisco Paraíso; Noções de Higiene, Dr. João Américo Garcez Fróes.

Vem a ponto referir o cunho eminentemente pratico dado às suas aulas pelo eminente mestre Dr. João A. G. Fróes. O Gabinete de Medicina Legal com o seu material, sobretudo com a sua magnífica lanterna de projeção, permitiram ao consagrado mestre a nova e profícua diretriz de seu curso. Das rendas deste curso vos darei contas em breve tempo: posso desde agora informar-vos de que a Faculdade teve com ele o lucro liquido de 4:338$000 recolhido em quotas mensais ao Banco do Brasil, onde temos atualmente a nossa Conta Corrente.

COLAÇÃO DE GRAU

Realizou-se solenidade da colação do grau aos alunos que terminaram o curso em 1932 no dia 8 de dezembro. Nesse dia e no Salão Ruy Barbosa desta Faculdade receberam a láurea do Bacharelado em direito os seguintes bacharelandos: Arnaldo de Almeida Alcântara, Camillo Bittencourt Borges de Barros, Carlos Antunes Teixeira, Emilio de Andrade Fontes, Fernando Przewodowiki Nogueira, Francisco Moreira Souza, Heraldo Pacheco de Oliveira, Hermes de Oliveira Tavares, José Jeronymo de Oliveira, Mario da Fonseca Fernandes de Barros, Mario Gomes dos Santos Filho, Nathercio de Alcântara Cardoso, Oswaldo de Almeida Sampaio e Renato Rollemberg da Cruz Mesquita. Nesse mesmo dia colaram o grau sem solenidade os bacharelandos: Candido Colombo Cerqueira, Plínio Mariani Guerreiro e João Fernandes de Britto.

Nos dias seguintes colaram o grau sem solenidade os bacharelandos: Edmundo Nunes da Silva, Ricardo Carneiro de Miranda, Aydano das Chagas Carneiro, Luis Carneiro Vianna, Oscar Hilario de Castro, Dorival Guimarães Passos, Arlindo de Azevedo Machado e Edilberto Francisco Ayral Maciel.

Dos que terminaram o curso em novembro do ano passado só colou o grau o Bacharelando Bertino de Moraes Carvalho.

A solenidade foi, como sempre, imponente: cumpriu-se à risca o ritual, paraninfando a nova turma de levitas do Direito o venerando Mestre Filinto Justiniano Bastos, que mais uma vez nos empolgou com a sua palavra de sacerdote da justiça e de acato jurisprudente. Pelos graduandos falou Renato Mesquita que sempre honrou os bancos acadêmicos com a floração de seu belo talento.

INSPETORIA FEDERAL

Continua como Inspetor Federal junto a esta Faculdade o Dr. Affonso Moreira Temporal. Cumprindo exatamente o seu dever, tem

sido o dedicado funcionário federal um assíduo colaborador da Diretoria desta Faculdade na execução das leis e determinações dos poderes competentes. Aqui lhe manifesto o meu sincero agradecimento.

SECRETARIA

A Secretaria da Faculdade de Direito continua a desempenhar as suas funções com absoluta regularidade. Licenciado por um ano o nosso dirigente Secretario Dr. Joaquim de Faria Góes, designei consoante o nosso Regimento, para substituí-lo o Dr. Alberico Fraga que tem sido exemplar companheiro nas fainas administrativas da nossa "Escola". Por isso é o nosso ilustre colega merecedor da minha gratidão e tem o direito a que se registrem na sua fé de oficio os ótimos serviços que nos tem prestado na interinidade da Secretaria. Não são outros os meus sentimentos de referência à Auxiliar Bacharela Annita Ramos, conhecedora de todos os segredos das seções em que trabalha com dedicação, inteligência e belo espírito de cooperação.

BIBLIOTECA

A biblioteca da Faculdade foi aumentada no ano de 1932 de mais de 300 volumes, uns ofertados, outros adquiridos por compra. Das ofertas de livro que nos fizeram merece registro especial a do Dr. Pedro Gonçalves de Almeida em numero superior a 200 volumes, afora grande numero de revistas e jornais. A todos os doadores enviei sem demora a expressão do nosso agradecimento. Fiz encadernar grande numero de obras estragadas ou em brochura, providencia esta que devemos continuar a adotar para a conservação de muita preciosidade cientifica que possuímos.

Modernizar a nossa biblioteca pela aquisição dos últimos trabalhos em cada ramo da ciência do Direito e adquirir mais volumes das obras clássicas mais consultadas e adotadas pelos docentes em seus cursos, eis as instantes necessidades deste departamento da nossa Faculdade. Se as nossas curtas rendas não permitem grandes gastos, todavia a pouco e pouco muito se poderá fazer pelo progresso da nossa sala de estudos.

OUTRAS SEÇÕES ADMINISTRATIVAS

Todas as outras seções administrativas da Faculdade estão perfeitamente organizadas: arquivo, tesouraria, gabinete de medicina legal etc., na medida de nossas possibilidades, melhoraram fio a fio. Aqui não se estacionam a sobra da conquista realizada: marchamos sempre, sem hesitação, para melhor. E sempre há que refazer que corrigir que aperfeiçoar. E assim a vida melhor e mais alta.

REGIMENTO INTERNO

Até agora ficou em vigor o Regimento aprovado pelo então Departamento Nacional de Ensino em 14 de agosto de 1929, com as modificações decorrentes da nova lei do Ensino Superior da Republica. Aguardamos a elaboração do Regimento Interno da Faculdade de Direito de São Paulo para sobre ele moldarmos o nosso como deixa entrever o Dec. 20.179 de 6 de julho de 1931 que regulou a situação dos Institutos de Ensino Superior mantidos por associações privadas e já oficializados como é a nossa Faculdade. Do Rio de janeiro, porém, têm reclamado o envio do nosso novo Regimento. Por isso discutimos e aprovamos em seção de 1º de fevereiro deste ano o novo Regimento que de logo em vigor e já foi remetido ao poder competente.

REVISTA

Eis uma das grandes vitórias do ano transacto: restabelecemos a publicação da Revista da Faculdade, após 15 anos de suspensão, por motivos de todos conhecidos.

Na "Advertência" que prefaciou o volume 7º, aparecido em fins de novembro do ano passado, escrevi os seguintes períodos:

Após alguns anos de suspensão, volta a vir a luma a "Revista da Faculdade de Direito da Bahia". Motivos poderosos, entre os quais a mingua de recursos tão sabida em Institutos de Ensino Superior creados e mantidos pela iniciativa particular, determinaram a sua longa ausência no mundo da publicidade.

Agora, porém, pesar de não ser de toda desafogada a nossa situação, reaparece a "Revista". Nela colabora a quase totalidade de seus docentes: prova a mais de que o devotamento à Faculdade é a mais alta virtude que lhes sobredoira a faina magisterial. Felizmente a Faculdade de Direito da Bahia é um todo cujas partes mais e mais solidamente se coordenam e reúnem em vista do trabalho cientifico, espalhando cada vez melhor a verdade, a beleza e a justiça que são os grandes ideais dos Mestres verdadeiros.

Rejubilam-se as suas paginas com a colaboração de alguns acadêmicos: é mais uma afirmação da solidariedade aqui reinante entre mestres e Discípulos, símbolo de um novo ciclo que mantemos e desenvolvemos, na certeza de que nela estão os rijos alicerces da nossa grandeza moral e intelectual.

Reiniciando a publicação da "revista", anima-nos o mesmo feixe de energias que logrou a vitória da atual instalação da Faculdade de Direito.

No ambiente atual de reconstrução, de rejuvenescimento, de adaptação a um mundo novo, não poderia a Faculdade de Direito da Bahia deixar de enfileirar-se aos Institutos da Republica que fizeram a dianteira do promissor movimento cultural.

Este número da nossa "Revista" é a manifestação segura dos nossos anelos de renovação da luta incruenta da ciência pelo renome da Bahia e do Brasil.

Alem da parte doutrinaria na qual colaboraram quase todos os professores e alguns acadêmicos, julguei de bom aviso criar outra sob a rubrica — *Fatos e Informações* — uma espécie de memória histórica da Faculdade, onde serão registrados seus fatos mais notáveis, as atividades escolares mais dignas de nota, em suma a vida social acadêmica do ano correspondente. Como quer que seja reapareceu a "Revista" num belo volume de quase 200 páginas: foi à melhor realização do ano findo. Praza aos céus que não desvingue por qualquer motivo o empenho de torná-la regular pelos anos afora, cada vez mais nutrida do nosso saber, iluminada a flux pelas claridades das vossas doutrinas.

A "Revista" é em verdade, o arauto das nossas fainas cientificas, levando a todos os recantos do Brasil e além fronteiras da pátria a noticia do nosso sacerdócio e da nossa lavragem nos campos jurídicos, núncia também da existência prestante do nosso Instituto de Ensino.

PALAVRAS FINAIS

Mestres e colegas,

Assim foi a nossa vida em 1932: em nossos arraiais não houve tempo para ócios. Vivemos intensamente, rivalizando na labuta as corporações dos doutores e dos acadêmicos, os que aprendem e os que ensinam, vencendo pelo trabalho quantas desilusões lhes pretendem diminuir os anseios do bem, pairando todos muito acima das paixões desencadeadas e interesses pequeninos, mantendo as virtudes civis dos que nos antecederam, continuando a ascensão magnífica para horizontes mais amplos e para as mais altas regiões do ideal.

Foi assim que vivemos. Honra aos que assim vivem.

Aqui encerro o meu Relatório: perdoai-me a estirada deselegante da minha palavra insípida, que de claro em claro vos deu noticia de mais uma jornada vencedora. Antes porém de por-lhe o ponto final, quero manifestar-vos, com toda a unção, os meus verazes agradecimentos pela continuidade da vossa generosa confiança, mantendo-me até agora à frente dos destinos desta tenda luminosa. Eu vos asseguro que este vosso mandato é a maior honra a que podia aspirar um modesto lavrador das searas cientificas: de quantas recompensas morais me têm sido mimoseadas pelos labores que tenho suado a brio no cumprimento de meus deveres sociais, esta a todos sobreleva pela dignidade austera dos que a oferecem com mão larga.

Egrégios Mestres e Colegas: recebei neste momento as diferentes homenagens do meu respeito, da minha admiração, do meu sincero reconhecimento pelo vosso grande saber, pela nobreza da vossa dedicação, pela vossa consoladora amizade.

Este "Relatório" foi aprovado por unanimidade de votos da Congregação, seguido de um voto de louvor proposto pelo Prof. Aloysio de Carvalho Filho "pela maneira superior e eficiente porque esta sendo dirigido o patrimônio moral e material da Faculdade de Direito da Bahia". Este voto foi também aprovado por unanimidade. (Ata da sessão da Congregação de 15 de fevereiro de 1933).[98]

98 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. VIII 1930.

RELATÓRIO 2

Bernardino José de Souza

Apresentado á Congregação da Faculdade de Direito
da Bahia, em sessão de 15 de Fevereiro de 1934.

Meus colegas,

É a quinta vez, mestres e colegas, que cumpro a mais solene obrigação da Diretoria desta nossa, muito nossa Faculdade de Direito: assim eu julgo a de vos dar contas da administração do ano transcorrido e com ela dizer-vos da romagem cultural que realizamos portas adentro desta tenda de luz.

Das outras vezes, invariavelmente, antes de vos recordar os passos que marchamos na diagonal dos nossos ideais de melhor servir á mocidade e á Patria, eu vos agradeci a permanencia da vossa inalteravel confiança, que me redobra as energias físicas e morais no pensamento supremo que a todos nos empolga – a grandeza crescente da Faculdade de Direito da Bahia. Permiti, pois que me repita agora e vos renove de logo as affirmações de minha gratidão sincerissima: pela honraria que me tendes concedido cinco anos a fio, por um mundo de fé nas possibilidades de meu devotamento á obra magna que andais a realizar com honestidade impar e com o maior dos desinteresses civicos, por quantas palavras ou ações que me amparam na torre de um comando, onde se ajustam á maravilha a vossa desvanecedora estima e a minha firme lealdade.

Tranquilos e felizes se escoram os trezentos e sessenta e cinco dias que se hoje encerram: continuamos a viver na mesma atmos-

fera de franca e boa cordialidade que tanto nos acredita lá fóra. O veu de incerteza e de inquietação que se tem estendido sobre o mundo e no qual os povos como os individuos se acham envolvidos, não nos vendóu ainda os olhos habituados a fitar o alto, nem nos fez perder de vista os esforços realizados pelos que aqui nos precederam e que nos legaram este patrimonio de alta cultura e de alta moralidade coletiva. Cumpre-nos mante-lo ileso, imaculado. E a verdade é que para esse *desideratum* porfiam mestres e alunos: para dentro das duas colunas que são, por dizê-lo, a representação material da nossa rijeza moral, não há sulcos para plantas enfezadas, não há correntes enturvadas pela inveja, nem curva obre os despenhos da desordem.

As nossas searas medram viçosas; as águas são claras; largas ás estradas que a boa harmonia vai traçando na diretriz da perfeição. Aqui sazonam ano sobre ano frutos opimos e as turmas de novos operarios do Direito e da Justiça daqui partem a afirmar aos quatro ventos a nobreza da *Mater*, tanto mais querida quanto mais suor se verte na conquista da laurea desejada. Este é meus venerados mestres e carissimos colegas, o patrimonio que nos cabe zelar a todo transe e a tento: é o tesouro que uma tradição ininterrupta de honra e de luz torna inapreçavel e que nos cumpre guardar com as chaves da nossa integral dedicação patriotica.

Á MOCIDADE

Aqui registro de novo os meus agradecimentos á nossa brilhante Mocidade pela sua disciplina fecunda, pelo seu progressivo amor ao estudo, pela sua inalterável galhardia, pelo carinho filiar que dispensa a tudo que é desta Faculdade, sobretudo pelo espírito de cooperação na mantença dos brios morais da sua "Escola" e na melhoria crescente da cultura jurídica bahiana.

As provas de distinção com que me brindam os jovens desta Faculdade, as atenções que tão fidalgamente me dispensam, a prontidão com que fio a fio me atendem os chamamentos para o rumo de novas conquistas são, com a vossa generosa e boa confiança as poderosas colunas da minha inteira devoção ao sacerdocio que me impuz aqui para diminuir pelo menos a divida que comecei a contrair nos cinco mais belos anos de minha existencia. É com a maior das alegrias civicas que continuo a registrar nos meus "Relatorios" as correntes de simpatia que aqui enlaçam mestres e discipulos, que se entendem com uma compreensão ampla das obrigações reciprocas, a permanencia da nossa retidão e o motivo maior do ambiente que se foi criando aqui desde a iniciação.

Nas instituições como esta não há apelo mais vibrante do que o de reciprocamente nos unirmos, nos entendermos, nos tolerarmos, nos respeitarmos. E assim a vida é mais bela e melhor, mais digna de ser vivida. Não é demais que, pensando agora na Patria e conservando a mesma fé nos seus destinos, lhes dirija em seu nome um apelo no sentido de cerrarmos fileiras para um tríplice objetivo: a consolidação das conquistas do passado, a cura das feridas do presente e a segurança do futuro da nacionalidade. Pense nisso a Mocidade: pense nas incógnitas e nas interrogações do amanhã e se prepare corajosamente para afrontar o destino inevitavel. Dos sectores das energias nacionaes é no da Mocidade onde repousam as mais solidas esperanças dos patriotas verdadeiros: como em nenhum outro nela estão os soldados da ariscada epoca que se nos anuncia em estremecimentos sociais nunca talvez mais agudos e graves.

A nós, seus amigos e mentores cumprem o dever imediato de formar homens que pensem alto, que sintam com apuradas virtudes, que saibam agir com mais solidas bases cientificas na luta asperrima que os espera.

Mocidade: Meu pensamento mais profundo na direção deste "Instituto" é sempre voltado para vós: é principalmente o de que seja uma honra e uma garantia de vitória material e moral apresentar certificados e títulos da Faculdade de Direito da Bahia. Consciente de seus deveres e responsabilidades, sêde fortes e capazes, meus jovens amigos.

PATRIMÔNIO DA FACULDADE

No Relatório do ano passado vos disse que o nosso Patrimônió era constituido dos seguintes valores:

Predio e terreno ..... 700:000$000
Moveis e acessorios ..... 295:000$000
Dotação especial ..... 1.500:000$000
179 Apolices do Estado ..... 89:500$000
Uma Caderneta da Caixa Econômica Federal n. 28.300 ..... 20:000$000

Ou seja o total de ..... 2.604:500$000

Diferença para mais de que 1932: 60:659$350

Hoje registramos os seguintes:

Predio e terreno ..... 700:000$000
Móveis e acessorios ..... 300: 000$000
Dotação especial do Estado ..... 1.500:000$000
196 Apólices da Divida Publica do Estado ..... 98:500$000
50 Apólices da Divida Publica Federal ..... 50:000$000
Uma caderneta da Caixa Economica Federal ..... 20:000$000

Ou seja o total de ..... 2.668:500$000

Diferença para mais de que em 1933:64:000$000

A cifra de 5:000$000 acrescentada ao capítulo dos Móveis e Acessorios é resultante de novas aquisições para o mobiliário da Faculdade, das telas que foram inauguradas no alto da escadaria do átrio e dos volumes novos encorpados á Biblioteca. Os 59:000$000 restantes são representados por 18 Apólices (de 500$000 cada) da Dívida Pública do Estado da Bahia, entregues pelo Tesouro Estadual em pagamento das quotas de passagem em navios a vapor (Lei nº 2057 de 26 de Março de 1928, já agora revogada pelo Dec. 8714 de 27 de Novembro de 1933) e 50 Apólices Federais (Diversas Emissões), adquiridas pela Faculdade por 42:500$000.

Reitero-vos hoje o que vos disse em hora semelhante de 1933: continuo a pensar que entre os maiores serviços que podemos prestar à nossa Faculdade é aumentar-lhe a pouco e pouco o Patrimônio, condição *sine qua* da exata realização de sua missão educadora, única segurança efetiva de sua amplitude, de sua solidez, de seu desenvolvimento: sem isso certamente ficarão vazios os nossos ideais espirituais.

VIDA ECONÔMICA E FINANCEIRA DA FACULDADE NO EXERCÍCIO 1934 – 1935

Embora não terminado o exercicio financeiro cumpre-me informar que até hoje a nossa Receita acusa a cifra de 349:593$400 e a Despesa a de 268:765$000. O orçamento para o exercício que vai findar a 28 do corrente estabelece a Receita de 249:320$000 e a despesa em quantia igual.

Não vos deixeis encantar pelo confronto destes numeros, pois que aí temos renda adiantada do ano corrente em virtude de ter o Governo permitido que os alunos do regime didático anterior cursassem a quarta e quinta séries em um só ano. Assim, no ano presente, não teremos a quinta serie.

Não há dúvida, porém, que a nossa situação financeira é prospera, graças á vigilante arrecadação de suas rendas e fiscalização severa de seus gastos, mercê tambem do desinteresse que todos nós demonstramos em se tratando das seguranças futuras desta Instituição. Isto muito nos eleva moralmente perante os nossos alunos, perante as autoridades superiores do Ensino, perante a sociedade.

CONGREGAÇÃO

Realizamos sete congregações durante o ano de 1933, das quaes duas solenes e cinco ordinarias. As solenes foram a de abertura dos cursos em 2 de Março de 1933 e a da colação do grau aos bacharelandos em 8 de Dezembro de 1933.

As congregações 1º e 15 de Fevereiro, a 12 de Julho e a 7 e 21 de Agosto. Reuniram-se mais a Congregação cinco vezes para ouvida das varias provas do Concurso de "Introdução á Ciencia do Direito", que aqui se realizou no mez de Agosto. Seus trabalhos constam das Atas imediatamente lavradas.

CORPO DOCENTE

O Corpo Docente da Faculdade foi acrescido de um professor catedratico — o de "Introdução á Ciencia do Direito" — aprovado em concurso realizado em Agosto de 1933, o qual tomou posse o dia 24 de Janeiro deste ano pelos motivos sobejamente conhecidos por todos. Destarte o Corpo Docente da Faculdade compreende agora 16 catedraticos, 1 substituto, 5 docentes livres e 3 professores honorarios. Tivemos apenas que lamentar o falecimento do Professor honorário Dr. Vital Henriques Baptista Soares, cuja beneme-

rencia ha sido tantas vezes repitada por esta Diretoria. Cumpre-nos agora prestar-lhe a homenagem de encopora-lo á galeria dos Mestres que se foram e que invariavelmente nos deixaram os magnificos exemplos de sua dedicação, de suas luzes, de seu patriotismo.

CONCURSO

Realizamos em 1933 o concurso para provimento da cátedra de "Introdução á Ciencia do Direito", nova disciplina entroncada no Curso de Bacharelado pelo Dec. 19851 de 11 de Abril de 1931. A inscrição esteve aberta durante os prazos da Lei, encerrando-se a 12 de Julho, com a candidatura dos Bachareis Evandro Balthasar da Silveira, Nestor Duarte Guimarães e Orlando Gomes dos Santos. Reunida a Congregação a 12 de Julho, após aprovar as inscrições, designou a Comissão Examinadora que ficou composta dos Professores Ponciano Ferreira de Oliveira e Aloysio de Carvalho Filho, elementos da Congregação, do Dez. Aristides Vasconcellos de Queiroz, egregio membro do Superior Tribunal de Justiça, do Dr. Adolfo Ribeiro Santos Souza, membro conspícuo da magistratura estadual e do Dr. Ubaldino Gonzaga, ilustrado e acatado advogado nos auditorios desta Capital. O certamen iniciado a 12 de Agosto seguiu os seus tramites regulares até o dia 21 do mesmo mez, quando a Congregação votou o parecer elaborado pela Comissão Examinadora que indicou á nomeação o Bel. Nestor Duarte Guimarães. Ao fim dos dez dias estabelecidos pela Lei para interposição de recurso de nulidade para o Ministro da Educação e Saúde Publica o candidato Bel. Evandro da Siveira, classificado em terceiro logar, interpoz recurso por intermedio do Snr. Inspector Federal, sustando deste geito a nomeação do candidato justamente vitorioso até Janeiro deste ano. Por despacho de 4 de Janeiro o Snr. Ministro indeferiu o pedi-

do de anulação feito sob fundamentos inanes e até ofensivos aos brios da honrada Comissão Examinadora e desta Congregação.

Não vale, meus doutos colegas, revolver esta pagina que só o despeito poderia traçar. Registremos apenas que o que o voto da Congregação foi respeitado e que ainda uma vez nesta casa a justiça triumfou.

Conhecida a decisão do Snr. Ministro foi nomeado o Bel. Nestor Duarte Guimarães e empossado a 24 de Janeiro, em sessão da Congregação, conferindo-se-lhe tambem, de acordo com a Lei, o gráu de Doutor. Aqui repito ao jovem e brilhante colega o mesmo pensamento que externei ao dirigir-lhe as palavras do ritual no dia da posse: a Faculdade de Direito tem fé em que o seu recente catedratico se éncorpore á nossa falange, espírito e coração abertos aos sentimentos da mais viva solidariedade, da mais perfeita cooperação, do mais acrisolado amor a Mater estremecida de todos nós.

Não quero encerrar esta página do meu "Relatório" anual sem o registro de meus aplausos á inteligencia, á cultura e, sobretudo á nobreza moral do candidato Bel. Orlando Gomes dos Santos, não ha muito graduado por esta mesma Faculdade.

SUBSTITUIÇÕES

Durante o ano letivo de 1933 as necessidades do ensino ou licenças concedidas determinaram as seguintes substituições:

O Prof. Bernardino José de Souza substituiu o Prof. Aloysio de Carvalho Filho na cadeira de Introdução á Ciência do Direito, de 24 de Março a 5 de Abril: o docente-livre Prof. Alberico Fraga substituiu o Prof. Augusto Alexandre Machado na cadeira de Economia Politica e Ciencia das Finanças, de 14 de Julho a 2 de Agosto; o Prof. Demetrio Cyriaco Ferreira Tourinho substituiu o Prof. Aloysio de Carvalho na cadeira de Direito Penal, de 27 de

Março a 5 de Abril; o docente-livre Prof. Jayme Junqueira Ayres substituiu durante todo o ano letivo de 1933 o Prof. Homero Pires na cadeira de Direito Publico Constitucional; o Prof. Affonso de Castro Rebello substituiu o Prof. Antonio Moniz Sodré de Aragão de 1º. de Março a 9 de Maio e de 13 deste até 19 de Novembro; o Prof. Ponciano Ferreira de Oliveira substituiu o Prof. Clemente Mariani Bittencourt na cadeira de Direito Comercial, de 3 de Junho a 7 de Julho e de 7 de Outubro a 30 de Outubro a 30 de Novembro; o Prof. Filinto Justiniano Ferreira Bastos substituiu o Prof. Francisco Prisco de Souza Paraiso de 2 de Outubro a 30 de Novembro; o Prof. João Americo Garcez Fróes substituiu o Prof. José Rodrigues da Costa Doria na cadeira de Medicina Legal de 13 de Março a 31 de Maio; o docente-livre Prof. Rogerio Gordilho de Faria substituiu durante todo o ano letivo de 1933 o Prof. Salvador Mattos Souza, na cadeira de Direito Judiciario Civil. Em virtude de terem sido eleitos deputados á Assembléia Constituinte, ora reunida, varios professores desta Faculdade, tive que de acordo com o Regimento e em nome da Congregação, contratar o Dezembargador Aristides Vasconcellos de Queiróz para reger o curso de Direito Civil de que é catedratico o Prof. João Marques dos Reis. Sua senhoria cuja competencia de jurista é sabidamente notório revelou-se mestre provecto na catedra que regeu por 60 dias: o depoimento unanime dos discentes que o ouviram e os aplausos de que foi alvo ao despedir-se provamno á saciedade. Continuando o contracto, pedindo autorização da Congregação para este como para outros casos semelhantes.

LICENÇAS

Pela Congregação ou pela Diretoria, nos casos em que o permite o nosso Regimento Interno, foram concedidas licenças no

correr do ano findo aos Professores Salvador Mattos Souza, Descartes Drummond de Magalhães, José Rodrigues da Costa Doria, Antonio Moniz Sodré de Aragão, Homero Pires, João Marques dos Reis, Clemente Mariani Bitencourt, Francisco Prisco de Souza Paraiso e ao Secretario Bel. Joaquim de Faria Góes Filho.

CURSO LETIVO

O curso abriu-se no prazo da Lei. A dois de Março, por justa causa, repetiu-se a solenidade educadora da abertura dos cursos, fazendo a lição inaugural o Prof. Dr. João Marques dos Reis que produziu magistral e impressionante estudo sob o título — "O desarmamento moral e a missão do Jurista". A este trabalho do eminente Mestre demos o realce merecido com ele abrindo as paginas d a nossa Revista de 1933. Vem de molde recordar que nesse dia foram solenemente e entre palmas da mocidade inaugurados no alto da escadaria do trio desta Faculdade as telas de Ruy Barbosa, Teixeira de Freitas, Tobias Barreto e Lafayette Pereira, dentre os maiores luzeiros da Jurisprudencia nacional. Ali ficarão as suas imagens para o culto perene das gerações que por aqui passarem: certo nenhum simbolo se lhes poderia egualar. As telas são obra primorosa do nosso grande patricio Presciliano Silva e constituem mais um complemento das instalações educativas da nossa "Escola".

Verificaram-se o encerramento do curso a 14 de Novembro, com a solenidade estudantina da "Festa da Chave", tendo o vosso modesto Diretor pronunciado as palavras de despedida aos distintos alunos.

O curso decorreu admiravelmente, registrando com desvanecimento otima frequencia de professores e alunos. A estatistica das aulas dadas que deixo abaixo assinalada prova-o exuberantemente. Antes, porém de fazel-o peço venia para dizer-vos que se

acentou no curso do ano passado em certas disciplinas o carater pratico que hoje tanto se exige nos estabelecimentos de ensino. Já em nossa Revista do ano trasato fiz constar entre os trabalhos intelectuais da Faculdade dignos de especial menção as aulas práticas dadas aos estudantes de Medicina Legal, de Direito Judiciario Civil, de Direito Penal (Sessões de Juri simulado). Aos eminentes mestres Drs. Garcez Fróes, Rogerio de Faria, Demetrio Tourinho e Aloysio de Carvalho, além do meu agradecimento pessoal, manifesto aqui os louvores da Faculdade e de seus alunos pelo muito que fizeram neste particular.

ESTATÍSTICA DAS AULAS

1º. ANO

Introdução á Ciencia do Direito 122
Economia Politica e Ciencia das Finanças 136

2º. ANO

Direito Penal – 1ª. parte 72
Direito Civil – 1ª. parte 82
Direito Publico Constitucional 74

3º. ANO

Direito Civil – 2ª. parte 82
Direito Penal – 2ª. parte 84
Direito Comercial – 1ª. parte 72
Direito Publico Internacional 90

4º E 5º ANO

Direito Comercial – 2ª parte.....72
Medicina Legal 72
Direito Judiciario Civil 150
Direito Judiciario Penal.....76

CONFERÊNCIAS DE VULGARIZAÇÃO

No intuito de despertar mais e mais o gosto pela ciencia entre os nossos alunos e ainda em cumprimento ás sugestões da Lei vigente organizamos uma serie de Conferencias de vulgarização cientifica feita por luminares da cultura bahiana. Não podemos por motivo independente de nossa vontade realizar todas as previstas: as que se fizeram em 1933 foram vivamente aplaudidas pela nossa Mocidade e abriram um novo ciclo nas atividades intelectuais da Faculdade. Aos que nos brindaram com as joias de seu saber em disertaçoes cientificas já manifestei o penhor da nossa gratidão que aqui renovo. Tais foram o Dr. Estácio de Lima, aplaudido catedratico da Faculdade de Medicina, que dissertou sobre "O Problema Social do Aborto", o Dr. Mario Barbosa, um dos mais inteligentes e devotados servidores da administração pública da Bahia que leu esmerado trabalho sobre "A Estatistica na Administração" e o Prof. Agustín Venturino que, do Chile, sua Patria, partiu America em fóra, na propaganda do "Ideal da Confraternização Americana".

Foi inegavelmente uma oportuna iniciativa, na qual devemos insistir em vista de seus resultados na tarefa educativa.

Não devo silenciar tambem o fato auspicioso para a ascenção do nível intelectual da nossa Faculdade o da realização de várias Conferências e Palestras no Centro Academico, feitas todas elas pelos seus confrades, entre os quaes os bacharelandos Erico Julio

Guimarães, Ary Ribeiro Guimarães e os alunos Osvaldo de Azevedo Machado, Juvenal Pires Rebouças.

Hosanas, á Mocidade que ser esforça que tem bôa vontade, que tem fé nos seus labores e plena confiança nas intenções e aptidões de seus mestres.

VISITAS ILUSTRES

O renome da nossa Faculdade não só no que tange com a sua atividade intelectual mas tambem no que respeita á sua organização administrativa e instalação material já transpoz as fonteiras da Bahia, o que nos enche de justo desvanecimento. Daí a explicação das constantes visitas que recebemos de intelectuais e homens represéntativos de outros Estados os quais, unanimemente, escrevem nas suas *Impressões* os maiores gabos ao nosso esforço patriótico. Além de torná-las publicas pela "Imprensa" diaria desta Capital, faço registra-la nás paginás da nossa "Revista". Não descabe neste capitulo a referencia de que, de quando em quando, a Diretoria da Faculdade recebe de outras irmãs do Brasil pedidos dos nossos modelos didaticos e administrativos.

HORÁRIO

O horário organizado pela Diretoria de acordo com os preclaros mestres esteve em vigor, sem grandes alterações, até o dia do encerramento dos cursos. Como sempre o elaboramos consultando as exigencias didaticas e os interesses dos docentes e discentes.

MATRÍCULAS

Registramos no ano passado 250 matrículas assim distribuidas:

1º. ano.....73
2º. ano 70
3º. ano 60
4º. e 5º anos.....47
Total.....250 alunos

Explica-se a matrícula cumulativa no 4º. e 5º anos pela adaptação de alunos no regimen escolar anterior ao que hoje vigora e por força da concessão feita pelo Ministro da Educação e Saúde Pública a 18 de Março de 1932, comunicado a esta Faculdade em Oficio da Diretoria Geral da Educação de 21 do mesmo mez e ano.

ALUNOS GRATUITOS

Manteve a Faculdade tres alunos gratuitos no correr de 1933, os mesmos constantes do meu relatorio. Dois deles concluíram o curso: Mauricio José Raynal e Osvaldo Pinheiro Requião. Estas vagas foram preenchidas pelos alunos Alberto Batista do 4º ano já indicado pela Diretoria do Centro Academico e Ademar Raimundo da Silva do 1º ano pela Congregação por proposta da Diretoria. A Diretoria do Centro Academico resolveu segundo me comunicou, indicar todo ano o seu aluno gratuito atendendo ás circunstancias.

EXAMES E PROMOÇÕES

A Faculdade de Direito cumpriu exatamente os dispositivos da Lei do Ensino referente ás provas parciais em Junho e Setembro. O Dec. 23475 de 20 de Novembro determinou a promoção á serie imediata dos alunos que houvessem obtido nas provas parciais media 6 (5,50), baixando para 4 (3,50) a media exigivel para inscrição em exames orais.

Á vista dos boletins das provas parciais verificou-se o seguinte resultado:

Com média de promoção em Introdução á Ciencia do Direito – 56 alunos, tendo que fazer exames orais – 15.

Com media de promoção em Economia Politica e Ciencia das Finanças – 43, tendo que fazer exames – 26.

2º ANO

Com media de promoção em Direito Civil – 54, devendo fazer exames – 10.

Com media de promoção em Direito Penal – 56, tendo que fazer exames – 7.

Com media de promoção em Direito Publico Constitucional – 38, devendo fazer exames – 26.

3º ANO

Com media de promoção em Direito Civil – 57.

Com media de promoção em Direito Penal – 57.

Com media de promoção em Direito Comercial – 50, devendo fazer exames – 8.

Com media de promoção em Direito Publico Internacional– 49, devendo fazer exames – 9.

Merece registro de louvor o fato de tres alunos do terceiro ano dispensarem os favores do Decreto, fazendo exames orais de todas as materias, apesar das altas medias obtidas nas parciais. Táis forám os alunos Fernando Gomes de Freitas Paranhos, José Lopes de Azevedo e Luis Fernando Cerne Guimarães.

4º E 5º ANOS

Com media de aprovação final em Medicina Legal – 43, devendo fazer exames – 3.

Com media de aprovação final em Direito Judiciario Civil – 46.

Com media de aprovação final em Direito Judiciario Penal – 42, devendo fazer exames – 4.

Com media de aprovação final em Direito Comercial – 45, devendo fazer exame – 1.

Não puderam inscrever-se por terem media inferior a tres e cincoenta 2 alunos, sendo 1 do primeiro ano e 1 do segundo.

Prestaram exames orais 41 alunos do 1º ano, 43 do segundo, 17 do terceiro e 9 do 4º e 5º, num total de 112. Destes foram aprovados 31 no 1º ano, 41 no segundo, 16 no terceiro e 9 no quarto e quinto, sendo reprovados 12.

Sete alunos das três primeiras séries não se inscreveram em exames por não terem feito as provas parciais e um do 4º e 5º anos por não ter requerido no prazo.

Não vale comentar os inconvenientes que os sucessivos Decretos de aprovação por medias vão acarretando, contra o disposto em Lei. Não estaria longe de bater palmas a uma reforma da Lei atual concedendo definitivamente a promoção quando o aluno houvesse obtido nas duas provas parciais media seis acima,

transferida, porém, a segunda parcial, para a primeira quinzena de Novembro, exigida rigorosamente a frequencia da lei. Não é, porém para desejar continuem dois regimes de apuração da capacidade dos alunos: o da Lei e o das concessões de ultima hora, com diversas interpretações que, além do mais, perturbam a marcha administrativa dos estabelecimentos de ensino e impedem o movimento ordenado e basico dos estudos. Se ha lei, porque não cumpri-la? Espero que, com a reconstitucionalização do paiz, voltemos a um regimen de organização escolar definida e exatamente cumprida.

EXAMES VESTIBULARES

Inscreveram-se em Janeiro de 1933 noventa alunos para o exame vestibular, que se processou de acordo com a Lei que ainda os regula. Dos 90 candidatos, um não compareceu, foram aprovados 73 e reprovados 16.

Na segunda quinzena de Janeiro deste ano inscreveram-se para o mesmo exame 103 alunos, realizando-se o exame de 1 a 9 de Fevereiro e verificando-se o seguinte resultado: 2 excluidos, 38 reprovados e 63 aprovados.

CURSO PRÉ-JURÍDICO

Com toda a regularidade funcionou de 1º de Agosto de 1933 a 31 de Janeiro de 1934 o curso anexo para o exame vestibular, creado e mantido por esta douta Congregação.

Em virtude do afastamento de dois de seus docentes em desempenho do mandato de deputados á Assembleia Constituinte, ora reunida na Capital Federal, foi o curso regido pelos docentes:

Latim – Prof. Filinto Justiniano Ferreira Bastos; Geografia – Prof. Bernardino José de Souza; Literatura – Prof. Augusto Alexandre Machado; Psicologia e Logica – Prof. Demetrio Cyriaco Ferreira Tourinho; Noções de Higiene – Prof. João Americo Garcez Fróes. Todos os professores procuraram dar a maior eficiencia possivel aos seus respectivos cursos, dando-lhes tanto quanto possivel feição prática, sobretudo o ilustrado docente de Higiene. As rendas do curso foram aplicadas de acordo com a deliberação da Congregação, cabendo á Faculdade o lucro liquido de 3:6600$00.

COLAÇÃO DE GRAU

Terminaram o curso em 1933 os quarenta e seis alunos seguintes:

1. Adriano Walther Behrmann.
2. Alcides Moreira Benjamin.
3. Alfredo Sá.
4. Amando Valente Peixoto.
5. Anisio Freire de Carvalho.
6. Antonio Ferreira de Oliveira Britto.
7. Antonio José Teixeira.
8. Antonio Vieira de Andrade.
9. Arivaldo Garcia da Costa Barros.
10. Armenio dos Santos Barbosa.
11. Ary Ribeiro Guimaráes.
12. Aulo Berbert de Carvalho.
13. Benevides Mendes de Oliveira.
14. Eloywaldina Chagas de Oliveira.
15. Erico Julio Guimaráes.
16. Eurico Alves Boaventura.
17. Evaldo Simas Pereira.

18. Fernando Lopes da Costa.
19. Francisco Ponde Sobrinho.
20. Gabriella Leal de Sá Pereira.
21. Gerson Baptista Neves.
22. Henrique João Muller.
23. Humberto Diniz Sobral.
24. Iracema dos Santos Guedes.
25. Ismael de Oliveira Tavares.
26. João de Lacerda Azevedo.
27. João de Lima Teixeira.
28. João Marques Guimarães.
29. João Pires Wynne.
30. José Pinto da Silva Moreira.
31. Luiz Macedo Cavalcanti.
32. Manoel da Cunha Cathalá Loureiro.
33. Manoel Vieira de Andrade Junior.
34. Mauricio José Raynal.
35. Milton Sodré Leal.
36. Milton Rodrigues de Macedo.
37. Nasser Augusto Borges.
38. Nelson Alves da Silva.
39. Orlando Pessôa Garcia.
40. Orlando Senna de Faria.
41. Oswaldo Pinheiro Requião.
42. Pedro Caetano Magalhães de Jesus.
43. Romulo Barreto Almeida.
44. Sinval Vieira da Silva.
45. Tarquinio de Oliveira Gonzaga.
46. Ulysses Caldas Pinto.

Destes colaram o gráu solenemente: Eloywaldina Chagas de Oliveira, Armenio dos Santos Barbosa, Ary Ribeiro Guimarães,

Evaldo Simas Pereira, Fernando Lopes da Costa, Francisco Ponde Sobrinho, Ismael de Oliveira Tavares, João de Lima Teixeira,

Manoel da Cunha Cathalá Loureiro, Orlando Pessôa Garcia, Orlando Senna de Faria, Tarquinio de Oliveira Gonzaga. Sem solenidade colaram o gráu em diferentes dias os bacharelandos Alcides Moreira Benjamin, Alfredo Sá, Amando Valente Peixoto, Antonio Ferreira de Oliveira Britto, Antonio José Teixeira, Antonio Vieira de Andrade, Arivaldo Garcia da Costa Barros, Aulo Berbert de Carvalho, Benevides Mendes de Oliveira, Erico Julio Guimarães, Eurico Alves Boaventura, Gabriella Leal de Sá Pereira, Gerson Baptista Neves, Henrique João Muller, Humberto Diniz Sobral, Iracema dos Santos Guedes, João de Lacerda Azevedo, Luiz Macedo Cavalcanti, João Pires Wynne, Mauricio José Raynal, Milton Rodrigues de Macedo, Milton Sodré Leal (12 de Janeiro de 1934) Nasser Augusto Borges, Manoel Vieira de Andrade Junior, Pedro Caetano Magalhães de Jesus, Sinval Vieira da Silva, Adriano Walther Behrmann, Anisio Freire de Carvalho, Ulysses Caldas Pinto, Oswaldo Pinheiro Requião. Dos que terminaram o curso em 1933 ainda não colaram o gráu os bacharelandos João Marques Guimarães, José Pinto da Silva Moreira, Nelson Alves da Silva e Romulo Barreto de Almeida.

A solenidade realizou-se, como é de tradição, a 8 de Dezembro: o ritual foi observado, parafinando a nova turma de bachareis o Prof. Rogerio Gordilho de Faria, docente-livre de Direito Judiciario Civil, que produziu importante e aplaudida oração. Foi orador oficial dos graduandos o talentoso bacharelando Ary Ribeiro Guimarães, cujo discurso mereceu prolongados aplausos.

INSPETORIA FEDERAL

Ainda é Inspetor Federal junto a esta Faculdade o Dr. Affonso Moreira Temporal, zeloso e assiduo no cumprimento de seus deveres. A

colaboração de S. S. e bem valiosa, integrado como se acha no espirito de melhoria crescente que preside a todos os trabalhos desta Faculdade.

SECRETARIA DA FACULDADE

Sob a inteligente e criteriosa direção do Prof. Alberico Fraga continúa a Secretaria da Faculdade a desempenhar exatamente ás suás funções, mantendo em dia todos os serviços, cada vez mais melhorados e eficientes. Nunca demais louvar o devotamento do nosso ilustre colega aos serviços admnistrativos da Faculdade no exercicio interino do cargo de Secretario. Quero mais uma vez consignar neste "Relatorio", para que se encorpore á sua fé de oficio, o nosso agradecimento á superioridade intelectual e moral com que sem fins o nobre colega vem ha mais de um ano auxiliando a Diretoria no arduo empenho de manter e aumentar a boa fama de perfeita organização que tem a nossa "Escola".

Anita Ramos, auxiliar de Secretaria, continua a ser o que todos sabem uma grande dedicação ao serviço da Faculdade, merecedora de nossos constantes louvores.

BIBLIOTECA

A nossa Biblioteca foi e é um dos meus grandes empenhos na campanha de renovação, de aperfeiçoamento que me norteia e tudo o que diz respeito á Faculdade. Dentro dos nossos recursos e graças á munificencia de espíritos generosos podemos aumentá-la de mais de 100 obras nacionaes e estrangeiras, todas encadernadas.

Quero aqui consignado mais uma vez o nosso agradecimento á Exma. Snra. Alice S. Carvalho de Mendonça que, além de outros trabalhos, nos brindou com o magistral "Tratado de Direito Comercial

Brasileiro", em 8 volumes, do Dr. J. C. Carvalho de Mendonça (2ª. edição), artisticamente acondicionado numa estante portatil e tambem ao Dr. Ubaldino Gonzaga, consagrado cultor das letras juridicas, que nos ofereceu quatorze obras recentes de juristas brasileiros.

Não descurei o trabalho de encadernação e conservação do patrimônio cientifico que possuímos.

O numero dos consulentes foi regular: pelas obras consultadas verifica-se que os alunos desta Faculdade tendem a investigações mais profundas, não se limitando aos manuais do curso que sabem conter em geral apenas um minimo de conhecimento sobre os problemas da matéria. Por isso mesmo muito lida são as "Revistas" que assinamos ou recebemos em cambio da nossa.

Desde já peço aos nobres colegas para que forneça á Diretoria da Faculdade uma relação de livros adotados em seus cursos a fim de verificar se a Biblioteca os possue, adquirindo-os em caso contrario: assim prestaremos aos nossos discentes mais este serviço e corresponderemos aos seus anceios de luz.

ARQUIVO

O nosso Arquivo está perfeitamente organizado: não é possivel mais ordem. Vale repetir aqui as palavras que em Setembro de 1933 escreveu um ilustrado advogado alagoano que nos visitou e demoradamente percorreu todas as nossas secções – o Dr. Alfredo de Barros Lima Junior: "Quando nós estávamos na Secretaria, que dispõe apenas de dois funcionários, o Sr. Bernardino de Souza pediu-me que eu lhe désse o nome de um bacharel que tivesse saido de sua escola – Alfredo de Maia... E dois minutos depois eu tinha diante dos olhos desde a petição em que esse ilustre alagoano requereu sua matricula no primeiro ano até as suas provas finais, com as notas por ele obtidas durante o curso

e as datas dos exames, tudo num luxo de precisão e de minucia que me surpreendeu".

As demais secções administrativas da Faculdade são constante objecto de meus desejos de melhoria e vos posso assegurar que da Portaria á Tesouraria tudo se encontra em bôa ordem.

EDIFÍCIO

Desde que inauguramos este edificio em 1930, a sua conservação tem sido objecto de meus cuidados constantes: aí está a nossa séde, aos olhares de todos, dando-nos a impressão de recentissima inauguração. É verdade indiscutivel que o ambiente que nos rodeia influe poderosamente nas fainas espirituais: as nossas salas amplas e limpás, nossa biblioteca bem conservada, as nossas carteiras apropriadás, ás nossas instalações sanitarias modelares, agua abundante, muitá luz e asseio irrepreensivel, tudo isso formando um todo amoravel, acolhedor, tranquilo, incita, sem duvida, o pensamento e a imaginação. Também assim não se desvalorizará pelo gasto do tempo o maior patrimonio que possuimos.

REGIMENTO INTERNO

O Regimento, que discutimos e aprovamos em 1º de Fevereiro de 1933 e que entrou de logo em vigor na parte referente á vida economica e administrativa da Faculdade exclusivamente da alçadá dá Congregação por força de sua autuonomia, foi enviado ao poder competente para a sua aprovação. Dias após nos foi devolvido para ser emendado em dois pontos: o referente a existencia do Conselho Técnico-Administrativo de que não haviamos cogitadoe o da tabela das taxas cobradas pela Faculdade, de vez

que a nossa não coincidia com as estabelecidas pelo Dec. 19852 de 11 de Abril de 1931. Imediatamente dirigi ao Snr. Inspetor Federal, para fazer chegar ao conhecimento das autoridades superiores do ensino, logo Memorial em que justificava o voto da Congregação. Em relação ao primeiro ponto demónstrei que o disposto no Art. 26 par. único do Dec. 19851 de 15 de Abril de 1931 deixava ao arbitrio dos Institutos Livres criar ou não os Conselhos Tecnico-Administrativos; quanto ao segundo mostrei as razões da diferença apontada e invoquei em nosso favor os dispositivos do Dec. que regulou a situação dos Institutos Livres. Afinal reconheceram as autoridades superiores do ensino as nossas razões: o Conselho Nacional de Educação firmou em pareceres aprovados a doutrina de que um Instituto Livre pode ter ou não o Conselho Tecnico-Administrativo e podia cobrar taxas diferentes das constantes da tabela oficial.

Vale repetir aqui o parecer elaborado pelo consagrado jurista Dr. Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito de S. Paulo a respeito da questão das taxas.

Apreciando o Relatorio anual que o Snr. Inspetor enviou ao "Conselho" escreveu o ilustrado Mestre:

> "Com referencia ao pedido de informação quanto á divergencia notada entre a tabela de taxas adotada na Faculdade e á constánte do decreto n. 19852, de 11 de Abril de 1931, o Sr. Inspetor Federal prestou os necessarios esclarecimentos, oferecendo a exposição que lhe apresentára o Sr. Diretor da Faculdade onde está perfeitamente justificada a razão da divergencia com a demonstração de que, tratando-se de um instituto particular de ensino, vivendo á sua propria custa, não pode ser obrigado a cobrar as taxas fixadas por decreto para os institutos oficiais. A justificação apresentada pelo Sr. Diretor é cabal, em face das leis vigentes, cumprindo,

> entretanto, á Comissão observar que a taxa de transferencia de alunos tem que ser igual para todos os institutos oficiais e equiparados, porque assim dispõe expressamente o decreto n. 19852 de 11 de Abril de 1931, art 281 par. 4º, que foi confirmado, neste ponto, e generalizado pelo decreto n. 20929 de 11 de Janeiro de 1932".

Destarte continua a Congregação a desempenhar as funções que a nova legislação cometeu aos Conselhos Técnico-Administrativos e continuam em vigor as taxas por vós aprovadas, apenas com a modificação da taxa de transferencia. Em vista de entendimentos que teve a Diretoria da Faculdade com a administração superior do ensino julguei de melhor aviso aguardar a publicação do Regimento da Faculdade de Direito de S. Paulo, instituto oficial isolado, para sobre ele moldar a nossa organização didatica, conservada, porém integralmente a nossa autonomia administrativa e economica. O Regimento da Faculdade até certo ponto não admira, porque o Regulamento da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro só o foi pelo Dec. 23609 de 20 de Dezembro de 1933, publicado no Diario Oficial da Republica de 6 de Janeiro do ano corrente, com as retificações constantes dos Diários Oficiais de 8 e 15 do mesmo mês.

Assim sendo, observamos atualmente, no que tange com a nossa economia, os dispositivos do Regimento que votamos em 1º de Fevereiro de 1933, e no que toca á parte didatica o Regimento anterior, com as modificações decorrentes do Dec. 19852 de 11 de abril de 1931 e instruções posteriores dos poderes competentes.

REVISTA

Saiu a lume em novembro de 1933 o volume 8º da nossa Revista, amplamente iluminado pelas claridades do nosso saber. É

um belo volume de 228 paginas; 174 de doutrina e 54 de informes referentes á vida do Instituto. Fizemos imediatamente larga distribuição no paiz e no estrangeiro e já chegaram e vão chegando bastantes aplausos á nossa faina vulgarizadora de conhecimentos juridicos. Ainda neste nue espero assim seja pelos que hão de vir, colaboraram ombro a ombro mestres e discipulos: a quasi totalidade dos primeiros, um representante de cada ano do curso dos segundos.

A Segunda Parte da Revista sob o titulo — FATOS E INFORMAÇÕES — apareceu mais abundante em dados comprobatorios das nossas atividades, constituindo por dizê-lo um complemento do "Relatorio" que á Diretoria que cumpre apresentar a esta egrejia Congregação. Lendo-a juntamente com este "Relatorio", pode-se ter idéa perfeita do nosso caminhar pelas estradas da cultura juridica, dos nossos anseios de progresso constante, das nossas magnas preocupações de bem servir ás letras e á Republica. Certo não deixaremos de mais e mais aperfeiçoar a nossa publicação anual, porque, em conclusão, ela nos torna conhecidos do mundo cientifico, dentro e fóra das fronteiras do Brasil. E todo mundo sabe que nesta Faculdade as iniciativas não se restringem a simples anelos: envolvem sem grandes delongas para as realizações.

PALAVRAS FINAIS

Mestres e colegas: aí tendes uma sumula dos nossos trabalhos, da nossa vida em 1933: o sensabor de minhas palavras ensombra o seu tanto a luminosa trajetoria que percorremos. Os fatos, porém, aí estão e, certos não se apagaram na vossa retentiva: Vivemos mais um ano intensamente: todos aqui, na craveira de suas possibilidades, cumpriram exatamente o seu dever. Congratulemo-nos reciprocamente como bons brasileiros, porque é o ideal de um Brasil glorio-

so entre os povos pela sua justiça, pela sua ordem, pela sua paz, que nos domina alma e coração de formadores das gerações de amanhã.

Na visão da esteira de luz que temos perlustrado, quantas vezes bendigo o destino que me elevou, por vossa magnanima escolha, ao alto posto de Diretor da Faculdade de Direito da Bahia. E por quê? Porque tenho aqui duas grandes quasi insolvaveis: uma para com os meus venerandos Mestres, mortos e vivos, aqueles que não perecem na minha memoria de discipulo grato a este que ainda sulcam as nossas searas com o jorro de seu saber; outra para com a propria Faculdade onde aprendi o evangelho da Lei e me iniciaram no culto da Justiça, onde sorvi a Ciencia do Direito e me instilaram a beleza dos grandes devotamentos á Patria.

Por mais energias que consuma nos extremos ao bem desta "Escola", por mais suores que destile no trabalho de seu engrandecimento moral e material, por maiores que sejam as minhas dedicações a tudo que lhe pertence, dos colendos Mestres aos dignos Discipulos e aos bons companheiros de administração, da rija estrutura de sua sede imponente ás minucias de seus menores objetos, dos valores de seu Patrimonio econômico ás suas cruzadas culturais, por mais que lhe reverencie o passado de honra, lhe acompanhe vigilante o luzido presente e lhe procure reprofundar as raizes de um futuro acautelado, nunca por nunca, meus carissimos mestres e colegas, poderei saldar a divida de creatura intelectual desta Faculdade.

E agora podeis estimar de plano o quanto vos sou obrigado pela honra de vossa confiança sinceramente, perenemente, infinitamente...[99]

99 **Revista da Faculdade de Direito da Bahia**. Salvador, Vol. IX, 1934.

Apêndice
Subsídios Biográficos

Com o desaparecimento de Bernardino José de Souza, abre-se um grande claro na cultura nacional: a história, a geografia, a etnologia, o direito, a pedagogia, o jornalismo — tais foram seus maiores campos de atividade. Mas não será errado afirmar que a paixão dominante do seu espírito foi o grane culto cívico, o patriotismo militante e esclarecido. Ele amava devotadamente a tradição histórica, porque bem a sentia fonte nutriz do amor pátrio.

Bernardino José de Souza. Fonte: IGHB.

Coronel Otávio de Souza Leite e Felomena Maciel de Faria, pais de Bernarndino José de Souza. Fonte: IGHB.

Bernardino José de Souza aos 16 anos cursando o primeiro ano da Faculdade de Direito da Bahia. Fonte: IGHB.

Bernardino José de Souza com sua Esposa Maria Olívia Carneiro de Souza, com poucos anos de casados. Fonte: IGHB.

Bernardino José de Souza e o neto Juarez Souza de Medeiros. Fonte: IGHB.

Bernardino José de Souza. Fonte: IGHB.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Cidade do Salvador, 5 de Setembro de 1926

Meu Eminente Conterrâneo, Dr. Carvalho Neto

Deve-lhe esta carta de há alguns dias: lido o seu volume a respeito dos problemas da "Legislação do Trabalho", agora só me cumpre apresentar-lhe os meus sinceros parabéns pela sua lavragem valiosíssima.

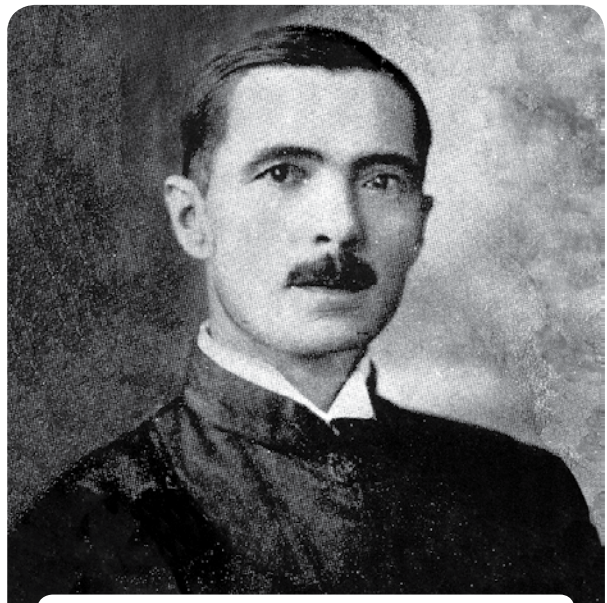
São, em verdade, 346 páginas alentadas em que se põem em luz a sua primorosa erudição e o seu talento invulgar. Muito folguei em ler os seus capítulos que me deixaram a viva impressão de um competente nas províncias que versam.

Agradeço-lhe o favor de seus ensinamentos, pois que aprendi algo: mais lhe agradeço a honra de sua dedicatória.

Ponho ao seu dispor o nada que valho e lhe rogo aceitar a expressão de meus sentimentos de admiração e estima.

Bernardino José de Souza

Berenice, a graciosa e gentil filha do Dr. Bernardino José de Souza. Fonte: Arquivo do autor.

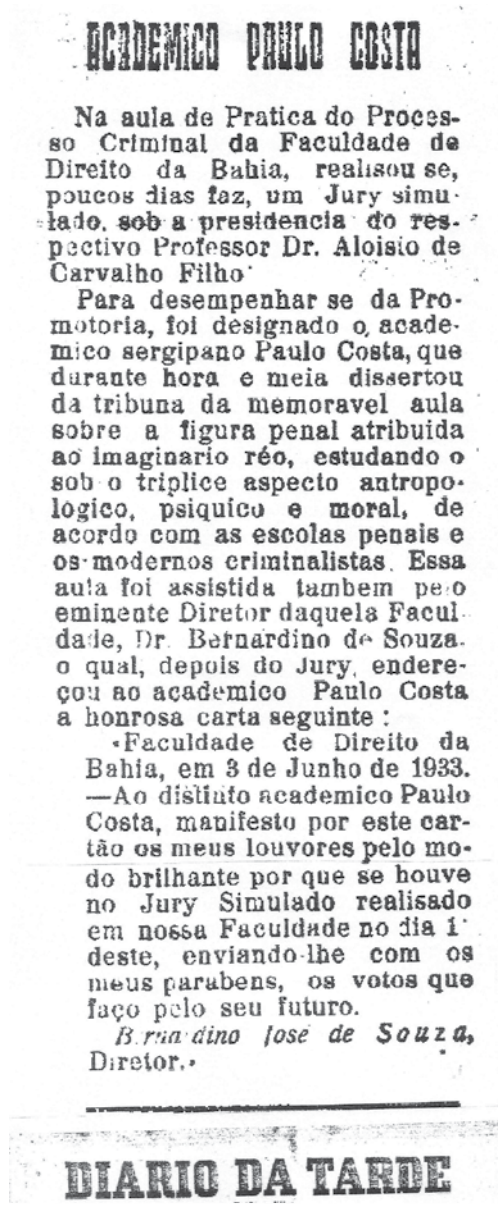


Bernardino José de Souza. Fonte: IGHB.

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA

D. Carolina Maria de Souza, seus filhos e genros convidam a todos os seus parentes e amigos do seu fallecido marido, pai e sogro Bernardino José de Souza, a acompanharem os restos mortaes do mesmo finado, que se ha de sepultar hoje, 10 do corrente, ás 4 horas da tarde, acompanhando o corpo de sege, da rua do Cosme Velho n. 78 ao cemiterio de S. João Baptista.

Não ha convites por cartas.



ACADEMICO PAULO COSTA

Na aula de Pratica do Processo Criminal da Faculdade de Direito da Bahia, realisou se, poucos dias faz, um Jury simulado, sob a presidencia do respectivo Professor Dr. Aloisio de Carvalho Filho.

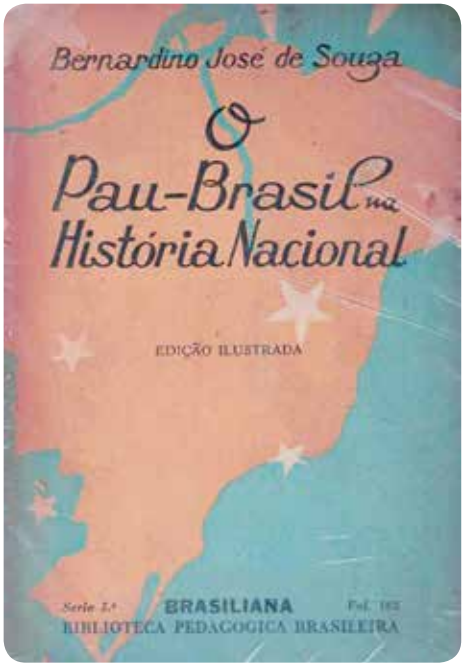
Para desempenhar se da Promotoria, foi designado o academico sergipano Paulo Costa, que durante hora e meia dissertou da tribuna da memoravel aula sobre a figura penal atribuida ao imaginario réo, estudando o sob o triplice aspecto antropologico, psiquico e moral, de acordo com as escolas penais e os modernos criminalistas. Essa aula foi assistida tambem pelo eminente Diretor daquela Faculdade, Dr. Bernardino de Souza, o qual, depois do Jury, endereçou ao academico Paulo Costa a honrosa carta seguinte:

«Faculdade de Direito da Bahia, em 3 de Junho de 1933. —Ao distinto academico Paulo Costa, manifesto por este cartão os meus louvores pelo modo brilhante por que se houve no Jury Simulado realisado em nossa Faculdade no dia 1 deste, enviando-lhe com os meus parabens, os votos que faço pelo seu futuro.

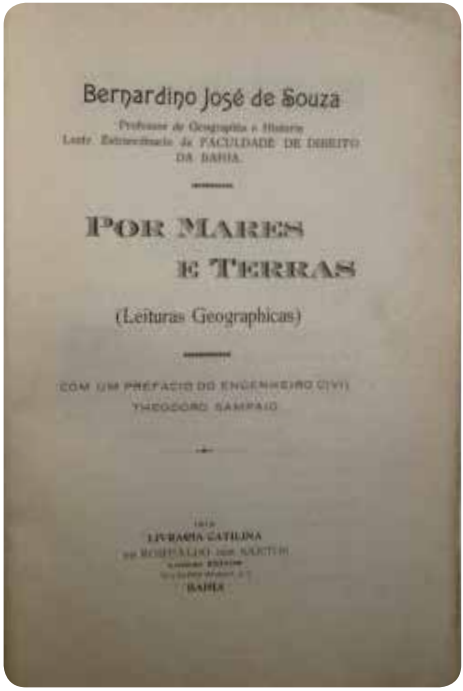
Bernardino José de Souza, Diretor.»

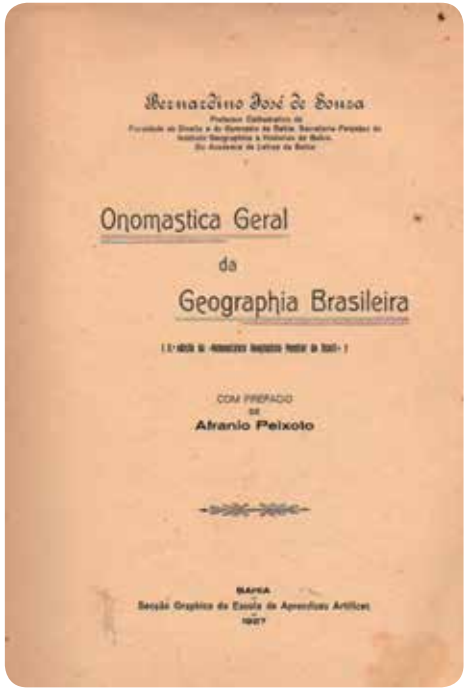
DIARIO DA TARDE

Bernardino José de Souza professor de Direito do acadêmico Paulo Costa. Fonte: Arquivo do autor.


Bernardino José de Souza
O Pau-Brasil na História Nacional
EDIÇÃO ILUSTRADA
Serie 1.ª
BRASILIANA
Vol. 162
BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

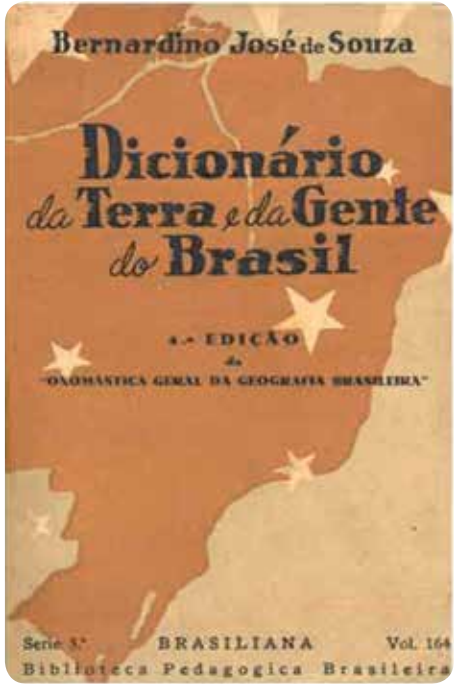
O PAU-BRASIL NA HISTÓRIA NACIONAL
BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA
brasiliana
volume 162

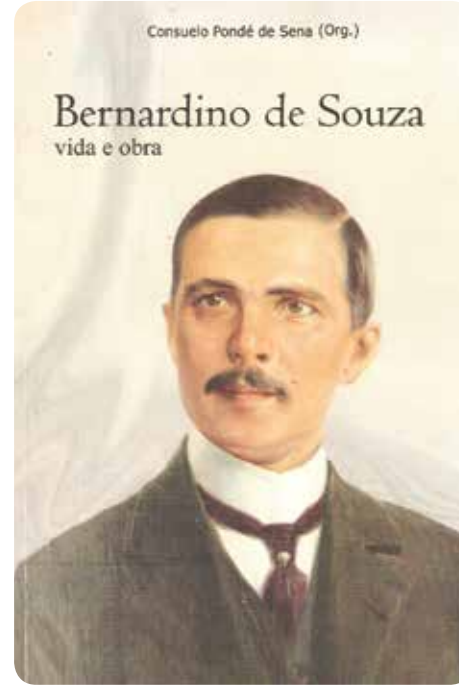

Bernardino José de Souza
Professor de Geographia e Historia
Lente Extraordinario da FACULDADE DE DIREITO DA BAHIA
POR MARES E TERRAS
(Leituras Geographicas)
COM UM PREFACIO DO ENGENHEIRO CIVIL THEODORO SAMPAIO
LIVRARIA CATILINA
BAHIA


Bernardino José de Souza
Onomastica Geral
da
Geographia Brasileira
COM PREFACIO
DE
Afranio Peixoto
BAHIA

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
CICLO DO
CARRO DE BOIS
NO BRASIL
1938
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
CICLO DO
CARRO DE BOIS
NO BRASIL


Bernardino José de Souza
Dicionário
da Terra e da Gente
do Brasil
4.ª EDIÇÃO
"ONOMASTICA GERAL DA GEOGRAFIA BRASILEIRA"
Serie 5.ª
BRASILIANA
Vol. 164
Biblioteca Pedagogica Brasileira


Consuelo Pondé de Sena (Org.)
Bernardino de Souza
vida e obra

Busto de Bernardino José de Souza que se encontra no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Fonte: IGHB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Renato Berbert de. Os Fundadores da Academia de Letras da Bahia. Salvador, Academia de Letras da Bahia, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado e EGBA, 1998.

COSTA, Marisa Baqueiro e MUNIZ, Rosaury F. V. Sampaio. Dicionário de Autores Baianos. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.

COUTINHO, Afrânio. Enciclopédia da Literatura Brasileira. São Paulo, Editora Global, 2ª ed. 2 vol. 2001.

GILFRANCISCO, Bernardino de Souza, grande cientista social. Aracaju, www.conformonline.com.br

_____.Bernardino de Souza, grande cientista social. Aracaju, Jornal da Cidade, 1º/2 de julho, 2007.

_____. Bernardino de Souza – um anônimo na historiografia sergipana. Aracaju, Revista Ícone, ano 3, nº11, abr/mai, 2010.

GILFRANCISCO. Bernardino José de Souza, grande cientista social. In Bernardino de Souza vida e obra – Consuelo Pondé de Sena (org.). Quarteto Editora. Salvador, 2010.

GILFRANCISCO. Bernardino José de Souza, Grande Cientista Social. Aracaju, Revista Memorial do Poder Judiciário nº1, 2011.

GUARANÁ, Armindo. Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano. Aracaju, 1925.

ÍNDICE DA REVISTA DA ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA, (nº1 a 40), período de 1930 a 1994. Salvador, Academia de Letras da Bahia, nº41, 1995.

ÍNDICE DA REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (nº1 a 93), período, 1894 a 1998. Salvador, 1999.

MENEZES, Raimundo. Dicionário Literário Brasileiro. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 2º ed.

SENA, Consuelo Pondé. (org.) Bernardino de Souza vida e obra. Salvador, Quarteto Editora, 2010.

GILFRANCISCO, nascido em 27 de maio de 1952 em Salvador. Começou como jornalista, trabalhando nas sucursais dos jornais Movimento, Em Tempo e Voz da Unidade no início dos anos setenta, época em que participou das atividades culturais no Estado, produzindo vários shows musicais, passando a integrar o Grupo Experimental de Cinema da UFBA.

Em 1975, assistente de fotografia de Thomas Farkas no filme Morte das Velas do Recôncavo, dois anos depois como assistente de produção de Olney São Paulo, no filme Festa de São João no interior da Bahia, ambos documentários dirigidos por Guido Araújo, entre outros.

Foi durante algum tempo consultor e professor do Centro de Estudos e Pesquisa da História. Licenciado em Letras pela Universidade Católica do Salvador – UCSal, é professor universitário e jornalista.

É autor de Conhecendo a Bahia; Gregório de Mattos: o boca de todos os santos; As Cartas, uma História Piegas ou Destinatário Desconhecido (com Gláucia Lemos); Ascendino Leite; Crônicas & Poemas recolhidos de Sosígenes Costa; Flor em Rochedo Rubro: o poeta Enoch Santiago Filho; Godofredo Filho & o Modernismo na Bahia; O Poeta Arthur de Salles em Sergipe; Imprensa Alternativa & Poesia Marginal, anos 70; Musa Capenga: poemas de Edison Carneiro; Tragédia:Vladimir Maiakóvski; Walter Benjamin: o futuro do Passado versus Modernidade & Modernos; Literatura Sergipana, uma Literatura de Emigrados; A romancista Alina Paim; O Contista Renato Mazze Lucas; Instrumentos e Ofício:inéditos de Carlos Sampaio; Ranulfo Prata

vida & obra; A Biblioteca Provincial de Sergipe; Paulo de Carvalho Neto vida & obra; Agremiações Culturais de jovens intelectuais na Imprensa Estudantil; Bernardino José de Souza vida & obra, entre outros.

Tem publicações em diversos periódicos do país: Revista da Bahia (EGBA); Revista Exu (Fundação Casa de Jorge Amado); Revista Travessia (UFSC); Revista CEPA (BA); Revista Teias (UFSC); Revista Kawé Pesquisa (UESC); Revist'aura (SP); Revista Arte Livro (BA); Judiciarium (SE); Revista da Literatura Brasileira (SP); Nordeste Magazine (SE); Aracaju Magazine (SE); Preá (Fundação José Augusto-RN); Revista de Cultura da Bahia; Candeeiro (ADUFS-SE); Letras de Hoje (PUCRS); Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; Revista Ícone (SE); Revista Memorial do Poder Judiciário (SE); Revista da Academia de Letras da Bahia, A União – Correio das Artes (PB), Revista do Tribunal de Contas – TCE (SE).

Tiragem	*300 exemplares*
Formato	*15x21cm*
Tipologia	*Bebas Neue16pt, 14pt*
	AmsiProNarw-regular11pt, 10pt
	Adobe Garamond Pro, 12pt, 11pt
	Arial 8pt
Papel	*Off-set 75g/m² (miolo)*
	Cartão Triplex 250g/m² (capa)